

P

A/Z

ISSN 1807-9873



Cadernos de Tradução

Número Especial - 2016



Tradução na
teoria e na
prática:
diferentes
perspectivas



Cadernos de Tradução

ISSN 1807-9873

Nº Especial, 2016

Tradução na teoria e na prática: diferentes perspectivas

Organizadoras

Cleci Regina Bevilacqua

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Instituto de Letras - UFRGS



INSTITUTO DE LETRAS - UFRGS

Diretora: Prof^ª. Jane Fraga Tutikian

Vice-Diretora: Prof^ª. Maria Lucia Machado de Lorenci

COMISSÃO EDITORIAL

Prof^ª. Denise Regina de Sales

Prof^ª. Maria Cristina Martins

Prof^ª. Sandra Dias Loguercio

Organizadoras deste número:

Cleci Regina Bevilacqua

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Capa e Editoração: Leandro Bierhals Bezerra - Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Fone: (051) 33166689 Fax: (051) 33167303

<http://www.ufrgs.br/letras>

E-mail: iletraspublic@ufrgs.br

Sumário

Apresentação /5

Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução /9

Christiane Nord

Contribuições da formação acadêmica à Tradução /25

Estela Lalane Servente

Técnicas específicas da tradução jornalística /35

María José Hernández Guerrero

Aplicações das ferramentas web 2.0 e web 3.0 no campo da tradução e da terminologia nos âmbitos acadêmico e organizacional /51

Rosa Luna

Ensino da tradução: em busca de um equilíbrio delicado /59

Mathilde Fontanet

A problemática da tradução jurídica: princípios e nuances /75

Jean-Claude Gémard

A qualidade da pesquisa em tradutologia: evoluir sempre /91

Daniel Gile

Traduzir ou traduzir-se? Considerações sobre a tradução da "literatura de consumo" /109

Valerio Fissore

O papel da teoria na motivação e na justificativa das escolhas tradutórias no âmbito da tradução publicitária: quais normas ensinar? /121

Daniela Ventura

Ensinar a traduzir. Experiências de didática na Universidade de Turim e uma “modesta proposta” /133

Paola Brusasco, Maria Cristina Caimotto e Aurelia Martelli

Acréscimo de falas na dublagem para a língua inglesa de filmes de animação japoneses: uma análise de obras do Estúdio Ghibli /145

日本のアニメーション映画の英語吹き替え版におけるセリフの付け加えに関する研究—スタジオ・ジブリのアニメ作品の分析から

Tamura Chihiro

Considerações sobre a epístola A Pamáquio: sobre a melhor maneira de traduzir de São Jerônimo /167

Tradução e revisão de Luciana Malacarne e Maria Cristina Martins

A tradução literária no diálogo entre culturas e literaturas /179

Iulia Leonárdovna Oboliénskaia

Apresentação

Neste número especial dos *Cadernos de Tradução*, apresentamos textos relativos à teoria e à prática de tradução, escritos por pesquisadores de várias línguas – alemão, espanhol, francês, italiano, japonês, latim e russo – e traduzidos por alunos ou professores do curso de Bacharelado em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo é contemplar textos teóricos ainda não traduzidos para o português que abordem diferentes temas e, ao mesmo tempo, divulgar o conhecimento e as reflexões produzidos em outras culturas e outros países.

Os *Cadernos* iniciam com a língua alemã, na voz da pesquisadora e tradutora Christiane Nord, traduzida por Cristiane Krause Kilian. No artigo *Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução*, há muito citado pelos estudiosos da tradução, a teórica alemã discute as noções de fidelidade, equivalência e lealdade à luz de uma proposta funcional de tradução. Segundo sua concepção, “tradução ou translação é a produção de um texto na língua de chegada (LC) que considera a função textual relacionada a um texto de partida (TP) existente, sendo que essa relação é especificada de modo diferente, de acordo com o escopo da tradução (a função do texto de chegada (TC) pretendida ou exigida)”.

O texto de Estela Servente Lalane, *Contribuições da formação acadêmica à Tradução*, traduzido por Mariana Santana Duarte, aborda aspectos relacionados à formação do tradutor concernentes às fases de compreensão do texto de partida e de produção do texto de chegada. Nesse contexto, a autora enfoca aspectos relacionados à Terminologia e à revisão do texto traduzido. Em relação ao primeiro aspecto, a autora afirma que a Terminologia não apenas constitui um recurso em si mesmo, mas também representa uma ferramenta fundamental

para a tradução especializada. Sobre a revisão, destaca a importância do conhecimento da língua padrão e apresenta os diferentes níveis a serem considerados nesse processo: norma gráfica, norma morfosintática, norma léxico-semântica.

O texto de María José Hernández Guerrero, intitulado *Técnicas específicas da tradução jornalística* e traduzido por Grasielly Hanke Angeli, trata das técnicas específicas da tradução jornalística, área de estudo recente no âmbito da Tradução e que vem ganhando espaço, principalmente pela publicação de jornais em várias línguas em meio digital. A autora analisa esse tipo de tradução a partir das técnicas de tradução e indica que as mais frequentes nesses textos são: amplificação, compressão e elisão. A escolha dessas técnicas é funcional e está determinada pelas características dos gêneros jornalísticos e pelas exigências do contexto comunicativo.

Ainda no âmbito da língua espanhola, o texto *Aplicações das ferramentas web 2.0 e web 3.0 no campo da tradução e da terminologia nos âmbitos acadêmico e organizacional*, de Rosa Luna, cuja tradução ficou a cargo de Tainara Belusso da Silva, apresenta um tema inovador e atual ao tratar das aplicações das ferramentas Web 2.0 e Web 3.0 nos campos da Tradução e da Terminologia tanto em relação à formação de futuros tradutores como em relação aos profissionais da área da Tradução. A autora mostra que esses recursos supõem mudanças na didática de ensino de tradução bem como na atuação profissional.

No artigo intitulado *Ensino da tradução: em busca de um equilíbrio delicado*, traduzido por Jessica Bandeira e Pâmela Lima, a professora e tradutora Mathilde Fontanet, da Universidade de Genebra, aborda questões referentes à didática da Tradução no âmbito das disciplinas de “tradução argumentada” de sua universidade. Para tanto, a pesquisadora francófona se debruça sobre as qualidades necessárias para se tornar tradutor; além do conhecimento de suas línguas de trabalho, o aprendiz deve ser estimulado pelo professor a desenvolver bom senso, intuição, sensibilidade e inteligência gráfica, associando-os a rigor, lógica, criatividade e humildade. Fontanet também salienta os pontos que considera importantes para que a avaliação dos trabalhos efetuados pelos aprendizes de tradução seja formativa e que estes saibam “onde se situam suas falhas e seus pontos fortes”: precisão semântica, qualidade redacional, adequação à função e qualidade dos comentários.

Neste texto de grande importância para aqueles que atuam no âmbito da tradução jurídica – *A problemática da tradução jurídica: princípios e nuances* –, o teórico canadense Jean-Claude G  mar, aqui em tradu  o de Bruna Steffen, discorre sobre a problemática da Tradu  o aplicada ao texto jurídico. Para desenvolver esse tema, o autor explica o funcionamento da linguagem do Direito e elenca alguns dos problemas específicos    tradu  o dessa linguagem, como a no  o de equivalência, que difere para o tradutor e para o jurista: aquele “visará    equivalência *linguística*” [...]. Este “buscar   realizar a equivalência jurídica, pensando que, estando expresso o direito, a letra seguir   *ipso facto*”.

A tradu  o do terceiro artigo em língua francesa, *A qualidade da pesquisa em tradutologia: evoluir sempre*, foi feita por Alessandra da Silveira Bez, Camila Rocha de Moraes e Jorge André Silveira Pires. Nele o professor emérito da universidade Paris 3, Daniel Gile, apresenta sua visão da pesquisa em tradutologia. Neste texto, o renomado intérprete sugere alguns caminhos aos estudantes para o acesso e o desenvolvimento das atividades de pesquisa, tais como a desconstru  o do mito da complexidade intrínseca da pesquisa e a organiza  o no mestrado profissional, acad  mico e no doutorado. Além disso, Gile apresenta algumas propostas concretas para alcançar esses objetivos.

Ao discorrer sobre a tradu  o da chamada “literatura de consumo”, o professor e tradutor literário Valerio Fissore defende, em *Traduzir ou traduzir-se? Considera  es sobre a tradu  o da “literatura de consumo”*, traduzido por Letícia de Abreu Rodrigues, a ideia de que “Cada texto caracteriza-se pela autoria e pela inten  o do autor”. Pergunta-se se    viável estabelecer “uma distin  o entre alta literatura e baixa literatura, em termos de diferentes modalidades tradutórias a serem adotadas em uma ou em outra”. Para sustentar sua reflexão, o teórico se serve de uma série de excertos de textos literários.

No artigo traduzido igualmente por Letícia de Abreu Rodrigues – *O papel da teoria na motiva  o e na justificativa das escolhas tradutórias no âmbito da tradu  o publicitária: quais normas ensinar* –, a professora da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria Daniela Ventura discute questões relativas    tradu  o publicitária. Segundo a pesquisadora, esse tipo de tradu  o ainda não tem *status* de disciplina universitária, já que não despertou maior interesse dos teóricos da tradu  o. A autora defende também que só se podem atender adequadamente às exigências do mercado se o pesquisador e o docente ultrapassarem as fronteiras das teorias previstas pelos Estudos da Tradu  o e avançarem para outros horizontes disciplinares, adotando uma nova abordagem da tradu  o publicitária e de seu ensino no âmbito universitário.

O texto das tradutoras e professoras da Universit   degli Studi di Torino Paola Brusasco, Maria Cristina Caimotto e Aurelia Martelli – *Ensinar a traduzir. Experiências de didática na Universidade de Turim e uma “modesta proposta”* –, traduzido por Ariane Concei  o Ribeiro Marques e Gabriela Nunes, aborda uma proposta de ensino de tradu  o do inglês para o italiano a partir de suas experiências na referida universidade. Considerando o contexto e as condi  es de ensino de tradu  o em seu país, as autoras relatam a experiência da realiza  o de seminários de prática de tradu  o, nos quais buscam conciliar teoria e prática e tratam os diferentes aspectos implicados no processo tradutório – morfologia e estrutura sintagmática, léxico, sintaxe, competências culturais. Seu objetivo    melhorar a forma  o dos futuros tradutores do par de línguas tratado no texto.

A língua japonesa nos oferece um artigo sobre o *Acréscimo de Falas na Dublagem para a Língua Inglesa de Filmes de Anima  o Japoneses: uma análise de obras*

do *Estúdio Ghibli*, de autoria de Tamura Chihiro, em tradução de Andrei Cunha, Ariel de Oliveira, Guilherme Pedrosa, Ana Maria Pichini e Maria Luísa Vanik. A partir da comparação e da análise das dublagens em inglês de três filmes japoneses e suas versões originais, o autor reflete sobre o processo tradutório, embasado na teoria da tradução audiovisual e na teoria da comunicação intercultural, propondo categorias para explicar o acréscimo de falas na dublagem dos filmes de animação japoneses, os quais, segundo ele, cumprem variadas funções.

A professora Maria Cristina Martins e a aluna e bolsista Luciana Malacarne traduziram o texto de São Jerônimo *Ad Pammachium: de optimo genere interpretandi* (*A Pamáquio: sobre a melhor maneira de traduzir*), no qual ele se defende das acusações de ser um mau tradutor. Neste texto, o autor faz reflexões sobre aspectos implicados no processo de tradução, entre eles, a tradução pelo sentido e a tradução palavra por palavra e as técnicas tradutórias de ampliação e omissão. Além da tradução, as tradutoras apresentam uma breve biografia de São Jerônimo e o contexto de produção desse texto.

Como representante da língua russa, temos o texto *A tradução literária no diálogo entre culturas e literaturas*, de Iulia Leonárdovna Oboliénskaia, efetuada por Denise Sales e Rodrigo Garay. A autora revela a importância da tradução literária tanto para a divulgação de determinada literatura nacional e sua cultura como para o sistema literário de recepção da tradução. Conforme as palavras da própria autora, “Ela [a tradução] dá ao texto original uma nova medida, introduz esse texto em outro sistema cultural, no qual existem outras orientações e “eixos de coordenadas”, e a própria tradução adquire, nesse novo sistema de coordenadas, uma vida completamente independente, nem sempre parecida com a vida do original”. Segundo a autora, a tradução literária pode ser comparada à execução de uma obra musical, em que a partitura é única e jamais muda, embora esteja sempre aberta a uma nova leitura por parte de um novo regente ou músico. O tradutor, assim como o maestro, “*muda o instrumento*, ou seja, ele toca a obra em outra língua”.

Esperamos que essa coletânea – que oferece reflexões tanto sobre o processo quanto sobre o produto da Tradução, a partir de variados referenciais teóricos – seja reveladora dos distintos olhares possíveis sobre a tradução em contextos culturais tão diferentes quanto o Japão e o Canadá, passando pela Rússia, pelos países da Europa Ocidental e pela América Latina. Do mesmo modo, almejamos que ela seja útil tanto aos professores como aos estudantes de Tradução, assim como aos tradutores profissionais, ao oferecer subsídios para uma reflexão aprofundada sobre o fazer tradutório.

Cleci Regina Bevilacqua e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução

Christiane Nord¹

Tradução de Cristiane Krause Kilian²

Revisão de Luciane Leipnitz e Renan Lazzarin³

O modelo e a sua representação

Como introdução, uma pequena história:

“Vão”, disse o velho mestre aos seus cinco aprendizes preferidos, quando sentiu que sua hora se aproximava, “e façam uma imagem de mim, que me mostre como eu realmente sou. E quem criar a imagem mais fiel será o meu sucessor, pois este terá compreendido o segredo da representação.”

E assim, os aprendizes puseram-se a trabalhar com dedicação. O primeiro pegou um simples pedaço de carvão e, com alguns traços, pôs no papel um desenho que mostrava o seu mestre trabalhando: movimento e entusiasmo e, ao mesmo tempo, concentração extrema. A segunda pintou com pincéis e tintas um retrato do mestre, no qual expôs todo o amor e a admiração que cultivava por ele. O terceiro criou um busto de bronze que um dia refletiria em um museu a fama do mestre. A quarta, muito perspicaz, fotografou o velho homem, sem que este a percebesse, enquanto estava à janela, perdido em seus pensamentos e contemplando o florido jardim; posteriormente ampliou a foto para o tamanho natural. O quinto, no entanto, pegou alguns tubos de tinta já usados, uma mecha de cabelos brancos e um chapéu de feltro amassado do venerado mestre e dispôs tudo de forma extremamente original em uma

¹ Traduzido a partir do texto “Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie”, publicado inicialmente em *Lebende Sprachen* 34 (1989), de Gruyter, p. 100-105. Traduzido a partir da publicação em Nord, Christiane (2011) *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, p. 11-27.

² Pesquisadora do Grupo Termisul, UFRGS, bolsista DTI1 - FAPERGS, junto à Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

³ Professora da Universidade Federal da Paraíba; aluno do Curso de Bacharelado em Letras - Tradução, Alemão.

paleta, também já usada, formando uma colagem. Quem dos cinco conseguiu produzir a imagem mais “fiel”?

Sobre a traduzibilidade de textos

Em geral, espera-se que uma tradução seja “fiel”, ou seja, que mostre como o texto de partida realmente é, que reproduza o que o texto de partida expressa. Mas isto é possível? “Se, em todas as línguas, tudo o que pode ser pensado pode ser expresso, a princípio aquilo que é expresso em uma língua pode ser traduzido para qualquer outra língua”. Para Koller (1979: 152), este é o “axioma da traduzibilidade”, já formulado anteriormente por Humboldt (cf. Klopfer 1967: 54-55).

Esse axioma, que representa uma opinião bastante difundida (cf. p. ex. Weinrich, 1970: 78: “Todos os textos são traduzíveis”), é muito interessante pelo fato de estar fundamentado em dois pilares bem instáveis: por um lado, desconsidera totalmente o fato de que aquilo que uma pessoa pertencente à cultura de partida (CP) “pensa” e “expressa” na língua de partida (LP) é marcado especificamente por essa cultura, de maneira que uma “tradução” de língua para língua de modo algum implica a invariância do que é “pensado” em uma cultura específica. Por outro lado, a validade do axioma depende significativamente daquilo que se entende por “tradução”.

É provável que aqueles que partem de uma exigência de “equivalência” entre o que é expresso no texto de partida (TP) e no texto de chegada (TC) (cf. Koller, 1979; Wilss, 1977; entre outros), ou seja, do ideal de uma reprodução “fiel” do TP através do TC logo esbarrem nos limites da traduzibilidade. Pois, como mostra o exemplo da história narrada no início, é quase impossível reproduzir “fielmente” ao mesmo tempo e com a mesma intensidade todos os ângulos e todas as características de um modelo: determinados materiais e técnicas (entenda-se aqui: processos e meios de expressão culturais que incluem os linguísticos) são mais (ou menos!) apropriados do que outros para a reprodução de características específicas. Deve-se considerar também que quem faz uma reprodução percebe principalmente o lado do modelo que está virado em sua direção e que lhe é especialmente importante e interessante. Além disso, cada um pode ter objetivos diferentes com a reprodução.

Assim, por um lado, tem-se a pergunta de como deve ser formulado o conceito de tradução para que leve em conta o atrelamento cultural de enunciados ou textos (de partida) e, por outro, como ele pode ser distinguido de outras formas de transferência cultural que não se pode chamar de “tradução” ou “translação”. Dito de outra forma: se uma tradução boa, correta e “verdadeira” é reconhecida por sua “fidelidade”, quão “fiel” ela deve ser? Ou ainda, a quem ela deve ser “fiel”?

O conceito tradicional de tradução: fidelidade = equivalência

Não apenas no entendimento do conceito na linguagem comum (ao qual acrescento também o entendimento de tradução dominante na Linguística e nos Estudos Literários, cf. DUW, 1983; Bussmann, 1983), mas também nos Estudos da Tradução, a “fidelidade” esperada de uma tradução parece ser geralmente equiparada à “equivalência”. Assim, por exemplo, Königs (1983: 6), em sua apresentação dos “conceitos centrais da atividade científica da tradução”, refere que a busca por equivalência estaria “no cerne da definição de tradução”, sendo equivalência entendida como “a maior correspondência possível entre o texto de partida e o texto de chegada”. Para mim, essa equiparação um tanto precipitada entre tradução e equivalência, parece ser a razão para o não avanço nas discussões em torno de fidelidade e liberdade na tradução. Isto porque os limites entre “fidelidade” e “fidelidade escrava” (cf. Senn, 1986: 55, com exemplos da tradução de Homero), por um lado, e entre “liberdade” e “abuso de liberdade” (ou seja, paráfrase ou adaptação; reescritura ou “simplesmente” adaptação livre), por outro lado, são estabelecidos quando há um grau “demasiado” alto de fidelidade ou liberdade e já não há mais equivalência. Também a tentativa de W. Benjamin (1972: 20) de tomar a “lei da fidelidade na liberdade” como princípio para o seu conceito de tradução, ancorado na palavra como “elemento primário do tradutor”, não contribui para um melhor esclarecimento.

O conceito de equivalência pertence ao grupo dos conceitos mais mutantes e mais interpretados (ou interpretáveis) nos Estudos de Tradução. Ele implica exigências em todos os níveis textuais: no nível externo (pragmático) do texto, há a exigência da “mesma função” do TP e do TC e da transmissão “ao mesmo receptor” (?); as características internas do texto - conteúdo e forma - são contempladas na exigência de que o TC deve “refletir”, “reproduzir”, “imitar” o TP, “expressar sua beleza”, etc.; e a alternância entre fatores internos e externos ao texto, o efeito, é contemplado quando se interpreta equivalência como “identidade de sentido”, “igualdade de valor (equi-valência)” e “igualdade de efeito” entre o TP e o TC. A prática mostra que essas exigências muito raramente são compatíveis.

Claro está que a insatisfação com o conceito de equivalência, tão difícil de ser apreendido, não é algo novo. Desde a formulação de Nida para a *dynamic equivalence* (Nida, 1964), passando pela especificação de Koller em equivalência denotativa, conotativa, textual, pragmática e formal (1979: 187 et seq.), tem-se uma trajetória por vezes sinuosa que leva à “equivalência no nível textual” de Neubert (1985), que deve compensar a não equivalência nos níveis mais inferiores, bem como à delimitação da equivalência com a ajuda de conceitos próximos como adequação e correspondência (Turk, 1988).

Redefinições pontuais (como os diferentes “tipos” de equivalência em Koller), no entanto, não trazem, segundo minha experiência, alterações sig-

nificativas na tão criticada imprecisão (não apenas no nível interlingual, mas também no nível intralingual) do conceito (cf. Snell-Hornby, 1986: 16). A equivalência continua sendo equiparada à fidelidade e traduções (principalmente traduções literárias) ainda são avaliadas segundo apresentem ou não equivalência em relação ao TP.

Traduzir e adaptar

Em um entendimento de tradução pelo viés da equivalência, TCs que não correspondem à exigência da equivalência são descartados do âmbito da tradução “propriamente dita” e são considerados um outro tipo de tradução (p. ex. tradução interlinear) ou “adaptação” (cf. Koller, 1979: 89).

Nesse contexto, deve-se, em primeiro lugar, fazer a distinção entre formas ou tipos de tradução e procedimentos ou técnicas de tradução. Seguindo a *stylistique comparée* (cf. entre outros Vinay/Darbelnet, [1958] 1971), os procedimentos de tradução dividem-se em procedimentos literais (p. ex. decalque ou substituição⁴) e procedimentos não literais (p. ex. transposição e modulação). Referem-se à transformação de “elementos textuais abaixo do nível do texto”. Tradução interlinear e adaptação livre são, no entanto, tipos de tradução (ou “formas de transferência textual interlingual”) e referem-se a textos e suas funções, bem como à relação entre textos.

Reiss (1985: 281) dá um importante passo em direção a uma concepção diferenciada e a uma delimitação dos diferentes tipos de tradução com seu esquema hierárquico dos procedimentos de tradução. Ela demonstra como o uso de procedimentos “literais” e a combinação destes com os “não literais” (que, segundo ela, englobam o conceito de “paráfrase”) levam aos cinco tipos de tradução: tradução interlinear ou palavra por palavra, tradução literal, tradução filológica, tradução comunicativa e tradução adaptada.

O esquema por ela proposto dá a entender que todas as formas de transferência textual mencionadas são consideradas “traduções”. A partir de seus comentários – principalmente na parte dedicada aos exemplos, na qual são discutidas paráfrases “legítimas” e “ilegítimas” – pode-se inferir que Reiss considera a sua “tradução comunicativa” como o verdadeiro tipo de tradução. Por outro lado, isso confirma a hipótese formulada acima de que o conceito de tradução ainda é dominado pela concepção de equivalência, mesmo que implicitamente.

Além disso, considero problemática a terminologia (utilizada não apenas por Reiss) relacionada às expressões “comunicativa” e “adaptada”: “comunica-

4 Para Vinay e Darbelnet (1958), substituição é sinônimo de “tradução direta” e engloba os três procedimentos de empréstimo, decalque e tradução literal. [NT]

tiva”, segundo meu entendimento, é toda a forma de transferência textual intercultural, desde que, através da transferência textual, seja possível uma ação comunicativa entre os participantes de uma mesma cultura ou de culturas diferentes. Por exemplo: uma filóloga da cultura de chegada e conhecedora da língua de partida que, através da tradução interlinear, quer passar informações sobre as particularidades morfológicas e sintáticas da língua de partida; ou um tradutor que quer mostrar para os integrantes de uma cultura de chegada como um autor da cultura de partida se comunica com seus conterrâneos sobre um determinado tema; ou ainda uma autora da cultura de partida que, com a ajuda de sua obra (traduzida), quer mostrar aos integrantes de uma outra cultura algo sobre um tema específico e seu posicionamento em relação a isso – todos eles, através da transmissão de uma mensagem, estabelecem comunicação. No entanto, a mensagem trata de coisas diferentes: do sistema de uma língua específica, de uma ação comunicativa (passada), de um determinado tema.

Principalmente o termo “tradução adaptada” me parece enganoso: com exceção da transcrição, na qual um TP é retomado sem alteração linguística no TC (p. ex. em citações científicas que aparecem no original supondo conhecimento linguístico suficiente do público da LC), ocorre, em toda a forma de transferência textual intercultural, algum tipo de adaptação, contanto que não sejam necessárias substituições automáticas, mas sim decisões tradutórias pragmaticamente condicionadas.

Na tradução interlinear, o tradutor tem que escolher entre os sinônimos aquele que será compreendido pelo destinatário (p. ex. “Scanner” ou “Abtasteinrichtung”, em alemão, para “scanner”, em inglês, cf. Koller 1979: 161)⁵; na tradução literal, são transpostas as estruturas sintáticas da língua de partida para as quais não há correspondência formal na LC; na tradução filológica, a adaptação pode ocorrer na forma de comentários ou acréscimos, através dos quais o déficit de conhecimento do público da tradução pode ser compensado. Na “tradução comunicativa”, que busca a invariância de função entre TP e o TC, características textuais (p. ex. estrutura textual) frequentemente precisam ser adaptadas às convenções e expectativas da cultura de chegada. Por fim, a tradução “adaptada”, que, segundo Reiss, caracteriza-se pelo fato de que a função do TP e do TC não deve (ou não pode) ser mantida, exige, paradoxalmente, muitas vezes, menos “adaptação” do que todas as outras formas: na utilização de um texto em uma situação comunicativa da cultura de partida em uma situação comunicativa da cultura de chegada, pode-se partir, geralmente, de uma função modificada (em diferentes graus), principalmente quando não há ou quando há poucas alterações no texto.

5 Koller (1979) refere-se aqui aos sinônimos em alemão que apresentam uma palavra estrangeira (“scanner”) e uma forma vernácula (“Abtasteinrichtung”) para uma mesma palavra na LP (“scanner” em inglês). Em português, podemos mencionar os sinônimos “e-mail” ou “correio eletrônico” para “e-mail”, em inglês.

Se, no entanto, a “adaptação” é parte integrante do processo de tradução, deve-se perguntar sobre os critérios norteadores para a adaptação. Essa pergunta será examinada a seguir sob a ótica de uma concepção de tradução guiada pela função.

A tradução funcional: lealdade em vez de fidelidade

Segundo uma concepção funcional, tradução ou translação é a produção de um texto na língua de chegada (LC) que considera a função textual relacionada a um TP existente, sendo que essa relação é especificada de modo diferente, de acordo com o escopo da tradução (a função do TC pretendida ou exigida). A translação possibilita uma ação comunicativa que, em razão das barreiras culturais e linguísticas existentes, não poderia acontecer sem ela (cf. Nord, [1988] 2009: 30).

Traduz-se, portanto, para uma situação de chegada com seus fatores determinantes (receptor, local, tempo da recepção, etc.), na qual o translatado deve preencher uma função a ser especificada e especificável antes do processo de tradução. Se o translatado realmente cumpre essa função, pode-se então falar posteriormente de “funcional”. O receptor da tradução e o cliente esperam que o tradutor entregue um translatado funcional.

Além da funcionalidade como objetivo maior, há também a exigência de certo “vínculo” com o TP. A forma e o grau (qualidade e quantidade) do vínculo determinam, dependendo do objetivo da tradução, quais elementos do TP podem (adaptação facultativa) ou devem (adaptação obrigatória) ser “preservados” e quais “alterados”, ou seja, “adaptados”. Se, tendo um escopo de tradução determinado, esse vínculo não é possível ou não é permitido, não pode haver tradução.

A translação depende, portanto, da compatibilidade do escopo do translatado com o TP. Essa compatibilidade é determinada culturalmente. Na nossa cultura, o escopo do translatado não pode contrariar a intenção do autor do TP, pelo menos não quando este, na situação de chegada, também “assina” como emissor do translatado (isso ocorre principalmente para o tipo textual descrito por Reiss como expressivo, mas também para textos “com autoria determinada” que pertencem ao tipo informativo). Espera-se de tradutores que eles não “deturpem” a intenção do autor.

Visto que tradutores lidam com participantes de uma ação (cliente, público da cultura de chegada, autor(a) do TP) que esperam um TC condizente com a função e com certo vínculo com o TP e que não têm condições de verificar se o TC entregue corresponde a essas condições, os tradutores devem lealdade aos participantes da ação. Estes precisam poder acreditar que o encargo foi executado da melhor maneira possível.

Ao entender-se um texto (cf. Reiss, Vermeer, 1984: 122 e outras) como “oferta de informação de um emissor para um receptor” (sendo que “informação” deve ser entendida aqui em sentido bem amplo), um translatado é uma “oferta de informação sobre uma oferta de informação”, portanto, uma oferta secundária de informação, mas que simula ser uma oferta primária de informação e não se deixa reconhecer no texto como tal (mas externamente sim, na maioria dos casos) (cf. Reiss, Vermeer, 1984: 88 et seq.).

A oferta (secundária) de informação “translatado” pode, em princípio, apresentar duas constelações funcionais em relação à oferta primária de informação “texto de partida” (e com isso são mencionadas as duas abordagens distintas que já antes de Cícero dividiam os teóricos da tradução em dois fronts: os seguidores da fidelidade e os seguidores da liberdade). O texto de chegada pode ser documento ou “protocolo” de uma ação comunicativa precedente, na qual o texto de partida funciona (funcionou) como oferta de informação, ou ser instrumento de comunicação em uma nova ação comunicativa, para o qual o texto de partida fornece a oferta de informação.

A diferenciação corresponde, superficialmente, à distinção de House (1981: 188 et seq.) entre *overt translation* e *covert translation* (de maneira similar, Güttinger [1963: 40] distingue entre tradução “erudita” e tradução “viva”). No entanto, discordando de House, não acredito que a decisão sobre a função da tradução é resultante das *different characteristics* do TP, mas sim – o que House (1981: 202) reserva para *specific purposes* – do “encargo de tradução”, cuja exequibilidade (= compatibilidade com o TP) é avaliada pelo tradutor.

Ao contrário de House, não acredito que, na tradução em “função instrumento”, o TC funcione automaticamente como mesmo instrumento que o TP, tendo a mesma função (House fala em *equivalent function*), pois, assim, esbarriaríamos novamente na equivalência. Acredito muito mais que o TC pode ser usado em qualquer função instrumento, que seja compatível com a função do TP. Assim, pode-se exigir que os tradutores expliquem a relação entre o TP e o de TC ou que caracterizem o seu translatado como um tipo especial de tradução.

De acordo com o que nossa cultura entende por compatibilidade, é condição para uma tradução instrumental que a intenção comunicativa do autor ou emissor do TP não esteja fixada somente e de forma específica na situação de partida e no receptor previsto do TP, mas que também possa ser transferida para a situação de chegada e no sentido de que o tradutor possa fazer, para o público de chegada, uma oferta de informação plausível sobre a oferta de informação do TP. A oferta de informação do TC deve, de certa forma, estar contida na oferta de informação do TP. Todas as funções do TP que são realizáveis e que podem ser combinadas entre si na cultura de chegada devem ser preservadas, sendo, no entanto, permitida uma valoração diferente das funções. Se isso não for possível, então deve ser feita uma tradução documento; esta é sempre possível.

Textos ou gêneros textuais que não tenham “autoridade determinada” ou cuja autoria esteja subordinada à função ou à relação com o receptor (textos do tipo “informativo” e “operativo”, segundo Reiss, 1976) podem ser traduzidos tanto de forma documental quanto instrumental. Na tradução documento, exige-se uma “documentação” (externa ao texto) da situação do TP, que simultaneamente indique aos receptores do TC a função tradutória com a qual estão envolvidos.

Uma tipologia funcional da tradução

Em uma transferência textual intercultural, é necessário diferenciar entre transferência em função documental e transferência em função instrumental. Nos dois tipos de transferência, deve-se determinar, dependendo do objetivo e do enfoque, as diferentes formas de transferência, para as quais são empregados diferentes processos de transferência (também de forma combinada). A tipologia é apresentada a seguir com exemplos e posteriormente resumida no Quadro 1.

Tipo 1: Tradução documental

A tradução documental tem a função de documentar uma ação comunicativa, que ocorre em uma cultura A submetida a determinadas condições situacionais, e levar ao receptor meta certos aspectos da ação comunicativa precedente. Como enfoque da documentação podem figurar algumas características ou categorias do TP, sendo que outras podem aparecer obrigatoriamente em segundo plano ou serem totalmente desconsideradas. Neste tipo de tradução podemos ter as seguintes formas de transferência intercultural:

a) Tradução palavra por palavra (também: tradução interlinear)

Na tradução interlinear, o enfoque está nas categorias das estruturas morfológicas, lexicais e sintáticas que são representadas com elementos da língua de chegada. Não são considerados os níveis oracional e textual, bem como a situação e a função textual, de maneira que muitas vezes não há coerência (no sentido de compreensão). Ao público meta são transmitidos conhecimentos sobre o sistema linguístico da língua de partida (cf. Reiss, 1985: 281).

Exemplo 1:

Then Belisarius ordered the bugles to be blown for a general assembly, and addressed the troops as follows: “Men of the Imperial and allied forces! What dog has bitten you that you have sent your officers to me with so mad a request? [...]”

Dann Belisarius befahl die Signalhörner zu werden geblasen für eine allgemeine Versammlung und sprach an die Truppe wie folgt: “Was

Hund hat gebissen euch dass ihr habt gesandt eure Offiziere zu mir mit so verrückt einer Bitte? [...]” (Fischer-Lexikon-Sprache, 1961: 111)

Nas aulas de língua estrangeira, a tradução palavra por palavra é praticada, por exemplo, no contexto da versão induzida, com a finalidade de testar o domínio das estruturas da língua estrangeira por parte dos alunos (Exemplo: *Er schaut sich in den Spiegel* para a indução a *Se mira al espejo*, em Halm/Moll Marqués, 1965: 47). Nos primórdios da tradução bíblica, a tradução interlinear era vista como única forma apropriada de tradução (cf. Wilss, 1977: 36), já que ela deixava o “texto sagrado” o mais intocado possível.

b) Tradução literal (também: tradução gramatical)

A tradução literal (termo usado por Wilss, 1977: 105) se diferencia da tradução palavra por palavra na medida em que as estruturas sintáticas da língua de partida, nos casos em que não há correspondência formal na língua de chegada, não são reproduzidas, mas são substituídas por estruturas da língua de chegada que apresentam o mesmo significado (“transposição obrigatória”). Assim, na documentação, o nível oracional e geralmente também o textual são considerados, de maneira que seja possível uma construção do sentido imamente ao texto. Aqui a situação e a função textual não são consideradas. Toury (1980: 85 et seq.), por exemplo, emprega uma tradução literal para o inglês, para mostrar, a um leitor de fala inglesa, certas características semânticas de diferentes traduções para o hebraico de “Max und Moritz”, de Wilhelm Busch:

Exemplo 2:

They smell the meal.
They peep through the chimney,
without heads, without throats the cock
and each one of the hens
are already in the pan.

Max und Moritz in the meantime,
have already seen the stove,
and the smell of tasty roast meat
went into the noses of the naughty children.

(Durch den Schornstein mit Vergnügen
Sehen sie die Hühner liegen.
Die schon ohne Kopf und Gurgeln
Lieblich in der Pfanne schmurgeln.)

c) Tradução filológica

A tradução filológica (termo usado por Reiss, 1985, também tradução “estrangeirizadora” ou “erudita”, cf. Güttinger, 1963: 28) é vista, segundo uma observação muito citada feita por Ortega y Gasset, como “remédio amargo” (na tradução de Kilpper em Ortega y Gasset, 1956: 87) para se chegar ao original. Nesse tipo de tradução, segundo a descrição de Ortega para a tradução de sua própria obra para o alemão – e que provavelmente seguiu esse princípio –, “a tolerância gramatical da língua alemã é forçada até o limite para capturar exatamente o que, em meu modo de dizer, não é alemão. Desta maneira o leitor acaba compreendendo, sem esforços, movimentos de pensamento que são mesmo espanhóis.” (Ortega y Gasset, 1977: 77). E com a frase seguinte Kilpper, o tradutor de Ortega, exige de seus leitores:

Exemplo 3:

Und ich, für meinen Teil, habe das Gefühl, dass Sie eine Art letzter “Abencerrage” sind, ein letzter Überlebender einer ausgestorbenen Fauna, da Sie einem anderen Menschen gegenüber fähig sind, zu glauben, dass der andere und nicht Sie selbst recht haben [sic]. (Ortega y Gasset, 1956: 19)⁶

Para uma tradução filológica funcional deveria haver ainda uma nota de rodapé com esclarecimentos sobre a expressão “Abencerrage”. Dessa forma se documentaria ainda o conhecimento prévio do receptor do TP pressuposto no texto. Essa forma de tradução é encontrada com relativa frequência em edições bilíngues.

d) Tradução exotizante

Considero “tradução exotizante” todas as variantes da tradução “comunicativa” (segundo Reiss, 1985) que representam o TP em sua situação (inclusive o receptor do TP) e com sua função “original”, sendo que essa função, diferentemente do que considera Reiss (1985: 281), não permanece constante para além das barreiras culturais, pois o estranho é aceito e, num sentido de efeito exótico, até desejável. Aqui a tradução de “he kissed his daughter on the mouth” seria “il embrassa sa fille sur la bouche”, pois essa forma de cumprimento entre pai e filha tem, no leitor francês, um efeito estrangeirizador, mas preserva o “colorido local” do TP (ver posição contrária em Koller, 1979: 165, que empregou o exemplo de Vinay e Darbelnet [1957], 1971: 53). Textos literários em geral têm sido traduzidos de forma exotizante (cf. Reiss, 1977: 499).

6 No original em espanhol: “Y yo, a mi vez, entreveo que es usted una especie de último abencerraje, último superviviente de una fauna desaparecida, puesto que es usted capaz, frente a otro hombre, de creer que es el otro y no usted quien tiene razón.” [NT]

Tipo 2: Tradução instrumental

Na tradução instrumental, o *translato* atua, em uma nova ação comunicativa na cultura de chegada, como “instrumento” para alcançar um objetivo comunicativo, sem que os receptores do TC precisem ter consciência de que têm diante de si um texto “novíssimo”, mas um texto que, em uma outra ação comunicativa e de uma outra forma, já tenha servido de instrumento. Eles não sabem, portanto, se a função do texto nessa ação comunicativa anterior era a mesma esperada para o texto que têm diante de si, mas avaliam se esse texto é funcional para eles. Dessa maneira os receptores dependem, em relação à compatibilidade com as funções do TP, da lealdade do *translator*.

No tipo de tradução instrumental encontram-se as seguintes formas de transferência intercultural:

a) Tradução equifuncional

A esse grupo pertencem aquelas formas relativas à tradução “comunicativa” de Reiss, nas quais o TC, em uma situação semelhante, pode realmente ser o mesmo instrumento e, com ele, o mesmo objetivo comunicativo do TP pode e deve ser atingido. Um exemplo para essa forma seria a tradução de “he kissed his daughter on the mouth” para “il serra tendremente sa fille dans ses bras”, pois a situação (interna ao texto, fictícia) é adaptada ao mundo do novo receptor e assim passa a ter, para o receptor do TC, o mesmo “valor comunicativo” que tinha para o receptor do TP. Atualmente, a maioria dos textos não literários (especializados, manuais de instruções, correspondência comercial, etc.) são traduzidos dessa forma – desde que não haja exigências diferentes no contrato. Nessa forma também são feitas geralmente as interpretações. Para que a função instrumental possa ser desempenhada na cultura de chegada, o TC deve ser elaborado de acordo com as convenções do gênero textual e demais convenções da cultura de chegada.

b) Tradução heterofuncional

Aqui se encontram as formas pertencentes à categoria de tradução “adaptativa” de Reiss, nas quais o TC não pode desempenhar a mesma ou as mesmas funções na mesma hierarquia ou proporção como no TP, porque não há, na cultura de chegada ou por parte do público pretendido, condições para tal. São as formas nas quais o TC desempenha uma ou mais funções do TP, mas eventualmente em outras proporções.

Como exemplo, pode-se mencionar a tradução de J. Swifts de *A Voyage to Liliput* como livro infantil, o que possivelmente tenha possibilitado a “sobrevivência” da obra (cf. van den Broeck, 1980: 91: “In some cases the solution

for literary texts to survive seems that they are deliberately misunderstood, that is to say that they are uses 'in a way the author had never dreamt of'⁷), já que a função de sátira à sociedade não pode mais ser recuperada pelo leitor da cultura de chegada atual (bem como pelo leitor da cultura de partida atual).

c) Tradução homóloga

A essa categoria pertencem as traduções de textos artísticos (cf. Senn, 1986 "transposições") e traduções livres, que assumem, no contexto da cultura, literatura e língua de chegada, um valor próprio, que deve ser analisado em analogia ao valor do TP. As relações intertextuais do translato com outros textos da cultura de chegada tem aqui preferência sobre a relação intertextual entre o TP e o TC. Para a tradução homóloga é válido, substituindo "língua" por "cultura" ou "literatura", o que diz Benjamin (1972: 16):

A tradução não se encontra, porém, como a poesia, no próprio interior da floresta da língua, mas sim fora dela, na sua frente, e sem adentrar, ela chama o original para aquele lugar único, no qual o eco pode fazer ressoar uma obra de língua estrangeira na sua própria língua ...

Como exemplo, podem-se mencionar as traduções de Baudelaire feitas por Benjamin e as traduções de Shakespeare feitas por Stefan Georg – TCs, cujo *status* de tradução é discutível (Sander, 1983: 53, refere-se à tradução de Virgílio feita por Schiller em verso livre como "paráfrase arbitrária") e, apesar de seu vínculo peculiar com o TP, não lhe é privado o *status* de uma obra literária autônoma na cultura de chegada. É exatamente isso que leva a considerá-la "livre demais" para ser digna de ter a denominação "tradução". Não pode uma tradução ser uma obra de arte?

Também uma tradução livre pode cumprir, seguindo o conceito de tradução funcional, as exigências de compatibilidade com as funções do TP, se o TC se converte em um "análogo" do TP. Sua "fidelidade" ou "função representativa" refere-se, nesse caso, à intenção do autor do TP em relação ao valor (literário) e efeito (literário) do TP. Contanto que o efeito pretendido pelo(a) autor(a) do TP ou elementos essenciais desse efeito possam atingir o público de chegada, em uma tradução livre, a lealdade do tradutor em relação ao receptor do TC e ao autor do TP também está garantida. O translator é um "contador" que emprega sua própria criatividade e fantasia ao narrar, para aproveitar artisticamente o potencial da cultura e língua de chegada.

⁷ Em português: "Em alguns casos, a solução para a sobrevivência de textos literários parece ser o fato de eles serem deliberadamente mal interpretados, ou seja, são usados de uma maneira a qual o autor nunca teria imaginado".

Limites da Tradução

Os limites da tradução são estabelecidos através da quantidade e qualidade da adaptação e do vínculo com o TP: uma repetição idêntica do TP (transcrição) não é, pois, uma forma de tradução (apesar de ser um *procedimento* de tradução aceitável, por exemplo, para nomes próprios), já que não há nenhuma adaptação.

Se o TC é usado em uma ação comunicativa, na qual ele deve desempenhar uma ou mais funções, que não sejam, como descrito acima, compatíveis com as funções do TP ou com a intenção do emissor do TP, então também não se trata, a meu ver, de tradução, mas sim de uma outra forma de transferência textual intercultural que eu prefiro chamar de "versão"⁸ (sobre o termo, cf. Hollander, 1966: 220).

Não é preciso tratar de casos tão espetaculares como paródia ou farsa, pois há exemplos menos "chamativos" como a versão alemã do livro de Ernesto Cardenal *In Kuba. Bericht von einer Reise* (Trad. A. Schwarzer de Ruiz, Wuppertal, Peter Hammer, 1972; Original: *En Cuba*: Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohlé, 1972), chamada de "tradução". O louvor subjetivo e engajado à Cuba de Fidel, que o autor traz de forma manifesta, é diluído em um relato de viagem distanciado e monótono, no qual o leitor é levado constantemente a lembrar-se que nem tudo que reluz é ouro (cf. Grohmann, 1976). A tradutora faltou com o seu dever de lealdade ao autor, mas também ao receptor do TC, que, após a leitura do livro, chega à conclusão errônea de que Ernesto Cardenal não tinha, de maneira alguma, uma atitude positiva em relação ao regime de Fidel Castro.

Conclusão

Voltemos, ao final, ao mestre e seus cinco aprendizes. Cada um tentou, de acordo com seu entendimento, elaborar uma réplica fiel daquilo que considerava ser a "essência" do mestre. O desenho a carvão e a fotografia em tamanho natural têm, de certa forma, uma função "documental": o desenho a carvão mostra o mestre no seu trabalho, "em função", enquanto a fotografia acentua um outro aspecto de sua personalidade e, ao mesmo tempo, representa sua situação e seu ambiente, que contribuem para a caracterização. Assim, outros aspectos passaram necessariamente para um segundo plano. As outras três "representações" são, por sua vez, "instrumentos" para cada um dos diferentes objetivos: o retrato pintado mostra não apenas o mestre, mas atesta também algo sobre sentimentos que ele pode despertar nos seus aprendizes, ou seja,

⁸ John Hollander usa o termo "version", em inglês, para referir-se a um tipo de adaptação bem distante do original. [NT]

sobre seu “feito”; o busto de bronze deve dar a conhecer permanentemente a fama do mestre e, por isso, foi ajustado às convenções válidas para as peças de museu. Não é uma falha que não irradie vitalidade e criatividade, como o faz, por exemplo, o desenho a carvão. Por fim, a quinta representação, a colagem, pode ser encarada em uma relação simbólica, talvez também associativa, com o “modelo”. Dentro do contexto da arte moderna, essa colagem representa, no entanto, o mestre em sua época e com seu trabalho. Ela é, com certeza, a que mais se pode comparar com a “tradução homóloga”, a tradução livre.

Não queremos exagerar nos exemplos: todas as cinco representações são “fiéis”, no sentido de que elas têm como princípio a lealdade dos artistas, tanto em relação ao modelo quanto em relação ao objetivo do fazer de cada um. Uma tradução “fiel” não se constitui em representar todo o TP (na medida em que ele exista) com a mesma situação, função e efeito, considerando conteúdo e forma, etc., mas sim em informar sobre as características relevantes do TP para o contexto de chegada, preservando a lealdade ao emissor do TP e ao receptor do TC.

Na tradução, portanto, trata-se não de um conceito absoluto de “fidelidade” a um texto (!), mas de diferentes maneiras de produção de um translato funcional levando em conta o princípio (ético) da lealdade aos participantes envolvidos.

QUADRO 1: Tipologia funcional da tradução

TRANSFERÊNCIA INTERCULTURAL DE TEXTOS						TRADUÇÃO INSTRUMENTAL			VERSÃO
	TRANS- CRIÇÃO	TRADUÇÃO DOCUMENTAL							
Forma	Repor- dução idêntica	Trad. pa- lavra por palavra	Trad. literal	Trad. filológica	Trad. exotizante	Trad. equi- funcional	Trad. hete- rofuncional	Trad. homóloga	
Finalidade	Reprodução da grafia da LP	Reprodução do sistema da LP	Repro- dução da forma do TP	Reprodução da forma e do conteúdo do TP	Reprodução da forma, do conteúdo e da situação	Obtenção da função de partida no receptor de chegada	Obtenção de função(ões) compatível(eis)	Obtenção de efeito homólogo	Obtenção de funções incompatíveis e efeito
Enfoque	Caracte- rísticas grafemáti- cas da LP	Estruturas morfológi- cas, lexicais e sintáticas da LP	Palavras, sintagmas e frases do TP (e texto?)	Sintagmas, frases, texto (e situa- ção?) do TP	Frases, texto, situação e cultura do TP	Função(ões) do TP na situação de partida	Função (ões) do TP na situação de chegada	Função(ões) do TP na literatura de chegada	Função (ões) do TC na situação de chegada
Procedi- mento	Transcri- ção	Substitui- ção	Substi- tuição e paráfrases pontuais	Substituição, paráfrases sintáticas e semânticas pontuais e comentário (externo)	Substituição e paráfrases sintáticas e semânticas obrigatórias	Substituição, paráfrases sintáticas e semânticas obrigatórias e facultativas (interno)	Substituição e paráfrases sintáticas e semânticas obrigatórias e facultativas (= adaptação)	Substi- tuição, paráfrases e novas for- mulações leais	Substituição, paráfrases e novas for- mulações lealdade

Bibliografia

- Benjamin, Walter (1972): “Die Aufgabe des Übersetzers.” In: *Gesammelte Schriften*. Organizado por Tillmann Rexroth. vol. IV.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 9-21.
- Bussmann, Hadumod (1983): *Lexikon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Kröner.
- DUW (1983): *Deutsches Universal-Wörterbuch*. Mannheim: Dudenverlag.
- Grohmann, Sabine (1976): *Übersetzungskritik zu Ernesto Cardenal, En Cuba - In Kuba: Bericht von einer Reise*. Traduzido por A. Schwarzer de Ruiz. Não publicado. Tese. Heidelberg: Institut für Übersetzen und Dolmetschen.
- Güttinger, Fritz (1963): *Zielsprache*. Zürich: Manesse.
- Halm, W. / Moll Marqués, J. (1965): *Modernes Spanisch*. München: Hueber.
- Hollander, John (1966): “Versions, interpretations and performances.” In: Brower, R.A. [org.]: *On translation*. Oxford: University Press. 207-231.
- House, Juliane (1981): *A model for translation quality assessment*. 2. ed. Tübingen: Narr.
- Kloepfer, Rudolf (1967): *Die Theorie der literarischen Übersetzung*. München: Fink.
- Koller, Werner (1979): *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Heidelberg: Quelle & Meyer (= UTB 819)
- Königs, Frank G. (1983): “Zentrale Begriffe aus der wissenschaftlichen Beschäftigung mit Übersetzen, Teil 1.” *Lebende Sprache* 28 (1983), 1, 6-8.
- Neubert, Albrecht (1985): “Maximale Äquivalenz auf Textebene?” *Linguistische Arbeitsberichte* 47 (1985), 12-23.
- Nida, Eugene A. (1964): *Toward a science of translating with special reference to principles and procedures involved in Bible translating*. Leiden: Brill.
- Nord, Cristiane ([1988]2009): *Textanalyse und Übersetzen: Theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse*. 4. ed. rev. e atual. Tübingen: Stauffenburg.
- Ortega y Gasset, José (1956/1977): *Miseria y esplendor de la traducción / Elend und Glanz der Übersetzung*. Traduzido por G. Kilpper (1956) e por K. Reiss (1977). Ebenhausen b. München: Langenscheidt zweisprachig.
- Reiss, Katharina (1976): *Texttyp und Übersetzungsmethode: Der operative Text*. Kronberg: Scriptor.
- _____, Katharina (1977): “Die literarische Übersetzung als Kommunikationsleitungen.” In: Bender, Karl-Heinz / Berger; Klaus / Wandruszka, Mario [org.]: *Imago linguae. FS für Fritz Paepcke*. München: Fink. 487-501.
- _____, Katharina (1985): “Paraphrase und Übersetzung. Versuch einer Klärung.” In: Gnllka, Jochen / Rüger, H. P. [org.]: *Die Übersetzung der Bibel - Aufgabe der Theologie*. Bielefeld: Luther-Verlag.
- _____, Katharina / Vermeer, Hans J. (1984): *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer.

- Sander, Ernst (1983): "Vom Übersetzen ins Deutsche." In: Koch, H.-A. [org.]: *Sprachkunst und Übersetzung. Gedenkschrift für Ernst Sander*. Frankfurt am Main etc.: Peter Lang. 45-71.
- Senn, Fritz (1986): Literarische Übertragungen - empirisches Bedenken. In: Snell-Hornby, Mary [org.]: *Übersetzungswissenschaft - eine Neuorientierung*. Tübingen: Francke. 54-84.
- Snell-Hornby, Mary (1986): "Übersetzen, Sprache, Kultur". In: Snell-Hornby, Mary [org.]: *Übersetzungswissenschaft - eine Neuorientierung*. Tübingen: Francke. 9-29.
- Toury, Gideon (1980): "Toward descriptive translation studies: goals, procedures, and some basic notions." In: Ders. (1980): *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv University. 79-88.
- Türk, Horst (1988): "Adäquatheit, Äquivalenz, Korrespondenz. Der kategoriale Rahmen der Übersetzungsanalyse." In: Arnzt, Reiner [org.]: *Textlinguistik und Fachsprache. AILA-Symposien Hildesheim 13-16.4.1987*. Hildesheim: Olms. 87-99.
- Van den Broeck, Raymond (1980) "Toward a text-type-oriented theory of translation". In: Wilss, Wolfram / Poulsen, Sven-Olaf [org.]: *Angewandte Übersetzungswissenschaft*. Århus: Handelshochschule. 82-96.
- Vinay, Jean-Paul / Dalbérnet, Jean ([1958]1971): *Stylistique comparée du français et de l'anglais. Méthode de traduction*. Paris: Didier.
- Weinrich, Harald (1970): "Erlernbarkeit, Übersetzbarkeit, Formalisierbarkeit." In: Pilch, Herbert / Richter, Helmut [org.]: *Theorie und Empirie in der Sprachforschung*. Basel-München-Paris-New York: Karger. 76-80.
- Wills, Wolfram (1977): *Übersetzungswissenschaft: Probleme und Methoden*. Stuttgart: Klett.

Contribuições da formação acadêmica à tradução

Estela Lalane Servente¹

Tradução de Mariana Santana Duarte²

Revisão de Maria Lúcia Machado de Lorenci³

Neste trabalho, tentarei destacar a enorme importância que tem a formação acadêmica do tradutor e, estendendo-me a outros âmbitos, de todos os profissionais que trabalham com a palavra (tradutores, revisores, mediadores linguísticos, redatores especializados, entre outros), tanto para o exercício da profissão como para sua formação.

Como é impossível abordar, neste espaço, todos os aspectos relacionados à formação acadêmica, comentarei somente dois deles que estão intimamente vinculados com duas das principais fases da atividade tradutora: a compreensão do texto original e a correta expressão do conteúdo do texto na língua meta. Por que afirmo que são duas das principais fases de nossa atividade? Tentarei resumir a resposta em duas máximas, expressadas de maneira excelente pelo doutor Valentín García Yebra:

- Não se pode traduzir bem o que se compreendeu mal – fase da compreensão.
- Pode-se traduzir mal o que se compreendeu bem – fase da expressão.

Em relação à fase de compreensão, como bem sabemos, o trabalho de tradução nos confronta com uma variedade de temas correspondentes a diversas áreas de conhecimento. Mesmo quando o tradutor se especializa numa área

¹ Professora da Fundación Litterae e do Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires. Título original: Aportes de la formación académica a la traducción. Texto apresentado na Jornada do Dia do Tradutor, organizada pelo Colegio de Traductores da Provincia de Santa Fe, em 11 de outubro de 2011.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Espanhol.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

específica, com frequência, surgem subáreas ou novos desenvolvimentos que o obrigam a continuar investigando.

A Terminologia, entendida como uma matéria científica interdisciplinar, está diretamente relacionada à transmissão do conhecimento especializado que, atualmente, apresenta cada vez mais exigências aos profissionais dentro dos diferentes âmbitos técnico-científicos. Em consequência, é indispensável dispor de recursos que permitam representar, pesquisar e comunicar o conhecimento especializado de maneira precisa. Nesse sentido, a Terminologia não apenas constitui um recurso em si mesmo, mas também representa uma ferramenta fundamental para a tradução especializada, já que todo tradutor parte sempre de um texto fonte, que deve analisar a fundo para poder elaborar uma boa tradução. Deve conhecer as condições de produção do texto, os receptores ou destinatários e as características de sua recepção. Em outras palavras, o tradutor deve possuir uma boa competência na especialidade da qual trata o texto que deve ser traduzido.

A Terminologia facilita a aquisição da competência mencionada, já que permite organizar a estrutura conceitual ou cognitiva de um texto, mediante o desenho de um sistema de conceitos, útil não apenas para analisar a terminologia do âmbito que está sendo investigado, mas também para localizar esse texto dentro de um contexto mais amplo e oferecer um panorama das condições em que o texto foi produzido. A partir da representação conceitual do texto, ou seja, mediante a elaboração de um sistema de conceitos, o tradutor alcança dois objetivos inerentes a seu trabalho:

- adquire suficiente competência cognitiva da área especializada à qual pertence o texto que deve ser traduzido.
- identifica, recopila e analisa os termos e as fraseologias típicas na língua original.

Em um trabalho de tradução, uma das principais dificuldades é encontrar os equivalentes adequados para traduzir o vocabulário que nos é apresentado. Para isso, devemos identificar os conceitos representados por esse vocabulário com a finalidade de orientar nossa pesquisa na língua meta. Pode acontecer que um texto pertencente a uma determinada especialidade inclua palavras que, em outro contexto de uso, atuariam características especializadas, mas que, neste caso, somente acrescentam informação ou ampliam o significado de alguns conceitos. A atividade terminológica nos orienta na elaboração de sistemas de conceitos que permite ordenar os termos detectados conforme a estrutura conceitual do texto. Tentarei exemplificar, no texto seguinte, o modo como a terminologia nos ajuda a recopilar as unidades terminológicas e a organizar um sistema de conceitos com vistas a uma futura tradução.

Assentamentos manuais

Os assentamentos manuais relacionados com custos, provisões, salários, etc., são efetuados de forma manual pelo pessoal do departamento de contabilidade. Apesar de ser anexada documentação comprobatória dos assentamentos, não existe evidência de um controle sobre os assentamentos manuais, efetuados por uma pessoa diferente daquela que o efetuou.

A falta de controle dos assentamentos manuais efetuados constitui uma fragilidade no controle interno, e implica riscos de fraude, assim como risco de erros involuntários.

Recomendamos que se formalize um procedimento de controle sobre os assentamentos manuais, requerendo-se o envolvimento de pessoal de nível superior ao daqueles que registram os assentamentos, para a autorização dos mesmos.

Todo trabalho terminológico de pesquisa deve situar o texto analisado dentro de um contexto maior. Assim, neste caso, estamos diante de um texto que pertence à área financeira e, dentro dessa área, ao campo de contabilidade. Pela escrita, podemos deduzir que é um texto destinado aos funcionários e aos empregados de uma empresa que não utiliza a língua geral, mas, pelos termos que aparecem à primeira vista, trata-se de uma área de conhecimento especializado, cujo objetivo é instruir os funcionários e os empregados para que unifiquem o modo dos *assentamentos manuais* corretamente.

Se analisarmos os primeiros termos e as relações existentes entre eles, temos a seguinte estrutura:

Os *assentamentos* são registros contábeis de custos, provisões, salários, etc.

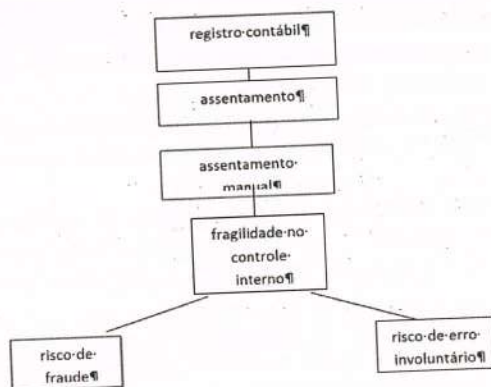
Então, podemos afirmar o seguinte: o termo superordenado (o que abarca todos os demais na estrutura), ou seja, o que tem as características mais gerais é: *registro contábil*.

- O primeiro termo subordinado com relação ao superordenado, *registro contábil*, é *assentamento*.
- O termo subordinado do anterior é o *assentamento manual*.

Até aqui, teríamos aplicado os seguintes critérios: o *assentamento manual* é um “tipo” de registro (já que poderíamos deduzir que existem registros automáticos) e um *assentamento* é um *registro contábil*. Como dissemos anteriormente, a definição de um termo surge de sua posição na representação da estrutura de conhecimento de tal texto, segundo uma análise dos termos em contexto.

Se avançarmos na análise, identificaremos a característica multidimensional deste pequeno texto, pois, como analistas, uma linha de análise nos interessa mais que outra. Neste caso, pensamos que o autor está interessado em enfatizar os riscos relacionados com os controles manuais, motivo pelo qual podemos dizer que o “assentamento manual” pode gerar *fragilidades no controle interno*. Tais

fragilidades derivam em *risco de fraude* e em *risco de erro involuntário*. Segundo o raciocínio que segui, a estrutura do sistema de conceitos seria a seguinte:



Em todo trabalho terminológico, a definição de um termo surge de sua posição na representação da estrutura de conhecimento de um texto, segundo uma análise dos termos em contexto.

Concluindo esta primeira etapa da minha exposição, permito-me afirmar que a Terminologia deveria fazer parte da formação acadêmica de todos os profissionais da palavra, já que, ao elaborar a estrutura conceitual de um texto, não somente se adquire competência em relação à matéria sobre a qual trata o texto, mas também se realiza um trabalho de recopilção de terminologia que permite identificar as unidades relevantes de conhecimento e as relações existentes entre elas.

A seguir, tratarei do segundo aspecto relacionado com nossa formação acadêmica: a *correta expressão do conteúdo do texto na língua meta*, que no nosso caso, é o espanhol.

Durante meus anos de exercício de nossa querida profissão e de docência no curso de revisor de textos, fui me convertendo em uma ferrenha defensora das normas que regem o bom uso de nosso idioma, tal como as define o *Dicionário da Real Academia Espanhola*:

norma. (Del lat. *norma*, *escuadra*). 1. Ling. Conjunto de criterios lingüísticos que regulan el uso considerado correcto. 2. Ling. Variante lingüística que se considera preferible por ser más culta⁴.

Como bem sabemos, a comunicação escrita domina grande parte da atividade social, e a língua da comunicação social, aquela que aproxima todos os

⁴ No original: (Del lat. *norma*, *escuadra*). 1. Ling. Conjunto de criterios lingüísticos que regulan el uso considerado correcto. 2. Ling. Variante lingüística que se considera preferible por ser más culta.

falantes de espanhol, é o espanhol culto, entendido como a língua culta. Precisamente, as normas nos indicam ou recomendam o modo como o espanhol culto resolve as dúvidas que enfrentamos de um texto que devemos traduzir, corrigir ou editar. A principal missão das normas acadêmicas é guiar os falantes, com a finalidade de que possam se expressar com elegância e correção.

O tradutor – como outros profissionais que trabalham com a palavra – deve conhecer as normas, manter-se atualizado em relação a sua aplicação e deve também ter a capacidade de autocorrigir-se constantemente, com uma justificada paixão pela sua língua. Por este motivo, considero que o conceito de tradutor deve se ampliar para incluir os conceitos de revisor e redator. Uma boa tradução se reconhece pela rigorosidade de sua redação e de suas correções, e o autor da tradução deve ser também o autor dessas correções. Por isso, considero importante incluir, dentro do programa acadêmico do curso de Tradução, um seminário de formação do tradutor revisor em língua espanhola, cujos objetivos sejam os seguintes:

- Aperfeiçoar o uso do espanhol dos tradutores.
- Melhorar seu nível de escrita.
- Atualizar seus conhecimentos sobre as normas do espanhol.
- Determinar as normas de correta expressão escrita e oral da língua espanhola.
- Assegurar que o tradutor seja revisor de seus próprios trabalhos.

Considero que, para poder exercer nossa profissão com o nível de excelência adequado, os tradutores devem ter pleno conhecimento das normas e manter-se atualizados sobre o seu uso e aplicação; somente assim poderemos desenvolver adequadamente a fase da expressão, que podemos resumir da seguinte maneira:

- dizer tudo o que diz o original;
- não dizer nada que o original não diga;
- dizer tudo da melhor maneira possível.

Quando nos deparamos com um erro em um texto, ou um possível erro (ou seja, aquilo que “parece que pode ser um erro”), para poder justificar a correção é essencial que sejamos capazes de identificar a norma com a qual esse erro está relacionado. Por esse motivo, é conveniente estabelecer uma classificação das normas acadêmicas que nos permita agrupá-las conforme a temática que abordam. Assim, em linhas gerais, as normas acadêmicas podem dividir-se em três grandes grupos: a *norma gráfica*, a *norma morfosintática* e a *norma léxico-semântica*. Em seguida, ilustrarei cada uma delas com alguns exemplos.

Norma gráfica: Gráfica (do grego, “o escrito”). Analisa tudo o que se relaciona aos signos de pontuação e com os signos auxiliares de pontuação: o uso dos acentos, das maiúsculas, minúsculas e das letras em geral.

Em relação à norma gráfica, é frequente que em nosso trabalho diário surjam muitas dúvidas sobre os seguintes temas: usos de acento, escrita de cifras e sua combinação com os símbolos, usos de maiúsculas e minúsculas, usos das letras em geral. Como bem sabemos, várias das normas que guiam seu uso se modificaram nos últimos tempos. Por esse motivo, em um dos parágrafos anteriores, mencionei que o tradutor deve ter um profundo conhecimento das normas e manter-se atualizado, até porque pode ter sido introduzida alguma mudança em seu uso ou redação.

Por exemplo, analisemos o elemento *super*. Quais são as opções corretas?

- Esta tarde iré al súper. / Esta tarde iré al super.
[Esta tarde irei ao súper / super.]
- Siempre uso nafta súper / super.
[Sempre uso gasolina súper / super.]
- En la fiesta, lo pasamos súper. / En la fiesta, lo pasamos super.
[Na festa, passamos súper / super.⁵]

Até a publicação da *Ortografía de la lengua española* de 2010, a norma dizia o seguinte:

- *Súper* se escreve com acento quando se trata do substantivo resultante da redução de *supermercado*: *Esta tarde iré al súper*.
- *Súper* se escreve com acento quando se trata do adjetivo, frequentemente substantivado, que designa a gasolina comum ou de octanagem superior à normal: *Siempre uso nafta súper*.
- *Súper* se escreve com acento quando se trata do adjetivo, frequente na fala coloquial, que significa ‘estupendo, magnífico’, frequentemente usado como advérbio com o sentido de ‘muito bem, estupendamente’: *En la fiesta, lo pasamos súper*.
- *Super-* é um elemento de composição, um prefixo, que, como os demais prefixos, é átono e deve ser escrito sem acento e unido sem travessão à palavra base: *superordenado, superbién*. [superordenado, super bem]

Vejamos agora: *Ese color está súper de moda. / Ese color está super de moda* [Essa cor está súper / super na moda]. A norma anterior não esclarece nada com respeito a esse uso. Na *Ortografía* de 2010, mantém-se a escrita da norma anterior, mas se diz explicitamente que, como os prefixos são elementos áto-

⁵ *Pasarlo súper bien* significa aproveitar muito alguma coisa.

nos, carentes de acento prosódico, nem sequer levam acento quando ocorrem separados de sua base léxica. Portanto, o prefixo *super-* não deve ser acentuado, ainda quando se escreva separado da base léxica: *Ese color está super de moda*. Neste caso, ampliou-se a redação da norma para incluir uma possibilidade que não estava contemplada na norma anterior.

Como mencionei antes, pode ocorrer também que a norma se modifique. Por exemplo, antes, a norma acadêmica recomendava o uso do acento na conjunção átona ou entre cifras, com a finalidade de que não se confundisse com o zero: *30 ó 40*. A *Nueva ortografía de la lengua española* prescreve a supressão desse acento, já que não é normal acentuar um elemento átono, e a possibilidade de confusão com o zero praticamente não existe na atualidade: *30 o 40*.

As novidades em relação à pontuação ilustram também a necessidade de nos mantermos atualizados. Tal como menciona a *Ortografía de la lengua española* de 2010, na página 288, enquanto que em épocas anteriores privilegiou-se a língua como fenômeno sonoro na hora de pontuar um texto, neste momento, a estrutura sintática e semântica dos enunciados e dos textos exerce uma influência primordial sobre a pontuação. São corretas as duas orações seguintes?

- *Una persona que sonríe muy a menudo está contenta*. [Uma pessoa que sorri muito frequentemente está feliz.]
- *Una persona que sonríe, muy a menudo, está contenta*. [Uma pessoa que sorri, muito frequentemente, está feliz.]

Ambas são corretas, mas não são equivalentes; apresentam uma diferença semântica. No primeiro exemplo, *muy a menudo* [frequentemente] modifica unicamente o verbo *sonrir*, enquanto que, no segundo, é um complemento oracional, ou seja, refere-se a toda oração.

Outras dúvidas frequentes que surgem nas aulas estão relacionadas com o uso das maiúsculas e minúsculas em diferentes contextos. Por exemplo, o uso da maiúscula inicial dos substantivos genéricos que costumam preceder o termo específico nos nomes geográficos. Normalmente, atuam como meros classificadores e devem, portanto, escrever-se com minúscula: *el río Paraná* [o rio Paraná], *el cabo de Buena Esperanza* [o cabo da Boa Esperança]. Entretanto, em algumas ocasiões, estes substantivos fazem parte de um nome próprio de lugar; o que nem sempre é fácil de determinar. Enunciarei, a seguir, algumas orientações que podem ajudar a determinar se um substantivo genérico deste tipo faz parte do nome próprio geográfico e deve, portanto, escrever-se com maiúscula:

- O substantivo genérico faz parte do nome próprio quando denota uma realidade que não corresponde à natureza do referente designado. Por

exemplo, *Río de la Plata* [Rio da Prata] não designa um rio, mas sim o estuário formado pelos rios Uruguai e Paraná; *Cabo Verde* não nomeia um cabo, mas sim uma ilha e o país situado nela.

- O substantivo genérico faz parte do nome próprio quando a expressão denominativa não exige a anteposição do artigo para integrar-se a um enunciado: *Pasé mis vacaciones en Sierra de los Padres* [Passei minhas férias na Serra de los Padres.]
- O substantivo genérico faz parte do nome próprio quando a expressão denominativa não é a que se usa habitualmente para referir-se ao tipo de realidade designada: *Montañas Rocosas* [Montanhas Rochosas] ou *Picos de Europa* [Picos da Europa]; nem *montañas*, nem *picos* costumam ser o genérico que se emprega nas denominações das séries ou conjunto de montanhas, cujos genéricos prototípicos são substantivos como *sistema*, *cordillera* ou *sierra* [sistema, cordilheira, serra].

Norma morfossintática. Explica o modo como se deve coordenar e unir as palavras para formar orações e expressar conceitos. As dúvidas em relação a esta norma são as que predominam nas aulas. Compreende os temas relacionados com a construção das estruturas sintáticas, a ordem das palavras na oração, o paradigma verbal, o uso do gerúndio, o uso do substantivo e do adjetivo, a regência preposicional, a concordância e os casos de ambiguidade.

Como bem sabemos, os casos de ambiguidade são sempre atuais e muitos deles estão relacionados com as pobres vítimas de diferentes acidentes:

- Muere cosido a puñaladas por una gorra en un concierto. [Morre a punhaladas por um boné em um concerto.] (Estranho um boné com tantas habilidades).
- Asesinan y desvalijan la casa de un anciano. [Assassinam e limpam a casa de um ancião.] (Pena que a notícia não esclarece o método utilizado para assassinar a casa)

Norma léxico-semântica. Refere-se ao estudo do significado dos signos linguísticos e de suas combinações e, em consequência, está relacionada com o enriquecimento do léxico, os fenômenos de sinonímia, antonímia ou paronímia, o uso de barbarismos e cultismos, entre outros. Vejamos alguns erros extraídos da imprensa:

- Uma agência de turismo que anuncia: *Por la compra de 1 vuelo le regalamos el acompañante.* [Na compra de 1 voo, presentamos o acompanhante.]

- Uma imobiliária oferece uma casa peculiar: *4 habitaciones: piso exterior con ascensor de 3 dormitorios, salón, cocina y baño.* [4 cômodos: apartamento exterior com elevador de 3 dormitórios, sala de estar, cozinha e banheiro.]

Considero que nós, tradutores, devemos nos esforçar para enriquecer nosso léxico com o intuito de poder analisar as conexões entre as palavras em função dos vínculos semânticos que existem entre elas, o que nos permitirá, por exemplo: evitar repetições desnecessárias; encontrar os sinônimos adequados em cada caso; decidir, segundo o âmbito de especialidade, se um termo deve ser repetido ou se pode ser substituído por um termo equivalente, etc. É fundamental que dediquemos tempo ao estudo exaustivo desta norma, à qual, em muitas ocasiões, não se presta a devida atenção.

Gostaria de destacar que esta divisão que propus não é de forma alguma definitiva; é comum que as normas utilizadas para fundamentar uma correção se sobreponham. Por exemplo, para resolver casos de ambiguidade, seja morfológica, sintática ou semântica, muitos vezes, devemos fazer uso das normas morfossintática e léxico-semânticas. É o que deveríamos fazer para corrigir os erros ocorridos nos seguintes anúncios:

- *Se necesita cocinera de 23-235 años.* (Erro gráfico na escrita do hífen e erro léxico-semântico). [Precisa-se cozinheira de 23-235 anos.]
- *Condenan a 8 de los 3 acusados por el crimen de...* [Condenam 8 dos 3 acusados pelo crime de...] (léxico-semântico)
- *Concierto solidario para contribuir con la catástrofe ocasionada por el terremoto.* [Concerto solidários para contribuir com a catástrofe ocasionada pelo terremoto.] Quando significa 'ayudar con otros a la consecución de un fin' ['ajudar aos outros na consecução de um fim'], o complemento de finalidade deve ir introduzido por *a*. Mas é possível 'dar algo para un fin' ['dar algo para um fim']: *Contribuir con dinero para construir una escuela.* [Contribuir com dinheiro para construir uma escola.]
- *Nuevo microondas que frie: es capaz de freír un huevo frito* [Novo microondas que fritar: é capaz de fritar um ovo frito] (gráfico oo-o, léxico)

Gostaria de encerrar este texto com algo que sempre afirmo nos cursos em que ministro: Apesar de estarmos seguros de que sabemos expressar-nos corretamente em espanhol, sempre nos restará muito a aprender, e é fundamental que aprendamos a duvidar. Como dizia Jorge Luis Borges, *a dúvida é um dos nomes da inteligência*. Ante a dúvida, as normas serão nossas ferramentas para resolvê-la. Elas nos guiarão nesta aprendizagem e, como profissionais da língua, temos a obrigação de manter-nos sempre atualizados em relação a seu uso.

Desejo esclarecer que as normas não são limitações ou imposições caprichosas. Pelo contrário, as normas são um guia para alcançar a unidade entre os falantes da mesma língua. Orientam-nos para que possamos distinguir, entre as diferentes formas que circulam, as que melhor se adaptam ao espírito do idioma, ou seja, às estruturas formais da língua, que Cuervo denominava o "gênio do idioma". As normas nos indicam os usos habituais e corretos de nossa língua que, por algum motivo, nem sempre colocamos em prática.

Bibliografía

- CABRÉ, María Teresa. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida-Empúries, 1993.
- _____. *La terminología. Representación y comunicación*. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- GARCÍA YEBRA, Valentín. *Teoría y práctica de la traducción*, Tomos I-II, Madrid: Gredos, 1984, 2ª ed.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Consuelo; GARCÍA YEBRA, Valentín. *Documentación, Terminología y Traducción*. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 2000.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José. *Manual de estilo de la lengua española*. Guijón: Ediciones Trea, S. L., 2001, 2ª ed.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989, 4ª ed.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario Panhispánico de Dudas*. Disponível em: <<http://www.rae.es>>.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Ortografía de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999, 4ª ed.
- ZORRILLA DE RODRÍGUEZ, Alicia María; OLSEN DE SERRANO REDONNET, María Luisa. *Diccionario de los usos correctos del español*; Buenos Aires: Ángel Estrada & Cía., 1997, 2ª ed.
- ZORRILLA, Alicia María. *Hablar, escribir, traducir en español*. Buenos Aires: Fundación Instituto Superior de Estudios Lingüísticos y Literarios LITTERAE, 2008, 2ª ed.
- ZORRILLA, Alicia María. *Manual del Corrector de Textos. Guía Normativa de la Lengua Española*, Tomos I-VI. Buenos Aires: Fundación Instituto Superior de Estudios Lingüísticos y Literarios LITTERAE, 1991-1997.
- ZORRILLA, Alicia María. *Sobre las palabras y los números*. Buenos Aires: Fundación Instituto Superior de Estudios Lingüísticos y Literarios LITTERAE, 2007.

Técnicas específicas da tradução jornalística

María José Hernández Guerrero¹
Tradução de Grasielly Hanke Angeli²
Revisão de Cleci Regina Bevilacqua³

Resumo: A tradução jornalística é uma prática profissional concreta que apresenta características próprias. Neste artigo, propomos uma nova aproximação a esse tipo de tradução por meio da análise das técnicas utilizadas com maior frequência nas traduções de textos jornalísticos, como a amplificação, a compressão e a elisão. O uso dessas técnicas é funcional e determinado pelas características dos gêneros jornalísticos e pelas exigências do novo contexto comunicativo.

Palavras-chave: tradução jornalística, gêneros jornalísticos, técnicas de tradução.

Abstract: Journalistic translation is a professional practice with its own characteristics. In this article we propose a new approach to this type of translation through the analysis of the specific techniques most often used in journalistic translation, such as amplification, compression and omission. The use of these techniques is functional and is determined by the characteristics of the journalistic genres and the requirements of the new communicative frame.

Keywords: journalistic translation, journalistic genres, translation techniques

1 A tradução jornalística

Surpreendentemente, a grande atividade tradutória gerada pela imprensa escrita não é acompanhada de um movimento de pesquisa paralelo por parte

¹ Professora do Departamento de Tradução e Interpretação da Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Málaga. Título original: Técnicas específicas de la traducción periodística.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

da tradutologia. São escassas as aproximações à tradução jornalística (Tapia, 1992; Gutiérrez de Terán, 1997; Martínez, 2001; Cortés Zaborras e Hernández Guerrero, 2004), como também é mínimo o interesse que o mundo do jornalismo manifesta à enorme quantidade de textos traduzidos que circulam pela imprensa (Hernando, 1999). Assim, em comparação com outros tipos de tradução que geram muitos estudos e publicações, como a tradução literária, a jurídica e a técnico-científica, são escassos os trabalhos e as pesquisas centrados na tradução jornalística. Além disso, parte da publicação existente está relacionada mais com o interesse que os textos jornalísticos despertam para o ensino da tradução do que com o estudo dessa prática profissional (Chartier, 2000). No entanto, uma coisa é a utilização didática dos textos jornalísticos, traduzidos ou não, e outra muito diferente é a tradução jornalística que, como afirmamos anteriormente, é uma prática profissional concreta, ligada a gêneros textuais bem definidos, como são os jornalísticos, que a tornam um tipo de tradução com características e procedimentos próprios.

Propomos, a seguir, uma nova abordagem a esse tipo de tradução por meio da análise de técnicas específicas que são aplicadas na prática profissional, condicionada, por sua vez, pelos parâmetros fundamentais que a determinam: os gêneros textuais empregados e as exigências do novo contexto comunicativo.

2 Os gêneros jornalísticos

A principal função dos gêneros jornalísticos é informar. A informação pode ser transmitida com diferentes estilos ou com diferente intenção, mas sempre deve ser de fácil compreensão para os leitores. É por isso que ao produzir um texto jornalístico recomenda-se que o texto seja claro, conciso, preciso, fluido e simples. Essas mesmas recomendações servem para o tradutor. O seu estilo deve seguir essa linha para que a informação flua com naturalidade.

Na produção de textos jornalísticos, as formulações estilísticas e retóricas se organizam de modo específico. A produção de um artigo jornalístico é regida por princípios que guiam, por exemplo, a disposição da estrutura textual, dos argumentos, da sintaxe, etc. Quando se fala em textos jornalísticos, na verdade, se menciona um conjunto de tipos textuais que não é uniforme. Esclarecendo, se menciona um conjunto de tipos de discurso ou gêneros. Os gêneros jornalísticos foram amplamente estudados e classificados no âmbito do jornalismo e contamos com excelentes obras para sua análise e descrição (Casasús e Núñez Ladevéze, 1991; Martínez Albertos, 1989 e 2000; Gomis, 1991; Núñez Ladevéze, 1993 e 1995, entre outros). Existem diferentes classificações dependendo do enfoque dos diversos autores. Seguiremos a proposta simplificadora de Casasús (1991: 88), que estabelece três grandes categorias: gêneros informativos,

interpretativos e argumentativos, que englobariam as variedades textuais presentes na imprensa escrita⁴.

Cada um desses gêneros apresenta convenções textuais já estabelecidas, uma maneira de comunicar com estruturas determinadas e que variam entre línguas e culturas diferentes. Assim, se tomamos como exemplo a notícia, variedade textual do gênero informativo, veremos que ela apresenta em espanhol uma estrutura convencionalizada, na qual destacam um tipo de *título* extenso, que informa o leitor dos acontecimentos sem que ele precise recorrer ao resto da informação, o *lide*, que inclui a parte mais importante da informação, e o *corpo da notícia*, que explica, amplia e embasa o que foi dito no lide. Tradicionalmente, o conteúdo da notícia se estrutura seguindo as pautas da *pirâmide invertida*, que consiste em colocar as informações mais importantes no início e as menos relevantes no final. Essa técnica continua sendo aplicada, embora conviva com outras, como a estrutura cronológica ou a narração natural dos fatos. A notícia tem como finalidade refletir com a maior exatidão possível a realidade à qual teve acesso o jornalista. Martínez Albertos (2000: 263) destaca o seu estilo sóbrio e sucinto, rigorosamente objetivo.

Essas características vêm marcadas culturalmente; trata-se de uma série de convenções textuais que os jornalistas, por um lado, conhecem e aplicam e os leitores do jornal, por outro, esperam encontrar. Cada gênero se diferencia dos demais por seu estilo e pela utilização dos recursos linguísticos, sua finalidade e disposição psicológica do autor. Além da estrutura interna, contamos com o seu "exterior", a sua imagem, que também é uma parte fundamental da informação oferecida pelos meios de comunicação e jornais aos receptores. A percepção do texto jornalístico (localização, extensão, formato, etc.) nos proporciona uma informação visual adicional.

As convenções que regem a produção de uma variedade textual em um sistema sociocultural determinado não têm por que coincidir com os padrões textuais de outros sistemas. Voltando ao exemplo anterior da notícia, embora existam características em espanhol que sejam iguais nas notícias de países próximos, também existem diferenças. No caso dos textos jornalísticos franceses, por exemplo, a maneira de construir os títulos é diferente das convenções que regem no espanhol, como tivemos a oportunidade de analisar em um trabalho anterior (Hernández Guerrero, 2004c). Assim, os títulos das no-

⁴ Embora existam diferentes denominações, há plena coincidência ao apontar a existência desses três gêneros jornalísticos. Não se pode dizer o mesmo em relação aos subgêneros. Basta uma breve revisão na bibliografia sobre o assunto para comprovar que algumas variedades textuais são híbridas e estão incluídas, segundo o autor, em um gênero ou outro. O mesmo ocorre nos manuais de estilo dos principais jornais da Espanha. Assim, no *Libro de estilo* de El Mundo (1996, p. 23), lemos sobre a entrevista: "Pode-se considerar como um subgênero da informação básica ou notícia. Nesse caso, seu único objetivo é informar as opiniões de alguém". No entanto, Martínez de Sousa (2003, p. 39), no *Libro de estilo* de Vocento, inclui esse subgênero dentro dos gêneros interpretativos.

tícias em espanhol são muito mais diretos, mais explícitos do que em francês; transmitem, além disso, grande parte da informação que contêm os textos, incluindo todos os elementos gramaticais de uma frase normal. É por isso que nas traduções para o espanhol são feitas modificações para adaptá-los às convenções que regem os títulos informativos. Podemos ver essa característica nos seguintes exemplos dos artigos do jornal francês *Libération*, que foram traduzidos para o jornal *El Mundo*:

Le non franc et massif des Danois à l'Euro (*Libération*, 29-9-2000).
Dinamarca rechaza adherirse al euro y acentúa la debilidad de la moneda única
(*El Mundo*, 29-9-2000).

Journaux gratuits, les trouble-fête de la presse (*Libération*, 19-9-2002).
Francia en pie de guerra contra la difusión de los periódicos gratuitos
(*El Mundo*, 20-2-2002).

La Banque de France en voie au régime sec (*Libération*, 11-2-2003).
El Banco de Francia prevé cerrar el 75% de su red en 10 años (*El Mundo*, 13-2-2003).

O tradutor deve conhecer não apenas os padrões textuais que predominam no seu sistema sociocultural, mas também as demais convenções próprias dos gêneros que traduz. Assim, e seguindo com o exemplo da tradução de textos jornalísticos franceses, algo que é comum nesses textos, como a inclusão de notas de rodapé, é impensável nos textos jornalísticos espanhóis, em que esse recurso quase nunca é utilizado. Essa diferença de uso leva o tradutor experiente a introduzir modificações na sua versão para evitar a perda de informação, como podemos ver no trecho do artigo "Délocalisations: agir est possible", do comissário europeu do Comércio Internacional, Pascal Lamy, (por questões de espaço não reproduzimos o texto na sua totalidade, apenas o trecho que nos interessa; evidentemente, a nota está no original em francês no final deste artigo):

Sur ce socle de croissance, il nous faut construire une véritable stratégie industrielle. Depuis vingt ans, l'industrie européenne a perdu 7 millions d'emplois tant dis que les services en créaient 36 millions. J'ai demandé au CEPPI⁵ d'étudier précisément les dynamiques à l'œuvre car l'industrie reste un pivot essentiel de diffusion du progrès technique dans l'économie (*Libération*, 22-9-04).

⁵ Centre d'études prospectives et d'informations internationales, dirigé para Lionel Fontagné, qui doit prochainement remettre au Premier ministre un rapport sur les délocalisations.

Sobre esta base de crecimiento tenemos que poner en marcha una auténtica estrategia industrial. Desde hace 20 años, la industria europea ha perdido 7 millones de empleos, mientras que los servicios creaban 36 millones. Yo mismo pedí precisamente al Centro de Estudios Prospectivos e Informaciones Internacionales, dirigido por Lionel Fontagné, que estudiase las dinámicas que están actuando en este terreno, porque la industria sigue siendo un pivote esencial de difusión del progreso técnico en la economía (*El Mundo*, 25-9-04).

O tradutor optou por introduzir no texto parte da informação proporcionada pela nota, sendo essa a técnica mais comum nesses casos, como pudemos comprovar nas nossas análises de textos jornalísticos franceses traduzidos ao espanhol. No entanto, quando não é considerada relevante para o novo leitor, em geral, a informação da nota desaparece no artigo traduzido⁶.

Traduzir os gêneros jornalísticos, ou qualquer outro gênero, requer conhecimentos e habilidades especiais, que nesse caso se concretizam nos conhecimentos textuais especializados, nas técnicas de redação jornalística e no domínio das convenções; o tradutor desses gêneros constrói novos textos jornalísticos que se inserem em uma tradição linguística e cultural específica, que é regida por parâmetros diferentes aos do original.

3 O novo contexto comunicativo

O texto que foi originalmente publicado em um jornal concreto, em um contexto espaço-temporal determinado, para um receptor e com uma função específica, sofre uma série de transformações quando é traduzido a outra língua e cultura e publicado em outro jornal. Esse jornal pode utilizar o texto com um objetivo igual ou diferente do canal matriz, mas sempre em um novo contexto comunicativo, determinado pelo novo receptor e pelas características do novo canal.

O leitor, destinatário último do jornal, determina em grande medida o tratamento que recebem os textos traduzidos. Ao traduzir textos de outros âmbitos linguísticos e culturais, deve-se pensar no leitor de casa, utilizando uma dose de explicação e de realce na notícia muito superior à que requer o resto das infor-

⁶ Como, por exemplo, no artigo "Porte-voix d'islam", em que encontramos a seguinte frase com informações sobre a editora que publica o livro por meio de uma nota de rodapé, cujo conteúdo o tradutor por fim decidiu omitir:
Début mars, Abd al-Malik, 28 ans, Strasbourgeois d'origine congolaise converti à l'islam à l'âge de 15 ans, raconte sa quête spirituelle dans un livre intitulé Qu'Allah bénisse la France. Ed. Albin Michel, *Libération*, 11-6-04.
A comienzos de marzo, Abd al-Malik, de 28 años, el rapero de Estrasburgo de origen congoleño convertido al islam a los 15 años, contaba su búsqueda espiritual en un libro titulado Que Alá bendiga a Francia. *El Mundo*, 13-6-04.

mações, mais próximas em seus conteúdos e pelas quais se sente mais atraído. O texto jornalístico original se destinava a determinados leitores que compartilhavam com o autor um contexto sociocultural. Esse conhecimento compartilhado facilitava a comunicação entre ambos. A tradução jornalística é muito sensível a todos os aspectos de tipo pragmático para conseguir o propósito comunicativo; as pressuposições (o conhecimento compartilhado entre o autor e o receptor) exigem a intervenção constante do tradutor mediante o emprego de técnicas de tradução concretas, como a descrição e a adaptação.

As características do novo canal constituem outro aspecto que é preciso levar em consideração. Os diferentes jornais que publicam artigos traduzidos apresentam um novo formato, ao qual devem ser adaptadas as versões. Esse formato afeta questões tanto tipográficas, ocasionando, por vezes, mudanças relevantes, como de extensão (os textos têm espaços determinados designados). Contudo, mais importante ainda é a função que o novo canal atribui ao artigo original. O texto pode manter ou variar a função com a qual foi concebido. Ao mesmo tempo, essa função dependerá da sua localização (poderá permanecer na mesma editoria do jornal ou não). Em resumo, no novo canal, o texto traduzido experimenta, às vezes, mudanças importantes em relação ao original de outros meios de comunicação, e essas mudanças implicam a aplicação de técnicas de tradução concretas, como veremos na seção 4.

Deve-se considerar, além disso, que os diferentes canais contam com uma norma própria, paralela à da RAE (Real Academia Espanhola), que aplicam em seus textos. Os grandes jornais oferecem a seus redatores e colaboradores um guia com uma série de normas de caráter interno: os manuais de estilo.

3.1 Os manuais de estilo

A nova publicação que acolhe o texto traduzido é regida por uma série de critérios próprios, não apenas ideológicos (representados na sua linha editorial), mas também formais. Nas publicações de prestígio, os critérios formais estão reunidos nos manuais de estilo, que proporcionam informação sobre como devem ser produzidos os textos do jornal. Os principais jornais espanhóis contam com seu correspondente manual de estilo para orientar os redatores no seu trabalho e unificar critérios. Os manuais de estilo obrigam, são normativos. Evidentemente, que o meio de comunicação decidiu em matéria de linguagem. Evidentemente, em seu conjunto coincidem na hora de oferecer orientações para a produção dos diferentes gêneros e as maiores diferenças são encontradas em:

1. *Questões tipográficas.* Afetam principalmente os tipos de letras ou o emprego de determinados signos ortográficos. Com o objetivo de unificar critérios, os diferentes canais oferecem a seus redatores uma série de recomendações, como as funções dos diferentes tipos de letras ou o

tratamento dos números. Trata-se de estabelecer orientações comuns; assim, por exemplo, indicam o tipo de aspas que deve ser utilizado nas citações: aspas curvas no caso do *El País* (1996: 144), aspas angulares no caso do *El Mundo* (1996: 76).

2. *Crítérios para a transcrição de outros alfabetos.* Nesse ponto, as variáveis são muito mais significativas. A transcrição (ou representação dos elementos de uma língua, qualquer que seja a escrita original, por outro sistema de letras ou signos fonéticos) é fonte de erros ao traduzir, devido à interferência com outras línguas. Todos os manuais de estilo advertem os redatores dos erros de transcrição que são cometidos, principalmente por influência das agências internacionais de notícias, que transmitem as grafias conforme o idioma que usa cada uma, ao serem as primeiras que utilizam as transcrições, sobretudo de antropônimos ou topônimos. Cada jornal fixa suas próprias normas e, dependendo do tipo de transcrição empregado, o leitor da imprensa espanhola encontrará um mesmo termo escrito de forma diferente segundo o jornal escolhido. Assim, para utilizar um exemplo da atualidade, termos que o *El País* ou o *El Mundo* transcrevem como *Irak*, *Al Qaeda* ou *Bin Laden*, ficam como *Iraq*, *Al Qaida* ou *Ben Laden* no *La Razón*. Talvez o caso mais chamativo seja o da capital chinesa: *Pekín*. Assim figura na maioria dos jornais espanhóis, exceto no *El Mundo*, em que se utiliza a transcrição em pinyin: *Beijing*.

3. *Posicionamento em relação ao uso de empréstimos.* Aqui a coincidência é total, todos evitam o uso de termos estrangeiros sempre que tenham equivalente na língua espanhola. Onde encontramos diferenças é no tratamento dado a esses empréstimos por parte dos diferentes meios de comunicação. Na grande quantidade de léxicos apresentada nesses manuais, são reunidos os termos considerados problemáticos e são dadas orientações sobre o seu uso. Assim, por exemplo, no *Libro de estilo de El País* (1996: 380), encontramos a seguinte entrada:

land (plural, *länder*). Em alemão, “país”. Cada um dos estados que fazem parte da República Federal da Alemanha. Prefere-se a palavra Estado, mas se for usada em citações será escrita em itálico e com minúscula (apesar de em alemão se escrever com maiúscula).

O *Libro de estilo de El Mundo* (1996: 240), por sua vez, recomenda o seguinte:

Land Plural, *Länder*. Em alemão, “país”. Cada um dos estados que formam a Alemanha. É preferível a palavra Estado, mas pode ser usada essa conhecida palavra alemã em itálico e com maiúscula.

4 Técnicas de tradução

Para evitar confusões terminológicas ou conceituais, utilizamos o termo *técnicas de tradução* na concepção proposta por Hurtado Albir (2001: 268), que as define como “procedimento, geralmente verbal, visível no resultado da tradução, que é utilizado para conseguir a equivalência tradutória, com cinco características básicas: 1) afetam o resultado da tradução; 2) são classificadas a partir da comparação com o original; 3) referem-se a microunidades textuais; 4) têm um caráter discursivo e contextual; 5) são funcionais”.

As técnicas de tradução empregadas na tradução jornalística são muito variadas. A mudança do sistema cultural exige, como apontamos na seção 3, a intervenção do tradutor para que a comunicação flua com naturalidade e a função informativa do texto se cumpra. Instituições, siglas, partidos, nomes próprios exigem técnicas de tradução como a adaptação ou a descrição para que o leitor compreenda o texto⁷. Neste estudo, não nos ocuparemos das técnicas necessárias para traduzir microunidades de índole cultural. Centramo-nos em um campo pouco explorado, como é a descrição de outras técnicas específicas empregadas na tradução jornalística. É o caso da amplificação, compressão linguística e elisão⁸. O seu uso é determinado por necessidades funcionais dos gêneros jornalísticos. Não se deve apenas traduzi-los, mas também adaptá-los às características dos gêneros jornalísticos em espanhol, aplicar as orientações marcadas pelo novo canal que os acolhe, que lhes atribui sua função. Tudo isso exige o uso de técnicas específicas que resultam em mudanças importantes no texto de chegada. A seguir, mostramos a aplicação dessas técnicas, utilizando, como fizemos até agora, textos jornalísticos traduzidos do jornal francês *Libération*.

4.1 A amplificação linguística

A amplificação linguística é uma técnica que consiste em introduzir informações que não estão no texto original. No caso da tradução jornalística, é uma técnica de uso frequente, necessária pelas novas circunstâncias de recepção do artigo traduzido. A amplificação é empregada com diferentes finalidades, como veremos nos exemplos que apresentamos a seguir.

⁷ Os exemplos são abundantes, e o tradutor, na maioria dos casos, pressionado pelo espaço, opta por explicações breves que permitam que o novo leitor compreenda, como nos seguintes exemplos extraídos de traduções que reproduzimos a seguir (as intervenções do tradutor estão entre parênteses): (el semanario satírico) *Le Canard enchaîné*, la RATP (Transportes de Paris), la SNCF (la Renfe francesa), el FN (la extrema derecha, que lidera Jean-Marie Le Pen)

⁸ Em relação à denominação das técnicas de tradução, continuamos utilizando a terminologia proposta por Hurtado Albir (2001, p. 268-271) pelas razões antes expostas.

1. Atualização da informação

A função de informar, predominante nos gêneros jornalísticos, explica as eventuais ampliações da informação do original por novidades do momento da notícia. O exemplo que apresentamos reflete esse último aspecto; extraímos o seguinte parágrafo da tradução espanhola do artigo “Cachemire: éden touristique retrouvé”:

Conséquence directe du processus de paix indo-pakistanaï amorcé ces derniers mois, la vallée du Cachemire connaît cette année un retour en force du tourisme, anéanti ces quinze dernières années pour cause d'insurrection armée (Libération, 23-9-04).

Consecuencia directa del proceso de paz indo-paquistaní iniciado en los últimos meses y ratificado por los líderes de ambos países esta semana en Nueva York, el valle de Cachemira está asistiendo al retorno masivo del turismo, que había desaparecido durante los últimos 15 años por culpa de la insurrección armada (*El Mundo*, 26/9/2004).

Utilizamos o formato em itálico no texto traduzido para marcar a parte introduzida que não está no texto original. Podemos observar como foi adicionada essa sequência para ampliar a informação com o novo dado ocorrido entre a publicação do original e a sua tradução para o espanhol: a ratificação do processo de paz em Nova Iorque pela Índia e pelo Paquistão.

2. Explicação da informação

A notícia sempre deve ser facilmente compreendida. Por isso, às vezes, é necessário explicar a informação. Nesse exemplo, extraído da tradução do artigo “Rumsfeld prédit plus de violence en Irak”, observamos como foi introduzida uma frase que não estava no original com a finalidade de facilitar para o leitor a compreensão do texto e deixar mais acessível a transição de um parágrafo a outro:

Outre que ces zones attirent désormais de nombreux groupes terroristes venus chercher en Irak un refuge perdu en Afghanistan, près d'un quart du pays, dont une bonne part de la capitale, échappe totalement aux règles politiques dictées par la coalition et le gouvernement intérimaire. Situation inacceptable dans la perspective de la future souveraineté irakienne.

À l'issue de très longues tractations menées par le clergé officiel chiite, la Marjaia, sous les auspices du grand ayatollah Ali Sistani, le jeune chef religieux rebelle, Moqtada al-Sadr, a accepté d'ouvrir les négociations avec des émissaires du gouvernement (Libération, 11-10-04).

Además de que estas zonas atraen a numerosos grupos terroristas que han venido a buscar en Irak el refugio perdido en Afganistán. Cerca de la cuarta parte del país y una buena parte de la capital escapa totalmente a las reglas políticas dictadas por la coalición y por el Gobierno interino, una situación inaceptable en la perspectiva de una futura soberanía iraquí.

La única nota de esperanza procede de la comunidad chií, mayoritaria en Irak y que, precisamente por eso, piensa que tiene mucho que ganar en un escrutinio directo. Tras complicadas negociaciones dirigidas por los clérigos oficiales, la Marjaya, bajo los auspicios del gran ayatolá Ali Sistani, el joven jefe religioso rebelde, Muqtada al Sadr, ha aceptado entablar negociaciones con los emisarios del Gobierno (*El Mundo*, 11-10-04).

3. Contextualização da informação

O novo contexto comunicativo sociocultural obriga, algumas vezes, o tradutor a contextualizar a informação, como observamos neste trecho do artigo “Porte-voix d’islam”, traduzido ao jornal *El Mundo* com o título “Una cruzada musical y pacifista a favor del islam”, no qual se faz referência ao novo disco de Youssou N’Dour:

Pour la première fois de sa longue carrière, la star sénégalaise, 44 ans, affirme dans Egypte, sorti en France cette semaine, sa foi et son appartenance à la confrérie musulmane des mourides (*Libération*, 11-6-04).

Y es que, por primera vez, la estrella senegalesa de 44 años declara abiertamente su fe y su pertenencia a la fraternidad musulmana muridista en su nuevo disco, *Egypt*, que se publica mañana en España (*El Mundo*, 13-6-04).

A informação apresentada ao novo leitor é atualizada e adaptada à sua realidade mais próxima. Dessa forma, o tradutor utilizou o nome com o qual o disco foi comercializado na Espanha (curiosamente, em inglês), informando ao mesmo tempo a data do lançamento no país.

4.2 A compressão linguística

A compressão linguística é uma técnica que consiste em sintetizar elementos linguísticos. As novas necessidades do canal receptor e o novo formato que recebe o texto traduzido obrigam o uso de técnicas que diminuam o conteúdo. Atualmente, a edição eletrônica, que atribui a cada artigo uma extensão precisa, determina o espaço disponível para os textos; cada redator sabe, aproximadamente, o espaço que tem designado para elaborar o texto noticioso. Ao incorporar ao novo canal um texto que originalmente foi criado para outro

meio de comunicação, podem ocorrer assimetrias. Elas afetam tanto o tratamento dado à informação como o espaço estipulado. Assim, por exemplo, pode acontecer de uma notícia de âmbito nacional no canal de partida, com um tratamento extenso e exaustivo, se transformar em uma notícia de caráter internacional no canal de chegada, com um tratamento mais breve.

O recurso da compressão é, pois, frequente e necessário. Apresentamos a seguir um exemplo, incluído por sua extensão em dois anexos, onde podemos analisar um caso comum da aplicação dessa técnica. Trata-se da tradução de uma entrevista ao imame da mesquita al Kadumiya de Bagdá, intitulada “Nos combattants sont tous prêts au sacrifice” (*Libération*, 13-8-04) (Anexo 1), publicada no *El Mundo* (13-8-04) com o título: “La Coalición aún no ha conocido la verdadera pesadilla” (Anexo 2).

A comparação de ambos os textos, original e tradução, nos permite detectar, em primeiro lugar, que foi feita uma mudança de subgênero: o original responde às características de uma entrevista de declarações (que foi reproduzida pelo sistema de pergunta-resposta), enquanto a tradução se ajusta ao sistema de entrevista *em formato de reportagem* (*Libro de estilo de El Mundo* 1996: 23), um texto narrativo em que se intercalam, entre aspas, as respostas relevantes do entrevistado e são resumidas, por meio de paráfrases, outras respostas. Dessa forma, o original é resumido, comprimido. De cada uma das respostas do entrevistado, é extraído o conteúdo mais relevante para construir um relato que sintetize as principais informações. Ainda assim, ressalta-se que o texto resultante não apresenta a última resposta do entrevistado, que faz uma velada acusação contra o aiatolá Ali Sistani, recorrendo à elisão (ver seção 4.3).

A aplicação dessa técnica tem efeitos discursivos, uma vez que o texto resultante apresenta grandes variações em relação ao original, que podem ir desde a síntese de trechos concretos de um texto ou a seleção do mais importante até chegar a casos extremos, como o que apresentamos nos anexos, a mudança do gênero textual.

4.3 A elisão

Os anexos 1 e 2 nos permitem, ao mesmo tempo, comprovar como o espaço determina o trabalho do tradutor de textos jornalísticos e exige a aplicação de técnicas concretas. Quando o texto traduzido dispõe de um espaço menor do que dispunha o original, o tradutor sintetiza ou omite, ou seja, utiliza técnicas de compressão linguística ou elisão. O recurso da elisão é, pois, muito frequente e afeta praticamente todas as variedades textuais dos gêneros jornalísticos, embora em graus diferentes. Em um estudo anterior (Hernández Guerrero, 2004a), em que analisamos como são traduzidos os diferentes gê-

neros jornalísticos, demonstramos que não são traduzidos de modo igual os gêneros informativos, interpretativos e argumentativos⁹.

No caso dos gêneros informativos, os originais são utilizados como base para criar um novo texto em espanhol que deve funcionar como notícia para um público diferente e inserir-se nas novas convenções textuais. Por isso, não é estranho que, independentemente do espaço designado, recorra-se com frequência à elisão de partes do texto (com informação que não é considerada relevante para o novo leitor), junto com a compressão e a amplificação; são técnicas necessárias para que a notícia funcione como tal no novo contexto comunicativo.

As variedades textuais dos gêneros interpretativos (informe jornalístico, reportagem, crônica, etc.) sofrem menos modificações nas adaptações à nova situação comunicativa. Ainda assim, as mais relevantes são as derivadas do espaço designado ao texto traduzido. Quando dispõe de espaço, o mais comum é que o tradutor ofereça todo o conteúdo do original; se não é assim, é frequente que recorra à elisão.

Por último, nos gêneros argumentativos a fidelidade ao texto original chega ao seu máximo expoente. Os autores dos textos de opinião são jornalistas de reconhecida trajetória profissional ou de nomes de prestígio externos ao jornal e é “norma” nos diferentes meios de comunicação a fidelidade no tratamento desses textos. No entanto, os gêneros argumentativos, como as outras variedades textuais dos gêneros jornalísticos, não escapam às transformações impostas pelo novo meio que os publica, embora em menor medida. Assim, o uso da elisão não é frequente (romperia a argumentação e dificultaria a compreensão do texto) e, quando é utilizada, sempre devido à falta de espaço, afeta principalmente os parágrafos finais.

Portanto, o uso dessa técnica varia nos diferentes gêneros jornalísticos. Se nos gêneros informativos a sua utilização é determinada pela nova função que cumpre a notícia no contexto comunicativo de chegada, nas outras variedades textuais é aplicada por motivos de espaço.

Conclusões

A tradução jornalística é um tipo de tradução que apresenta características próprias; está condicionada pelos gêneros textuais empregados e pelas exigências derivadas do novo contexto comunicativo. Neste trabalho, descrevemos os condicionamentos que determinam o trabalho do tradutor e influenciam o uso específico de certas técnicas de tradução, como a amplificação, a compres-

⁹ O leitor interessado encontrará nesse trabalho seis anexos compostos de original e tradução, que correspondem a seis variedades textuais diferentes (notícia, entrevista, crônica, reportagem, coluna e artigo de opinião), com a sua correspondente análise.

são e a elisão. A aplicação dessas técnicas na tradução jornalística é funcional e permite que os novos textos surgidos da tradução cumpram a nova função atribuída a eles e se adaptem tanto às convenções textuais dos gêneros jornalísticos em espanhol, quanto às necessidades do novo canal que os publica.

Bibliografia

- CASASÚS, J.M.; NÚÑEZ LADEVÉZE, L. (1991). *Estilo y géneros periodísticos*. Barcelona: Ariel.
- CORTÉS ZABORRAS, C.; HERNÁNDEZ GUERRERO, M.J. (eds.) (2005). *La traducción periodística*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- CHARTIER, D. (2000). *La traducción journalistique: anglais-français*. Toulouse: Amphi.
- DIJK, T.V. (1990). *La noticia como discurso*, Guillermo Gal (trad.). Barcelona: Paidós.
- GOMIS, L. (1991). *Teoría del periodismo*. Barcelona: Paidós.
- GRUPO IRIS (1996). *La tradición del texto periodístico*. Alicante: Editorial Club Universitario.
- GUTIÉRREZ DE TERÁN, I. (1997). *Manual de traducción periodística (del español al árabe)*. Madrid: CantArabia.
- HERNÁNDEZ GUERRERO, M.J. (2005a). «La traducción de los géneros periodísticos». En: CORTÉS ZABORRAS, C. y M.J. HERNÁNDEZ GUERRERO (eds.). *La traducción periodística*: 89-135.
- _____. (2005b). «Prensa y traducción». En: CORTÉS ZABORRAS, C. y M.J. HERNÁNDEZ GUERRERO (eds.). *La traducción periodística*: 157-175.
- _____. (2004). «La traducción de los titulares periodísticos». En: SUSO LÓPEZ, J. y R. LÓPEZ CARRILLO (coord.). *Le français face aux défis actuels*. Granada: Universidad de Granada-Apfue-Gilec, vol. 2: 271-281.
- HERNANDO, B.M. (1999). «Traducción y periodismo o el doble y misterioso escepticismo». *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 5.
- HURTADO ALBIR, A. (2001). *Traducción y traductología. Introducción a la Traductología*. Madrid: Cátedra.
- Le style du Monde* (2002). París: Le Monde.
- Libro de estilo de ABC* (1993). Barcelona: Ariel.
- Libro de estilo de El Mundo* (1996). Madrid: Temas de Hoy.
- Libro de estilo de El País* (1996). Madrid: Ediciones El País.
- Libro de estilo de La Vanguardia* (1986). Barcelona: La Vanguardia.
- Manual de español urgente de la Agencia Efe* (1995). Madrid: Cátedra.
- MARTÍNEZ, C. (2001). «Traducción y periodismo». En: *Actas del III*

Congreso Latinoamericano de Traducción. Buenos Aires: Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires, <http://www.traductores.org.ar>.

MARTÍNEZ ALBERTOS, J.L. (1989). *El lenguaje periodístico*. Madrid: Paraninfo.

____ (2000). *Curso general de redacción periodística*. Madrid: Paraninfo.

MARTÍNEZ DE SOUSA, J. (2003). *Libro de estilo de Vocento*. Gijón: Trea.

NÚÑEZ LADEVÉZE, L. (1993). *Métodos de redacción y fundamentos de estilo*. Madrid: Síntesis.

____ (1995). *Introducción al periodismo escrito*. Barcelona: Ariel.

TAPIA SASOT DE COFFEY, M.J. (1992). «La traducción en los medios de prensa». 38: 59-63.

Anexo 1

Evénement

Irak: Raed al-Kadhumi al-Sadi, porte-parole de Moqtada al-Sadr, accuse les Américains et Iyad Allaoui: «Nos combattants sont tous prêts au sacrifice»

Par Didier Francois (vendredi 13 août 2004)

Bagdad envoyé spécial

Imam de la mosquée Al-Kadoumiya, à Bagdad, le cheikh Raed al-Kadhumi al-Sadi est l'un des principaux porte-parole du chef de la rébellion chiite, Moqtada al-Sadr. Il revient pour Libération sur cette crise.

— Les forces de la coalition et le gouvernement transitoire veulent expulser l'Armée du Mehdi du mausolée de l'imam Ali, à Najaf. Quelle sera la réaction de Moqtada al-Sadr?

— Les Américains doivent savoir que les volontaires de l'Armée du Mehdi se battront jusqu'au dernier pour défendre ce lieu sacré pour tous les chiites. Nos combattants sont tous prêts au sacrifice et l'occupant l'apprendra à ses dépens. Sayed Moqtada al-Sadr a déjà donné l'ordre de poursuivre le combat même s'il venait à être capturé ou tué. Et, si les Américains lancent l'assaut, il lancera un appel au soulèvement général de tous les chiites en Irak. La coalition connaîtra alors un véritable cauchemar et ce sera la fin du gouvernement d'Iyad Allaoui.

— Comment en est-on arrivé à une telle situation alors qu'un cessez-le-feu a été signé en juin?

— Nous n'avons pas rompu ce cessez-le-feu. Notre résistance à l'occupation n'a jamais eu recours au terrorisme ni aux enlèvements. Jamais nous n'avons pris pour cible des Irakiens. Le courant de Moqtada al-Sadr avait même engagé des discussions positives avec le gouvernement. L'Armée du Mehdi était prête à collaborer avec la police pour rétablir la sécurité en Irak. Nous sommes un mouvement religieux et populaire, qui compte des millions de partisans alors que le gouvernement n'a pas de base sociale et se retrouve donc incapable d'empêcher les attentats ou d'enrayer le crime en Irak. Nous avons également proposé au gouvernement d'appeler à la réconciliation nationale, de préparer un calendrier pour le retrait des troupes américaines. Pendant ce temps, un petit clan d'affairistes vendus aux Etats-Unis préparait sournoisement cette agression.

— Que voulez-vous dire?

— Cette opération est un guet-apens monté à la demande des Etats-Unis par le Premier ministre, Iyad Allaoui, le ministre de la Défense, Hazem Chaalane, le ministre de l'Intérieur, Falah al-Naqib, et le conseiller à la sécurité nationale, Mouaffak al-Roubale. Ces gens vivaient en exil et sont arrivés en Irak dans les valises de l'armée américaine. Que faisaient-ils pendant que nous combattons la dictature de Saddam Hussein? Ils n'ont pas souffert avec le peuple irakien et ne s'intéressent qu'à leurs intérêts personnels. Plusieurs membres importants du gouvernement, à commencer par le vice-Premier ministre (Ibrahim al-Jaafari) ont publiquement condamné le recours à la force. Mais les Américains veulent détruire l'Armée du Mehdi parce que nous n'acceptons pas de vendre le peuple d'Irak contre quelques sièges ou maroquins. Nous exigeons des élections démocratiques pour doter l'Irak d'un gouvernement légitime qui en finisse avec l'occupation.

— C'est aussi la revendication de l'ayatollah Sistani, la plus haute autorité religieuse chiite.

— L'ayatollah Ali Sistani a perdu de nombreux partisans au profit de Moqtada al-Sadr au cours de cette dernière semaine. Beaucoup de gens croient que son voyage à Londres, officiellement pour raisons de santé, mais qui a coïncidé avec le début de l'agression contre l'Armée du Mehdi, a été organisé à dessein. C'est un feu vert qui a été donné aux Américains pour attaquer les partisans de Moqtada al-Sadr. Nous accusons le gouvernement irakien illégitime et les troupes d'occupation de vouloir diviser les communautés irakiennes. Ce sont des méthodes dignes de l'ancien régime. Le peuple d'Irak les rejettera.

Anexo 2

La Coalición aún no ha conocido la verdadera pesadilla

Didier François (Libération / El Mundo)

Bagdad

El imam de la mezquita al Kadumiya, en Bagdad, el jeque Raed al Kadumi al Sadi, uno de los principales portavoces del jefe de la rebelión chií, Muqtada al Sadr, expresó al diario francés «Libération» su visión sobre el conflicto.

«Los voluntarios del Ejército del Mahdi combatirán hasta el final para defender ese lugar sagrado para todos los chiíes», manifestó Al Sadi, en referencia al mausoleo del imam Ali, en Nayaf. «Nuestros combatientes —prosiguió— están listos para el sacrificio».

Precisó que Muqtada al Sadr ya dio la orden de proseguir con la batalla en caso de que él sea capturado o muerto. «Si los estadounidenses lanzan un asalto, él responderá con una llamada de sublevación general a todos los chiíes en Irak. La Coalición aún no ha conocido la verdadera pesadilla y eso será el fin del Gobierno de Iyad Alauí» aseguró.

Al Sadi declaró que no fueron los chiíes los que provocaron el rebrote de violencia. «No rompimos el alto el fuego. Todo lo contrario. Nuestra resistencia a la ocupación nunca ha recurrido al terrorismo o al rapto. Jamás hemos utilizado a los iraquíes como blancos». La corriente de Muqtada al Sadr llegó a tener «discusiones positivas» con el Gobierno, sostiene el portavoz.

«El Ejército del Madhi estaba dispuesto a colaborar con la policía para restablecer la seguridad de Irak. Somos un movimiento religioso y popular, que cuenta con millones de miembros, mientras que el Gobierno no tiene ninguna base social y es incapaz de impedir los atentados o de frenar el crimen en Irak».

Al Sadi no dudó que esta operación «es una emboscada montada a petición de Estados Unidos por el primer ministro Iyad Alauí, por el ministro de Defensa Amed al Chalan, el ministro del Interior, Falah an Nakib, y el consejero de Seguridad Nacional, Maufak al Rubei. Estas personas vivían en el exilio y llegaron a Irak gracias al Ejército estadounidense. ¿Qué hacían ellos mientras nosotros combatíamos la dictadura de Sadam Husein? Ellos no han sufrido con el pueblo iraquí, y no les interesa nada más que sus intereses personales».

Miembros importantes del Gobierno, comenzando por el viceprimer ministro Ibrahim al Jafari, han condenado públicamente el uso de la fuerza. «Pero los estadounidenses —subrayó Al Sadi— quieren destruir el Ejército del Madhi, porque nosotros no aceptamos vender al pueblo iraquí a cambio de algunos escaños. Exigimos unas elecciones democráticas para dotar a Irak de un Gobierno legítimo que termine con la ocupación y no continúe dividiendo al pueblo».

Aplicações das ferramentas web 2.0 e web 3.0 no campo da tradução e da terminologia nos âmbitos acadêmico e organizacional

Rosa Luna¹

Tradução de Tainara Belusso da Silva²

Revisão de Maria Lúcia Machado de Lorenci³

Introdução

A educação virtual ou semipresencial foi, durante muito tempo, aquela que fez uso dos recursos da Internet. Hoje em dia, sua transferência para a aula presencial é urgente. É cada vez maior o número de alunos nativos digitais que assistem às aulas com seus computadores pessoais, *tablets*, telefones inteligentes ou *ipods*. Diante dessas mudanças, os docentes, inicialmente os de ensino básico e posteriormente os de educação superior, analfabetos digitais, se viram obrigados a aplicar as tecnologias da informação e da comunicação na sua prática docente.

Segundo Pere Marques (2005), devemos utilizar as TICs na educação para: 1) facilitar a alfabetização digital dos nossos estudantes; 2) aproveitar as vantagens que nos proporcionam para melhorar a produtividade; 3) inovar as práticas docentes, aproveitando as novas possibilidades didáticas que oferecem. Trata-se de conseguir que nossos alunos melhorem a aprendizagem e que se reduza o fracasso escolar.

Durante muito tempo apliquei diversas estratégias de ensino em grupo, puramente presenciais (dinâmicas de grupo, exposições, etc.), com relativo sucesso até que, há alguns anos, decidi adentrar timidamente no mundo *web 2*, com a finalidade de efetivar e dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Na minha qualidade de professora dos cursos de Terminologia, Tradutolo-

¹ Universidad Ricardo Palma; Universidad Femenina del Sagrado Corazón. Título original: *Aplicaciones de las herramientas web 2.0 y web 3.0 a campo de la traducción y terminología en los ámbitos académico y gremial*.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Espanhol.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

gia e Deontologia Profissional optei por selecionar os recursos com os quais os alunos estivessem mais familiarizados em nível social, com a intenção de demonstrar-lhes que podiam ser perfeitamente aplicados ao modelo de aprendizagem construtivo e colaborativo em que estava empenhada e aqueles que exercessem maior motivação nos estudantes destas matérias para obter uma maior motivação em nível acadêmico, valendo-me de ferramentas conhecidas dos alunos e demonstrando que podem ser utilizadas em outros âmbitos.

1 A web 2.0

Segundo Palmero e Sánchez (<http://tecnologiaedu.uma.es/>) esta nova *web* deixa de ser um simples expositor de conteúdos multimídia para converter-se em uma plataforma aberta, construída com uma arquitetura baseada na participação dos usuários. Na *Web 2.0*, diferentemente do *software* tradicional, as novas ferramentas informáticas tendem a funcionar na própria *web*, ou seja, *on-line*, em lugar de fazê-lo no disco do computador pessoal do usuário. O modelo de negócio da *Web 1.0* baseava-se em um espaço de publicação empresarial e de serviços. As comunidades de usuários formavam-se porque eram oferecidos serviços, mas existiam poucos espaços nos quais seus membros pudessem publicar conteúdos. Somente era possível consumir. A *Web 2.0* propõe a participação aberta e gratuita, baseada em um *software on-line*, permitindo que o usuário possa também converter-se em gerador de informação.

Cabe destacar que a natureza cooperativa e interativa da tradução e da terminologia as transforma em espaços profissionais ideais para o emprego das diversas ferramentas oferecidas pela *web 2.0*, devido aos inúmeros aplicativos, reais ou potenciais, que este entorno dinâmico oferece.

Neste artigo, nos limitaremos a apresentar experiências concretas do uso da *web 2.0* nos campos acadêmicos (curso de graduação: Terminologia, Deontologia Profissional, Tradutologia, e grupo de pesquisa) e associativo (PERÚterm⁴ e Colegio de Traductores del Perú). Também propomos alguns usos potenciais da *web 3.0*.

Os campos privilegiados para realizar aplicações acadêmicas são a docência e a pesquisa docente. Entre as aplicações acadêmicas mais exploradas na minha experiência na *web*, cabe destacar os *blogs* temáticos, tanto docentes quanto discentes, o emprego da nuvem (*cloud computing*), as redes sociais, as redes e listas de distribuição, os alertas informativos, os repositórios de vídeos e o *podcast*, além de todos os componentes disponíveis nas aulas virtuais.

⁴ Associação Peruana de Terminologia.

1.1 Os blogs



O *blog*, contração do termo *weblog*, e traduzido para o espanhol como *cua-dermo de bitácora* (caderno de bitácula), inclui desde o simples diário pessoal na Internet, até uma ferramenta de expressão, comunicação e socialização, e tem servido para tecer um complexo espaço de comunicação entre “blogueiros” na Rede, que conhecemos como blogosfera. Os *blogs* são ferramentas para a geração de conhecimento. No campo docente, costuma-se utilizá-los como repositórios de conteúdos didáticos que ficam expostos ao comentário dos aprendizes ou como instrumentos de comunicação na aula, para o anúncio de eventos, sessões de monitoria, etc. Estas ferramentas podem ser projetadas indistintamente por docentes ou discentes. Nos cursos que ministro, os *blogs* temáticos próprios (*Traductomanía y Neología y terminología*) constituem espaços de intercâmbio de informação validada sobre todos os temas abordados. Neles, os alunos podem encontrar informação de toda índole (acadêmica, associativa, laboral), útil para a preparação dos trabalhos solicitados no curso, que vão desde notícias até livros completos, passando por artigos, vídeos, *links*, dicionários, entre outros.

Por outro lado, a construção dos *blogs*, a cargo dos discentes, constitui a melhor amostra do trabalho cooperativo. Esta experiência lhes permite criar e compartilhar conhecimento de forma sistemática. No caso da terminologia, os *blogs* são utilizados para organizar o conteúdo de suas exposições em grupo sobre temas como normalização terminológica, fraseologia especializada, terminótica, tradução de neologismos e ensino de línguas para fins específicos; e, em tradutologia, tópicos como dublagem e legendagem, localização, revisão, tradução jurídica, tradução literária, tradução técnico-científica e interpretação comunitária. Através deste recurso, os integrantes do grupo têm a oportunidade de inserir todas as fontes que utilizarão para a pesquisa, fundamentando sua pertinência e confiabilidade, fazer comentários, projetar o esquema expositivo, inserir vídeos e áudios, incluir o esboço da apresentação em Power Point e, depois da retroalimentação docente, publicar a versão definitiva. Finalmente, uma vez efetuada a apresentação, o *blog* temático será socializado com todos os demais participantes do curso, os quais poderão baixar informações a partir de seus interesses temáticos.

No âmbito docente, construímos um *blog Grupo de Investigación en Didáctica de la Traducción* que funciona como um círculo de estudos, na medida em que os docentes não dispõem de tempo para reuniões presenciais, devido a enorme quantidade de trabalho, mas sim de interesse para se aperfeiçoar. Nes-

te *blog* de acesso restrito, são publicados artigos, trabalhos de pesquisa e todo tipo de informação em diferentes línguas, referente ao tema de estudo, com comentários dos participantes a partir de sua experiência didática. O objetivo da *bitácora* é “aprender a aprender” sobre este campo tão pouco desenvolvido na nossa disciplina, e, em especial, começar a produzir, de forma cooperativa, manuais, artigos e projetos de pesquisa.

1.2 A nuvem



O conceito “computação em nuvem” (decalque do inglês *cloud computing*) refere-se à obtenção de diferentes serviços armazenados em servidores, aos quais o usuário tem acesso unicamente através da Internet. A vantagem do recurso é que os arquivos estão permanentemente à nossa disposição, sem importar o lugar em que nos encontramos.

Para a exploração acadêmica da nuvem, utilizamos o Google Drive, espaço no qual intercambiamos arquivos (portfólios), que são compartilhados unicamente pelos integrantes de cada grupo de trabalho e a professora. Para o trabalho terminográfico de fim de semestre, cada grupo deve criar uma pasta com quatro arquivos: um para o *corpus* de extração (documentos confiáveis destinados a especialistas e semi-especialistas de uma área) dos quais são extraídas as unidades terminológicas e fraseológicas; o segundo para a lista de candidatos a unidades terminológicas e fraseológicas; o terceiro para as árvores de domínio, e o quarto para a publicação do glossário em pdf, projetado no gestor GESTERM - Gestor de Terminologia ou no TERMINUS 2.0. Por outro lado, no curso de Tradutologia, o uso deste meio está limitado ao intercâmbio e aperfeiçoamento de trabalhos práticos cooperativos sobre contraste de modelos, métodos, técnicas e estratégias de tradução.

No âmbito associativo, são duas as associações que utilizam o Facebook (FB) como meio de trabalho cooperativo: o Colegio de Traductores del Perú (CPT) e a Asociación Peruana de Terminología (PERÚterm). O CPT, através de um grupo fechado no FB (Círculo de Terminología – Colegio de Traductores del Perú), vem trabalhando o projeto “Glosario profesional del traductor”, cujo objetivo central é colocar à disposição dos associados a terminologia mínima indispensável (300 unidades terminológicas) que um egresso em tradução deve manejar para se inserir no mercado de trabalho local e internacional. PERÚterm também criou uma página no FB, espaço no qual constantemente se compartilham glossários especializados em diversas línguas, assim como ferramentas terminográficas úteis para os tradutores e terminólogos peruanos.

1.3 As redes sociais

facebook

As redes sociais são umas das inovações mais relevantes da Web 2.0. Trata-se de estruturas sociotécnicas concebidas com o propósito de interconectar usuários que compartilham afinidades, amizades, ideias, fotografias, vídeos e elementos multimídia de todo tipo, que cresceram bastante, consumindo boa parte do tráfego de informação na Internet.

Este meio é explorado em ambos os cursos e me atrevera a dizer, sem medo de me equivocar, que se trata do recurso mais produtivo, tanto para o docente analfabeto digital, quanto para o discente nativo digital. No Facebook, criamos grupos para os cursos de Terminologia, Tradutologia e Deontologia profissional, nos quais são publicadas as leituras obrigatórias e opcionais, são organizados os calendários acadêmicos, são anexadas as pautas para os diferentes trabalhos, e são resolvidas consultas individuais e de grupos através do *chat*. Paralelamente, é colocada à disposição dos alunos uma página no Facebook chamada *Tradutologia*, com informação ampla e diversa sobre esta temática, que está aberta para toda a comunidade de tradutores. A grande, e lamentável, limitação apresentada por este recurso é a proibição de seu uso nos *campi* universitários no Peru.

1.4 Repositórios de vídeos e áudios

vimeo YouTube

É indiscutível o impacto do visual no ensino; os vídeos costumam ser um dos recursos preferidos pelos estudantes, principalmente quando são eles mesmos os encarregados de produzi-los. Nos cursos de Terminologia, Tradutologia e Deontologia, os estudantes se envolvem na confecção dos vídeos ou *podcast* de entrevistas com docentes de tradução e tradutores especializados/especialistas tradutores, assim como de dinâmicas de grupo filmadas, nas quais cada membro do grupo assume o papel dos diferentes atores de ambos os mercados (por exemplo, cliente, revisor, terminólogo, documentalista, tradutor, especialista, etc.).

1.5 Alertas informativos



Os alertas do Google são mensagens de e-mail recebidas pelo usuário cadastrado cada vez que o Google encontra novos resultados (por exemplo, páginas

web, notícias, livros, teses, etc.) que coincidem com suas consultas anteriores. Através deste meio, tanto o docente quanto os discentes podem acompanhar notícias sobre os temas que vêm desenvolvendo e manterem-se atualizados em um determinando âmbito de sua disciplina. O único que o interessado deve fazer é cadastrar-se para receber novidades sobre os temas de pesquisa de seu interesse.

1.6 Listas de distribuição



As redes são recursos projetados para facilitar o intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica espanhola, usando o e-mail e a web, proporcionando o suporte de um serviço especializado de listas de distribuição e permitindo o intercâmbio de conteúdos de qualidade.

Uma das redes mais importantes é a RedIRIS, que melhora a colaboração, permite manter o contato entre profissionais, ajuda na pesquisa e na docência, gera novos contatos, mantém atualizados os que estão cadastrados e permite anunciar eventos alusivos à área de interesse.

Participar destas listas facilita o acesso a especialistas de outras latitudes e a colegas para resolver dúvidas terminológicas e de tradução. A Rediris coloca à disposição de seus usuários 32 áreas temáticas: Ciências Agrárias, Ciências da Terra e do Espaço, Artes e Letras, Ciências da Vida, Ciências Médicas, Ciências Econômicas, Tecnologia, Esporte, Ciências Jurídicas, Educação, Política, Ciências Sociais, Antropologia, Astronomia, Astrofísica, Demografia, Documentação, Estatística, Lógica, Matemática, Filosofia, Geografia, Linguística, História, Psicologia, Química, Língua Estrangeira, Internet e outras disciplinas.

2 Ferramentas web 2.0 e web 3.0 potenciais

A web 2.0 é um potencial de ferramentas para se explorar nos âmbitos acadêmico e associativo. Entre as que estão gerando um maior impacto, podemos mencionar os vídeos institucionais publicados na capa das páginas web ou FB das universidades, os vídeos de conferências a cargo de docentes destacados e aqueles que apresentam os grupos de pesquisa. Um excelente exemplo é *Cada día nacen nuevas palabras*, vídeo produzido pelo observatório de neologia do Instituto Universitário de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, que pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=tspmNdCJN2Y>. Do mesmo modo, os vídeos são um meio muito eficaz para o marketing, tanto associativo quanto empresarial. As páginas web e Facebooks de associações profissionais e agências de tradução começam a incorporar o chat com voz e vídeo como novidade para proporcionar consultoria para terminólogos e tradutores novatos.

Por outro lado, a web 3.0. permitirá aplicativos ainda mais audazes, visto que possui uma interface de fácil navegação, ferramentas de criação de conteúdos 3D para usuários não técnicos, especificações abertas e norma sobre a 3D que facilitam, para qualquer usuário, a construção de uma aplicação ou um mundo virtual que se conecte a outro. Nela, combinam-se gráficos interativos 3D, jogos de vídeo, simulações, realidade virtual, voz sobre IP/VoIP, câmeras Web, meios digitais e salas de aula on-line. Esta web não está destinada unicamente ao trabalho cooperativo como a web 2.0, mas também à educação imersiva, que oferece ao estudante a possibilidade de fazer parte de uma realidade profissional, inclusive quando está presente em uma aula, (RAMÍREZ e PEÑA, 2012).

Estamos convencidas de que a web 3.0 auxiliará na redução da distância que costuma existir entre as demandas acadêmicas e as demandas laborais.

Conclusões

Os docentes, em especial os analfabetos digitais, estamos diante do desafio de alfabetizarmo-nos digitalmente para poder alfabetizar acadêmica e terminologicamente os nossos estudantes nativo-digitais.

A web 2 transformou-se em uma ferramenta ideal para a motivação, para aprender a aprender de forma colaborativa.

Uma tarefa pendente na nossa agenda educativa é começar a explorar as possibilidades de ferramentas oferecidas pela web 3 (semântica) mediante o uso de plataformas *Second Life* (mundos virtuais com avatares), comunidades de práticas *M-Learning* (aprendizagem móvel, entre outras).

Bibliografia

- LUNA, Rosa. (2010). <http://traductomania.blogspot.com/>
 _____. (2010). <http://terminologiayneologia.blogspot.com/>
 _____. (2011). <http://www.facebook.com/pages/PER%C3%9Aterm/193099854055616>
 _____. (2012). <http://www.facebook.com/groups/buzonneologicoperuano/>
 _____. (2012). <http://www.facebook.com/TraductologiaUnife>
 MARQUÉS:(2005). Educación y Tecnología: uso pedagógico de las herramientas y ejemplos de buenas prácticas. *EDUCARED*. Acessado em: 20 de março de 2012. Disponível em: <http://www.peremarques.net/educared.htm>
 REDIRIS. <http://www.rediris.es/list/>
 RAMÍREZ, Y.; PEÑA, J. (2012). La web 3.0 como herramienta de apoyo para la educación a distancia. *Revista científica de Educación y Comunicación en la Sociedad del Conocimiento*. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.ugr.es/~sevimeco/revistaeticanet/numero10/Articulos/Formato/articulo3.pdf>

Ensino da tradução: em busca de um equilíbrio delicado

Mathilde Fontanet¹

Tradução de Jessica Bandeira e Pâmela Lima²

Revisão de Sandra Dias Loguercio³

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de discutir os desafios particulares ao ensino da tradução. Limitar-nos-emos ao ensino da tradução *stricto sensu*, ou seja, às disciplinas voltadas àqueles que desejam aprender a traduzir, que têm o objetivo de traduzir *melhor* ou, ao menos, que tentam apreender a natureza do gesto tradutório em disciplinas que, longe de considerar a tradução como um campo de exercício que permite avaliar os conhecimentos adquiridos em língua estrangeira ou as competências em língua materna, fazem de fato da atividade tradutória o ponto central da reflexão.

Que *matéria* presume-se que o professor de tradução deva realmente transmitir? Para responder a essa questão, aparentemente simples, adotaremos uma perspectiva ao mesmo tempo subjetiva e empírica, apoiando-nos em nossa própria experiência de ensino da “tradução argumentada” na Universidade de Genebra.

As disciplinas de “tradução argumentada”, ministradas na École de traduction et d'interprétation de l'Université de Genève (ETI), buscam levar os estudantes a lidar de forma reflexiva com as dificuldades, convenções e liberdades inerentes à atividade tradutória. Nessa disciplina, eles são convidados a traduzir textos de modo que coloquem em uso, principalmente, os conhecimentos mais teóricos que adquiriram quando cursaram as disciplinas de Tradutologia ou de Tradução Especializada; depois, a justificar suas escolhas e a confrontar seus diversos pontos de vista e argumentações, a fim de que a prática e a refle-

¹ Université de Genève. Título original: *Enseignement de la traduction: recherche d'un équilibre sensible*.

² Alunas do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Francês.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

xão alimentem-se e corrijam-se mutuamente. Uma vez que cada professor é livre para escolher os textos que propõe aos estudantes, nós optamos por privilegiar a diversidade para incitar a leitura crítica, o distanciamento e o despertar de uma sensibilidade em relação às exigências específicas de cada tipo de texto.

Este texto se organiza em três partes: complexidade da atividade tradutória e das principais qualidades e competências necessárias para realizá-la com sucesso; exemplos concretos de dificuldades encontradas por nossos estudantes, além dos problemas de compreensão e reformulação; reflexão mais geral do papel do ensino da tradução.

1 A tradução

A primeira missão do professor de tradução é provavelmente sensibilizar o estudante para a dificuldade e para a sutileza da atividade tradutória. Na realidade, com exceção dos que a praticam cuidadosamente, raros são aqueles plenamente conscientes do *tour de force* que uma *boa* tradução representa. Por que traduzir é tão difícil? Provavelmente porque a tradução reúne em um mesmo movimento gestos quase antagônicos: ela solicita ao mesmo tempo a mais viva sensibilidade e a análise mais meticulosa, concilia rigor e intuição, casa lógica com criatividade.

Sem espírito lógico, o tradutor não poderia definir a linha argumentativa do texto original nem se entregar às deduções e induções necessárias para resolver as incertezas decorrentes de ambiguidades, elipses ou eventuais problemas do texto de partida. Pela lógica, ele também pode desvendar os aspectos implícitos para o receptor do texto original, que podem escapar ao leitor da tradução, assim como validar a coerência do texto que produz, tanto do ponto de vista interno (entre os elementos) quanto do ponto de vista externo (entre o texto e o mundo extralinguístico).

O maior rigor possível também lhe é necessário em suas pesquisas documentais, para verificar a confiabilidade de suas fontes, e terminológicas, para determinar a área à qual está vinculado este ou aquele termo. Além disso, ele deve manifestar uma vigilância extrema para pôr à prova incessantemente sua própria interpretação, pois é necessário que desconfie dela *a priori* e de suas certezas, a fim de preservar sempre que possível a pureza de seu olhar, única garantia de uma leitura realmente respeitosa, que “deixa o texto falar” e que se recusa a projetar nele componentes capazes de corrompê-lo ou desfigurá-lo.

Paralelamente a esse tratamento intelectual da informação, o tradutor deve desenvolver livremente sua sensibilidade. Ele deve abrir-se para o texto, perceber o timbre, o relevo, o perfume e a cor de cada oração, de cada sílaba, mergulhando na coreografia geral, na música e no ritmo do todo. Também

é necessário que se submeta a incessantes mudanças de perspectiva a fim de não “passar batido” por uma imagem ou alusão e um constante vai-e-vem entre micro e macrocontexto, para nunca ficar preso a uma palavra sem ter em mente a viscosidade da frase, a dinâmica do parágrafo, as imagens-chave e seus efeitos ao longo do texto.

O hipersensível e racional que é o tradutor não pode, no entanto, contentar-se somente em recensear e perceber o que guarda o texto original. Também é preciso que ele trabalhe para sua reconstituição. Ora, aqui intervém um complexo movimento de análise e percepção, pois produzir um texto exige não apenas escolher as palavras com o calibre certo, dispô-las adequadamente, verificando tanto seu efeito individual como coletivo: também é preciso projetar-se no contexto de sua recepção, estabelecer probabilidades no que diz respeito aos conhecimentos terminológicos do leitor do texto de chegada, à sua cultura, à sua sensibilidade linguística, à sua tolerância à ironia, entre outros. Supõe-se frequentemente que o tradutor se contentou em apreciar o alcance da expressão escolhida, mas quase sempre ele precisou avaliar, primeiro, todas as construções às quais renunciou. De fato, ele deve se impor um trabalho árduo de verificação: ao propor as soluções mais ricas e variadas possíveis, ele procede à filtragem, rejeição ou censura destas até que o produto final corresponda aos critérios que acredita aplicar.

Dessa forma, é preciso dar asas à sua intuição, mas desconfiando ao mesmo tempo e não fazendo nenhuma escolha que não tenha sido previamente testada e validada. Isso porque todo texto é um monumento de palavras que interagem, que entram em ressonância ou que se opõem umas às outras. Para construir uma tradução segundo o que se apreendeu do original, convém verificar sempre se o sentido está correto, o tom adequado, o ritmo apropriado.

Um texto poderia ser dessa maneira comparado a um grupo de pessoas. Cada palavra tem uma vivência própria, uma personalidade, segundas intenções e um lado sombrio, mas ela interage sobretudo com seu círculo íntimo: se o Sr. de Tal estiver acompanhado, a natureza de suas palavras dependerá, de certa forma, de seus interlocutores diretos. Da mesma forma que esta ou aquela palavra não “dirá a mesma coisa” dependendo de seu entorno no texto.

Portanto, para cumprir sua missão, o tradutor também deve se valer de diplomacia (no caso de cartas ou discursos, por exemplo), de estratégia (para reconstituir uma mensagem incitativa ou articular uma argumentação), e de psicologia (para adaptar as imagens e conotações de uma mensagem publicitária).

A necessidade de combinar trajetórias de naturezas completamente diferentes faz assim da tradução um exercício complexo e perigoso: decifrar enquanto constrói, conjugar racionalmente análise e sensibilidade intuitiva, permanecer atento e mobilizar seu bom senso, sua cultura, seus conhecimentos gramaticais e lexicais, deixando a percepção pura de lado, para impregnar-se

da sensualidade do texto e das imagens que ele carrega... pois essa é a ambiciosa missão do tradutor.

2 Qualidades necessárias para se tornar tradutor

Verdade seja dita, nenhuma formação poderia dar a alguém todas as qualidades necessárias para se tornar tradutor. Trata-se bem mais de permitir que os “tradutores potenciais” aprendam a administrar, controlar e explorar plenamente seus próprios recursos para progredir e alcançar o mais alto nível de qualidade ao qual podem aspirar.

Segundo nossa experiência, mesmo que o domínio completo da língua materna e um sólido conhecimento de língua(s) estrangeira(s) sejam condições *sine qua non* para traduzir, o professor não deve de fato voltar sua atenção maior para isso. Por um lado, porque essas qualidades deveriam ser adquiridas antes mesmo de começados os estudos de tradução; e, por outro, porque é possível trabalhá-las fora da formação.

Ao longo dos anos, percebemos alguns obstáculos em que estudantes que têm um notável domínio da língua acabam tropeçando, e é nas qualidades necessárias para evitá-los que vamos nos concentrar a partir de agora.

2.1 Bom senso

Em um primeiro momento, procuramos levar os estudantes a compreenderem a importância do bom senso e do raciocínio lógico. Para sensibilizá-los nesse sentido, é interessante que se proponham textos que os incitem a serem detetives, para que descubram o melhor modo de usar todas as ferramentas que existem (sejam de ordem textual ou extratextual) e a identificar os indícios que permitem descobrir o que o autor quis dizer.

Ora, é normal que os estudantes não vejam muito além do texto em um primeiro momento. Eles não recorrem, por exemplo, a valores representados em um gráfico para compreender a passagem ambígua que o acompanha.

Para ilustrar essa dificuldade, traremos as soluções propostas por nossos estudantes para a tradução do título de um artigo que trata do aquecimento global e, mais particularmente, do derretimento das calotas polares.

Skating on thin ice up North

Global warming in the Arctic could be soaring out of control, scientists warned last week as figures revealed that melting of sea ice in the region has accelerated to record levels⁴.

4 David Adam, “Skating on thin ice up North”, *The Guardian*, 29.9.2005.

A expressão “to skate on thin ice”, que significa literalmente “patinar em uma camada fina de gelo”, quer dizer “correr riscos sem pensar nas consequências”. Para denunciar a falta de circunspeção ambiental dos países, o título do artigo usa um jogo de palavras que se articula em uma expressão idiomática, podendo ser interpretada literalmente devido ao derretimento das calotas polares, cuja camada realmente se torna cada vez mais fina. Para reforçar o efeito, uma ilustração mostra um urso polar tendo dificuldades de saltar de calota em calota.

Ficamos impressionados com o quanto alguns dos títulos propostos pelos alunos eram absurdos. Vejamos alguns exemplos:

1. Quando os ursos saltam de calota em calota
2. O polo derrete como neve ao sol
3. Andando sobre uma camada fina de gelo rumo ao norte
4. Andar de patins sobre o gelo do polo norte se tornou arriscado
5. As calotas árticas: deslizando em direção à catástrofe

Lendo essas traduções, foi possível verificar que todos os estudantes haviam entendido o artigo e seu assunto. Existem explicações possíveis para suas escolhas:

- O primeiro tirou o título da relação com a imagem: o jogo de palavras desapareceu, cedendo espaço a uma redundância entre o título e a ilustração, sem que, todavia, a mensagem ficasse explícita.
- O segundo anunciou o tema tratado utilizando uma expressão idiomática, mas usando uma comparação que leva à tautologia, já que efetivamente é o sol que derrete o gelo.
- Este traduziu literalmente, levando a uma tradução absurda.
- O estudante fez uma tradução híbrida, reproduzindo tanto elementos do sentido literal quanto do sentido figurado, porém o título ficou confuso, podendo levar a pensar que o artigo fala de patinação no gelo.
- Por fim, a noção de perigo foi explicitada e o jogo de palavras desapareceu através de uma simples associação de ideias.

Os autores dessas traduções não souberam se distanciar suficientemente do texto original para se lembrar de que, em teoria, o leitor-alvo deveria poder compreender o tema do artigo, divertir-se com o jogo de palavras e tomar consciência da gravidade do assunto.

Para sensibilizar os estudantes para esse problema, mostramos, então, os títulos que haviam proposto e perguntamos como abordariam um artigo tendo como base apenas aqueles títulos e a imagem do urso. Vários alunos riram com gosto, e aquele que fez a tradução menos inspirada se surpreendeu bastante por ter produzido tal absurdo.

Sobre esse ponto, devemos dizer que é necessário ser cauteloso para não constranger os alunos. O professor deve, sim, apontar sem piedade os equívocos e as inadequações do trabalho, mas sem jamais culpar o tradutor: o que está em discussão é o texto. Essa é uma distinção essencial já que, como foi dito, os tradutores são *a priori* pessoas muito sensíveis. Além disso, o medo da crítica pode paralisá-los. Já observamos que a reprimenda de alguns professores (na universidade) e de alguns revisores (no mercado de trabalho) pode abalar a confiança de um tradutor.

Uma questão que também deve ser abordada é a da “tradução-modelo”, que com frequência os alunos desejam e que alguns professores preconizam. Particularmente, pensamos que se pode tirar pouco proveito das traduções “ideais” lidas, há anos, por alguns professores no fim das aulas. Muito frequentemente, os alunos, desestabilizados, procuram em seguida produzir uma tradução do mesmo modo, sem imaginar que sempre será impossível que contemplem um texto que é fruto de outra subjetividade. O objetivo não deveria ser levá-los a encontrar espontaneamente a solução do professor, mas a melhor solução à que são capazes de chegar. Assim, para preservar a criatividade dos alunos – um recurso inestimável em situações complexas –, deve-se apresentar “traduções-modelo” apenas como indicação.

No caso em questão, pareceu-nos melhor explicar aos estudantes como procedemos para traduzir os jogos de palavras, lembrando-os que cada um aplica seu próprio método e que, de todo modo, é sempre possível recorrer a outro efeito estilístico. Um caminho que privilegiamos é dar várias soluções para os alunos, sempre lembrando que nenhuma é a “certa”. Aqui estão alguns dos títulos visados para o artigo em questão:

Você disse “calota glacial”?
O calote da calota
O planeta está perdendo o norte?
Calotas glaciais: os cientistas se inquietam

A falta de bom senso de alguns estudantes aparece igualmente na tradução de articuladores discursivos. Nos textos em língua alemã que propomos, os articuladores são muitas vezes traduzidos de maneira ilógica. Surpreendemo-nos ao constatar que, mesmo que os estudantes compreendam muito bem (e restituam adequadamente) duas frases que apresentem uma oposição entre si, eles as relacionam facilmente com um conector que marque a continuidade, como “assim”, simplesmente porque estão focados na primeira aceção do articulador em questão (por exemplo, em alemão, “*abei*” pode significar “sobre isso”, “além disso”, mas também pode significar “porém”). É fundamental ensinar aos estudantes a ver “além das palavras” e a considerar o texto com distanciamento.

2.2 Intuição

A intuição também é vital para o tradutor, pois permite frequentemente que remedie sua própria incapacidade de saber e conhecer tudo. Uma dificuldade específica, por exemplo, é identificar e decodificar alusões. Ora, ao longo dos anos, de tanto tentar entender sempre o que significam, desenvolve-se um tipo de sexto sentido que permite pressentir que algo se passa em uma frase, um título ou uma expressão. Sabe-se então que é hora de começar as investigações para resolver o mistério.

Pedimos que nossos estudantes traduzissem um artigo de Peter Conrad que anunciava uma exposição sobre jovens prodígios intitulada “Qual a melhor idade para criar sua obra de arte?”. O artigo continha a seguinte passagem:

The cult of wise child launched some odd, anachronistic careers. In the theatre, child actors impersonated their elders. Master Betty, known as “The Wonderful Boy”, was 11 when he first strutted and fretted on stage in 1804; with his voice still unbroken, he went on to give pubescent performances of the great Shakespearean tragic roles⁵.

O dito “Master Betty” é William Henry West, que Peter Conrad diz que já se “exibia” e “atormetava” no palco com 11 anos de idade. Nenhum dos estudantes suspeitou que essa passagem evocava outro texto, a peça *Macbeth* e, mais precisamente, estes versos conhecidos dos britânicos:

*Life's but a walking shadow; a poor player,
That struts and frets his hour upon the stage,
And then is heard no more: it is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury
Signifying nothing⁶.*

Não basta, no entanto, conhecer os clássicos para conseguir identificar todas as alusões presentes em um texto. Às vezes são feitas referências a uma série de televisão, aos tiques de linguagem de um político já falecido ou a cantigas de roda.

Outro exemplo ilustrará nosso argumento: pedimos que nossos estudantes traduzissem um artigo intitulado *Lockruf des schwarzen Goldes*⁷, que falava sobre os fluxos de capital nos países produtores de petróleo. Esse título, que a maioria dos estudantes traduziu mais ou menos por “O chamado do ouro ne-

⁵ Peter Conrad, “What is the best age to create your masterpiece?”, *The Observer*, 25.9.2005. Grifo do autor.

⁶ Shakespeare, *Macbeth*, V, v. 19. Grifo nosso.

⁷ Udo Rettberg, “Lockruf des schwarzen Goldes”, *Handelsblatt*, 2.12.2005.

gro”, não fazia nenhuma referência particular, mas, por descargo de consciência, fizemos uma pequena pesquisa. Descobrimos então que o romance *Burning Daylight* (1910), de Jack London, havia sido traduzido assim em alemão e que uma série de televisão baseada no romance foi difundida na Alemanha alguns anos antes. Traduzida ao pé da letra, a alusão intertextual teria pouco impacto no mundo francófono, pois a obra de Jack London é conhecida como “Radiosa Aurora”. Para corrigir a falta de paralelismo, resolvemos fazer uma alusão a um filme de Charles Chaplin e traduzimos o título como “La ruée vers l’or noir” (A corrida do ouro negro).

2.3 Sensibilidade

Com frequência, é detendo-se na dimensão conotativa das palavras ou nos pequenos detalhes que o tradutor pode determinar precisamente a posição do autor ou a mensagem que este intenta transmitir. Em um editorial de um jornal britânico, *The Independent*, intitulado *A matter of choice*, o jornalista apresenta a discussão sobre a agricultura orgânica sem indicar explicitamente sua opinião pessoal sobre a questão. Essa opinião transparece claramente, no entanto, em uma palavra, sendo então muito grave não recuperá-la:

The organic movement is flourishing because it is in tune with the zeitgeist, which favours the small and the local and hankers for alternatives to industrial-scale farming and what is an *over-cosy* relationship between big producers and supermarkets⁸.

Na frase em inglês, uma única palavra, *over-cosy*, trai a perspectiva crítica que o jornalista adota a respeito da agricultura industrial. Ele diz que o movimento orgânico, a pleno vapor, está na moda porque favorece os pequenos distribuidores e os mercados locais, além de procurar instaurar modos de produção que possam substituir a agricultura praticada em escala industrial e os acordos *não muito confortáveis* entre grandes produtores e grandes redes de supermercado.

Muitos estudantes tendem a traduzir o texto sem questionarem-se sobre sua construção argumentativa e correm o risco de não reconstruir esses sutis indicadores em suas traduções. Por isso, recomenda-se, quando a situação se apresenta, fazer com que se questionem sobre a dimensão incitativa dos textos que traduzem e com que determinem as palavras carregadas de subjetividade que orientam discretamente a leitura.

Para aguçar a sensibilidade dos alunos, é útil refletir junto com eles sobre o alcance das escolhas tradutórias feitas nos textos mais diversos. A título de exem-

⁸ “A matter of choice”, *The Independent*, 08.01.2007. Grifo nosso.

plo, nós lhes pedimos que descrevessem como percebiam a personagem principal da novela *Clay* de James Joyce, publicada na coletânea *Dubliners* [Dublinenses], de acordo com o que aparece na tradução de Yva Fernandez, *Cendres* [Cinzas]:

Maria was a very very small person indeed but she had a very long nose and a very long chin. She talked a little through her nose (Joyce, 1992, p.71).

Ursule était une petite, très petite personne: cependant elle avait un fort long nez et un menton non moins long. Elle parlait d’une voix légèrement nasillarde. (Joyce, 1980, p.123)

[Úrsula era uma pessoa pequena, muito pequena; no entanto, ela tinha um nariz enorme e um queixo maior ainda. Ela falava com uma voz levemente anasalada.]

Para nós, a Ursule da tradução francesa é muito menos tocante e delicada que a Maria do original. A escolha da palavra *nasillarde* [anasalada] e a decisão de atenuar as repetições *very very small* e a *very long nose and a very long chin* (transformados respectivamente em *petite, très petite* [pequena, muito pequena] e em *un fort long nez et un menton non moins long* [um nariz enorme e um queixo maior ainda]) fazem com que a personagem pareça muito mais feia e menos próxima do narrador.

Em nossa opinião, teria sido mais conveniente traduzir essa passagem assim:

Marie était vraiment une toute, toute petite personne, mais elle avait un très long nez et un menton très long. Elle parlait légèrement du nez...

[Maria era realmente uma pessoa muito, muito pequenina, mas tinha um longo nariz e um longo queixo. Ela falava levemente pelo nariz...]

Na literatura, a simpatia que um personagem desperta no leitor, um fator decisivo, pode depender de detalhes aparentemente fúteis.

2.4 Inteligência gráfica

Além do bom senso, da intuição e da sensibilidade, existem outras qualidades que o professor deve procurar exigir: a psicologia, a preocupação com a precisão, com o rigor, entre outros. Para se ter uma ideia da direção imprevisível que às vezes a trajetória do tradutor pode tomar, terminaremos este capítulo com um exemplo atestando que convém até mesmo dar provas de inteligência gráfica.

Depois de ter dado a nossos estudantes uma tabela extraída de uma aula de gestão para que traduzissem, notamos que alguns deles tinham pensado, inclusive, em intervir na apresentação do texto para lhe conferir mais coerência.

O texto original, publicado por *Brackley Consultants* no Reino Unido, começa com a seguinte tabela:

What does a good supervisor actually do? /not do?		
Provides clear direction, communicates information, objectives & expectations	communicates	<i>Provides little or no direction, fails to share information & priorities</i>
Adopts a flexible & attentive listening style, consults others; checks for understanding	listens	<i>Only concerned to get own view across, doesn't listen assumes understanding</i>

Aqueles que não entrevistaram na formatação do original produziram uma tradução do tipo mostrada abaixo, respeitando a tipografia e os itálicos, que são relativamente pouco explícitos:

O que faz / não faz um bom supervisor		
fornece orientações claras, transmite as informações, indica os objetivos visados e os resultados esperados;	comunica	<i>oferece poucas orientações, guarda a informação, não indica as prioridades;</i>
escuta atentamente seu interlocutor levando em consideração suas necessidades; consulta os outros; verifica que a mensagem tenha sido bem entendida	escuta	<i>só procura transmitir o próprio ponto de vista, não escuta, pressupõe que a mensagem tenha sido entendida</i>

Graficamente, a mensagem não está clara e uma leitura superficial poderia dar margem para que se pensasse que o bom supervisor comunica guardando a informação. Vale mais, em nossa opinião, modificar a disposição dos dados na tabela para evitar qualquer ambiguidade.

O bom supervisor	O mau supervisor
Comunica => fornece orientações claras, transmite as informações, indica os objetivos visados e os resultados esperados.	<i>oferece poucas orientações; guarda a informação; não indica as prioridades.</i>

Escuta => escuta atentamente seu interlocutor levando em consideração suas necessidades; consulta os outros; verifica que a mensagem tenha sido bem entendida.	<i>só procura transmitir o próprio ponto de vista; não escuta; pressupõe que a mensagem tenha sido entendida.</i>
--	---

Esse tipo de discussão permite que os estudantes tomem consciência de sua responsabilidade enquanto “comunicadores”. Após essa etapa, eles podem se inspirar na reflexão pontual que foi feita em sala de aula para melhor gerenciar textos que se inscrevem em um contexto completamente diferente.

3 O papel do ensino

3.1 A “matéria” a ser ensinada

Muitos estudantes, quando perguntados sobre suas expectativas, exprimem o desejo de incorporar um “método eficaz de trabalho”. Eles desejam aprender a traduzir “rápido” e “bem”. Ora, segundo nossa experiência, os elementos metodológicos que podemos lhes dar aos alunos, ainda que preciosos, jamais serão infalíveis. No fim das contas, cada um deverá encontrar *seu próprio* método para traduzir melhor.

Muitos tradutores, aliás, teriam problemas para descrever “seu método”. Basicamente, trata-se de conhecer o texto original, compreendê-lo e restituí-lo. Alguns começam aprofundando-se no original antes de começar a traduzi-lo, enquanto outros – é preciso admitir – atacam o texto sem estudá-lo de antemão. Do mesmo modo, alguns produzem quase imediatamente uma tradução muito próxima da versão definitiva, enquanto outros passam por várias etapas sucessivas que os levam, às vezes, a modificar todo seu “primeiro esboço”.

Mesmo a dissociação entre as grandes etapas que são a semasiologia e a onomasiologia pode ser questionada. Na verdade, às vezes é através da reformulação que o sentido do original aparece mais claramente para o tradutor, por uma forma de análise comparativa que permite com que determine se os dois textos são vistos como harmônicos. Com frequência, simplificamos a trajetória, imaginando que as duas fases são bem delimitadas pela tranquilizadora sequência 1) *recepção* – 2) *produção* (“eu recebo, eu compreendo, eu restituo”). A realidade, porém, é que normalmente essas fases se sobrepõem e se misturam: eu avalio minha produção por justaposição, compreendo o outro através de minhas tentativas de restituição, Tateando; meço a profundidade do original de acordo com o diferencial entre ele e minha tradução, enquanto a esboço...

Sendo assim, a transmissão de um método certamente não é o desafio principal da formação. Contentar-se em traduzir alguns textos sem definir previamente as competências que os estudantes devem adquirir, sem uma programação pedagógica, também não seria satisfatório. Trata-se de evitar a qualquer custo o tipo de aula de tradução que Michel Ballard denuncia:

[uma aula] em que se fazem traduções todas as semanas esperando chegar a certo grau de competência através de uma prática intuitiva temperada com observações feitas durante a leitura dos textos e cujo objeto é puramente pontual, já que visa somente à realização do texto que está sendo composto (em vez de considerar o todo). (Ballard, 2006: 49)

É claro que devemos propor a nossos estudantes métodos de pesquisas documentárias e terminológicas, dar-lhes bons conselhos para encontrar inspiração (por associação, especialmente) e estimulá-los a perseguir a precisão (em uma última leitura crítica do texto que produziram, sem cotejamento com o original, a fim de verificar a coerência e a idiomatidade da tradução). Mas nunca se tratará de uma receita, de um método de tradução propriamente dito.

Evidentemente, o professor jamais deixa de lembrar alguma regra gramatical, de explicar uma expressão idiomática, de alertar os estudantes sobre os falsos cognatos desconhecidos, de chamar a atenção para a sutileza sintática da língua estrangeira ou de fazer observações sobre as convenções diferentes entre as línguas em alguns contextos e em alguns tipos de discurso. No entanto, esses fragmentos de ensino devem necessariamente ser de caráter aleatório: ocasionalmente difundidos pelo texto, eles esboçam apenas frágeis ilhas de conhecimento em um oceano de *finesses* lexicais e de sutilezas sintáticas que se escondem nas línguas.

Deve-se então deixar aos estudantes a responsabilidade de alimentarem suas línguas. Como já havíamos dito, nós podemos apenas ajudar um tradutor potencial a desenvolver suas predisposições. Jamais conseguiremos transformar em tradutor uma pessoa sem a sensibilidade, o rigor, a lógica, a criatividade e a humildade necessárias:

- a *sensibilidade*, para perceber a carga conotativa e emocional do texto, tudo o que está sendo trabalhado sem ser explicitamente denotado: um realce, uma nuance de ironia, uma intensificação do *pathos*, etc;
- o *rigor*, para se questionar, duvidar de suas próprias certezas, verificar novamente a forma e o conteúdo, etc;
- a *lógica*, para extrair o melhor de todas as fontes de informação possíveis (sejam elas textuais ou extratextuais) a fim de melhor compreender o sentido, assim como apreender o grau de coerência do texto e a adequação entre a “mensagem” e a realidade extralinguística;
- a *criatividade*, para se sair bem em situações complexas (jogos de pa-

lavras, incompatibilidades culturais, etc.) e para assegurar os efeitos estéticos, emocionais, cômicos; e

- a *humildade*, para aceitar pôr todo seu saber a serviço do outro, ficando à sombra, enquanto ele se exhibe à luz dos holofotes.

Para nós, é interessante que o professor proponha textos suficientemente diferentes para aumentar a gama de temas tratados, enquanto aprofunda a reflexão nos incidentes de cada escolha tradutória proposta pelos estudantes.

Assim, a arte do professor é conciliar trajetórias que são, *a priori*, antagônicas. Ele deve conduzir o aluno a mergulhar na profundidade do texto obrigando-o a manter a distância necessária (para não se afogar); torná-lo sensível às contradições internas do texto, seja para reproduzi-las, seja para resolvê-las; e aguçar sua sensibilidade sem diminuir seu bom senso. Deve também estimular sua criatividade sem jamais desencorajar seu rigor.

Além disso, o professor tem de respeitar seus alunos. Ele deve:

- ser um guia que evita impor um itinerário – para ajudar os alunos a chegarem a um resultado, porque o caminho que eles vão fazer para chegar ao objetivo final pode ser completamente diferente do que ele tomaria;
- cuidar para não ser um modelo que quer ser imitado – para permitir que os estudantes produzam “sua melhor tradução”, sem jamais supor que ela deveria corresponder àquela que o professor mesmo encontrou, correndo o risco de inibi-los mais do que estimulá-los;
- observar os estudantes com grande vigilância, mas sem deixar de respeitar realmente seus trabalhos, nem jamais esquecer que alguns produzirão uma tradução mais fundamentada do que a sua, ou conhecerão uma área melhor do que o próprio professor; deve velar, particularmente, para não cometer nenhum ato mutilador – já que a sensibilidade e a criatividade do aluno são facilmente feridas;
- avaliar, mas não decretar – e jamais excluir a possibilidade de estar enganado, de ter deixado escapar uma nuance, de que indicou um termo que estava errado.

Outra dificuldade que o professor encontra está ligada ao caráter evolutivo da língua. Qualquer um que ensine ou pratique a tradução deve velar para não permanecer prisioneiro de certos automatismos. A ortografia pode evoluir, a denotação das palavras também (“deletar” e “estresse” são utilizados hoje a bel prazer com o sentido, respectivamente, de “apagar” e de “desconforto mental”, porém tinham sido considerados anglicismos há cerca de quinze anos atrás) e o mesmo acontece com a conotação (“mestiço”, “o homem” no sentido de “ser humano” e “terceiro mundo” não são percebidos da mesma forma que nos anos de 1960). Sem contar que expressões idiomáticas caem no esquecimento e outras têm seu sentido modulado.

A tarefa do professor consiste então em sensibilizar os estudantes para as dificuldades, barreiras, desafios da tradução, e a partir daí propor-lhes critérios de autoavaliação para ter certeza de que assimilaram satisfatoriamente as exigências às quais deverão responder. Portanto, em aula, deve contentar-se em definir e caracterizar o original, depois os critérios de qualidade do texto a ser produzido. O caminho, o estudante deverá encontrá-lo sozinho, pois é somente escolhendo-o por si mesmo que ele terá condições de produzir “a melhor tradução” de que é capaz.

No que diz respeito aos meios pedagógicos, o professor é livre para recorrer a diversos métodos de aprendizagem. Segundo Burrhus Frederic Skinner, ensinar é “organizar contingências de reforço [da aprendizagem]” (Burrhus Frederic Skinner, 1969, p.10). Para esse autor, o ensino organiza as condições da aprendizagem de modo a facilitá-la e acelerar o surgimento de comportamentos que, em outro contexto, só seriam lentamente adquiridos ou não surgiriam nunca.

Considerando a diversidade dos desafios da tradução, o professor poderá passar facilmente por todas as etapas previstas por Therer e Willemart⁹ de acordo com sua necessidade:

↑ Ênfase no aluno	Associativa técnicas de trabalho em grupos, trabalhos práticos...	Incitativa exposição socrática, estudo de caso, debates...
	Permissiva auto-didatismo, assistido ou não	Transmissiva ensino frontal, aula expositiva
Ênfase na matéria		

Segundo as pesquisas de Jean Therer e Claude Willemart, que estudaram os diferentes estilos de ensino aplicáveis à área da biologia, não existe um estilo ideal que se deva utilizar o tempo inteiro, mas, sim, estilos oportunos de acordo com variáveis individuais e institucionais. Uma das características do professor eficaz seria, desse modo, a capacidade de variar seu estilo e suas estratégias.

3.2 Avaliação

Já que convém encorajar o desenvolvimento de qualidades diversas e complementares, estimamos que seria preferível não avaliar os trabalhos em “blocos”, para evitar que o estudante se engane em relação a seus pontos fortes e fracos e que sua criatividade seja comprometida. Assim, preconizamos uma avaliação diferenciada.

Atribuir uma nota fragmentada aos estudantes lhes permite tomar consciência dos aspectos nos quais devem se concentrar. Depois de encarregá-los de traduzir

⁹ Apresentado em André de Peretti *et al* 1998: 14.

um texto em que nos preocupamos em definir o suporte, as circunstâncias e o leitor de chegada e pedir que formulem alguns comentários sobre suas escolhas de tradução, nós podemos refinar nossa avaliação graças a uma tabela do tipo abaixo:

Precisão semântica	Qualidade redacional	Adequação à função	Qualidade dos comentários
9/10	6/10	4/5	3/5

No quesito “precisão semântica”, consideramos imprecisões: criação de ambiguidades, erros de sentido, contrassensos e passagens obscuras.

No quesito “qualidade redacional”, consideramos estrutura, estilo, criatividade, respeito ao idiomatismo, correção gramatical (pontuação, sintaxe, ortografia) e adequação ao vocabulário (registro, precisão, riqueza).

No quesito “adequação à função”, consideramos título (atrativo, pertinente e original), qualidade do resultado final, público-alvo (levar em conta fatores temporais, geográficos, socioculturais, etc.) e respeito ao número de caracteres impostos e à indicação da fonte do texto.

No quesito “qualidade dos comentários”, consideramos a pertinência das explicações fornecidas pelo estudante, os elementos de autocritica, a pertinência das questões que apresenta (mesmo que não traga a resposta) e a precisão de sua metalinguagem.

O importante é sinalizar ao estudante onde se situam suas falhas e seus pontos fortes, de forma a permitir que corrija aqueles e preserve estes. De fato, uma rejeição não diferenciada poderia levá-lo a interpretar mal uma nota baixa e a acreditar que foi um impulso de criatividade e não seu rigor que o fez “perder pontos” em um determinado caso.

A utilização de uma tabela desse tipo, ainda que relativamente laboriosa, apresenta a vantagem de deixar transparecer os aspectos que cada estudante deve trabalhar. Assim, por exemplo, enquanto três estudantes recebem a mesma nota, um deles pode não ter cometido nenhum erro de compreensão, mas ter se equivocado na expressão em língua materna; o outro pode ter usado uma linguagem adequada e ter restituído mal o texto original e um terceiro pode, mesmo tendo entendido o sentido e dominando bem sua língua materna, ter se distanciado tão pouco do texto ao longo da tradução que algumas frases parecem contraditórias e o texto, em seu todo, parece absurdo.

De um ponto de vista geral, ficamos surpresos com o caráter polarizado da maioria dos estudantes. Assim, é frequente que alguns apresentem problemas reais de adequação semântica, mesmo obtendo nota máxima no quesito “qualidade redacional”, enquanto outros quase atingem a perfeição em redação, só que negligenciam sistematicamente a adequação e a função.

Conclusão

Muito mais do que tudo, são exigências que transmitimos aos estudantes, exigências que eles imporão a si mesmos quando traduzirem. Nesse sentido, concordamos com a teoria do *Achtsamkeit*, mencionada nestes termos por Ioana Balacescu e Bernd Stefanink:

A primeira função de uma didática baseada na hermenêutica será ensinar a *Achtsamkeit* diante do texto, ou seja, um despertar atento, termo que encontramos tanto em Heidegger – que está na base da hermenêutica de Gadamer e que foi posto em prática pelos tradutores hermenêuticos alemães – quanto nos pesquisadores em criatividade. (Ioana Balacescu e Bernd Stefanink, 2005: 286-287).

É a vigilância, a exigência, a inteligência e a sensibilidade que devemos despertar em nossos estudantes.

Bibliografia

- BALACESCU, Ioana; STEFANINK, Bernd. "La didactique de la traduction à l'heure allemande", in: *META*, Montréal: Presses de l'Université de Montréal, L, 1, vol. 50, n° 1, mars 2005: 277-293.
- BALLARD, Michel. "Téléologie de la traduction universitaire", in: *META*, Montréal: Presses de l'Université de Montréal, L, 1, vol. 50, n° 1, mars 2005: 48-59.
- PERETTI, André et al. *Encyclopédie de l'évaluation en formation et en éducation*. Paris: ESF, 1998.
- SKINNER, Burrus Frederic. *La Révolution scientifique de l'enseignement*. Traduzido do inglês. Bruxelles: Dessart e Mardaga, 1969.
- TATILON, Claude. *Traduire – Pour une pédagogie de la traduction*. Toronto, GREF, Collation XIII, 1986.

Corpus

- ADAM, David. "Skating on thin ice up north". *The Guardian*, 29.09.2005.
- CONRAD, Peter. "What is the best age to create your masterpiece?". *The Observer*, 25.09.2005.
- JOYCE, James. "Clay", in: *Dubliners*, Wordworth Classics, 1992.
- _____. "Cendres". Tradução de Iva Fernandez, in: *Gens de Dublin*, Paris: Plon, 1980.
- RETTERRBEG, Udo. "Lockruf des schwarzen Goldes". *Handelsblatt*, 02.12.2005.
- SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Londres: Penguin Books, 1994.
- "A matter of choice". *The Independent*. 08.01.2007.

A problemática da tradução jurídica: princípios e nuances

Jean-Claude Gémard¹

Tradução de Bruna Steffen²

Revisão de Patrícia Reuillard³

A atividade tradutória aplicada aos textos jurídicos tem uma longa trajetória, que remonta ao menos à Antiguidade greco-romana. Ainda assim, seu futuro não é menos promissor, sobretudo no contexto atual de globalização em que o Direito desempenha e é chamado a desempenhar um papel importante. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os mecanismos do processo tradutório foram esquadrihados e analisados pelos teóricos da linguagem e, a partir de então, ficaram mais conhecidos, assim como o objeto e a finalidade da tradução. O processo tradutório, entretanto, centra-se em textos cujo conteúdo, mais ou menos especializado, tange a uma área. A língua é seu denominador comum, com tudo que ela comporta de ambiguidades, lacunas, limites, intrínsecos à natureza do espírito humano. Ora, esses signos, passíveis de sentidos diferentes e de múltiplas nuances, ficam sujeitos à interpretação. Daí a dificuldade inerente à tarefa do tradutor, que deve apreender o sentido do texto de partida (TP) em suas nuances mais tênues e reproduzi-lo de maneira equivalente no texto de chegada (TC).

A tradução reflete essas deficiências. Também a tradução total ou exaustiva, a identidade perfeita entre o conteúdo do TP e o do TC é um mito. O resultado da operação tradutória permanece aleatório, relativo e sujeito à contestação de acordo com o ponto de vista que o leitor adotará em função de seu conhecimento da área da qual trata o TP. No entanto, antes de falar da tradução de textos jurídicos, convém compreender antecipadamente a natureza da

¹ Professor da Ecole de traduction et d'interprétation, Université de Genève. Título original: *Les enjeux de la traduction juridique. Principes et nuances*.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Francês.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

linguagem que compõe esses textos, a linguagem do Direito, mas considerada uma linguagem de especialidade (LE). A problemática da tradu  o aplicada ao texto jurídico    estabelecida nesses termos. Tratar-se-  , em seguida, de considerar soluções práticas, ou seja, concretas, ao problema que a tradu  o de textos jurídicos traz ao tradutor.

1 Problemática geral

A atividade tradutória, apesar de inegáveis evoluções, ainda vive um problema de credibilidade (ver *traduttore, traditore!*), até de visibilidade. Como o alquimista no seu laboratório secreto, o tradutor    percebido como o aprendiz de feiticeiro da língua, que ele manipularia. O que se espera do tradutor    que ele faça milagres continuamente. Ora, como todo ser humano, ele está sujeito    lei da linguagem, que   , segundo as palavras de H  lderlin, "o mais perigoso dos bens".

1 Língua e tradu  o

Traduzir um texto    uma questão de "palavras". As palavras estão na língua, e ela própria está submetida ao sistema geral da linguagem. Interrogar-se sobre as palavras para compreendê-las – em vista de traduzir ou não a mensagem que elas encerram – equivale a levantar o vasto problema de sua situa  o e de seu papel na língua, função atribuída    Linguística.

Se o estudo do fenômeno constituído pela tradu  o se baseasse unicamente em uma estrita análise linguística, disso se concluiria a impossibilidade de traduzir. Como cada língua distribui seus campos semânticos de maneira diferente, não se pode fazer com que uma determinada palavra de uma língua coincida com seu correspondente em outra, o que postula Ferdinand de Saussure (1916:161): qualquer que seja o par de línguas consideradas, tendo em vista "a impossibilidade para um signo de uma língua [de ocupar no sistema de signos] o mesmo lugar que ocupa na sua o signo que buscamos traduzir" (Hag  ge, 1985: 47). Para Jakobson, a partir do momento em que "comparam-se duas línguas, surge a questão da possibilidade de tradu  o de uma para outra e vice-versa" (Jakobson, 1978: 80). Sendo o sentido construído de maneira diferente segundo as línguas, um "discurso" não tem a mesma signifi  ca  o para todas as categorias de leitores. O próprio Nida lembra que "quando não se tratar de uma só língua, a comunica  o nunca    absoluta, uma vez que duas pessoas não compreendem jamais as palavras de maneira idêntica. Com mais razão ainda, não se deve esperar uma equivalência perfeita entre duas línguas" (1971: 4).

Não só as palavras, mas também o meio no qual elas estão inseridas apresenta um caráter específico que pouco se presta    comparações e equivalências. Para o jurista Norbert Rouland, a "varia  o cultural" caracteriza a espécie humana, "pois, para construir sua identidade, o homem cria diferença" (1991:12). Esses particularismos culturais são um grande obstáculo no caminho da equivalência linguística.

1.2 O fenômeno da polissemia

Mais ou menos abordada de acordo com as áreas, a polissemia    inerente    linguagem.   s vezes ela se esconde sob traços triviais, como uma palavra aparentemente banal, *information* do inglês, por exemplo⁴. Outro termo igualmente difundido no vocabulário jurídico, *business resented*, tem nada menos do que seis equivalentes possíveis em francês, conforme for traduzido no Québec, em Ontário, em Nova-Brunswick ou em Ottawa, e se o texto for anterior ou posterior a 1985 (Groffier, 1990). Nem mesmo a palavra *resente*, banal por si só, deixa de suscitar interrogações. Conforme Nadelman, "Even in the same language the meaning of a legal term may differ from system to system. Thus, "domicile" has one meaning in English law and quite different meanings in American jurisdictions" (1966:195).

Por outro lado,    inegável que o emprego de termos técnicos tem vantagens, como a precisão da linguagem e a concisão da mensagem. Cada   rea possui os seus termos, inclusive o Direito, o que levanta para o tradutor o problema das correspondências entre línguas.

2 Língua e tradu  o jurídicas

Segundo os teóricos da Linguística, somente um acaso (muito) grande faria coincidir as palavras de uma língua com as de outra. A intraduzibilidade estaria, portanto, na natureza das coisas.

Constata-se isso imediatamente assim que se compara uma tradu  o com seu original. As mudanças mais visíveis dizem respeito    macroestrutura do texto, sua organiza  o e disposi  o, sua extensão. De fato,    comum que o texto traduzido seja mais curto ou mais longo que o original. No entanto, há outras mudanças, mais sutis, que não se referem somente a problemas de ordem lexical ou sint  tica. As submissões linguísticas podem se anular diante dos interesses superiores da política. No Canadá, a tradu  o de *Dominion* por

⁴ No contexto do artigo 785 do Código Criminal do Canadá, ela não tem mais o sentido de "aviso" ou "informa  o", que geralmente espera-se encontrar, mas designa a "denúncia" (de uma infra  o).

Puissance [potência], na constitui  o de 1867 (AANB),   uma manifesta  o da supremacia do político sobre o linguístico, chegando a impor uma anomalia histórica, até sint  tica, como na célebre tradu  o francesa da resolu  o 242 do Conselho de Segurança das Na  es Unidas⁵.

Assim, dadas as limita  es particulares desse tipo de tradu  o, principalmente no caso de textos de interesse nacional – ou público, internacional, até universal – seria *possível* a tradu  o jurídica? A abundância de atividade tradutória nessa área parece contradizer a tese da impossibilidade. Contudo, se o texto produzido não reflete, ao mesmo tempo e de maneira fiel, a letra e a essência do texto de partida, ou seja, seu conteúdo (o Direito) e o continente (a língua que o exprime), pode-se dizer que a opera  o tradutória atinge plenamente seu objetivo? Com certeza existe uma tradu  o, mas inacabada. Quando o tradutor não consegue estabelecer a equivalência potencial entre dois textos, no duplo plano do Direito e da língua, seu texto perde parcialmente a substância e seu trabalho fica incompleto. Levanta-se então, o problema da língua particular do Direito, sua linguagem.

2.1 A linguagem do Direito

  raro que um texto seja de um nível tal de generalidade que não contenha alguns termos pertencentes a um campo específico do conhecimento ou do saber. O tradutor recorre então a uma análise terminológica mais ou menos aprofundada, segundo o grau de especializa  o do termo e, para isso, passa pelo canal de uma língua de especialidade (LE). Essa no  o não   nova, uma vez que Ferdinand de Saussure já falava de “línguas especiais” (1915: 41), entre as quais se engloba a língua jurídica. A no  o se fixou, ao longo dos últimos vinte anos, no termo atual de “língua de especialidade”.

Para traduzir,   preciso não somente conhecer e compreender os termos da área em questão e as no  es que eles encerram, mas também   necessário conhecer as palavras da língua geral, ou seja: a língua (ou léxico) e o discurso (ou a “fala”) próprios aos especialistas da área, a maneira de dizer as coisas nessa especialidade. Do encontro dos dois nasce a linguagem, geral ou especializada, de acordo com os usos.

2.2 Língua geral e língua “especializada”

Os lexic  grafos sempre buscam critérios confiáveis para marcar a natureza especializada de uma acep  o em rela  o   outra. As explica  es fornecidas nas

⁵ Resolu  o da ONU sobre a questão israelense palestina, na qual há uma divergência nas versões inglesa e francesa (a versão em francês fala da “retirada dos territórios ocupados” enquanto a versão em inglês fala da “retirada de territórios ocupados”, pressupondo que não seriam todos). (N.T.)

páginas introdutórias de uma edi  o anterior do dicionário *Petit Robert*, por exemplo, dão uma ideia da dificuldade que se pode enfrentar para distinguir claramente uma palavra da língua geral de outra que pertence a uma área “especializada” (Rey, 1991:xvii). O critério de diferencia  o habitualmente utilizado pelos especialistas   o das condi  es de emprego das palavras conforme as situa  es, seu uso, e não sua forma linguística, na maioria das vezes enganosa. Encontrase na língua geral e nos vocabulários especializados uma grande quantidade de termos que podem ser atribuídos indistintamente aos dois. Palavras banais como “acordo”, “ato”, “solicita  o” ou “termo” parecem pertencer   língua geral. Mas são tão especializadas na área jurídica que podem parecer “gerais” ou “comuns”. Por outro lado, quando são acompanhadas de um determinante (*accord synallagmatique*, *acte ex  cutoire*, *demande incidente*, *terme extinctif* [acordo bilateral, ato executório, demanda incidental, termo extintivo]), não há dúvida de que pertencem   língua especializada dos juristas. Se o uso confere o valor semântico primeiro (ou objetivo) a uma palavra  , entretanto, o contexto de seu emprego (a palavra usada no discurso, portanto considerada subjetivamente) que determina sua significa  o real. Daí a dificuldade, tanto para o profissional da linguagem como para o leigo, de determinar com precisão – se   que isso   possível – o momento em que se passa da língua geral para a língua especializada.

2.3 O Direito como língua de especialidade

O Direito não   uma ciência exata, e sua linguagem   afetada pela polissemia reinante nas Ciências Sociais. Até o termo que o caracteriza *droit* (ou *derecho*, *law*, Direito), designa, de acordo com o contexto, o objetivo (o Direito enquanto sistema) ou o subjetivo (direito = *right*). O mesmo ocorre com um dos termos essenciais do Direito: *acte* [ato], passível de dois sentidos. Sob uma aparência comum se esconde, às vezes, um sentido, uma no  o que escapa ao entendimento do leigo.

A linguagem do Direito   formada de palavras que constituem a língua jurídica. O vocabulário do Direito reflete a civiliza  o que o produziu. Quanto mais avançada, mais ele   rico, complexo e diversificado. Contudo, ele varia de uma língua para outra. As línguas são repletas de termos da língua geral que também têm um sentido especializado. Os sentidos, as conota  es, os valores e as particularidades semânticas que eles encerram são o resultado de uma longa tradi  o, o reflexo de uma cultura milenar.

A linguagem do Direito traz, além disso, no  es que são próprias a uma tradi  o, a uma cultura (cf. Sarcevic, 1985:127), a um sistema, e que não têm equivalente em outras línguas e sistemas, inglês ou francês. Por exemplo: *Common Law*, *consideration*, *corporation*, *equity*, *personality*, *trust*, ou ainda: *acte* (*negotium*), *quasi-contrat*, *quasi-d  lit*, *mise en examen*, *garde    vue*, etc.

Lazar Focsaneanu enfatiza essa singularidade da linguagem jurídica que “construiu uma terminologia e uma fraseologia próprias” (1971: 262). Assim, para ele, as “dificuldades de tradução são ainda maiores” (*ibid.*). Isso transparece nos trabalhos dos comparatistas. Alguns deles, quando apresentam um sistema estrangeiro de Direito, por uma questão de precisão, hesitam em propor um equivalente ao conceito analisado, preferindo empregar o termo estrangeiro em itálico (*cf.* David, 1992). Só a palavra “direito” tem um número infinito de definições, de acordo com os países e os sistemas, às vezes até dentro de um mesmo país ou sistema, dependendo das escolas de pensamento, das doutrinas e das ideologias. A linguagem do Direito não escapa ao fenômeno da polissemia.

São muitas as particularidades que, exceto a polissemia, inerente à linguagem humana, fazem da linguagem do Direito e de seus textos uma área singular. Essa singularidade repercute na tradução de textos jurídicos, principalmente quando o TP é um texto regulamentar e não apenas de comunicação de informações (relatório, estudo), de conhecimentos ou de saberes (tratado de Direito) jurídicos.

3 Problemática da tradução jurídica

Qualquer que seja o tipo de texto a ser traduzido, os obstáculos “técnicos” – ou seja, linguísticos (lexicais, sintáticos, estilísticos, etc.) – são mais ou menos os mesmos, ainda que as dificuldades não sejam parecidas de uma língua à outra, especialmente entre línguas de culturas muito afastadas. Mas a tradução não se reduz às palavras, estruturas e expressões do TP. Em algumas áreas, como é o caso do Direito, a tradução consistirá em passar de um sistema a outro, não somente a letra, mas também o espírito do texto-alvo, com os riscos e mudanças que isso comporta.

A tradução jurídica é uma atividade técnica, no sentido de que faz intervir uma língua “especializada” (Lerat, 1995) que se distingue ao mesmo tempo da língua geral e das outras áreas. A operação tradutória traz dificuldades inerentes à natureza da linguagem do Direito ao tradutor. Polissêmica, como toda língua de especialidade das Ciências Sociais, a linguagem do Direito veicula noções próprias a uma tradição, uma cultura, e produz textos que geralmente têm regras ou normas vinculativas e com efeitos jurídicos.

O texto jurídico, devido à sua natureza prescritiva, geralmente apresenta efeitos passíveis de implementação de uma determinada forma de responsabilidade, de obrigação. Somente esse aspecto já deveria bastar para distinguir o texto jurídico dos outros. Os juristas comparatistas, principalmente, destacam o caráter singular do Direito e, portanto, de sua tradução para outra língua. Para resumir o essencial, além do *status* particular da norma jurídica, os principais argumentos defendidos para justificar essa singularidade são: a ausência

de correspondência dos conceitos e noções entre os sistemas jurídicos, a especificidade das línguas e das culturas que manifestam tradições sociais por vezes muito afastadas umas das outras, e os efeitos jurídicos da equivalência.

Será que a especificidade da linguagem do Direito faria da tradução dos textos jurídicos um gênero à parte que invalidaria os princípios geralmente reconhecidos em tradutologia, sendo o primeiro que somente o sentido conta? Como defende Vinay, se não se traduz para compreender, mas para levar a compreender (1967:141), a tradução jurídica visaria a um objetivo diferente? Linguistas e tradutólogos não pensam assim. No máximo, pode-se dizer, com Cooray, que “*problems arise in legal translations which are not resented in the case of translations in other subjects*” (1985: 69). Disso resultam obrigações especiais ao tradutor.

Tecnicamente, quando traduz um texto jurídico, o tradutor não coloca em prática mecanismos totalmente diferentes daqueles que requer a operação tradutória em geral. Seja qual for a área, um texto é feito de palavras (correntes) e de termos (técnicos) que veiculam noções mais ou menos complexas e elaboradas. Essas palavras são organizadas em discurso conforme uma sintaxe, funções gramaticais precisas e próprias à determinada língua e em um estilo particular, de acordo com a área e a função do texto. Um sentido emerge do texto e adquire uma significação precisa para o leitor atento (Gémard, 1990). Todavia, ao problema fundamental que a linguagem traz de início, vêm se somar aqueles da norma jurídica e dos conceitos que não coincidem em sistemas diferentes. Na tradução jurídica, a dificuldade é multiplicada por dois.

Se já é difícil entender-se sobre o sentido e a significação das palavras em uma só língua, pode-se imaginar facilmente a dificuldade criada pela comparação das línguas, de um lado, e dos sistemas, de outro. O jurista comparatista Rodolfo Sacco lembra isso da seguinte forma: “As verdadeiras dificuldades de tradução devem-se [...] ao fato de que a relação entre palavra e conceito não é a mesma em todas as línguas jurídicas” (1987: 850). Um exemplo bastará. O termo “ministro da Justiça”, noção comum à maioria das línguas, parece cobrir o mesmo campo semântico, digamos, em francês e inglês. Na realidade, pode-se dizer que *Garde des Sceaux* é o equivalente de *Attorney General* (Estados Unidos) ou de *Lord High Chancellor* (Grã-Bretanha)? Percebe-se a diferença das culturas na função. A equivalência, aqui, é bem funcional e, a identidade, enganosa.

Michel Moreau tem razão quando declara que “a tradução [jurídica] é, na verdade, impossível, tão irredutíveis parecem as clivagens, funcionais e sociológicas”⁶⁷? A norma jurídica e os efeitos jurídicos que o texto encerra bastariam por si sós para distinguir a tradução jurídica dos outros tipos de tradução.

67 Trecho de *L'avenir de la traduction juridique* [O futuro da tradução jurídica] em Gérard Snow et J. Vanderlinden [ed.]: *Français juridique et Science du droit*, [Francês jurídico e Ciência do Direito (sem publicação no português)] Bruxelles, Bruylant, 1995, p. 270.

7 Em “Introdução ao coletivo *Français juridique et Science du droit*, p. 13.

3.1 A linguagem do Direito, linguagem de normas

A norma jurídica confere toda sua especificidade ao texto jurídico e, portanto,    sua tradu  o. Para J.B. Herbots, a diferença entre a tradu  o jurídica e "a tradu  o em geral,    que [...] o texto a ser traduzido    uma regra jurídica, uma decisão judicial ou um ato jurídico que tem consequências jurídicas almejadas e que devem ser alcançadas" (1987: 814).

Essas consequências são inevitáveis. Elas são inerentes ao Direito e constituem uma contingência anterior a toda abordagem objetiva dos sistemas jurídicos. O Direito produz, essencialmente, textos com normas ou regras (de Direito), com disposi  es e prescri  es vinculativas. Transgredir essas regras expõe o autor a san  es por parte do poder público. O tradutor deve levar em conta essa particularidade do texto jurídico, assim como deve saber que cada subconjunto, na ampla gama das disciplinas jurídicas, tem seu código, suas normas, e que cada tipo de texto que ele produz responde a imperativos ou a "servidões" linguísticas particulares.

3.2 O Direito como produtor de efeitos jurídicos

O texto jurídico   , além de tudo, produtor de efeitos jurídicos que escapam    compreensão do leigo e às vezes do próprio jurista, mas que não podem ser ignorados pelo tradutor. Em tradu  o jurídica, a equivalência dos textos (TP = TC) não se limita a traduzir a letra e a mostrar a essência. Um texto de Direito carrega efeitos jurídicos, e estes devem ser equivalentes nos dois textos, caso contrário o tradutor terá falhado na sua tarefa.

Ora, uma coisa    traduzir de uma língua para outra um texto pertencente ao mesmo sistema jurídico, ainda que esse exercício seja dos mais delicados⁸. Outra coisa será traduzir passando de um sistema a outro – o alemão e o francês, por exemplo, como salienta Kelsen (1962) em seu prefácio – sobretudo quando eles se opõem (tradu  o de Direito escrito versus tradu  o de Direito não escrito), como a *Common Law* da Inglaterra e o sistema civilista da França ou do Quebec. Estabelece-se então o problema fundamental da interpreta  o dos textos segundo o método próprio a cada sistema, do mais simples (cf. Brugger, 1994: 395; Côté, 1990; Maxwell, 1969) ao mais complexo (Beaupr  , 1986; Cr  peau, 1993: 217).

A interpreta  o do texto jurídico, a lei, por exemplo, proveniente geralmente dos tribunais, constitui o critério mais seguro da equivalência buscada, alcança-

⁸ Como prova, tem-se a controvérsia histórica e rica de informa  es que opôs, no início do século XX, os su  os Cesana e Rossel acerca da versão francesa do Código civil da Confedera  o helvética, sempre em rela  o    letra ou    essência do TC.

da ou não. No entanto, como são uma ínfima parte dos textos traduzidos    contestada em um tribunal, o *status* de equivalência da imensa maioria das tradu  es permanece virtual, deixando o público, o leitor ocasional ou o usuário do texto na ilusão da certeza induzida pelo caráter sagrado do texto escrito.

Traduzir    sem dúvida uma arte difícil. Mas traduzir textos jurídicos ainda mais, pois, nos alerta Gérard Cornu, "quando juntos, o bilingu  s e o bijuridismo levam a complexidade ao nível máximo". Considerando tudo o que foi dito, deve-se concluir pela impossibilidade dessa forma particular de tradu  o? A realidade demonstra-nos o contrário, pois a atividade tradutória na área jurídica prospera e nunca produziu tantos textos. Parece, então, que há maneiras de traduzir que conseguem a adesão dos especialistas e se impõem, aqui e agora. Vamos considerar algumas delas sem exaustividade, uma vez que a busca da equivalência dos textos chama a aten  o do tradutor desde as origens, ou quase, da atividade tradutória.

II Arte e técnicas da equivalência

Várias solu  es se apresentam ao tradutor quando ele está diante do TP. Ele pode optar tanto por uma tradu  o literal, como por um método mais livre. Ou seja, pela letra ou pela essência. A esse respeito, Cícero falava de *intrepres* ou de *orator*. Ele pode optar também entre diversas possibilidades e combina  es diferenciando ou aproximando umas das outras. Cada método tem seus adversários e seus defensores.

Diferenças doutrinárias frequentemente dividem uns e outros em praticamente todas as áreas. No Direito não    diferente. Em sua História, a maioria dos países recorreu ora    tradu  o literal ora    tradu  o livre. O caso do Canadá    exemplar a esse respeito, uma vez que ele passou de um extremo a outro. No início da constitui  o do Canadá (Confedera  o 1867), o hábito quase secular da tradu  o literal, até mesmo decalcada, que remonta ao fim do século XVIII, continua firme até meados do século XX. Depois de diversas peripécias, bode expiatório das frustra  es linguísticas dos canadenses, ela    totalmente rejeitada pelo próprio poder público em favor de uma forma de expressão muito livre: a correda  o b  lingue, que guarda apenas uma longínqua rela  o com a tradu  o.

Dessa forma, tais condi  es, somadas    especificidade da tradu  o jurídica, deixaram os juristas desconfiados diante dos métodos gerais propostos pelos tradut  logos e do manique  s da letra ou da essência. Os autores que reivindicam a especificidade do Direito e de sua tradu  o para uma língua estrangeira argumentam que o teor jurídico de um texto torna sua tradu  o difícil, até

⁹ Na Introdu  o a *Français juridique et science du droit*, op. cit., p. 13.

impossível: não se pode transmiti-lo tal qual de uma língua e de um sistema para outra língua e outro sistema. Estreitamente ligado a uma cultura e a uma tradi  o nacionais, o Direito, por ser consubstancial a uma língua, não poderia ser traduzido. Além disso, como nenhuma fórmula única parece se impor, e sendo a opera  o tradutória sujeita a muitas variáveis (natureza do texto, objetivo e público-alvo, normas – jurídicas e linguísticas), vários juristas se voltam ao método que eles julgam mais apropriado, de acordo com as línguas e os sistemas em questão e com os particularismos do lugar (Bocquet, 1994; Groot, 1987, 793; Lehto, 1985, 147-176; Weston, 1983), a fim de atingir o objetivo pretendido.

Entretanto, quaisquer que sejam o método e a maneira utilizados, o objetivo da tradu  o jurídica    alcançar, senão a utópica identidade, ao menos a *equivalência* dos textos. Mas essa no  o continua sendo controversa, em razão da dificuldade que enfrentam os tradut  logos e lingu  stas para defini-la com precisão. Daí os qualificativos, tão vagos como positivos, que a designam. Conforme for, ela será qualificada, entre outros, de dinâmica, de funcional, de natural. Ainda assim ela    o resultado, na maioria das vezes, mais buscado (Pigeon, 1982: 249; G  mar, 1995:142), embora ao preço de um necessário consenso (Schroth, 1986: 54).

1 A equivalência ou a busca do sentido

O conceito de equivalência se baseia no princípio da universalidade da linguagem (François, 1968: 3-5). Ela    um objetivo realista quando as situa  es são comparáveis.    preciso então se entender não sobre natureza, mas sobre seu grau. O princípio da equivalência “funcional” que se aplica    tradu  o de textos pragmáticos se aplica também aos textos jurídicos. Independentemente da natureza do texto a traduzir, o princípio continua o mesmo: transmitir uma mensagem – quaisquer que sejam a forma e o conteúdo – de um texto a outro, de maneira que ela seja compreendida pelo destinatário. Vinay e Darbelnet estabeleceram o postulado: somente o *sentido* conta, ou seja, o resultado, uma vez que não se traduz para compreender, mas para *levar* a compreender.

A raiz do problema, neste caso, não está ligada    “fidelidade” (ao autor, a seu texto, a sua essência), primeiro mandamento do tradutor, que deveria ser evidente: uma tradu  o que não for fiel    uma tradu  o defeituosa, esteja o leitor consciente ou não disso. Está no princípio da equivalência dos textos: uma tradu  o (bem-sucedida)    idêntica ao original, sua cópia fiel, a ponto de poder substitui-lo? Essa questão pode parecer puramente teórica, já que se traduz desde sempre e que se considera, portanto, a equivalência como evidente. Na verdade, essa equivalência (funcional, dinâmica, etc.)    decretada: pela lei (o Estado), por convenço (particulares), pelos especialistas no assunto

ou, em caso de litígio, por um tribunal. Ela não    colocada em dúvida nem questionada em sua essência como fazem certos lingu  stas. No máximo, ela    em sua “forma” e “fundo”. Quer dizer, por um lado, no que a tradu  o tem de mais visível: as palavras, sua disposi  o, a gramática ou a sintaxe; por outro lado, no que o leitor (ou ouvinte) capta ou acha que capta: o sentido do texto e sua significa  o.

1.1 Equivalência das normas ou equivalência das palavras?

O problema da equivalência dos efeitos jurídicos do texto traduzido difere para o tradutor e para o jurista. Esquemmatizando ao extremo, pode-se dizer que o primeiro visará    equivalência *linguística*, pensando estar quite com a parte *jurídica*, a letra – portando, o sentido – sendo respeitada. O segundo buscar   realizar a equivalência jurídica, pensando que, estando expresso o direito, a letra seguir   *ipso facto*. Ora, tanto em um caso como no outro, será o encontro e a fusão harmoniosos dos dois elementos constitutivos do texto – continente e conteúdo – que produzirão a equivalência desejada. A questão    o que se deve entender por “equivalência” vinda de um jurista quando um texto de Direito – como todo texto –    sempre passível de interpreta  es. Os lingu  stas sugeriram algumas respostas ao problema geral da linguagem. No plano jurídico, todavia, de que equivalência se fala? Em tradu  o jurídica, podem-se atingir os dois objetivos ao mesmo tempo, a equivalência dos textos em cada língua e em cada sistema, sem sacrificar um ou outro? Se houver sacrifício, para atingir a equivalência funcional, deve-se sacrificar a aplica  o da regra do Direito – e o próprio objetivo dessa equivalência – ou a expressão da regra (Beaupr  , 1987: 742)? Todo dilema da tradu  o jurídica se encontra nessa escolha fundamental. O tradutor deve servir a dois senhores ao mesmo tempo, sem sacrificar um às custas do outro, com os riscos inerentes a esse tipo de exercício, como destaca o juiz Pigeon: “De um lado, ela [a equivalência] deve evitar corromper a língua pelo decalque que não respeita o seu gênio e estrutura, por outro lado, ela não deve trair o sentido da mensagem pela imperfei  o inerente a esse tipo de equivalência” (1982: 279).

   fácil imaginar o que isso pode causar quando a equivalência abrange dezenas de termos, expressões e conceitos presentes em uma lei, tratado, contrato de constru  o aeronáutica ou naval, e dos quais fazem parte vários países com línguas e sistemas diferentes.

1.2. Os fins e os meios da equivalência

No Direito, como ressalta G.L. Certom   (1986: 67), a opera  o tradutória levanta problemas de um tipo particular ao tradutor. A essência do problema

   jurídica: ambos os textos são legítimos? Essa questão vale para toda tradu  o jurídica, sendo o contexto unil  ngue ou bilíngue e passando ou não de um sistema a outro. Beaupr   aborda claramente: um artigo do Código civil do Baixo Canadá [hoje, Quebec] que reproduz uma disposi  o do Código Napoleônico pode ser interpretado pelo viés da versão inglesa? Os tribunais responderam a essa questão, estranha para um civilista unil  ngue, mas perfeitamente plausível num contexto de bilingu  simo e de bijuridismo, como no Canadá e no Quebec (Beaupr  , 1986: 206).

Assim, após estabelecer uma tipologia exaustiva dos textos jurídicos, seria necessário distinguir a natureza do texto, os fins visados e os meios dos quais dispõem o tradutor ou a equipe formada para a tradu  o (por exemplo, mista, com juristas, redatores, tradutores, ou homog  nea, somente com juristas ou tradutores). Também seria conveniente prever o(s) ou método(s) ou o(s) procedimentos(s) de tradu  o a serem aplicados em cada caso, conforme a situa  o de comunica  o do texto em questão: tratado ou lei, testamento ou contrato, convenço coletiva, apólice de seguro, julgamento, etc. Cada método, cada procedimento apresenta méritos e inconvenientes. A tradu  o literal responde historicamente a certos textos e escolhas da sociedade. Seu contrário, ilustrado pelas "Belas inf  is", tem seus partidários. Como sempre, a verdade está em algum lugar entre um texto excessivamente "etnocêntrico" a ponto de "devorar o estrangeiro", segundo as palavras de Goethe, e outro "exoc  ntrico" a ponto de o leitor perder suas referências.

A equivalência, qualificada ou não, seria finalmente um mito? Os grandes textos jurídicos internacionais, se preciso fosse, demonstram o contrário. No fim das contas, podemos nos perguntar se a equivalência "funcional" não seria mais um produto de uma vontade (política) consensual em termos de um acordo que o resultado de uma opera  o técnica bem-sucedida.

Mesmo que não caiba ao tradutor – nem mesmo ao jurista – decidir se dois textos são igualmente válidos em duas línguas (são geralmente os tribunais que dão a última palavra nessa questão), deve-se interrogar-se sobre a probabilidade dessa equivalência no momento da passagem de um sistema a outro. Toda LE – inclusive a LE jurídica – abunda em termos aparentemente comuns que têm, entretanto, um sentido técnico muito preciso. O tradutor deve estar duplamente atento a essa especificidade do Direito quando l  da com o texto jurídico. Bowers chama a aten  o para essa singularidade; para ele, o modo de expressão do Direito – em particular na forma legislativa – faz parte de um ciclo de comunica  o que "contrariamente    maioria das outras formas de discurso,    completo e explícito" (1989: 3-4). A diferença está no recurso derradeiro a uma instância de interpreta  o irrefutável e que se imponha, diferentemente de outras formas de expressão comparáveis, como o jornalismo e a literatura.

Considerando essa questão, podemos incluir a correda  o entre os processos de tradu  o? O Canadá se destacou nesse gênero que contribuiu para a

constitu  o de uma "jurilingu  stica" propriamente canadense, tanto no setor público (a elabora  o bilíngue de leis federais, por exemplo, conforme Kovacs, 1982), como no setor privado (pesquisa, publica  es bilíngues). Quaisquer que sejam os méritos do método e as realiza  es da correda  o, ela não poderia passar por uma tradu  o, dificilmente pode ser exportada tal qual e, mais ainda, responder a todas as necessidades, corresponder a todas as situa  es. O trabalho de equipe, em compensa  o, sobretudo quando    interdisciplinar, deve ser encorajado se comparado    a  o isolada do tradutor, principalmente na tradu  o de textos legislativos ou regulamentares.

III A tradu  o jurídica: simples presun  o ou acordo?

Entre os dois extremos representados pela tradu  o literal e pela tradu  o livre, com certeza há lugar, de acordo com o contexto, para outras solu  es aceitáveis ou satisfatórias. Não são unicamente as "palavras" do texto estrangeiro que estão em jogo a tradu  o, mas sua interpreta  o global. Os sistemas jurídicos são feitos de tal forma que, em caso de litígio, são ao juiz cabe "dizer o direito". Mas cabe ao tradutor *dizer o texto*. Quando os dois se encontram de maneira harmoniosa, o direito    ressaltado e sai engrandecido desse encontro.

No final das contas,    a vontade do Estado (ou política) que decide se há equivalência, suposta ou real, entre dois textos, duas disposi  es. O tradutor, geralmente s   diante do texto, pode contar somente com seus próprios recursos para alcançar a equivalência buscada. Ora, tanto em tradu  o jurídica, como em qualquer tradu  o, essa equivalência    no mínimo aleatória.    a conclusão a que chegam vários estudos feitos sobre a questão, bem resumida por Lazar Focsaneanu: "[...] a tradu  o jurídica jamais poderia ser rigorosamente exata.    uma opera  o aproximada, cuja margem de erro convém avaliar. Em suma, uma tradu  o jurídica constitui uma simples presun  o, que os interessados devem sempre poder contestar referindo-se ao texto original" (1971: 262).

Presun  o    justamente a palavra que d  a a esse debate sua verdadeira propor  o.    essa capacidade de contestar judicialmente a presun  o representada pela tradu  o de um texto que confere    tradu  o jurídica sua singularidade em rela  o às outras áreas, fazendo com que ela seja uma das áreas especializadas mais difíceis de traduzir (Cooray, 69). Assim, a responsabilidade do tradutor no assunto está particularmente envolvida. De fato, espera-se dele que ven  a a improvável síntese da letra do Direito, apresentada pelo texto, e da essência do sistema que a rege, mantendo no TC a mensagem do TP de acordo com os cânones da linguagem do Direito do destinatário. Na mais exigente das hipóteses, o tradutor deveria reunir a competência do jurista comparatista e o *savoir-faire* do lingu  sta. Além de ser mestre da tradu  o, deveria assumir a fun  o de intérprete do Direito para avaliar os efeitos potenciais de sua tradu  o.

Para traduzir o TP, o tradutor passa necessariamente pela interpretação na sua análise comparativa das línguas e dos sistemas jurídicos. O mesmo acontece quando ele redige o TC. Entretanto, trata-se somente de uma interpretação pessoal, uma vez que ela está inacabada e sujeita à revisão. A tradução, a jurídica em particular, (Focsaneanu, 1971: 262), é uma operação aproximada, como todo ato de linguagem, e mais geralmente falha (Steiner, 1992, 417). Na melhor das hipóteses, o texto traduzido é só um acordo (Schroth, 1986: 54), até “uma mera presunção” (Focsaneanu, *ibid.*).

Traduzir o texto para buscar nele sentido e significação a fim de produzir uma tradução satisfatória do duplo ponto de vista da letra e da essência é a função do tradutor. Por meio de seu papel de mediador entre o Direito e a língua, ele trará ao jurista um esclarecimento precioso sobre sua linguagem, até uma melhor compreensão de seus textos, uma vez que eles passarão pelo crivo da tradução.

Bibliografia

- BALLARD, M. (1995): *De Cicéron à Benjamin. Traducteurs, traductions, réflexions*, Lille, Presses universitaires de Lille.
- BEAUPRÉ, M. (1987): “La traduction juridique. Introduction”. 28 *Cahiers de droit*. Québec.
- _____. M. (1986): *Interpreting Bilingual Legislation*. Toronto, Carswell.
- BOWERS, F. (1989): *Linguistic Aspects of Legislative Expression*. Vancouver.
- CERTOMÀ, G.L. (1986): “Problems of Juridical Translations in Legal Science”. *Law and Australian Legal Thinking in the 1980s*. Sydney.
- COORAY, L.J.M. (1985): *Changing the Language of the Law. The Sri Lanka Experience*. Québec, Presses de l'Université Laval.
- CORNU, G. (1990): *Linguistique juridique*. Paris.
- CRÉPEAU: (1993): “L'affaire Daigle et la Cour suprême du Canada ou la méconnaissance de la tradition civiliste”. *Mélanges Germain Brière*. E. Caparros (éd.). Montréal, Wilson & Lafleur.
- DANET, Brenda (1980): “Language in the Legal Process”. *Law and Society Review* 14: pp. 445-564.
- DAVID, R. et JAUFFRET-SPINOSI C. (1992): *Les grands systèmes de droit contemporains*, 10e éd., Paris.
- DELISLE, J. et WOODSWORTH, J. (dir.): *Les traducteurs dans l'histoire*, Les Presses de l'Université d'Ottawa et Editions UNESCO, 1995.
- DIDIER, E. (1990): *Langues et langages du droit*, Montréal, Wilson & Lafleur.
- FOCSANEANU, L. (1971): “Les langues comme moyen d'expression du droit international”. *Annuaire français de droit international*. 16, Paris.

FRANÇOIS, F. (1968): “Le langage et ses fonctions”. *Le Langage*, vol. 25 l'Encyclopédie de la Pléiade, Paris.

GÉMAR, J.-C. (1995): *Traduire ou l'art d'interpréter*, t. II, *Langue, droit et société: éléments de jurilinguistique*. Québec, Presses de l'Université du Québec.

_____. J.-C. (1990): “La traduction juridique: art ou technique d'interprétation?”

Ottawa, *Revue Générale de Droit* (1987) 18 RGD, pp. 495-514.

_____. J.-C. (1990): “Le langage du droit au risque de la traduction. De l'universel et du particulier” in *Français juridique et science du droit*, Bruxelles, Bruylant, 1995, pp. 123-154 (orgs). G. Snow; J. Vanderlinden.

GROFFIER, E. et REED, D. (1990): *La lexicographie juridique*. Québec.

GROOT, G.R. DE (1987): “Problems of Legal Translation from the Point of View of a Comparative Lawyer”. 28 *Cahiers de droit*. Québec.

HAGÈGE, C. (1985): *L'homme de paroles*. Paris.

HERBOTS, J.B. (1987): “La traduction juridique. Un point de vue belge”. 28 *Cahiers de droit*. Québec.

KELSEN, H. (1962): *Théorie pure du droit*. Paris, Dalloz.

KOVACS, Alexandre (1982): “La réalisation de la version française des lois du Canada”, in *Langage du droit et traduction*. J.-C. Gémard (éd.). Québec, Conseil de la langue française, pp. 83-100.

LANE, A. (1982): “Legal and Administrative Terminology and Translation Problems”.

Langage du droit et traduction. J.-C. Gémard (éd.). Québec, Conseil de la langue française, pp. 219-231.

LERAT: (1995): *Les langues spécialisées*. Paris, Presses universitaires de France.

MAXWELL, P.B. (1976): *The Interpretation of Statutes*. 12th ed. by P. St. J. Langan, Bombay, Tripathi.

NADELMANN, K. H. et MEHREN, A. T.VAN (1966-1967): “Equivalences in Treaties in the Conflicts Field”. 15 *The American Journal of Comparative Law*.

NEWMARK, P.P. (1982): “The Translation of Authoritative Statements: A Discussion”. *Langage du droit et traduction*. Québec, pp. 283-299.

NIDA, E. A. (1964): *Toward a Science of Translating*. Leiden.

_____. E. et TABER, C. (1971): *La traduction: théorie et méthode*. Londres.

PIGEON, L.-P. (1982): “La traduction juridique. L'équivalence fonctionnelle”. *Langage du droit et traduction*. J.-C. Gémard (éd.). Québec, Conseil de la langue française, pp. 271-281.

REY, A. (1991): *Le Petit Robert*. Paris.

ROULAND, N. (1991): *Anthropologie juridique*. Paris.

SACCO, R. (1987): “La traduction juridique. Un point de vue italien”. 28 *Cahiers de droit*. Québec.

- SARCEVIC, S. (1985): "Translation of Culture-Bound Terms in Laws". *Multilingua*, vol. 4, no 3, pp. 127-133.
- SAUSSURE, F. DE (1916): *Cours de linguistique générale*. Paris (Ed. critique Tullio de Mauro. 1982).
- SCHROTH, P.W. (1986): "Legal Translation". *American Journal of Comparative Law*. 34, suppl., pp. 47-65.
- SOURIOUX, J.-L. et LERAT:(1975): *Le langage du droit*. Paris.
- STEINER, G. (1992): *After Babel*. 2e   d., Oxford, Oxford University Press.
- "Traduction juridique (La)" (1987). *Les Cahiers de droit*. Québec, 28, 4.
- VINAY, J.-P. (1967): "Peut-on enseigner la traduction?", Montréal, *Journal des traducteurs*, II, 4:141.
- WESTON, M. (1983): "Problems and Principles in Legal Translation". *The Incorporated Linguist* 22-4: pp. 207-211.

A qualidade da pesquisa em tradutologia: evoluir sempre

Daniel Gile¹

Tradu  o de Alessandra da Silveira Bez,

Camila Rocha de Moraes, Jorge André Silveira Pires²

Revisão de Sandra Dias Loguercio³

1 Como se aprende a pesquisar? O caso da tradutologia

A reflexão sobre a tradu  o data da Antiguidade. A tradutologia enquanto disciplina universitária, pretensamente aut  noma, nasceu nos anos 1970. Ela se articula em duas culturas científicas. Uma se situa na tradi  o da reflexão teórica, às vezes filosófica e às vezes literária, que    associada geralmente às Ciências Humanas. A outra    de cunho essencialmente empírico e se inspira na "ciência can  nica", cujo protótipo mais conhecido    provavelmente a Física. Essas duas culturas universitárias, que correspondem às duas culturas científicas já analisadas há mais de meio século por Paul Snow (1959/1990) em um contexto muito mais geral, distinguem-se por seus métodos e normas operacionais, mas compartilham outras normas ou aspira  es fundamentais, dentre estas, a meticulosidade, a sistematicidade, a exaustividade e o rigor.

Quando se avalia a qualidade da pesquisa em nível coletivo, disciplinar, pergunta-se com frequência sobre os resultados, e especialmente sobre sua utilidade para a sociedade. Em uma disciplina jovem que não dispõe ainda de uma sólida tradi  o de forma  o em pesquisa, talvez seja mais imprescindível se perguntar sobre a qualidade científica do trabalho, ou seja, sobre o respeito às normas científicas pertinentes nos estudos realizados.

Em geral, no ambiente universitário, essas normas são aprendidas em parte em um contexto de aulas expositivas, que apresentam elementos de epistemologia, conceitos, métodos e paradigmas de pesquisa, geralmente desde o

1 ESIT, Universidade Paris Sorbonne Nouvelle. Publicado em D'Amelio, Nadia (org.). 2013. *La recherche en interprétation : fondements scientifiques et illustrations méthodologiques*. Mons; CIPA. 19-36.

2 Alunos do Curso de Bacharelado em Letras – Tradu  o, Franc  s.

3 Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

primeiro ano de estudo. São aprendidas também por mimetismo, ao observar pesquisadores experientes em seu trabalho e ao ler suas publicações. No entanto, nada substitui a prática sob supervisão e com a ajuda de um pesquisador qualificado e experiente que guia o estudante com sugestões e correções. Como complemento dessa formação inicial, o pesquisador adquire experiência ao longo da carreira e se beneficia com diversos tipos de supervisão, notadamente com a revisão feita por seus colegas, que o ajudam a aprimorar suas competências e a corrigir eventuais dificuldades.

Nos campos da tradutologia que estão próximos das Ciências Humanas, quando os estudantes aprendem a pesquisar junto a seus professores universitários de diferentes departamentos, seja de literatura comparada, filosofia ou sociologia, a formação pode se dar de uma maneira clássica, como ocorre habitualmente nessas disciplinas.

Contudo, basta examinar o vínculo institucional dos autores de artigos publicados nas revistas de tradução para constatar que grande parte deles não são universitários no sentido tradicional, mas dão aulas em programas de formação de tradutores e intérpretes. Em matéria de interpretação de conferências, essa tendência, já observada por Pöchhacker (1995), só aumentou ao longo dos últimos vinte anos, com exceção do Japão talvez, onde encontramos nos artigos publicados em *Interpreting and Translation Studies*, a revista da *Japan Association for Interpreting and Translation Studies*, autores universitários que não são tradutores ou intérpretes. Na pesquisa sobre a interpretação de serviço público, constata-se também a presença de pesquisadores de outras áreas.

Nos programas de formação profissionalizantes, o enfoque é a aquisição de um *savoir-faire* tradutório onde a pesquisa está com frequência ausente ou é reduzida ao mínimo. Os próprios professores, nesses casos, frequentemente com o título de mestrado, raramente passaram por uma formação envolvendo pesquisa. O que resulta em problemas endêmicos que são por vezes evocados na literatura (ver, por exemplo, Toury, 1980: 26,80; Pym, 1994: 147; Toury, 1995: 262; Jääskeläinen, 2000; Pöchhacker, 2009; Lederer) e que dizem respeito a todo o processo da pesquisa, da escolha de um tema à redação de um relatório conforme às normas textuais em vigor, passando pela análise da literatura existente, pela seleção dos métodos de pesquisa, sua execução, pelo tratamento dos resultados e pelas inferências. Daí a necessidade de se refletir sobre como remediar essa situação.

2 Desafios para os estudantes que iniciam a pesquisa em tradução

2.1 A escolha de um tema e de um método

Os estudantes em tradução e em interpretação têm uma infinidade de problemáticas que os interessam. Na verdade, eles têm em mente temas e pergun-

tas pertinentes e por vezes muito importantes para os quais gostariam muito de encontrar respostas ou soluções. No que diz respeito à interpretação, eles se perguntam sobre a linha a seguir, a memória de trabalho, métodos de documentação, estresse dos intérpretes, sua personalidade, suas características neurolinguísticas, tomada de notas em consecutivas, evolução de seu *savoir-faire*, suas táticas (frequentemente chamadas de “estratégias” na literatura), etc.

As problemáticas, porém, não bastam. É preciso operacionalizar e formular perguntas de pesquisa de maneira que se possa escolher e executar métodos de investigação precisos. É nesse momento que surge um primeiro obstáculo para inúmeros estudantes. É muito comum que as questões, tais como eles as articulam inicialmente, não sejam adequadas a um trabalho de pesquisa em si, pois são vagas e ambiciosas demais, ou não passíveis de serem estudadas por um método de pesquisa concreto. Assim, muitos são os estudantes que se encontram “travados” em uma linha de partida sem conseguir avançar. Outros começam seus trabalhos, mas se encontram bloqueados algum tempo depois frente a uma dificuldade que não haviam previsto, por não terem planejado sua pesquisa de maneira suficientemente sistemática.

2.2 Impasses ambientais e recursos

Uma outra série de desafios espera os estudantes quando optam por um assunto, perguntas de pesquisa e um método de investigação.

Alguns estão relacionados aos impasses “ambientais”, como o acesso muito limitado a intérpretes ou a outros participantes que tiveram as qualificações técnicas e combinações linguísticas necessárias para a execução de certos métodos, experimentais, por exemplo, assim como a dificuldade em acessar equipamentos, ou até a literatura pertinente.

Outro impasse ambiental é o tempo limitado de que dispõem para preparar ou executar seu projeto, seja no que diz respeito à duração total que lhes concedem as regras institucionais para concluir o curso, seja quanto ao tempo diário de que dispõem para se dedicar à pesquisa quando têm outras atividades pessoais e profissionais que lhes exigem horas consideráveis de trabalho. Sobretudo no caso do mestrado, menos no doutorado, este é um recurso que devem gerenciar com sabedoria e eficácia para planejar o projeto, para ajustar, para adquirir conhecimentos e *savoir-faire* complementares eventualmente necessários, sem contar a redação do texto definitivo que, contrariamente ao que se tem tendência a imaginar, é em geral mais demorada e exige inúmeras releituras e revisões.

Finalmente, em muitos programas de formação de tradutores e intérpretes, existem poucos professores habilitados a orientar as pesquisas e suas competências não abrangem todo o leque de assuntos e métodos que podem

interessá-los. Por isso, a iniciação dos estudantes em tradutologia nem sempre é de qualidade satisfatória.

3 Evoluir sempre: algumas reflexões

Apesar disso, como exige o meio universitário, a pesquisa é obrigatória para se ter o diploma em um grande número de programas de mestrado⁴, assim como é necessária para os cargos de professores, tornando-se indispensável, enfim, para a sobrevivência da pesquisa em tradução enquanto disciplina universitária, e até mesmo talvez para a manutenção do estatuto universitário da formação em tradução e em interpretação. Cabe pensar então sobre os meios de facilitar o acesso a essa formação aos estudantes, mantendo ao mesmo tempo sua qualidade, ou até aprimorando-a.

3.1 Desconstruir o mito da complexidade intrínseca da pesquisa

Um obstáculo intimidante para muitas pessoas potencialmente interessadas na pesquisa é a ideia de que essa é necessariamente difícil e está fora do alcance dos mortais. Imagina-se que é feita de fórmulas complexas, matemáticas ou outras, de ferramentas de análise e de medidas aperfeiçoadas, números mais ou menos exotéricos. Uma parte da pesquisa permite certamente o uso de elementos desse tipo, com os quais até mesmo os pesquisadores “literários” podem se familiarizar. No entanto, o que é importante fazer com que esses estudantes observem é que uma grande parte da atividade científica não recorre a esses recursos; e que basicamente a qualidade de um trabalho de pesquisa não depende nem de sua complexidade, nem de sua dificuldade, mas da aplicação e do rigor com que se planeja, se observa, se registra e se pensa, enfim, a pesquisa. Isso é evidente para qualquer um que estude a história das ciências e das descobertas em diferentes campos, inclusive o das Ciências Naturais.

Em pesquisa de tradução, encontrar-se-ão também muitos exemplos de trabalhos cuja montagem não comporta nenhuma complexidade. Os questionários sobre as expectativas e a percepção no que diz respeito à qualidade da interpretação são bons exemplos. Experiências simples sem manipulação de variáveis são outro exemplo, análises de erros em *corpus* autêntico (ou naturalista), eventualmente complementadas por protocolos retrospectivos, a ob-

⁴ Vale salientar aqui a diferença entre mestrado acadêmico e mestrado profissional, ambos bastante difundidos na França. O primeiro é mais voltado à pesquisa científica e à carreira acadêmica, acolhendo com frequência estudantes com formação universitária, mas não necessariamente com experiência profissional. Já o mestrado profissional privilegia aspectos do trabalho em tradução e valoriza a experiência profissional trazida pelo ingressante, sendo bastante comum seu encaminhamento para cargos operacionais em empresas ou agências. (N.T.)

servação em campo da interação entre colegas intérpretes e, de maneira mais geral, entre atores participantes de uma reunião na qual houve interpretação constam também da lista dos métodos relativamente simples que permitem obter resultados interessantes (ver, entre muitos outros exemplos, Stolz, 1992; Ivanova, 2000; Vik-Tuovinen, 2000; Napier, 2004; Gile, 2011; Anazawa *et al.*, 2012; Martin e Taibi, 2012).

Para se ter um exemplo concreto, ao pedir a falantes nativos que verbalizem uma ideia simples que lhes é apresentada graficamente em um mesmo contexto situacional e comunicativo, constata-se sempre uma variabilidade nos enunciados, seja qual for a língua. Constata-se também que, durante a segunda verbalização pelas mesmas pessoas, uma parte delas produz enunciados diferentes dos primeiros e não têm consciência disso. Essa experiência replicada mais de cem vezes desde 1979 possibilitou inferências fundamentais que apoiam o procedimento interpretativo da tradução desenvolvido por Sleskovitch e Lederer (ver, por exemplo, Gile 2005, capítulo III). Contudo, a montagem não poderia ser mais simples, e os números intervêm apenas de maneira acessória, para mostrar que os fenômenos constatados são frequentes e não dizem respeito a um concurso excepcional de circunstâncias.

Não cabe aqui fazer uma avaliação da qualidade científica dessa experiência. Em contrapartida, se considerarmos que um prêmio Nobel de economia é um critério de qualidade, pode-se citar o trabalho do psicólogo Daniel Kahneman, que descreve em seu livro *Thinking Fast and Slow* (2012) experiências muito simples que o fizeram avançar muito na exploração de certos aspectos do comportamento humano. Ele os apresenta inclusive ao grande público de maneira muito acessível, até lúdica. Sua demonstração é ainda mais convincente porque ele tem dupla formação, é psicólogo e matemático, além de ter ensinado estatística por muitos anos.

Quando não se tem uma formação completa nos métodos de pesquisa e especialmente em estatística, não se domina necessariamente as técnicas complexas, o que pode levar às vezes a graves erros, invalidando os resultados obtidos. Métodos mais simples dão frequentemente resultados mais sólidos, com um risco menor de perda do domínio intelectual da montagem e da progressão do trabalho. Fazer com que os estudantes compreendam essa questão já é meio caminho para motivá-los.

É verdade que, quando avançamos na exploração de um fenômeno, construções e ferramentas mais complexas em geral asseguram sua continuidade. É o caso, em especial, da psicologia cognitiva e da psicolinguística, em que montagens experimentais sabiamente arquitetadas são escolhidas como método para distinguir teorias, e nas quais os estudantes se familiarizam inclusive com os métodos de pesquisa desde os primeiros anos de estudos. Porém, em outras disciplinas, e especialmente em tradução, ainda há muito a se descobrir com meios mais modestos.

Para evitar qualquer mal-entendido, observemos que a simplicidade dos métodos não implica de forma alguma um descaso ou qualquer tipo de renúncia à qualidade do trabalho. Ao contrário, tais metodologias apresentam – em minha opinião – um campo muito mais fértil para a aprendizagem inicial do rigor científico do que as montagens e ferramentas complexas. É mais fácil, sobretudo, sensibilizar os alunos em relação a equívocos no que diz respeito a operações e raciocínios simples do que lhes fazer compreender as fragilidades de certas escolhas táticas em uma montagem em que um indicador quantitativo serve para colocar à prova das estatísticas inferenciais uma hipótese derivada de uma teoria por um encadeamento lógico que eles têm dificuldade em acompanhar.

Conhecer métodos e técnicas “avançadas” não é suficiente para conceber e realizar um bom trabalho de pesquisa. É surpreendente ver trabalhos, projetos de tese e até mesmo publicações cujos autores desenvolvem toda uma panóplia de ferramentas metodológicas, como fórmulas de avaliação da “legibilidade” (o grau de dificuldade de compreensão de leitura) ou testes estatísticos, e expliquem adequadamente seu emprego geral para utilizá-los, por fim, em montagens experimentais frágeis. Esse tipo de pesquisador deseja explorar as diferenças nos processos cognitivos que intervêm, por um lado, nos tradutores e, por outro, nos intérpretes, selecionando-os para uma experiência de tradutores-intérpretes, a fim de traduzir um texto e interpretar outro na modalidade de interpretação simultânea com texto. Mas será necessário dizer que os intérpretes que são igualmente tradutores não são necessariamente os mais indicados para representar de forma válida intérpretes “puros” e tradutores “puros”? Ou será que a simultaneidade com texto é um modo híbrido de interpretação que pode se aproximar mais da tradução à vista do que da interpretação? Outro exemplo: um autor procurou em vão em seu estudo uma correlação consistente entre a legibilidade dos textos de partida e a dificuldade de traduzi-los, simplesmente porque ele não havia levado em conta o fato de que vários problemas, talvez a maioria deles, surjam apenas durante a fase de reformulação, após o nível da compreensão, mesmo que o texto de partida tenha sido bem compreendido. Ou ainda: um pesquisador, também interessado na avaliação da dificuldade relativa dos textos com os quais trabalha o tradutor profissional, utilizou de maneira perfeitamente correta diferentes instrumentos, mas para analisar as traduções de estudantes em línguas estrangeiras que escreviam suas traduções à mão e que dispunham apenas de dicionários bilíngues como fontes de informações complementares, desprezando os princípios de validade ecológica mais elementares. Esse mesmo pesquisador quis, aliás, comparar a qualidade das traduções de dois grupos de estudantes que não estavam na mesma etapa da formação, admirando-se ao constatar que os estudantes dos níveis menos avançados tinham ido melhor no conjunto dos resultados do

que os estudantes dos níveis mais avançados. O problema é que todos os estudantes do primeiro grupo haviam sido selecionados em uma universidade renomada por ter um programa de formação de boa qualidade, ao passo que aqueles do segundo grupo vinham de uma outra universidade onde estavam inscritos em um programa menos conceituado. Trata-se, nesse caso, de um erro fundamental na concepção da experiência, cometido por alguém que parece dominar bem, todavia, as técnicas de pesquisa propriamente ditas.

A meus próprios estudantes de mestrado e de doutorado, recomendo escolher temas e desenvolver métodos de tal modo que conservem sempre o domínio conceitual de seu trabalho, que compreendam cada uma de suas escolhas e cada uma de suas inferências para que possam justificá-las de forma clara e que saibam sempre em que fase estão da pesquisa. Hande Ersög Demirdag (2013), por exemplo, observou e filmou estudantes que aprendem interpretação consecutiva e chegou a constatações e conclusões interessantes a partir da análise dos trabalhos realizados, como anotações que fizeram durante os exercícios e as opiniões emitidas durante os protocolos de retrospectão. Sua reflexão é aprofundada, embora o método enquanto tal seja simples, uma vez que os números falam por si sem estatísticas inferenciais.

3.2 Organizar-se em mestrado profissional

Em alguns ambientes, especialmente na universidade belga de Mons, existem colaborações transdisciplinares que permitem que estudantes de tradução ou de interpretação adquiram, no decorrer de seus estudos, elementos metodológicos relacionados à pesquisa, para num segundo momento recorrer, de maneira transdisciplinar, aos conselhos de pesquisadores bem formados. Esses ambientes privilegiados são, porém, mais exceção do que regra. Na maioria dos programas de formação de tradutores e de intérpretes, os estudantes de mestrado e até os doutorandos não têm as mesmas condições. Para esses casos, parece interessante então criar estratégias de iniciação à pesquisa.

Tratarei, inicialmente, dos princípios destinados aos estudantes que cursam um mestrado profissional (de tradução ou de interpretação), que dispõem de pouco tempo para a pesquisa e cuja motivação nem sempre é forte.

Para esses estudantes, proponho estratégias que visam a um equilíbrio ideal entre o investimento pessoal a ser feito e os resultados. Afinal, nessa etapa, o objetivo principal não é realizar grandes descobertas, mas sobretudo iniciar os estudantes na pesquisa que responda a exigências institucionais. Um efeito secundário bem-vindo, nesse caso, seria a descoberta do prazer que pode proporcionar a pesquisa, prazer que dará a alguns deles o desejo de fazer o doutorado e de prosseguir seus estudos.

Mas seria apropriado a esse perfil de aluno introduzir aulas com o mínimo de pesquisa, de estatística, ou até de epistemologia? Não penso dessa forma,

visto que uma grande parte desses conteúdos não seria diretamente pertinente para seus projetos de pesquisa. O esforço exigido para assimilar conceitos, como os diferentes tipos de validade, a taxionomia dos procedimentos de pesquisa, ou elementos de estatística inferenciais, entre outros, seria considerável, e uma grande parte desse conhecimento seria rapidamente esquecido por não ser colocado em prática.

Proporia, preferencialmente, uma apresentação das normas mais fundamentais da pesquisa científica, assim como uma ajuda na definição do tema de pesquisa, se o estudante solicitasse, e sobretudo um acompanhamento de perto, não sendo a ideia aqui impor o que quer que seja, mas encorajá-lo e ajudá-lo, “dando uma mão” a cada vez que ele se encontra diante do que considera como um impasse. Evidentemente proponho também que o tema e o método recomendados para cada um estejam adaptados a seus conhecimentos e a seu *savoir-faire*, o que implica chamá-los à realidade quando se mostram muito entusiasmados com uma área que está claramente fora de seu alcance. Vários estudantes, por exemplo, entram em contato comigo pedindo-me sugestões para começar um trabalho de pesquisa sobre interpretação sob a perspectiva da neurolinguística, sendo que sua bagagem é somente a de uma formação de tradutores ou de intérpretes.

Eventualmente, no nível do mestrado, a reaplicação de um método com aperfeiçoamento de um trabalho de pesquisa já existente pode ser a melhor indicação para um estudante pouco seguro: ele poderá assim contribuir para a consolidação e para a ampliação dos conhecimentos junto à comunidade de tradução e sentir certo prazer em descobrir os resultados de seu trabalho ao analisar seu *corpus*, mas não terá de passar por um caminho muito longo e incerto, como aqueles que estão começando, para buscar um tema, questões de pesquisa e um método.

Como trabalhos de pesquisa originais (em oposição aos de reaplicação) para os estudantes de mestrado profissional, podemos, por exemplo, propor a observação sistemática e rigorosa de uma atividade tradutória pouco explorada para detectar regularidades, problemas, táticas, falhas, o estudo de características peculiares de um *corpus* autêntico, como documentos de áudio de exercícios de interpretação, estudos cientométricos, análises de citações feitas em aula ou em grupo durante um ano de curso ou análise de discurso e de suas interpretações vinculadas pelo rádio ou pela televisão, o que, com a multiplicação das cadeias de televisão e da internet, tornou-se possível. Esses estudos cientométricos e análises de citações (no sentido que encontramos na literatura de língua inglesa, que corresponde mais às referências bibliográficas do que a citações literais do que se disse) não são muito atraentes à primeira vista para a maioria dos estudantes. No entanto, quando eles se interessam por esse tipo de análise, normalmente aprendem a gostar delas: por um lado, porque são levados a descobrir um grande número de textos e, por outro lado, porque mos-

tram características gerais da pesquisa que não são necessariamente visíveis aos olhos da comunidade de tradução. No mestrado, por exemplo, podemos nos contentar com a análise “manual” de um *corpus* limitado para ter a visão global da produção tradutológica de um determinado país. No doutorado, podemos levar essa pesquisa adiante, eventualmente, utilizando compilações e análises automáticas com cálculos de índices matemáticos, mas estas não são indispensáveis, e podemos chegar certamente a resultados interessantes sem esses instrumentos (ver, entre outros, Nasr, 2010).

A análise das citações apresenta, aliás, outras vantagens para estudantes pouco motivados e que dispõem de um tempo limitado para a pesquisa. Primeiramente, o método de análise de base é simples e todo traçado, e o estudante que o compreendeu e o seguiu está certo de que vai chegar ao fim do processo sem correr o risco de se deparar com uma dificuldade insuperável (contanto, claro, que possa ter acesso à matéria original). Em segundo lugar, quanto à formação em pesquisa, a análise das citações comporta elementos quantitativos que podem ser simples, mas também aspectos qualitativos que decorrem, por exemplo, da necessidade de criar categorias e de classificar obras e citações (ver Gile, 2006). Essa análise de citações permite, portanto, introduzir o estudante à pesquisa quantqualitativa e desenvolver uma conscientização do caráter artificial da conceitualização das duas como estritamente desvinculadas. Em terceiro lugar, o estudante encontrará problemas práticos a serem resolvidos na organização e na preparação para análise de dados numerosos através da utilização de uma base de dados ou de arquivos de planilhas eletrônicas. Os estudos centrados nas citações constituem, portanto, uma iniciação gradual em questões práticas fundamentais que caracterizam um grande número de trabalhos empíricos sobre diferentes assuntos e em diferentes áreas.

O princípio que talvez deva ser compreendido pelos estudantes a fim de encorajá-los é que toda pessoa inteligente é capaz de realizar um trabalho de pesquisa que pode trazer uma verdadeira contribuição à comunidade científica, contanto que o projeto realizado corresponda à sua motivação e a seu nível de conhecimento e de *savoir-faire* técnico.

3.3 Organizar-se em mestrado acadêmico e em doutorado

Em mestrado acadêmico, o problema da motivação inicial não aparece como o do mestrado profissional. Em compensação, a pesquisa é desenvolvida em um percurso a longo prazo, e as exigências podem, de maneira legítima, serem mais rigorosas. No entanto, em termos de familiaridade com a pesquisa, a situação dos estudantes em tradutologia é, de forma geral, muito comparável a dos estudantes em mestrado profissional, as bases a serem adquiridas são

as mesmas, e no contexto europeu atual advindo do processo de Bolonha⁵, as restrições de tempo são severas.

Por isso, na tradutologia, a aquisição de uma competência metodológica consistente durante o mestrado só parece concebível em um mestrado especializado e bem contextualizado, onde todos os estudantes trabalham assuntos semelhantes que requerem a mesma metodologia ou métodos próximos em um programa de formação intensivo e bem coordenado entre pesquisadores experientes. Se, por exemplo, a instituição em questão dispõe de docentes psicólogos, estes podem oferecer disciplinas e introduzir os estudantes a seus métodos, especialmente experimentais e estatísticos, com exercícios práticos capazes de lhes dar, em um ano, uma base relativamente sólida. Essa situação apresenta, no entanto, o inconveniente de uma formação muito especializada e pouco aberta a outros caminhos e paradigmas de pesquisa existentes e pertinentes. Percebo, de fato, certo número de jovens pesquisadores oriundos dessa formação se apoiarem em paradigmas experimentais no sentido estrito e desprezarem todo valor científico das investigações naturalistas e, de maneira geral, tudo o que não é baseado em experiências rigorosamente controladas, com uma hipótese nula a ser verificada por estatísticas inferenciais.

De modo geral, a aquisição de competências aprofundadas de pesquisa só será feita uma vez que o percurso doutoral propriamente dito tenha sido iniciado, através, por exemplo, das formações complementares em disciplinas conexas, ou a partir do estágio, sob a supervisão do orientador.

De qualquer maneira, parece-me que é essencial, antes mesmo de passar às técnicas, compreender bem as normas subjacentes que caracterizam a pesquisa científica em geral. Ora, como foi mencionado anteriormente, na área da tradução, os orientadores são geralmente advindos da prática da tradução e da formação dos tradutores e intérpretes, sendo que eles próprios não tiveram formação em pesquisa. Em compensação, os estudantes que se lançam na pesquisa foram geralmente sensibilizados pelas dificuldades particulares à aprendizagem ou à prática de seu *métier* ou futuro *métier* e visam a resultados práticos que permitem vencer essas dificuldades. Para estes, é particularmente importante compreender duas ideias:

- a pesquisa é essencialmente uma exploração e não uma prescrição. O discurso prescritivo não faz parte da pesquisa, mesmo que resultados descritivos e analíticos possam servir de base para uma ação prescri-

⁵ A Declaração de Bolonha (19 de junho de 1999) — que desencadeou o denominado Processo de Bolonha — é um documento conjunto assinado pelos ministros da Educação de 29 países europeus, reunidos na cidade italiana de Bolonha. A declaração marca uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos e estabelece em comum um Espaço Europeu de Ensino Superior a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino. (N.T.)

tiva posterior. Portanto, é melhor abster-se de buscar, através de um projeto único, como uma pesquisa de doutorado, um resultado prescritivo de validade geral quanto ao ensino ou à prática da tradução ou da interpretação;

- por outro lado, geralmente necessita-se bem mais do que de um único estudo para encontrar uma resposta a uma pergunta fundamental no que diz respeito à formação ou à prática da tradução. Somente a acumulação de resultados convergentes através das reaplicações, das variantes e de outros estudos permitirá sanar dúvidas e incertezas relacionadas à variabilidade dos fenômenos e à heterogeneidade das populações. Se proponho sensibilizar os pesquisadores iniciantes para essa questão, não é para desencorajá-los, mas ao contrário, para poupá-los da eventual pressão de uma obtenção de resultados práticos ao término de sua pesquisa.

4 Propostas concretas para avançar

4.1 Leitura crítica

A leitura crítica é uma escolha metodológica para sensibilizar os estudantes para as normas científicas fundamentais, iniciando-os, ao mesmo tempo, em um amplo espectro de abordagens e métodos de pesquisa aplicados à tradução. Com efeito, para esse fim, os professores podem selecionar trabalhos realizados com diferentes metodologias, destacar as escolhas dos autores e explicá-las, analisar seus pontos fortes e fracos para que os estudantes possam inspirar-se em bons exemplos e tomar conhecimento das opções existentes. Esses exercícios, praticados com textos que referem estudos empíricos, parecem úteis não somente para os estudantes interessados pela pesquisa relacionada ao processo científico canônico, mas também para os que se voltam mais para a reflexão filosófica, sociológica ou cultural-literária e para a teoria em geral. Os exercícios não somente permitem que apreendam a complexidade e, às vezes, a inconsistência dos dados e das inferências com base nas quais as teorias são com frequência construídas, mas também permitem a observação das inconsistências, mais fáceis de serem demonstradas na pesquisa empírica. Como mostram os exemplos a seguir, nesse tipo de trabalho encontram-se, de fato, elementos concretos, factuais e lógicos em torno dos quais facilmente se chega à unanimidade. Na pesquisa teórica — nas Ciências Humanas e, particularmente, na tradução —, entre eventuais críticas formuladas, pode estar a dificuldade em fazer a distinção entre a descoberta de inconsistências reais e a expressão de preferências do autor.

Para tirar o máximo de conteúdo e de lições dos exercícios de leitura crítica, estes deveriam, em princípio, ser feitos com textos completos. Contudo, os estudantes têm tendência a se perder no volume de informações e têm dificuldade para extrair o que há de primordial do estudo em questão. Desse modo, parece prudente ajudá-los na primeira etapa da formação, propondo o foco em alguns itens, isto é, propondo uma apresentação, não dos textos completos, mas de uma formulação sintética – feita pelo professor – dos elementos que trazem problemas.

Por exemplo, pode-se propor a reflexão crítica para os seguintes casos:

- a. “Uma investigação sobre a percepção da qualidade da interpretação foi realizada junto a clientes (representantes de comissões, por exemplo) com a ajuda de intérpretes voluntários que os entrevistaram nas conferências onde trabalhavam.”

Nesse exemplo, ao se perguntar para os estudantes se identificam um problema na concepção do estudo, em geral, conseguem perceber, por motivos fáceis de compreender, que as respostas dos representantes dadas a um intérprete sobre sua própria atuação correm o risco de não refletir a realidade de suas reações, e melhor seria confiar a entrevista a outras pessoas para evitar esse problema.

- b. “Numa pesquisa sobre o efeito de turnos prolongados em cabine, foi solicitado aos intérpretes participantes que trabalhassem além dos trinta minutos tradicionais e parassem assim que notassem que seu trabalho deixava de ter qualidade profissional. O pesquisador relatou que os intérpretes não interromperam o trabalho quando começaram a aumentar o número de erros. Concluiu, por isso, que os intérpretes não estavam conscientes de seus erros.”

Nesse segundo exemplo, os estudantes geralmente reconhecem a falha da conclusão: os intérpretes podiam perfeitamente estar conscientes dos erros que cometiam, mas, apesar disso, julgavam que seu trabalho ainda permanecia em um nível profissional aceitável.

Pode-se igualmente fazer com que os estudantes reflitam sobre análises nas quais o autor se concentra em um discurso de chegada e apresenta a razão de uma escolha do intérprete (será que ele teve realmente escolha?), sem, no entanto, buscar outras motivações possíveis, examinando exaustivamente cada uma delas, para avaliar a plausibilidade da escolha. É importante compreender que tal método não está conforme ao ceticismo, sistematicidade e rigor científicos. Mesmo que o autor em questão tenha uma longa experiência

profissional e uma intuição que tornam sua argumentação aceitável, segundo as regras do jogo, isso não altera em nada o fato de que, se uma “prova” lógica ou se dados e um argumento sólidos não forem acrescentados para validá-la em relação a outros argumentos possíveis, ela não passa de uma hipótese e não deve ser objeto de afirmações. É particularmente importante que os estudantes compreendam que a pesquisa se define em relação a certas *regras do jogo*. Ela não é o único modo de explorar o mundo e, em função da situação e dos objetivos, não é necessariamente o mais rápido e nem o mais eficaz. Suas vantagens específicas, que podem surgir após um tempo mais ou menos longo, só podem ser reivindicadas, porém, se suas normas fundamentais forem respeitadas.

Os exercícios de leitura crítica podem também ser feitos com artigos completos, talvez em uma segunda etapa. Além da possibilidade de adquirir conhecimentos sobre a área em questão e a pesquisa associada, os alunos ainda podem praticar uma leitura integral, sem contar com os recortes feitos pelo professor, extraíndo por si próprios o essencial a partir de um volume de informações, às vezes, muito grande. Podem também fazer uma leitura crítica da forma: o texto é claro? É claro o suficiente, nas propostas e conclusões do estudo realizado, para que o leitor saiba o que o autor fez, o que encontrou e por que concluiu o que concluiu? A leitura é agradável? Etc. O respeito aos princípios do rigor, da prudência e da explicitação são expressos principalmente pela forma e, às vezes, podem ser avaliados somente na leitura integral do texto.

4.2 Escolha do tema e planejamento da pesquisa

Deixando de lado os casos de reaplicação e estudo de um objeto, torna-se importante para os estudantes, quando escolhem um tema de pesquisa, articularem o trabalho em questões e métodos de pesquisa, em recursos disponíveis e dificuldades existentes. Como foi explicado anteriormente, os alunos tendem a empregar um tempo muito longo para escolher um assunto e um método viável, e as dificuldades nessa etapa preliminar os induzem seguidamente a comprometer a pesquisa. Desse modo, parece útil, e mesmo indispensável, procurar ajudá-los nessa tarefa.

Uma fórmula encontrada em várias formações acadêmicas, nas ciências ditas naturais, consiste em destinar, para cada ingressante, um tema no âmbito de um projeto que está sendo desenvolvido em um laboratório ou propor-lhe uma lista de temas predeterminados. Nesse sistema, os estudantes se encontram em um ambiente onde serão acompanhados e, em geral, apoiados. Seria necessário ainda, para os estudantes avançarem, que existisse uma verdadeira equipe trabalhando em um tema. Tal configuração é rara na pesquisa em interpretação de conferência, mas há exceções, como o caso do grupo de Collados Aís, da Universidade de Granada, na Espanha, que estuda há anos os aspectos da qualidade de interpretação de conferência (ver Collados Aís *et al.*, 2007).

Outra possibilidade cuja aplicação didática é mais ampla consiste em realizar em aula exercícios de planejamento de pesquisa. Trata-se, mais especificamente, de apresentar problemas – por exemplo, a direcionalidade em interpretação, a percepção da qualidade, os problemas éticos na interpretação pública, etc. –, solicitar aos estudantes que formulem, a partir desses problemas, temas pontuais e questões de pesquisa que possam dar lugar a estudos que permitam obter respostas com métodos precisos, depois questioná-los sobre como pretendem trabalhar, considerando os recursos disponíveis e as dificuldades práticas. Por exemplo, se o problema gira em torno da credibilidade do intérprete na opinião dos usuários, e a atenção se fixa no parâmetro “idade do intérprete”, podem-se levantar questões que vão focalizar os aspectos operacionais do estudo visado:

- Quais são suas hipóteses sobre a credibilidade do intérprete, em função da idade, na opinião dos usuários? Como se fundamentam? Apenas em sua intuição? Encontrou algo na literatura sobre o assunto? Em que você pretende inovar?
- Se você não encontrou nada, tem objetivos a explorar ou deseja verificar uma hipótese precisa?
- Você pensa que os usuários de serviços de interpretação se sentem mais confiantes quando o intérprete tem uma certa idade? Como vai verificar essa hipótese? Vai fazer a pergunta diretamente a eles? Onde os encontraria? Com quais recursos aplicaria as questões? Trata-se de uma entrevista que será realizada? Até que ponto você pensa que uma resposta a um questionário ou a uma entrevista refletirá a realidade?
- Se você escolher não aplicar um questionário/entrevista, mas medir a reação dos representantes em relação aos intérpretes mais ou menos jovens, como vai proceder? Por um método natural, em uma conferência onde trabalham intérpretes de diferentes faixas etárias? Nesse caso, como garantiria que a qualidade do trabalho de intérpretes de diferentes idades é aproximadamente a mesma? Se você pretende proceder por experimentação, como organizaria a experiência? Com quantos intérpretes e quantos usuários? Onde os recrutaria? Está consciente da variedade que você corre o risco de encontrar, tanto no âmbito do desempenho dos intérpretes em relação a diferentes aspectos da qualidade quanto da avaliação que os clientes farão deles? Como pretende resolver esse problema?

Pretende-se, com essas questões entre muitas outras, provocar os estudantes a tomar consciência de que a pesquisa inscreve-se em um espaço “econômico” onde os recursos – conhecimentos, *savoir-faire*, tempo, partici-

pantes, equipamento, etc. – são limitados e onde uma reflexão sobre a viabilidade de cada projeto deve necessariamente anteceder o trabalho. Uma vez sensibilizados, eles refletirão mais quando da preparação de seus projetos e terão um melhor resultado.

4.3 Os cursos

De modo geral, tais questões deveriam ser trabalhadas no âmbito do programa de formação de jovens pesquisadores de cada instituição. Contudo, pode acontecer que essa preparação não seja possível, ou porque nenhum docente com a competência desejada esteja disponível, ou porque existem profissionais capacitados em pesquisa, mas especializados em outra área dos estudos da tradução, diferente daquela que interessa a um certo número de estudantes ou de professores que queiram realizar um projeto de pesquisa. Nesse caso, outra solução consistiria em organizar cursos, por exemplo, de três a quatro encontros de meio-turno, ou seja, de nove a doze horas de duração, ministrados por especialistas convidados. Aliás, o mesmo princípio poderia ser aplicado para outros itens do *savoir-faire* de pesquisa, tais como a utilização de *softwares* de análise estatística, a preparação e análise de *corpus*, a concepção e realização de investigações com questionários e entrevistas, ou ainda com temas como as técnicas de amostragem, a transcrição de registros de áudio, etc.

Esses cursos estariam inscritos, também, não em outro aspecto, mas, em sentido amplo, em um aspecto “econômico”. Isto posto, deve-se discutir seu custo, como, aliás, seu reconhecimento institucional. Para que o sistema avance bem, seria bom que os créditos dos alunos participantes fossem validados de alguma forma. Seria também necessário que os professores convidados fossem remunerados, ou então que os cursos fossem incluídos em seu currículo de docente na universidade de origem, o que já é mais complicado de organizar. O custo financeiro dessas operações pode, aliás, ser reduzido consideravelmente pelo emprego de tecnologias de informação e comunicação que permitem eventualmente realizar alguns cursos ou acompanhamento pós-curso a distância.

4.4 E depois?

Para além dessas propostas, pode-se visualizar uma cooperação muito mais estreita entre as diferentes instituições de estudos da tradução e programas de formação de intérpretes e tradutores onde também há pesquisa. Os estudos da tradução em geral, e sobretudo a pesquisa em interpretação, têm uma demografia distribuída de modo muito desigual. Se em alguns estabelecimentos, como a Universidade de Granada (Espanha) ou a Universidade de Bolonha (Itália), encontra-se um número relativamente grande de pesquisa-

dores especializados em interpretação, em outras instituições há bem poucos ou nenhum. Recebo regularmente mensagens de estudantes de outros países que querem trabalhar na pesquisa sobre interpretação e que se lamentam por não haver orientadores de pesquisa capacitados para essa especialidade em suas universidades.

O isolamento não favorece a motivação nem a capacitação. Atualmente, a tecnologia moderna permite orientar dissertações e teses a distância. Por que, então, não compartilhar os recursos humanos, permitindo aos estudantes interessados e aos potenciais orientadores de pesquisa, geograficamente afastados, trabalharem juntos? Uma vez mais, aparece o problema do aspecto “econômico”. Os orientadores têm tempo e energia limitados, e a ausência na universidade de estudantes cujos projetos lhes interessem, obrigam-nos, com frequência, a se ocuparem de estudos que estão fora de sua alçada, tornando-os, rapidamente, menos motivados e menos disponíveis para outros trabalhos. Seria bem mais sábio prever uma aproximação transuniversitária e, eventualmente, transfronteiriça de orientadores de pesquisa e de estudantes em função dos interesses de cada um. Mas para isso, seria necessária uma certa vontade política, uma certa flexibilidade administrativa e convênios interuniversitários. São essas atitudes e medidas, enfim, que poderiam remediar a situação mencionada inicialmente.

Bibliografia

- ANAZAWA, R., H. ISHIKAWA, T. KIUCHI, The accuracy of medical interpretations: A pilot study of errors in Japanese-English interpreters during a simulated medical scenario, *Translation & Interpreting* 4, 1, 2012, 1-20.
- COLLADOS AÍZ, Á., E. M. PRADAS MACÍAS, E. STÉVAUX, O. GARCÍA BECERRA (eds.), *La evaluación de la calidad en interpretación simultánea: parámetros de incidencia*, Granada, Editorial Comares, 2007.
- ERSÖZ DEMIRDAG, H., *L'enseignement de l'interprétation consécutive: une étude de cas turc-français*, Thèse de doctorat, Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, 2013.
- GILE, D., *La traduction. La comprendre, l'apprendre*, Paris, Publications Universitaires de France, 2005.
- GILE, D., L'interdisciplinarité en traductologie. Une optique scientométrique, in ÖZTÜRK KASAR, S. (ed), *Interdisciplinarité en traduction*, Istanbul, Isis, 2006, II, 23-37.
- GILE, D., Errors, omissions and infelicities in broadcast interpreting. Preliminary findings from a case study, in ALVSTAD, C., A. HILD & E. TISELIUS (eds.), *Methods and Strategies of Process Research. Integrative Approaches in Translation Studies*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2011, 201-218.

- IVANOVA, A., The Use of Retrospection in Research on Simultaneous Interpreting, in TIRKKONEN-CONDIT, S. & R. JÄÄSKELÄINEN (eds.), *Tapping and Mapping the Processes of Translation and Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2000, 27-52.
- JÄÄSKELÄINEN, R., Focus on Methodology in Think-aloud Studies on Translating, in TIRKKONEN-CONDIT, S. & R. JÄÄSKELÄINEN (eds.), *Tapping and Mapping the Processes of Translation and Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2000, 71-82.
- KAHNEMAN, D., *Thinking Fast and Slow*, London, Penguin, 2012.
- NAPIER, J., Interpreting Omissions. A new perspective, *Interpreting*, 6, 2, 2004, 117-142.
- MARTIN, A. and M. TAIBI, Complexities of high profile interpreting. The case of the Madrid train bomb trial, *Interpreting* 14, 2, 2012, 145-164.
- NASR, M., *La didactique de la traduction - une étude scientométrique*, thèse de doctorat, université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, 2010.
- PÖCHHACKER, F., 'Those Who Do...': A Profile of Research(ers) in Interpreting, *Target* 7, 1, 1995, 47-64.
- PÖCHHACKER, F., Broader, better, further: Developing Interpreting Studies, in PYM, A. & A. PERKRESTENKO (eds.), Tarragona, Intercultural Studies Group, 2009, 41-37. http://isg.urv.es/publicity/isg/publications/trp_2_2009/index.htm
- PYM, A., Ideologies of the Expert in Discourses on Translator Training, *Koiné*, 4, 1994, 139-149.
- SNOW, P., The two cultures, *Leonardo*, Vol. 23, No. 2/3, New Foundations: Classroom Lessons in Art/Science/Technology for the 1990s, 1990 [1959], 169-173.
- STROLZ, B., *Theorie und Praxis des Simultandolmetschens. Argumente für einen kontextuellen Top-down Ansatz der Verarbeitung und Produktion von Sprache*, thèse de doctorat non publiée, université de Vienne, Autriche, 1992.
- TOURY, G., *In search of a theory of translation*, Tel-Aviv, The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.
- TOURY, G., *Translation Studies and Beyond*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1995.
- VIK-TUOVINEN, G.-V., The Interpreters' Comments in Interpreting Situations, in TIRKKONEN-CONDIT, S. & R. JÄÄSKELÄINEN (eds.), *Tapping and Mapping the Processes of Translation and Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2000, 17-26.
- Outras leituras recomendadas pelo autor:
- GILE, D., H. DAM, F. DUBSLAFF, B. MARTINSEN, A. SCHJOLDAGER (eds.), *Getting Started in Interpreting Research*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2001.
- NICODEMUS, B. & L. SWABEY (eds.), *Advances in Interpreting Research*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2011.

Traduzir ou traduzir-se? Considerações sobre a tradução da “literatura de consumo”

Valerio Fissore¹

Tradução de Letícia de Abreu Rodrigues²

Revisão de Cláudia Mendonça Scheeren³

Resumo: Não há somente uma teoria geral da tradução. Os textos, particularmente os literários – pouco importa que sejam considerados literários ou paraliterários – devem ser abordados pelo que são individualmente. Cada texto caracteriza-se pela autoria e pela intenção do autor.

Palavras-chave: Tradução, literatura de consumo, autoria, teoria e práxis.

Abstract: Translation practice can only be based on one, general translation theory. Text-types – specifically literary texts, never mind if classified as “low” or “high” literature – may only be tackled for what they individually are. Authoriality and authorintention characterise them all.

Key words: Translation, “low” literature, authoriality, theory and praxis.

Résumé: Il n’y a qu’une seule théorie générale de la traduction sur laquelle fonder la pratique traductive. Les textes – notamment les textes littéraires et peu importe qu’ils soient considérés littéraires ou para-littéraires – ne peuvent être pris en compte que pour ce qu’ils sont individuellement, au-delà de la typologie à laquelle ils sont censés appartenir. C’est l’auteur et l’intention de l’auteur qui les caractérisent.

Mots-clés: Traduction, para-littérature, authoriality, théorie et praxis.

¹ Valerio Fissore é professor de Linguística inglesa na Universidade de Turim. Sua pesquisa desenvolve-se no campo dos estudos da tradução, da teoria da tradução e da linguística textual. Traduziu narrativas (H. James, M. Franklin, G. Okara) e poesia (D. Jones, T.S. Eliot, D. Abse). Título original: *Tradurre o tradursi? Considerazioni sulla traduzione della “letteratura di consumo”*.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Italiano.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

Traduzir um texto ou traduzir-se em um texto, com autoria estrangeira, “criativa”, intrometida, é um dilema de muitos tradutores e de muitas teorias contemporâneas da tradução. O trabalho de tradução, muitas vezes, requer ser reconhecido como trabalho de invenção. Soa como uma pretensão lícita. Este é o dilema com o qual o tradutor literário depara-se continuamente.

Depois, há uma outra questão, uma convicção bastante generalizada, seja pelos teóricos da tradução, seja pelos tradutores profissionais, de que tipos diferentes de texto requerem diferentes modalidades de tradução. Não me refiro aos conhecimentos específicos que permitem ao decodificador em questão compreender e reproduzir um texto, mas às modalidades teóricas, processuais, de tratamento textual na passagem de um estado linguístico para outro. Ou seja, sustenta-se que, na presença de textos diferentes, a correspondência textual, a sinonímia textual, são obtidas por vias diferentes. De um lado, estariam as exigências da comunicação; do outro, aquelas da expressão: comunicação e expressão são identificadas como as duas funções que dominam a formação textual literária e, sobretudo, a informativa e caracterizam, então, os próprios textos.

Se não quisermos brincar com as palavras, especializá-las artificialmente, comunicação significa comunicação de noções, de comportamentos e de sentimentos e, portanto, todos os textos são comunicativos. E em relação à expressão, todos os textos exprimem uma postura do sujeito frente ao objeto e todos eles são, portanto, expressivos. O artigo científico, que busca manifestar-se como afirmação objetiva de uma observação ou de uma hipótese, declara na sua “objetividade” a sua própria vontade expressiva, que tende a ser igual a zero. E o autor de uma poesia intimista quer comunicar a sua própria emoção, isto é, o modo e a intensidade.

A linha de demarcação entre textos expressivos e textos comunicativos não pode ser traçada nitidamente: inclusive Newmark, que também faz dos dois termos os pilares de sua teoria – de um lado está a literatura, de outro, os textos informativos de interação social –, está bastante consciente disso para além das suas afirmações iniciais. No entanto, o próprio Newmark classifica até mesmo a literatura entre textos expressivos e textos comunicativos, afirmando a separação das respectivas identidades, como se elas não se comunicassem.

A essa altura, após já ter visto que a relação entre a comunicatividade e a expressividade textual é apenas de grau, pode-se perguntar: é razoável e/ou lícito afirmar uma distinção entre alta literatura e baixa literatura, em termos de diferentes modalidades tradutórias a serem adotadas em uma ou em outra? É, por consequência, possível e aconselhável estabelecer diferentes regras gerais de tradução válidas apenas para tipologias textuais individuais? As minhas respostas para as duas perguntas são: não se pode encerrar o texto literário popular diversamente daquele outro, embora seja possível, e para mim necessário, estabelecer modalidades “universais” de tradução, ainda que elas possam, e é

bom que assim seja, reduzir-se a um elementar punhado de regras⁴. Paradoxalmente, apesar da inumerável diversidade textual (tipológica e autoral), há só um modo geral de lidar com qualquer texto a ser traduzido e ele consiste em dar respostas adequadas às questões que cada texto individual impõe. Autoria e funcionalidade alternam-se e coexistem (diversas e em medidas variáveis) em cada texto. Essa única forma, gera, por sua vez, outras que têm de lidar com a realidade de que os textos verbais são feitos de palavras, que as palavras significam se combinadas em cadeia algorítmica, que a gramática da língua e a gramática do discurso são interligadas mas independentes, que a gramática, ou melhor as gramáticas, do discurso, na sua diversidade, são universalmente intercambiáveis ou, pelo menos, mutuamente compreensíveis. Línguas que possuem categorias gramaticais correspondentes e léxico correspondente para essas categorias podem construir o discurso do mesmo modo – embora os costumes e as convenções culturais possam fazer com que se prefira alguns ao invés de outros⁵. Analisemos qualquer exemplo de uma tipologia textual que certamente não é estritamente funcional, de reportagem, a literatura policial, a *crime fiction*: é a tipologia literária que Newmark sugere tratar “comunicativamente⁶”. Este autor não postula, obviamente, que a tradução comunicativa deva ser menos cuidadosa e meticulosa, especializada e profissional, do que a semântica. Mas a aplicação da noção “comunicativa” conduz a uma práxis da tradução da literatura “popular”, segundo a qual frequentemente a essência do ato de traduzir comunicativamente implica adaptar o texto, torná-lo funcional ao destinatário de chegada, com o ato de traduzir que se reduz a uma operação de superfície textual, ou pelo menos, a uma operação pela qual a originalidade da escrita é programaticamente abandonada, e a “criatividade” do tradutor é substituída como alibi para justificar qualquer outra coisa: frequentemente uma banal falta de compreensão do original. Em essência, a adaptação ao contexto de destino e intenção declarada consiste, muitas vezes, em uma descuidada e incoerente decodificação e recodificação do original, em

4 Em outra ocasião, discuti (Fissore, 2006) quais são as regras, poucas mas de crucial importância, para a tradução do verso, regras que se baseiam na semântica e na natureza textual poética verificada.

5 “La grande automobile è preferita alla piccola” (O grande automóvel é preferido ao pequeno) se traduzem em uma única solução, isto é, aquela da pré-modificação do nome e do demonstrativo que acompanha grande e pequeno; vale dizer que apenas a solução b) é possível. Mas se o pronome relativo viesse relacionado a eventos futuros também o mandarim e o japonês permitiriam a solução a). Outra particularidade: as línguas chinesa e japonesa não possuem a conjunção causal. Isso significa que a causalidade deve ser representada com uma convenção sintática para ser respeitada sempre. Então, o deslocamento recíproco da frase principal e da frase subordinada causal que as línguas europeias permitem-se não existe entre as opções do mandarim e do japonês, com tudo que isso comporta nos termos da reciprocidade entre tema e rema.

6 Por “popular fiction” Newmark entende a variedade de literatura que comumente se chama literatura de massa que, para usar as próprias palavras de Newmark, ainda não existia há cem anos. Literatura popular me parece um termo mais nobre que exclui a literatura de consumo.

uma manipulação gratuita de fatos, que inclui ignorar alusões não entendidas, não percebidas, assim como indícios fundamentais e, conseqüentemente, impedir a plena e correta compreensão por parte do leitor da tradução⁷.

Já vimos que não é possível realmente fazer a distinção dogmática entre tipologias textuais; ainda mais vã é a ideia de aspirar a estabelecer limites claros entre alta e baixa literatura em termos que garantam que uma tipologia pertença exclusivamente a um âmbito ao invés de outro. Se isso é verdade, então é razoável tentar definir uma teoria geral de tradução. Uma primeira hipótese sobre tal teoria impõe verificar se os tipos de texto possuem características “universais”, embora também possam características “locais”, de preferência e de costumes⁸.

Qualquer obra que possa ser reconhecida como obra realizada manifesta características únicas: pode-se dizer que o valor (maior ou menor) de uma obra tem relação direta com o grau de cumprimento da sua identidade fisionômica. Esta fisionomia declara o grau de seu valor de texto, seja este valor tanto o resultado de inovação quanto de imitação; segundo tal medida, a obra foi feita e assim deve ser lida: e esta fisionomia deve ser recodificada no ato de tradução. Não importa que as características sejam determinadas principalmente pelo autor ou pelo contexto sociocultural da sua formulação: tais características representam a identidade da obra. O texto literário de consumo ainda é um texto literário, que foi escrito e escolhido pelos leitores pelo fato de ser caracterizado por certas especificidades (inventivas e/ou convencionais) que o autor julgou “expressivamente” adequadas. O grau vocativo/diretivo desses textos foi imprópriamente supervalorizado em detrimento do grau expressivo e a dimensão expressiva do clichê foi reiteradamente confundida com a vocativo/diretiva.

Acredito que “como se deve traduzir” seja não apenas um objetivo lícito, mas também oportuno, fortemente recomendável para qualquer tradução. A dificuldade está em decidir em que consiste o “como se deve traduzir”. Uma resposta muita pragmática é: traduzir bem consiste em saber libertar-se dos condicionamentos operativos considerados impróprios dos quais estamos

⁷ Discuti a possibilidade desse risco, também em traduções de literatura tout court, em um ensaio sobre *The Mystery of Edwin Drood* de Charles Dickens (Fissore, 2008). O termo “correto” parece sugerir que exista apenas uma tradução de qualquer texto, mas não é isso que significa: quer dizer qualquer tradução defensável de um original. Uma tradução que respeite os “limites da interpretação”.

⁸ Características universais são aquelas descritas por uma teoria da coesão e coerência textual linguística. Características locais são as relativas ao “gênero literário”; no nosso caso, de uma grosseira distinção entre literatura alta e baixa, como exemplo se poderia citar as seguintes características: o uso frequente de clichês, “he swore under his breath, he squared his shoulders” ou frases de efeito como “no broader than he was thick” são características da tipologia literária popular e da subtipologia “hard-boiled crime fiction”. Qualquer outro tipo ou subtipo textual exprimirá as suas características. Mas nada exclui que essas características são utilizadas transversalmente por todos os tipos textuais, para seus próprios propósitos. Isso implica que o tratamento deles deverá permanecer igual, independente do local do texto no qual nos encontramos. Cada característica será reconhecível pela sua codificação linguística. Será, então, somente pela codificação (a forma) que o tradutor deverá operar.

conscientes, como, por exemplo, não gostar de certas palavras ou certas formas discursivas que nunca seriam utilizadas em possíveis obras criativas pessoais e, sobretudo, decodificar minuciosamente as implicações do original para que a versão traduzida não impeça uma reconstrução não apenas dos significados e dos comportamentos principais e declarativos, mas também daqueles implícitos mas sugeridos para o novo destinatário. Segue o início de um romance policial americano, no original, *The Big Sleep*, e em três traduções italianas, *Il grande sonno* (À beira do abismo, em português):

It was about eleven o'clock in the morning, mid October, with the sun not shining and a look of hard wet rain in the clearness of the foothills. I was wearing my powder-blue suit, with dark blue shirt, tie and display handkerchief, black brogues, black wool socks with dark blue clocks on them. I was neat, clean, shaved and sober, and I didn't care who knew it. I was everything the well-dressed private detective ought to be. I was calling on four million dollars. (Chandler, 1939)

a) Erano le undici di una mattina di mezzo ottobre, senza sole e con una minaccia di pioggia torrenziale nell'aria troppo tersa sopra le colline. Portavo un completo azzurro polvere, con cravatta e fazzolettino blu scuro, scarpe nere e calze nere di lana, con un disegno ad orologi blu scuro. Ero ordinato, pulito, ben raso e sobrio, e non me ne importava che la gente se ne accorgesse. Sembravo il figurino dell'investigatore privato elegante. Andavo a far visita a un milione di dollari⁹. (Omboni, 1958)

b) Erano pressapoco le undici del mattino, mezzo ottobre, sole velato, e una minaccia di pioggia torrenziale sospesa nella limpidez eccessiva là sulle colline. Portavo un completo blu polvere, con camicia blu scuro, cravatta e fazzoletto assortiti, scarpe nere e calzini di lana neri con un disegno a orologi blu scuro. Ero corretto, lindo, ben sbarbato e sobrio, e me ne sbattevo che la gente lo vedesse. Dalla testa ai piedi ero il figurino del privato elegante. Avevo appuntamento con quattro milioni di dollari¹⁰. (Del Buono, 1987)

⁹ Nota da Tradutora (extrato traduzido pela tradutora): *Eram onze horas de uma manhã do meio de outubro, sem sol e com uma ameaça de chuva torrencial no ar muito denso sobre as colinas. Eu vestia um terno azul claro, com gravata e lenço azul escuro, sapato preto e meias pretas de lã, com um desenho de relógios azul escuro. Estava em ordem, limpo, bem barbeado e sóbrio, e não me importava que as pessoas reparassem. Eu parecia o esboço de um elegante detetive particular.. Ia visitar um milhão de dólares.*

¹⁰ Nota da Tradutora (extrato traduzido pela tradutora): *Eram cerca de onze horas da manhã, meio de outubro, sol velado e uma ameaça de chuva torrencial suspensa na limpidez excessiva sobre as colinas. Vestia um terno azul claro, com camisa azul escuro, gravata e lenço estampados, sapato preto e meias de lã preta com um desenho de relógios azul escuro. Estava correto, elegante, bem barbeado e sóbrio, e não estava nem aí que as pessoas me vissem assim. Dos pés à cabeça eu era o esboço de um detetive particular elegante. Tinha um encontro marcado com quatro milhões de dólares.*

c) *Erano pressapoco le undici di una mattina di metà ottobre, con il sole velato, e sulle colline un bagliore che preannunciava pioggia a rovesci. Mi ero messo l'abito azzurro polvere con camicia, cravatta e fazzolettino blu, scarpe nere e calze di lana nera con una fantasia di orologi blu. Ero in ordine, pulito, rasato e sobrio, e non me ne importava che lo si notasse o no. Andavo a far visita a quattro milioni di dollari¹¹. (Grimaldi, 2001)*

O leitor não é capaz, a partir dessas linhas do original, de classificar tipologicamente o texto. Pode supor alguma coisa, mas nada mais. Classificá-lo como *crime fiction* o conduziria, extrinsecamente, a atribuir ao texto uma identidade de literatura “popular”. Uma inserção editorial prestigiosa induziria o leitor à expectativa (e também a evidências) de outra qualidade literária; sugeriria, talvez, que o parágrafo citado é a abertura de um “sério” romance que se serve da paródia do romance policial, por alguma razão expressiva que o leitor só terá consciência mais tarde. E o leitor que nunca tivesse lido um romance policial o acolheria como uma narração caracterizada por algumas características específicas cuja função ele só se daria conta no decorrer da história. Isto é, a escrita e a intenção do autor estariam no centro da sua atenção e do seu ato de leitura, e o leitor se concentraria nisso para entender a natureza “profunda” do texto. Exatamente como aconteceria com qualquer outro texto literário e, de resto, com qualquer texto: na leitura de um manual ou tratado, a compreensão da mensagem prevalece, até certo ponto, sobre sua formulação, mas a natureza dessa formulação não é de todo estranha para conseguir a compreensão.

Como para outros textos, apenas o último ato de escrita, só o ponto final através do qual o romance, qualquer texto na verdade, cessa de existir, pode permitir ao leitor dar uma resposta fundamentada a respeito da qualidade. Há, de fato, bons textos e textos ruins em cada tipologia e assim, no que diz respeito à tradução, há boas traduções e traduções ruins. Em tradução não é lícito (intencionalmente) embelezar o texto ruim ou tornar feio o bom texto. As categorias de bom ou ruim podem, mas não devem, tanto quanto possível, serem submetidas à subjetividade: em tradução, bom e ruim são avaliados em relação direta com a precisão pontual de codificação, decodificação e recodificação entre o original e a sua réplica. A decodificação e a recodificação são coisas diferentes da interpretação, a precedem e a permitem. Existem soluções tradutórias sustentáveis e outras, não. Pode-se apenas tratar um texto segundo modalidades que lhe rendam, na tradução, o justo mérito ou demérito em termos de aproximação à integridade da recodificação.

¹¹ Nota da Tradutora (extrato traduzido pela tradutora): Eram cerca de onze horas de uma manhã da metade de outubro, com o sol velado, e sobre as colinas uma claridade que prenunciava pancadas de chuva. Eu tinha colocado o terno azul claro com camisa, gravata e lenço azul, sapato preto e meias de lã preta com uma estampa de relógios azuis. Estava em ordem, limpo, barbeado e sóbrio, e não me importava que se me notassem ou não. Ia visitar quatro milhões de dólares.

Se o melhoramento de um texto pareceria hipoteticamente aceitável quando o texto é, por exemplo, um instrumento de instrução, porque a compreensão é o objetivo principal de tal texto (mas melhoramento significa, porém, reescritura, e então por que não reescrever mesmo o texto?), isso não seria eticamente aceitável quando se trata de literatura, independentemente do tipo.

Aquilo que se pode seguramente afirmar da tradução do extrato em exame é que o original de Chandler apresenta intenções inventivas talvez convencionais, que, porém, por serem também intencionais, revelam um “estilo” autoral preciso, controlado. As traduções examinadas, no entanto, são caracterizadas por: a) falha e confusão dos registros, b) obscuridade ou estranheza narrativa que não estão no original, c) estranheza linguística que, novamente, o original não manifesta. E, por consequência, falham na tarefa de oferecer um texto “estilisticamente” caracterizado e bem formado. Aquilo que oferecem ao leitor italiano não é caracterizado nem bem formado. Sua ruptura textual interna é demonstrada pela ruptura que têm com o exterior do cenário original.

Um exemplo de a) está em *I didn't care* versus *me ne sbattevo* (exemplo b); de b) em *the clearness of the foothills* versus *nell'aria troppo tersa / nella limpidezza eccessiva* / *sulle colline un bagliore che preannunciava* e *I was everything the well-dressed private detective ought to be* versus *Sembravo il figurino dell'investigatore privato elegante. / Dalla testa ai piedi ero il figurino del privato elegante. / Ø*; de c) *mid October* versus *mezzo ottobre/mezzo ottobre*.

“I didn't care” não equivale a “me ne sbattevo”; as expressões assemelham-se, mas se referem a registros diferentes: a inglesa, de média informalidade, enquanto a italiana é (ainda que já moderada) um registro vulgar; “di mezzo ottobre”, “mezzo ottobre” não são locuções italianas, são criações estranhas e não naturais (*traducionice*); e o “privato elegante” é uma estranheza que não corresponde a nenhuma estranheza no original, é mais uma macaquice da informalidade inglesa que uma convincente imitação; “un figurino {di detective/poliziotto [privato]}” poderia corresponder razoavelmente bem a “the well-dressed private detective”; a falha tradutória da falta de imparcialidade, *off-handedness*, contido em “I was everything...” na tradução de L. Grimaldi suprime um importante elemento conotativo do caráter do narrador-personagem.

Bastam esses exemplos para demonstrar que, em primeiro lugar, as dificuldades de decodificação do texto “policial” não são absolutamente diversas daquelas de qualquer outro texto literário e, em segundo lugar, que os textos italianos sugerem ou uma realização apressada ou uma manipulação prejudicial do texto, que só podem ser atribuídas a um reduzido sentimento de respeito de autoriarelativamente ao próprio texto.

Se agora analisarmos a versão do texto relativa a “in the clearness of the foothills”, descobrimos que também a precisa percepção da paisagem original ou foi banalizada pela precipitação ou por substanciais incompreensões dos três tradutores. Como bem diz Newmark, o tradutor deve “visualizar” seu texto se

quer fazer-lhe justiça: e como isso pode ser obtido? A expressão “in the clearness of the foothills” declara uma sutil percepção e representação da paisagem por parte do narrador/personagem: na turbulência geral da atmosfera, um céu coberto de nuvens carregadas de chuva (mencionado pela ausência na focalização da visão sobre “clearness of the foothills”) domina a paisagem sobre as colinas que se destacam ao fundo. A luz do sol penetra na capa de umidade e ilumina as encostas. As expressões “nell’aria troppo tersa sopra le colline” / “nella limpidezza eccessiva là sopra le colline” / “e sulle colline un bagliore [che preannuncia pioggia a rovesci]” descrevem um estado de coisas que comunica ao leitor uma realidade materialmente diferente daquela do original; e todas estas realizações não são claras: por que *l’aria troppo tersa sopra le colline* (o ar muito denso sobre as colinas) ou *la limpidezza eccessiva* (a limpidez excessiva) deveriam sugerir chuva? O mesmo vale para *il bagliore* (a menos que não seja de um raio, mas não é porque na expressão italiana não há menção de claridade momentânea mas duradoura), claridade de que coisa? O leitor atento espera, nesses três casos, que as nuvens sejam pouco densas (o sol é “velado”) e, então, as pancadas de chuva seriam, no mínimo, pouco prováveis.

O leitor de uma tradução considera o texto que lê um original, não uma tradução, acolhe-o com confiança. Pensa: assim terá sido a intenção do autor. Mas qual realmente foi a intenção do “primeiro” autor? No original de Chandler que temos diante de nós, chega-se a uma conclusão convincente e expressivamente eficaz. Nas versões italianas devemos nos contentar com algo impreciso ou, no melhor dos casos, não intencionalmente ambíguo.

Apesar da brevidade do trecho que estamos discutindo, há, porém, espaço para outras considerações, ainda mais relevantes e graves, sobre a tradução que foi feita (de resto, dessa mesma natureza, encontram-se em cada tipo de tradução). A partir das poucas linhas da narração, compreendemos logo que o personagem que se descreve tem uma personalidade muito autocentrada, mas simpática, consciente de si mesmo além daquilo que ocorre ao seu redor; ele quer ser e também aparecer. Cuida da própria imagem quando sabe que isso pode lhe trazer vantagem. É descrito com um elegante terno azul, discreto, com gravata e lenço combinando. Até aqui tudo bem, mais ou menos, entre o original e as traduções. Mas, antes que o autorretrato tenha terminado, o leitor do original e das versões italianas encontra-se diante de duas imagens diferentes; e aquelas das versões italianas não estão mais em harmonia com o personagem: “calze nere di lana, con un disegno ad orologi blu scuro” (meias pretas de lã, com um desenho de relógios azul escuro), “calzini di lana neri, con un disegno ad orologi blu scuro” (meias de lã preta com um desenho de relógios azul escuro), “calze di lana nera con una fantasia di orologi blu” (meias de lã preta com uma estampa de relógios azuis). No original, o personagem usa “black wool socks with dark blue clocks on them”. Certamente Philip Marlowe, que se sentia elegantemente vestido, tem, para o leitor italiano, uma

excêntrica concepção de elegância, muito próxima do *kitsch*. Mas assim não é para o leitor do original.

Nenhum dos três tradutores teve em mente que gastar alguns minutos a mais para pensar sobre a qualidade da vestimenta de Marlowe teria sido lógico e honesto (o “powder-blue” de seu terno é uma cor discreta, não vistosa, sutilmente refinada; os relógios/reloginhos que decoram as meias, no mínimo, fazem doer os olhos: pouco importa se as meias estão provavelmente escondidas da vista material pelas calças). Como Chandler é um escritor muito consciente – e as poucas linhas do extrato demonstram isso –, também Marlowe é muito mais elegante e convencional na sua elegância: os “clocks” dos quais se fala são um habitual ornamento desse tipo de vestimenta, são motivos verticais, tricotados em ponto barra ou bordados (“clocks”, provavelmente de *clocca*, sino, ou do verbo “to clock”, que descreve a ação e o próprio objeto do “clapper”, o badalo do sino), uma borda que geralmente termina com um acabamento com pontos em forma de flecha, ou de espiga, sutil, alongada (De Felice-Duro).

Que a literatura de gênero seja traduzida com suas próprias modalidades é um fato, mas não uma necessidade teórica, apenas uma prática. Basta tomar como exemplo qualquer romance policial traduzido e publicado em uma coleção popular e se verificará que a escrita é provisória e frequentemente incompetente. Lembro o “steak and kidney pie”, prato único, consumido por um personagem original que se tornava dois pratos, “steak”, bife, e “kidney pie”, pastel folhado de rins, por parte do mesmo personagem em tradução italiana. Ou se encontrarão incongruências estilísticas, como “*Ho portato il libro delle sottoscrizioni al signor Simon, e lui mi disse di far salire il sovrintendente e di preparare lo sherry sul tavolo*” (grifos meus), onde além do injustificado uso de dois tempos verbais pragmaticamente incompatíveis (passado próximo e passado remoto) há também a desastrosa “preparare lo sherry sul tavolo”.

Não é o caso de dar as referências bibliográficas desses exemplos absolutamente verdadeiros, mas mesmo assim tão frequentes e generalizados que são quase sem paternidade ou maternidade. É verdade que exemplos como esses também podem ser encontrados frequentemente na tradução da literatura alta, mas é igualmente verdade que na literatura preconceitualmente identificada como de menor valor isso ocorre com muito mais frequência, mais vezes em cada página. Ao avaliar esse tipo de texto, as redações editoriais são mais tolerantes ou menos atentas. Talvez pensem que um texto literariamente mais simples seja também mais fácil. É literalmente o contrário. Com o texto alto pode-se não estar à altura da complexidade estrutural e conceitual, e com o menos alto pode-se perceber muito mais a partir do plano baixo, constitutivo, da língua: a dependência do texto popular, de consumo, alterando a realidade cotidiana, que muda até mais rapidamente para aqueles que a vivem. Pergunto-me quantos entre os jovens sabem hoje que coisa significa “essere in”, e quantos o saberiam intuir, no mês anterior, antes que a expressão se tornasse comum nos anos 60.

Leiamos ainda uma página de um famoso romance de 1930 de Dashiell Hammet, *The Maltese Falcon*. Procuramos ainda verificar se os traços de *crime fiction* que o caracterizam e que são encontrados largamente na literatura americana do gênero podem sugerir um tratamento tradutório diferente daquele dado a qualquer outro texto literário. No caso de Dashiell Hammet qualquer um poderia notar que já se trata de um autor autoritário. Mas, como dizia, isso não tem nenhuma importância. Ninguém se torna autoritário ao longo do tempo se já não era antes que o tempo passasse.

Spade did not look at the pistol. He raised his arms and, leaning back in his chair, intertwined the fingers of his two hands behind his head. His eyes, holding no particular expression, remained focused on Cairo's dark face. Cairo coughed a little apologetic cough and smiled nervously with his lips that had lost some of their redness. His dark eyes were humid and bashful and very earnest. 'I intend to search your offices, Mr Spade. I warn you that if you attempt to prevent me I shall certainly shoot you.' 'Go ahead.' Spade's voice was as empty of expression as his face. 'You will please stand,' the man with the pistol instructed him at whose thick chest the pistol was aimed. 'I shall have to make sure that you are not armed.' Spade stood up, pushing his chair back with his calves as he straightened his legs. Cairo went around behind him. He transferred the pistol from his right hand to his left. He lifted Spade's coat-tail and looked under it. Holding the pistol close to Spade's back, he put his right hand around Spade's side and patted his chest. The Levantine face was then no more than six inches below and behind Spade's right elbow.
(Hammet, 1963: 42-43)

O texto confirma as características “populares” do acúmulo de detalhes não essenciais e retardantes descritos por muitos estudiosos, mas nesta aplicação intuimos que estas características são também perseguidas por uma vontade de hiper-realismo: os gestos são observados na sua ocorrência, as ações e os objetos são colocados espacialmente em lugares definidos, cada detalhe é como uma parte que não pode ser eliminada em um quebra-cabeças. Podemos notar que o detalhe é, de fato, fundamental na concepção e na construção de um texto de *detection*. Como o policial ou o detetive particular, o leitor é convidado a ver tudo, verificar tudo e tirar conclusões. No caso examinado, descontextualizado como é, não somos capazes de dizer se e quais destes detalhes servirão depois para desvendar o *mystery*, mas o acúmulo de detalhes (e sua minúcia), dos quais muitos são presumidamente inúteis, faz parte do jogo de revelação e de dissimulação, é elemento constitutivo do romance policial, que deve acumular dados como ocorre na realidade, onde a clareza da visão dos fatos é sempre

impedida, prejudicada pela estreita trama do tecido, pelo fato que é proposta ao leitor a mesma participação nas ações do personagem na sua experiência da realidade. O acúmulo de detalhes serve para esconder, ao menos em parte, uma visão perspectiva dos acontecimentos, com reprodução daquilo que ocorre na realidade. E a realidade precisa aparecer sempre diferente da confusão desordenada de eventos individuais e não evidentemente correlacionados. A correlação é fornecida apenas pela leitura dos fatos.

A escrita de Hammet é, nesse sentido, uma escrita muito competente. Então é possível que “You will please stand” na boca de Cairo não seja uma forma de cortesia imprópria em alguém que está empunhando agressivamente uma pistola, mas que Cairo seja um personagem que exige mesmo aquela modalidade expressiva que serve para delinear seu caráter. Na descrição que segue, “the man with the pistol instructed him at whose chest the pistol was aimed”, a forma descritiva burocrática é totalmente confirmada pelo hiper-realismo narrativo caracterizante, dominante desta forma textual.

Não é possível entrar na mente do autor, mas a expressão textual (a intenção do texto) está ali na nossa frente para ser reconhecida, decodificada e re-codificada nos termos em que se põe: cabe ao leitor (e em seguida ao tradutor e ao seu leitor) captá-la. A composição do registro linguístico de Cairo não pode ser colocada em discussão e não pode ser ignorada; nem pode sê-lo qualquer outro ponto narrativo. Se estamos certos destas unidades de sentido, são aquelas unidades que devemos traduzir. O sentido geral do texto resultará da combinação daquelas unidades, como já tinha ocorrido no momento das suas composições originais. Cada sugestão misteriosófica que venha de uma teorização que prevê que o tradutor não se deixe confundir pelos detalhes para que não lhe fuja a visão de conjunto é justamente misteriosófica: o conjunto, para o tradutor – como de resto para cada autor original – somente é visualizável com o ponto final, ao término do texto. O autor seguiu um procedimento de composição seu, o tradutor segue um traçado de outros e deve demonstrar que compreendeu as indicações e as instruções e que não terminou fora do mapa.

Bibliografia

- Bolinger, D., 1977. *Meaning and Form*. London : Longman.
Chandler, R., 1939. *The Big Sleep*. London : Hamish Hamilton.
_____. 1958. *Il grande sonno*, traduzione di I. Omboni. Milano : Mondadori.
_____. 1987. *Il grande sonno*, traduzione di O. Del Buono. Milano : Feltrinelli.
_____. 2001. *Il grande sonno*, traduzione di L. Grimaldi. Milano : Feltrinelli.
De Felice, E., Duro, A., 1993. *Vocabolario italiano*. Torino-Palermo : Sei-Palumbo.

- Fissore, V., 2004. Biforcazioni. In V. Gianolio (a cura di). *Scrittura e azzardo*. Torino: Tirrenia Stampatori: 9-22.
- _____. 2006. "Notes towards a Linguistics of Verse Translation". In R.A. Henderson (a cura di). *English Studies 2005*, Torino: Trauben:187-197.
- _____. 2008. Tradurre *The Mystery of Edwin Drood* di Charles Dickens. In V. Gianolio (a cura di). *Noir Giallo Thriller. Archivi di genere*. Torino: Tirrenia Stampatori:180-97.
- Hammet, D., 1963. *The Maltese Falcon*. Harmondsworth : Penguin.
- Newmark, P., 1988. *A Textbook of Translation*. New York: Prentice Hall.
- Nida, E. A., 1964. *Towards a Science of Translating*. Leiden: E. J. Brill.

O papel da teoria na motivação e na justificativa das escolhas tradutórias no âmbito da tradução publicitária: quais normas ensinar?

Daniela Ventura¹

Tradução de Letícia de Abreu Rodrigues²

Revisão de Cláudia Mendonça Scheeren³

1 Teoria e prática da tradução publicitária

No âmbito da tradução publicitária, o processo que leva ao texto de chegada (*target*) pareceria ignorar qualquer aporte teórico para ficar fortemente ancorado na prática. Como revela Tatilon (1980: 391), em tom jocoso, um tradutor publicitário profissional que atua na área há mais de trinta anos diria que sempre traduziu sem ter nenhuma formação nem em língua, nem em linguística. Certamente há verdade em tal afirmação, tanto que na tradução publicitária vigora o princípio segundo o qual *primum traducere deinde philosophari* (Tatilon 1980: 391). Dito isso, qualquer tipo de abordagem teórica neste sentido se revelaria claramente inútil e sua didática no seio de uma universidade não teria mais nenhum sentido. A partir das convicções de Tatilon, que afirma que, em matéria de tradução publicitária, a prática sempre precedeu a teoria, concordando ainda em colocar em discussão qualquer tipo de abordagem teórica que queira impor normas absolutas, é inegável a existência de regras que possam não apenas vincular e modelar a atividade do tradutor (Toury, 1995: 53), mas também lhe facilitar o trabalho, tornando-o menos aleatório. De fato, se Tatilon (1980: 391) de um lado admite a supremacia da prática sobre a teoria, de outro concorda que a teoria "serve, tonifica a prática". Assim, a teoria, mais do que servir de modelo ao futuro profissional e mais do que motivar e justificar suas escolhas tradutórias, pareceria atuar em um processo inverso,

¹ Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha). Título original: *Il ruolo della teoria nella motivazione e nella giustificazione delle scelte traduttive nell'ambito della traduzione pubblicitaria: quali norme insegnare*.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Italiano.

³ Professora do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

que consiste na pesquisa de regras a partir da análise da operação tradutória. Então, é preciso fazer uma série de perguntas:

- a) o que impediu um correto intercâmbio entre a disciplina acadêmica dos *Estudos de Tradução* e a tradução profissional?
- b) por que a teoria teve, até hoje, um papel quase inexistente ou, no melhor dos casos, meramente acessório no âmbito da tradução publicitária?
- c) é possível fornecer normas que justifiquem o ato de traduzir?

À primeira pergunta responderemos que a razão primordial e fundamental do pouco contato entre teoria e prática da tradução publicitária já se encontra na universidade, no âmbito da formação dos futuros profissionais. É fácil, de fato, constatar que enquanto a tradução especializada (jurídica, científica, econômica e até mesmo audiovisual) é matéria de ensino na maioria das universidades europeias pelo menos desde o fim do século passado, a tradução publicitária (audiovisual, impressa ou em outros suportes) ainda não conseguiu o estatuto de disciplina universitária. Dependendo dos países e dos centros universitários, pode aparecer inserida (como matéria opcional) na disciplina de tradução especializada, mas isso está longe de constituir uma norma. É ainda verdade que, de uns anos para cá, algumas universidades oferecem este ensinamento sob a forma de cursos ou seminários de graduação ou pós-graduação específicos, mas se trata quase sempre, porém, de ofertas esporádicas que frequentemente dependem do interesse individual de professores e que não se traduzem ainda em uma matéria de ensino acadêmico. Por outro lado, muitos docentes mostram-se relutantes quando se trata de assegurar o ensino de uma matéria altamente especializada. Além dos problemas relacionados à tipologia textual e às dificuldades inerentes a ela, há as complicações práticas: recordemos que a publicidade apresenta-se sob muitíssimas formas, atingindo o público através de várias vias, entre as quais a televisão e a Internet. Não existe, portanto, “uma” tradução publicitária, mas vários tipos de tradução publicitária. Isso complica enormemente a tarefa do professor que deve trabalhar com um material em constante evolução, poucos meios práticos e ainda menos assistência especializada.

Sobre a segunda pergunta, basta dizer que se é escassa ou mesmo falta a matéria de ensino, o tradutor que queira dedicar-se a esta especialidade deve procurar em outro lugar o conhecimento e as técnicas que lhe permitam enfrentar as exigências laborais. Na maioria dos casos, será a experiência, coroadas de sucessos ou de fracassos, que servirá de aprendizagem. Se o tradutor publicitário autodidata se dedicasse à pesquisa individual de bases teóricas para reforçar seu conhecimento, encontraria contribuições bastante genéricas inseridas no mais amplo espectro da tradução especializada. Tudo isso explica como a teoria teve um papel mínimo na atividade do tradutor publicitário.

À última pergunta responderemos que não existem fórmulas mágicas que, uma vez aprendidas, permitam resolver todos os problemas que possam se apresentar no ato de traduzir um anúncio publicitário. No entanto, é possível oferecer ao futuro tradutor um *modus operandi* que guie suas escolhas, como procuraremos demonstrar.

2 Teoria? Mas qual teoria?

A utilidade prática das abordagens teóricas é uma questão que não só permanece aberta, mas é fonte constante de polêmica. Admitindo que a teoria tenha um papel puramente “assistencial” em relação à prática tradutória, é preciso estabelecer, em primeiro lugar, de qual teoria estamos falando e de que forma interage com a prática. Como introdução, diremos que não apenas houve grandes tentativas de aproximação da teoria com a prática da tradução publicitária, mas que a teoria específica orientada à tradução publicitária foi, até uns vinte anos atrás, bastante pobre. Constatamos, de fato, que embora os teóricos dos *Estudos de Tradução* tenham se debruçado sobre a tradução especializada, a tradução publicitária não recebeu toda a atenção que merecia. Quando se procurou normas sempre aplicáveis, isso foi feito de maneira indireta e geral. Em alguns manuais de tradução, como o de Newmark (1988), por exemplo, se insiste na necessidade de privilegiar, nos textos em que se impõe a função conativa, a tradução comunicativa (em oposição à tradução semântica), cujo objetivo é se adaptar à língua de chegada e às expectativas do leitor. Assim sendo, permanece-se em um nível tão vago e genérico que não se revela, em termos práticos, de grande ajuda para o tradutor novato que queira tentar a tarefa nada fácil de traduzir um anúncio publicitário. Da generalização passa-se depois ao outro extremo: a especificidade. A partir dos anos 1970, Boivineau (1972), Tatilon (1978), Tremblay (1982) e Everaert-Desmet (1984) focaram seus estudos essencialmente sobre os problemas práticos da tradução dos anúncios publicitários do francês para o holandês e para o inglês e vice-versa. Algumas reflexões teóricas podem ser estendidas a outros pares de idiomas, mas permanecem dificilmente generalizáveis ou unificáveis. A partir dos anos 1990, o interesse é sobretudo pelo problema cultural da tradução publicitária (Snell-Hornby et al. 1995; Quillard, 1999; Katan, 1999). No decorrer da última década, multiplicaram-se os estudos e as reflexões finalizados a partir da análise de pares de idiomas específicos. As abordagens são variadas e partem de diversos pontos de vista: cognitivo, semiótico ou pragmático. Pensemos, por exemplo, nas contribuições de Bonhomme e Rhinn (1997), Guidère (2001; 2009), Smith (2006), Baidier e Lamprou (2007). A maioria dos estudos citados é uma exposição de experiências tradutórias diretas.

Das diversas abordagens teóricas sobre a tradução publicitária a partir dos anos 1970 até hoje podemos deduzir duas regras básicas, cuja observação é fortemente aconselhada no ato de traduzir:

- *O texto de partida adapta-se em função da cultura do destinatário.* Segundo Toury (1995: 29), a norma “vinculante” que se deve aplicar na tradução de um texto publicitário não consiste tanto na procura de adequação do texto de chegada em relação ao texto de partida, quanto em encontrar sua “aceitabilidade”, pois “translations are facts of target cultures”.
- *O fim comercial (perlocutório) deve sempre justificar os meios linguísticos empregados.* Aplica-se, nesse sentido, o princípio de Boivineau (1972: 15), segundo o qual o texto publicitário de chegada deve ser adaptado de modo que mais que uma “belle infidèle” se alcance uma “belle efficace”. Dito em outros termos, não se deve traduzir a letra, mas o espírito, não as palavras, mas as funções (Tatilon, 1990: 245).

Resumindo, em publicidade traduzir não significa reproduzir o texto de partida, mas restituir a informação pertinente do texto de partida (Tatilon, 1980: 391). O que conta no ato de traduzir um texto publicitário não é a pesquisa de “como se diz” (a forma), mas de “como se persuade” (o propósito). Essas duas regras deveriam, sem dúvida, estar presentes no enfrentamento de um texto publicitário, seja no âmbito formativo universitário, seja no âmbito profissional. Infelizmente, é incontestável que tais “regras” estão bem longe de oferecer aos futuros profissionais as respostas concretas aos diversos problemas postos? de uma variedade infinita e constantemente renovada de anúncios e *spots* publicitários. É igualmente indiscutível que esta abordagem teórica revela-se insuficiente para assegurar a preparação necessária que permita enfrentar os crescentes desafios de uma atividade laborativa altamente especializada como a da tradução publicitária. Uma outra razão explicaria o porquê de a abordagem teórica dos *Estudos de Tradução* revelar-se, até o momento, de uma utilidade meramente acessória para a tradução publicitária: a busca de normas absolutas e unificadas que justifiquem, a cada momento, as escolhas do tradutor são de difícil aplicação na tradução publicitária, considerando a variedade dos canais de comunicação, a evolução constante do mercado e a incessante renovação das técnicas empregadas.

3 Diversidade do objetivo de tradução

A maneira como se traduz um anúncio publicitário não depende apenas de fatores inerentes ao texto e ao código da língua; responde também às exi-

gências de caráter meramente comercial impostas pontualmente pelo usuário ou pelo marketing, mas também pelos vínculos legais estabelecidos pelas autoridades de cada país. O veículo publicitário empregado também implica uma série de limitações. Cada meio utilizado para difundir uma mensagem publicitária impõe, de fato, ao tradutor uma abordagem diversa do texto; publicidade impressa, em suportes fixos ou em movimento, multimídia (*spots* televisivos, radiofônicos, Internet, cinema), etc., requerem o domínio de um certo conhecimento e de determinado número de técnicas *ad hoc* que nem sempre são reaplicáveis a qualquer tipo de publicidade. Basta pensar na diversidade de abordagens que pressupõem a tradução da publicidade editorial e da audiovisual. A tradução de anúncios prevalentemente impressos implica o domínio de estratégias específicas, como a adaptação ou a reelaboração do texto. Em relação à tradução audiovisual, as operações complicam-se já que o tradutor deve levar em conta não apenas o próprio texto, mas também o tempo da dicção do original, adotando a técnica da dublagem ou, mais raramente, da legendagem⁴. Resumindo, um tradutor publicitário “completo” deveria ser duplamente competente, devendo ter uma formação em tradução publicitária editorial e audiovisual. A essa dupla competência acrescentou-se, mais recentemente, uma terceira que, na realidade, inclui as outras duas. Segundo Guidère (2009: 421), o novo tradutor publicitário está evoluindo em direção a uma nova especialidade chamada “localização publicitária”. O “tradutor localizador” se encarregaria de adaptar uma comunicação comercial a um *locus* (província, cidade, região, continente), assumindo a responsabilidade da tradução completa da mensagem, isto é, do texto e da imagem.

4 O que ensinar?

Como responder a tais especificidades no ambiente universitário? É claro que, nessas condições, qualquer tentativa de “unificação” dos comportamentos tradutórios torna-se quase impossível. Para começar, seriam desejáveis três formações diferentes que impliquem três abordagens teóricas e práticas diversas às do anúncio publicitário: a tradução publicitária editorial, a tradução publicitária audiovisual e a localização publicitária. Uma vez estabelecidos os diversos ensinamentos e o quanto foi apresentado antes sobre as duas normas genéricas que o tradutor publicitário deveria levar em conta no ato de traduzir,

⁴ Técnica que começa a aparecer timidamente: pensemos nos *spots* de Nespresso com George Clooney e John Malkovich que, tanto na Itália quanto na França, Espanha e Alemanha, foram difundidos em inglês com legendas nas diversas línguas. Além do fato de essa prática poder revelar-se economicamente mais conveniente para a empresa, a razão da escolha responde seguramente a uma estratégia comercial que, por outro lado, parece gozar de um certo sucesso. Isso não significa necessariamente que esta prática vá se generalizar no futuro.

permanece a questão de identificar uma metodologia que seja adequada a cada um dos tipos de especialidade.

O professor que se ocupa da tradução publicitária editorial não pode se limitar ao aporte teórico dos *Estudos de Tradução*, deverá transitar entre diversas disciplinas como a pragmática, a linguística, a sociolinguística, a psicologia e o marketing.

Para a tradução dos *spots*, aplicam-se os princípios genéricos da tradução publicitária editorial aos quais se acrescentam outros mais específicos da tradução audiovisual e mais precisamente da dublagem.

Segundo Perego (2005:13), os atributos necessários para o tradutor audiovisual são “sólida formação teórica aliada à habilidade e experiência sobre a atividade prática”. A abordagem do texto do anúncio será essencialmente diferente para os dois tipos de anúncios, já que para a tradução do *spot* deve-se levar em conta o tempo da dicção na língua de chegada por parte do ator, que deve adequar-se ao tempo do original.

O ensinamento da localização publicitária implica, por parte do docente, além do domínio das disciplinas acima citadas, o domínio específico da semiótica (Guidère, 2009: 425). A esses conhecimentos teóricos acrescenta-se, necessariamente, a padronização de técnicas como a tradução assistida (ou ferramentas CAT), a engenharia linguística, a localização de *software*, a gráfica e a infográfica.

Apesar de os três ensinamentos pressuporem enfoques, metodologias e técnicas muitas vezes diferentes, um elemento fundamental os une, cuja essência não mudou desde os primeiros anúncios ainda no tempo dos assírios babilônicos: o discurso argumentativo.

4.1 Retórica e publicidade

Está claro que, antes de passar ao ato de traduzir um texto (especializado ou não), é necessário conhecer sua natureza intrínseca. Como dissemos anteriormente, para traduzir um anúncio publicitário é preciso ir além das palavras para compreender o significado perlocutório e para restituí-lo com a mesma contundência na língua e na cultura de chegada. Parece-nos que, no âmbito da tradução publicitária, a conexão entre o plano da teoria e o da prática (e vice-versa) deve passar primeiro, antes mesmo de tocar nas outras disciplinas já citadas, pelo conhecimento e compreensão da natureza retórica do discurso publicitário. Por “retórica” não nos referimos apenas ao conjunto de imagens com que se pode ornamentar o estilo para persuadir ou convencer; quando falamos de “retórica”, referimo-nos à teoria da argumentação, que faz uso de raciocínio dialético e que está na base de qualquer discussão, contro-
vêrsia ou deliberação, instrumento indispensável do pensamento e da filosofia

crítica (Perelman, 1981). Isto é, falamos da retórica “como técnica de comunicação e do discurso persuasivo”, conforme a definição de Perelman (1981:10).

Desde os anos 1960, com o auge dos anúncios, alguns pesquisadores – começando por Barthes e Eco, para chegar mais recentemente a López Eire, Kerbrat-Orecchioni, Codeluppi, Adam e Bonhomme – demonstraram o papel essencial da retórica na publicidade, entendida como um tipo de discurso argumentativo orientado pela persuasão. Codeluppi (2007: 25) afirma que “é um erro considerar a publicidade apenas no âmbito comunicativo, já que se trata de um tipo específico de comunicação que busca obter uma resposta também no âmbito da situação de consumo”. Estamos falando de um discurso que dificilmente estará inserido em uma tipologia funcional e cujo objetivo final é mera e puramente comercial. Segundo Adam e Bonhomme (1997:19) “La rhétorique publicitaire (...) doit être plus pensée en termes de persuasion et d'action (achat-consommation) qu'en termes de conviction et d'intelligence”. Isto é, a natureza do discurso publicitário é mais persuasiva que argumentativa. Também para Kerbrat-Orecchioni (1998: 304), o discurso publicitário baseia-se mais na persuasão do que na argumentação propriamente dita e busca seduzir mais do que convencer. Lausberg (1969) afirmava que a retórica natural é aprendida inconscientemente, participando da vida social. Não é, portanto, necessário ter o domínio empírico ou escolástico da retórica para poder comunicar-se normalmente. O raciocínio natural do homem é de tipo entimemático e funciona a partir de sinais (necessários ou prováveis) ou da verossimilhança (Vega y Vega, 2000). Se dizemos, por exemplo, “Elle a de la fièvre. Elle est donc malade” (Vega y Vega, 1997:199), o nosso raciocínio baseia-se nos sinais necessários. Quando dizemos “Regarde le ciel comme il est gris. Ce soir il va pleuvoir” (Vega y Vega, 1997: 199), estamos raciocinando a partir de sinais prováveis: conforme a nossa experiência, o céu acinzentado ou as nuvens anunciam a chuva. Todos aqueles que compartilham essa experiência “climática” compreenderão a mensagem, mas se trata de uma experiência que não corresponde necessariamente à de um outro clima. O mesmo acontece ao destinatário do anúncio publicitário, o qual pode acessar, em geral, a mensagem sem ter nenhum tipo de bagagem retórica (estabelecendo o compartilhamento de uma mesma cultura). Não é assim para o profissional de criação do anúncio, que deve ter conhecimentos aprofundados em tal âmbito. Se admitirmos, então, que o tradutor publicitário tem, muitas vezes, a tarefa de criar a partir do zero a mensagem para um novo destinatário e uma nova cultura, nem mesmo ele pode prescindir desses conhecimentos retóricos. Com a finalidade de vender, as empresas multinacionais são obrigadas a levar em conta as especificidades linguísticas e culturais do público ao qual querem destinar seus produtos. Para atingir os fins comerciais que estão prefixados, elas devem conhecer seu destinatário, condição necessária para que se produza a

persuasão. Recordemos que a publicidade deve ser, antes de tudo, eficaz: sua função essencial é perlocutiva. Isso implica uma atenção particular às estratégias argumentativas que vão variar, portanto, em função do público a que são direcionadas, caso contrário, corre-se o risco de perder uma parte considerável do mercado mundial.

Por isso, revela-se necessária uma formação adequada nesse sentido. No ambiente universitário, o docente especializado em tradução publicitária, tanto editorial quanto audiovisual, ou em localização, deverá fornecer ao futuro tradutor as bases teóricas suficientemente sólidas que lhe permitam identificar as principais figuras retóricas que aparecem com maior frequência nos anúncios publicitários (como a hipérbole, a metáfora, a antonomásia, a metonímia, a analogia) e, sobretudo, compreender os diversos modelos argumentativos ou “infraargumentativos” (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 291) sobre os quais se constrói o discurso publicitário, os mecanismos lógicos dos quais se utiliza e que frequentemente estão implícitos (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 293, 297) e são naturais ao homem, como o raciocínio entimemático (Vega y Vega, 2000) ou o paralogismo.

5 Quais exemplos utilizar no ambiente universitário?

Estabelecendo a separação ideal das formações e independentemente das especificidades do material didático utilizado em cada caso, podemos encontrar, tanto nos anúncios impressos quanto nos multimídia algumas características comuns, cuja análise pode servir de modelo para o futuro tradutor. Nesse sentido, apresentamos duas grandes categorias de anúncios:

a) Anúncios que normalmente não são traduzidos:

- anúncios globalizados: trata-se de anúncios universalmente válidos para todos os mercados, fundados essencialmente em uma imagem de alto impacto e/ou em língua franca (normalmente o inglês, ainda que nem sempre: o francês e o italiano permanecem como línguas de excelência para os perfumes e para a indústria dos artigos de couro). O anúncio globalizado não necessita de tradução. Como pudemos constatar e demonstrar em outro estudo (Ventura, 2009), essa tendência não é generalizada a todos os produtos, mas se refere essencialmente aos perfumes, aos artigos de luxo e às bebidas alcoólicas de marcas conhecidas em nível mundial.
- anúncios de produtos DOC (denominação de origem controlada) e DOP (denominação de origem protegida): baseiam suas argumen-

tações no valor agregado pela “procedência” e pela exclusividade do território de origem. A principal característica desse tipo de anúncio é a presença de clichês, isto é, de “estereótipos conceituais” (Adam & Bonhomme, 1997:111), que fazem parte da bagagem cultural do consumidor. Os anúncios dos produtos italianos DOC mais conhecidos e comercializados no exterior, como, por exemplo, o *Parmigiano Reggiano* e o *Grana Padano*, o *Prosciutto di Parma* e o *San Daniele*, a *Mela della Val di Non* e a do Alto Adige, insistem na tradição e na qualidade única do produto italiano. Na maioria dos casos, o anúncio é criado *ad hoc* para o mercado externo e redigido diretamente na língua do país de chegada pelo redator publicitário do lugar. A tradução torna-se, portanto, inútil. Um anúncio de um produto DOC italiano criado para os italianos provavelmente não terá nada a ver com o anúncio do mesmo produto criado para a França, para o Japão ou para os Estados Unidos.

b) anúncios que normalmente recorrem à tradução:

- anúncios de creme e de produtos de beleza em geral, produtos alimentícios, eletrodomésticos, detergentes e todos os produtos com alto grau de funcionalidade: são caracterizados pela presença de uma argumentação normalmente centrada em um raciocínio demonstrativo pseudocientífico do tipo problema-solução. Para todos esses produtos, para os quais um mínimo de argumentação revela-se necessária, a tradução impõe-se: varia da adaptação (sobretudo no caso dos produtos de beleza) à transposição cultural ou à reelaboração (Ventura, 2009: 459). Para ser funcional, a tradução deve obrigatoriamente aderir às convenções da cultura de chegada e adaptar-se às expectativas do destinatário. Como estratégia alternativa, o tradutor pode optar pela decisão de afastar-se dos estereótipos étnicos da cultura estrangeira “para investir o produto de um fascínio claramente local” (Venuti, 2005: 34) com efeito intencionalmente desviante e com a finalidade de aumentar a eficácia do texto. Nesse caso, as respostas do público da cultura de chegada podem ser variadas, mais ou menos previsíveis e mais ou menos bem sucedidas do ponto de vista pragmático.

Na universidade, a utilização de anúncios que exemplificam essas duas grandes categorias permitem ao docente mostrar ao estudante um espectro bastante amplo de exemplos cujo *modus operandi* é relativamente estável e, portanto, mais facilmente atribuível a uma determinada prática. É evidente que, no caso dos anúncios que recorrem à tradução, a abordagem contrastiva é obrigatória, ainda que sempre posterior à análise exaustiva do anúncio original.

6 Conclusões: o peso das reflexões teóricas sobre a justificativa das escolhas tradutórias

Na linguagem técnica da publicidade, apenas a abordagem teórica dos *Estudos de Tradução*, que deveria, de certo modo, instruir e regular a prática tradutória, revelou-se, até o momento, insuficiente para preparar o futuro profissional para enfrentar os crescentes desafios do mundo do trabalho. Para responder de modo mais adequado às exigências de um mercado cada vez mais exigente e constantemente em evolução, o pesquisador e o docente, como hermas de duas cabeças, devem ir além das teorias fornecidas pelos *Translation Studies* para avançar para outros horizontes disciplinares com os quais trabalhar em sinergia a fim de extrair e sugar “a medula substancial” do discurso publicitário: isto é, adotar uma nova abordagem da tradução publicitária e de como ensiná-la, privilegiando um corte interdisciplinar que admita, entre outros e não apenas, as contribuições da linguística textual, teórica e aplicada, da retórica clássica, da semiótica, da pragmática, da sociologia, da psicologia cognitiva, do marketing e da localização. O mercado mundial, cada vez mais globalizado, tem sede de tradutores especializados que se ocupem especialmente da tradução publicitária. Se a universidade deseja atualizar-se para responder às crescentes exigências do mercado de trabalho deverá logo oferecer à tradução publicitária o estatuto que ela merece dentro do ensino da tradução especializada.

Bibliografia

- Adam, J.-M. & Bonhomme, M. (1997) *L'Argumentation publicitaire. Rhétorique de l'éloge et de la persuasion*, Paris, Nathan.
- Baider, F. & Lamprou, E. (2007) “La traduction du non-traduit dans les publicités à Chypre: Quels enjeux culturels? Quels procédés cognitifs?”, *Meta*, 52:1, pp. 93-107.
- Boivineau, R. (1972) “L'abc de l'adaptation publicitaire”, *Meta*, 17:1, pp. 5-28.
- Bonhomme, M. & Rinn, M. (1997) “Peut-on traduire la publicité? L'exemple des annonces romandes et Alémaniques”, in *Communication et pragmatique interculturelles*, Bulletin suisse de linguistique appliquée, 65. Dir. par P. Singy & P. Trudgill, pp. 9-24.
- Codeluppi, V. (2007) *La pubblicità. Guida alla lettura dei messaggi*, Milano, Franco Angeli.
- Eco, U. (2003), *Dire quasi la stessa cosa. Esperienze di traduzione*, Milano, Bompiani.
- Everaert-Desmet, N. (1984) *La communication publicitaire: étude sémiopragmatique*, Louvain-la-Neuve, Cabay.

- Guidère, M. (2001) “Translation practices in international advertising”, *Translation Journal*, 5:1, <http://www.proz.com/translation-articles/articles/276/1/Translation-Practices-in-International-Advertising>.
- _____. (2009) “De la traduction publicitaire à la communication multilingue”, *Meta*, 54: 3, pp. 417-430.
- Katan, D. (1999) *Translating Cultures: An Introduction for Translators, Interpreters and Mediators*, Manchester, St. Jerome.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1998) “La argumentación en la publicidad”, *Escritos*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje, 17-18, pp. 291-326.
- Lausberg, H. (1969) *Elementi di Retorica*, Bologna, Il Mulino.
- López Eire, A. (1998) *La retórica en la publicidad*, Madrid, Arco Libros.
- Newmark, J. (1988) *A Textbook of Translation*, New York, Prentice Hall International.
- Perego, E. (2005) *La traduzione audiovisiva*, Roma, Carocci.
- Perelman, C. (1981) *Il dominio retorico*, Torino, Einaudi.
- Quillard, G. (1999) “Publicité, traduction et reproduction de la culture”, *Babel*, 45:1, pp. 39-52.
- Smith, K. (2006) “Rhetorical figures and the translation of advertising headlines”, *Language and Literature*, 15: 2, pp. 159-182.
- Snell-Hornby, M., Jettmarová, Z., Kaindl, K. (eds) (1995) *Translation as Intercultural Communication*. Selected papers from the EST Congress – Prague 1995, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- Tatilon, C. (1978) “Traduire la parole publicitaire”, *La Linguistique*, 14:1, pp. 76-87.
- _____. (1980) “Présentation”, *Meta*, 25: 4, pp. 391-392.
- _____. (1990) “Le texte publicitaire: traduction ou adaptation?”, *Meta*, 35:1, pp. 243-246.
- Toury, G. (1995) *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- Tremblay G. (1982) *L'ABC du style publicitaire français*, Montreal, Linguatex.
- Vega y Vega J.J. (1997) “L'enthymème: pour une logique du discours”, in *Centenario de François Rabelais*. Dir. por A. Delgado, Las Palmas de Gran Canaria, Servicio de publicaciones de la ULPGC, pp. 193-207.
- _____. (2000) *L'enthymème. Histoire et actualité de l'inférence du discours*, Lyon, Presses universitaires de Lyon.
- Ventura, D. (2009) “Présent et futur de la traduction publicitaire: entre eikos et pathos”, *Meta*, 54: 3, pp. 450-465.
- Venuti, L. (2005) *Gli scandali della traduzione: per un'etica della differenza*, traduzione di A. Crea, R. Fabbri e S. Sanviti, Rimini, Guaraldi.

Ensinar a traduzir. Experiências de didática na Universidade de Turim e uma “modesta proposta”¹

Paola Brusasco, Maria Cristina Caimotto e Aurelia Martelli²

Tradução de Ariane Conceição Ribeiro Marques e Gabriela Nunes³

Revisão de Florence Carboni⁴

A situação atual da didática da tradução em nível universitário está longe de ser ideal. Mesmo nas universidades italianas, com exceção de poucas instituições que oferecem um curso de tradução e interpretação, o ensino da tradução se desenvolve dentro dos cursos de Língua (no nosso caso o inglês) e é a esses que vamos nos ater. Ainda que o código atualmente usado pelo Ministério da Universidade e da Pesquisa (MIUR) para designar o campo científico-disciplinar “Língua inglesa e tradução (L-LIN 12)” coloque em primeiro plano a tradução, esta não possui o *status* de verdadeira disciplina e, dentro do mundo acadêmico, sobretudo no que diz respeito ao recrutamento de docentes, a atividade tradutória possui pouquíssimo prestígio.

Basta pensar que as traduções não são consideradas publicações válidas para fins de concursos e que a maior parte dos docentes de língua que se ocupa de tradução não possui experiência profissional no campo nem conhecimento direto dos aspectos práticos do ofício de tradutor. Assim, no atual sistema italiano, não é raro que um estudante consiga um diploma trienal (mas também

1 Tradução da versão italiana, intitulada *Insegnare a tradurre. Esperienze di didattica all'università di Torino e una "modesta proposta"* e organizada pelas próprias autoras, de um trabalho apresentado no encontro ESSE 10: *European Society for the Study of English. Tenth International Conference*, realizado em Turim (Itália), nos dias 24 a 28 de agosto de 2010, com o título *Different backgrounds but a shared goal: striking a balance between language acquisition, oriented activities and translation skills in non-specialised university courses*.

2 Docentes na Università degli Studi di Torino e tradutoras.

3 Alunas do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução, italiano, UFRGS.

4 Professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, UFRGS.

muitas vezes magistral⁵) em línguas e literaturas estrangeiras com conhecimento escasso, até mesmo inexistente, da teoria e da história da tradução, e sem as competências práticas e profissionais exigidas pelo mercado. É uma situação que parece refletir a ideia difundida de que a capacidade de traduzir é uma consequência direta do conhecimento de uma língua estrangeira, quando já deveria estar claro que se trata de uma competência por si só e que, enquanto tal, exige uma didática direcionada.

Além disso, há outros fatores, desta vez de natureza “estrutural”, que comprometem a didática da tradução. Em primeiro lugar, está o fato de que, nos últimos anos, verificou-se entre os estudantes uma diminuição do nível de conhecimento da língua estrangeira, neste caso o inglês, problema provavelmente destinado a piorar, devido à redução das horas dedicadas ao ensino das línguas estrangeiras como consequência dos cortes financeiros sofridos pelas universidades. Outro ponto fraco é o elevado número de estudantes em sala de aula, que muitas vezes supera os cem, chegando, em alguns casos, a duzentos e cinquenta. Enfim, não podemos esquecer que, com exceção das poucas faculdades que praticam o chamado *numerus clausus*, exigindo, portanto, prova de ingresso, na maioria das universidades italianas costuma não haver obrigação de frequência, modalidade particularmente ineficaz nos institutos de língua, onde o método de “preparar os não frequentadores para as provas” não faz o menor sentido.

Na Faculdade de Línguas e Literaturas Estrangeiras da Universidade de Turim, a tradução é ensinada a partir do segundo ano do curso de graduação em Língua Inglesa II. No ano acadêmico 2009-2010, os estudantes do segundo ano que escolheram o inglês como língua estrangeira eram cerca de seiscentos. Dividindo-os com base na ênfase do curso de graduação, obtiveram-se três grupos de cerca de duzentos alunos (nem todos presentes em sala de aula, considerando-se o alto número de não frequentadores). As aulas, semestrais, eram articuladas em nove semanas, para um total de cinquenta e quatro horas (três encontros por semana). Para tornar possível a realização de exercícios guiados, acrescentaram-se dois seminários facultativos de vinte horas (dez encontros semanais), reservados a vinte e cinco estudantes que tivessem feito todas as provas e com base em suas médias. Os seminários, promovidos por docentes contratados e não pelos titulares dos cursos, eram verdadeiros laboratórios de tradução, com trechos diferentes a cada semana, presença obrigatória e possibilidade de interagir com o docente e discutir com os colegas textos, escolhas e estratégias de tradução.

A situação descrita, portanto, não é a ideal e o estabelecimento de um programa de avaliação é particularmente complicado em tais condições, isto é, com um baixo nível de conhecimento da língua estrangeira (e não somente

5 Refere-se ao atual sistema italiano, chamado 3 + 2, isto é, três anos de graduação – graduação curta – + 2 anos de graduação especializada. (N. de T.)

isso, como veremos a seguir), um número limitado de horas em que é possível dedicar-se à prática tradutória, além do fato que, para muitos estudantes, as únicas experiências de tradução haviam se dado no ensino médio, quando breves trechos eram traduzidos como meio de verificar a compreensão do texto em língua estrangeira.

As perguntas que nos fizemos foram as seguintes: como conciliar teoria e prática da tradução em uma situação didática onde prevalecem as aulas magistrais, durante as quais o único tipo de prática possível consiste na análise contrastiva de traduções com os textos originais? Como organizar as aulas de modo que mesmo os estudantes que não frequentam os seminários possam conhecer os problemas concretos da tradução? De que modo podemos ajudar os nossos estudantes a desenvolver uma abordagem crítica seja em relação ao texto a traduzir, seja em relação ao texto traduzido, além de conseguir avaliar de modo realista a própria capacidade de encarar uma tradução?

Para responder a estas perguntas, procuramos primeiramente compreender quais são, para os nossos alunos, os aspectos mais problemáticos da tradução do inglês para o italiano. Através da análise das provas (um trecho a ser traduzido) e dos textos utilizados durante as atividades dos seminários, tentamos identificar os tipos de “erro” mais frequentes. Em geral, a análise das traduções revela baixos níveis de conhecimento da língua estrangeira e baixo domínio da língua de chegada. Em outras palavras, no texto de chegada é possível notar numerosos exemplos de “tradutês”. Além disso, como ilustraremos adiante, os estudantes mostram-se muitas vezes incapazes de identificar os limites das unidades de significação e de avaliar os vários níveis nos quais se articula o texto de partida, ou seja, são incapazes de compreender (e restituir na outra língua) os aspectos descritivos, a força evocativa, a função comunicativa, as intenções. Acrescenta-se a isso a ausência de conhecimento dos recursos morfológicos, sintáticos e estilísticos oferecidos pelo italiano, que permitiriam a produção de um texto de chegada “fiel” ao texto de partida, entendendo-se por fiel um texto legível e coerente em italiano, que restitua o significado e seja coerente com as intenções comunicativas do texto original em inglês e, na medida em que o escopo da tradução não sujeite o tradutor a fazer diversamente, fiel às intenções comunicativas do texto em inglês.

Apresentamos alguns trechos, traduzidos pelos estudantes, que exemplificam os principais tipos de “erro”.

Morfologia e estrutura sintagmática

Muitas vezes os erros de natureza morfológica são na realidade imprecisões ou expressões desajeitadas que se devem à baixa capacidade dos estudantes de utilizar, da melhor forma, os recursos morfológicos oferecidos pela

língua italiana, em particular o vasto repertório de sufixos utilizáveis para conferir tons e nuances às palavras, de modo a evitar expressões pouco naturais, como no exemplo a seguir, no qual a expressão “un gruppetto” teria sido uma escolha mais adequada.

1. “one might have observed a small party of armed men” (Hopkirk, 1991: 38).

1a. si sarebbe potuto osservare un piccolo gruppo di uomini armati

No que se refere à escolha dos sintagmas nominais, sempre problemáticos na passagem do inglês para o italiano (o inglês tende a pré-modificar e a “juntar” elementos em posição atributiva, enquanto o italiano é bem mais flexível nesse ponto), muitos estudantes demonstram dificuldade para produzir sintagmas nominais complexos (ainda que não especialmente complicados), como no exemplo:

2. “big church bell”

Traduzido como

2a. la campana della grande chiesa

Ao invés de “la grossa campana della chiesa”

Léxico

Os erros de natureza lexical são quase sempre casos de:

Falsos amigos, como:

3. Britons / Bretoni

4. Energetic / energetico

Escolha lexical inadequada, como:

5. Sheets of lighting / lenzuola di tuoni

6. Laundry basket / cestino della tintoria

Pouca familiaridade com sinônimos, como:

7. Post-humous fame / fama post-mortem.

Tais exemplos revelam não somente um baixo domínio dos recursos lexicais do italiano, mas também a falta de hábito de consultar dicionários e outros recursos lexicográficos.

Sintaxe

Das traduções dos estudantes surge claramente a dificuldade em colocar

em prática estratégias de tradução introduzidas e discutidas em aula como, por exemplo, a transposição e a redistribuição dos elementos da frase, sobretudo no que se refere aos complementos. O resultado é uma série de frases bastante desajeitadas, como demonstram os exemplos a seguir.

O seguinte trecho:

8. «The usual starting point for histories of altitude is the Italian poet Petrarch's description of his ascent, with his energetic brother Gherardo, of Mount Ventoux — a benign 1,910 metre lump in the Vaucluse — in April of 1336. Upon reaching the summit of the mountain, Petrarch was amazed by the vista» (Macfarlane, 2003:146).

foi traduzido como (em negrito estão as passagens especialmente problemáticas):

8a. Il consueto punto di partenza riguardo i racconti sull'altitudine è la descrizione dell'ascesa verso il Monte Ventoso del poeta Petrarca *insieme al suo vigoroso fratello Gherardo, un benigno masso informe di 1910 metri, effettuata nell'aprile del 1336*. Dopo aver raggiunto la vetta della montagna Petrarca rimase attonito dal panorama.

ou:

8b. L'usuale punto di partenza per la storia dell'altitudine è la descrizione del poeta italiano *Petrarca, dell'ascesa al monte Ventoso con il suo energico fratello Gherardo, nell'aprile del 1336*. Appena raggiunta la sommità della montagna il poeta fu sopraffatto dalla vista.

ou ainda:

8c. L'abituale punto di partenza della storia dell'altitudine è la descrizione della salita di Petrarca *accompagnato dal suo energico fratello, del monte Ventoso nell'aprile del 1336, una zolla benigna di 1610 metri*. Appena raggiunta la cima della montagna il poeta fu sopraffatto dalla vista.

Em muitos casos, os problemas dizem respeito à colocação do sujeito e do relativo sintagma verbal:

9.«[...] we must look in the 1600's, when *the template for the famous Grand Tour* — the edifying trip around the cities and landscapes of continental Europe which, in the late seventeenth and the eighteenth

centuries, became usual for the moneyed (or disgraced) young men to take — *was just being forged*» (Macfarlane, 2003:147).

9a. [...] dobbiamo guardare il 1600 quando la struttura del famoso Gran Tour, l'edificante viaggio attraverso città e paesaggi dell'Europa continentale che, nel tardo diciassettesimo e diciottesimo secolo, divenne comune per i *giovani uomini* di classi agiate (o *disgraziati*) *da compiere, era appena stato fondato*.

9b. [...] dobbiamo guardare al 1600 quando il modello del famoso Gran Tour, l'edificante viaggio intorno alle città e ai panorami dell'Europa continentale, che nel tardo diciassettesimo e nel diciottesimo secolo diventò tipico per i giovani ricchi (o caduti in disgrazia) *intraprenderlo, era appena stato forgiato*.

Para dar ao leitor uma ideia dos erros, seja de compreensão do texto, seja da tradução para o italiano, feitos pelos estudantes, vejamos qual poderia ser a versão correta. A tradução italiana do livro de Macfarlane (Mazzarelli, 2005) resolve os dois trechos da seguinte forma:

8d. «Nelle storie dell'alpinismo si usa citare come prima ascensione con l'energico fratello Gherardo al monte Ventoux nel Vaucluse avvenuta nell'aprile del 1336. Giunto sulla cima di quel mite panettone di 1910 metri, Petrarca è stupefatto dalla vista» (pp. 153-154).

e a seguir:

9c. «[...] dobbiamo arrivare al Seicento, in particolare agli anni in cui si andavano gettando le basi del Grand Tour, quel viaggio di formazione attraverso le città e i paesaggi d'Europa che dalla fine del diciassettesimo e per tutto il diciottesimo secolo doveva diventare obbligatorio per i giovanotti inglesi di molti mezzi (e spesso di pessima reputazione)» (pp. 154-155).

Contudo, já seriam aceitáveis soluções menos ousadas, como:

8e. «Il punto di partenza abituale nella storia delle alte quote è il racconto dell'ascensione al Mont Ventoux, uno gnocco tutt'altro che impervio nel Vaucluse, compiuta dal poeta nell'aprile del 1336. Raggiunta la cima, Petrarca fu rapito dalla bellezza della vista»;

e ainda:

9d. «[...] occorre guardare dentro il Seicento, quando si veniva appena formando il modello del Grand Tour, il viaggio di formazione, ormai famoso, attraverso città e paesaggi dell'Europa continentale che, verso la fine di quel secolo e per tutto quello successivo, divenne consueto per i giovanotti inglesi ben forniti di quattrini (o costretti perché in cattive acque)».

Outra característica das traduções dos estudantes é o uso redundante dos adjetivos possessivos:

10. «instinctively the riders drew their cloaks about them» (Hopkirk, 1991: 38).

10a. istintivamente gli uomini si avvolsero *nei loro* mantelli.

11. «the Italian poet Petrarch's description of his ascent, with his energetic brother Gherardo».

11a. la descrizione della salita di Petrarca accompagnato *dal suo* energico fratello Gherardo.

Competências culturais

Em alguns casos, as traduções dos estudantes indicam uma falta de capacidade de reconhecer elementos culturalmente redundantes que poderiam ser omitidos, como no seguinte exemplo:

12. «The usual starting point for histories of altitude is *the famous Italian poet* Petrarch's description of his ascent, with his energetic brother Gherardo, of Mount Ventoux — a benign 1,910 metre lump in the Vaucluse — in April of 1336».

12a. *Il punto di partenza per la storia delle ascensioni è la scalata al Monte Ventoso del famoso poeta italiano Petrarca [...]*.

Uma modesta proposta

Não há dúvidas de que a frequência de um curso de um semestre dedicado à tradução não fornece as competências necessárias para uma inserção no mercado como tradutor *freelance*. Contudo, é provável que, ao dar os primeiros passos no mercado de trabalho, muitos deverão – em virtude do próprio diploma – traduzir textos de vários gêneros de e para a língua estrangeira estudada. Nosso objetivo é, portanto, desenvolver nos alunos uma visão crítica e realista da complexidade desta tarefa, de modo que saibam reconhecer quando

é necessário confiar a tradução a um profissional e, eventualmente, conseguir avaliar a adequação desse trabalho. Em nível didático, isto implica em uma separação entre as atividades voltadas à melhoria dos conhecimentos linguísticos e as atividades voltadas ao desenvolvimento daquilo que Nord (1997) define como a “translational action”.

Klein-Braley e Franklin (1998), ao descrever sua experiência didática na universidade de Duisburg, negam a abordagem do “learning-by-doing”, que consiste em aprender diretamente traduzindo, e propõem a utilização de materiais escolhidos *ad hoc* para ilustrar diversas estratégias e possibilidades de tradução. Nossa experiência é de certo modo similar e nos leva a projetar um curso de tradução do inglês para o italiano que forneça aos estudantes o mínimo de competências básicas necessárias para operar no mercado das traduções e que, ao mesmo tempo, os motive a aprofundar e ampliar suas competências procurando frequentar uma escola de especialização ou um mestrado.

Nossa proposta compreende as seguintes sugestões:

Aulas presenciais:

- Lista de leituras pré-curso, consistente numa seleção de leituras em italiano pertencentes a vários tipos textuais (textos literários, artigos de jornal, relatórios empresariais, críticas, cartas comerciais) a ser entregue antes do início do curso. Estas leituras devem ser utilizadas posteriormente para que os estudantes aprendam a reconhecer as convenções e as características dos diversos gêneros textuais. Trata-se de uma tentativa de compensar o escasso interesse dos jovens pela leitura e a consequente falta de familiaridade com estilos de técnicas de escrita que caracterizam os vários tipos textuais.
- Uma aula introdutória em que se possa problematizar o conceito de tradução, convidando os estudantes a refletir sobre os desafios e dificuldades que ela implica e buscando chegar pelo menos a definir o que a tradução “não é”. Seguindo o modelo de Schäffner (2004), pediremos que os estudantes proponham sua própria definição, que procurem traduzir textos breves (até mesmo frases isoladas) que contenham termos culturais específicos, expressões idiomáticas, problemas de natureza sintática, tipologias textuais muito específicas. Ou seja, textos escolhidos propositadamente para suscitar reflexões e análises comparativas. Deste modo, será possível colocar em discussão lugares comuns e preconceitos sobre a tradução que poderão ser discutidos novamente durante a última aula (4 horas, duas na primeira aula e duas na última).
- Três aulas dedicadas aos “clássicos” *topoi* da teoria da tradução (tradução livre *versus* tradução literal, atualização *versus* exotização, dis-

cutibilidade do conceito de equivalência) (6 horas).

- Três aulas dedicadas à análise de vários tipos textuais em inglês que correspondam aos textos que fazem parte da seleção de leituras em italiano, de modo a evidenciar os aspectos semânticos, pragmáticos, estilísticos e discursivos (6 horas).
- Três aulas para aprimorar o uso dos dicionários e para apresentar aos estudantes vários recursos eletrônicos e *on-line* úteis para a tradução (6 horas).

Seminários (32 horas):

- Três aulas (6 horas) dedicadas à leitura e análise de exemplos de “boas” e “más” traduções do inglês para o italiano. Serão considerados tipos de textos com os quais os estudantes poderiam se deparar na própria experiência de trabalho (cartas comerciais, manuais de instrução, catálogos, textos turísticos).
- Três aulas (6 horas) dedicadas à leitura e análise de exemplos de “boas” e “más” traduções do italiano ao inglês, escolhidas a partir de critérios análogos.
Durante estas aulas, serão introduzidos e abordados alguns elementos fundamentais de gramática contrastiva em italiano e inglês, de modo a ilustrar as diferenças estruturais em vários níveis: morfológico, lexical, sintático e textual. O objetivo é levar os alunos a desenvolver uma ótica comparada das duas línguas, para que aperfeiçoem os instrumentos para lidar com as dificuldades que surgem de suas traduções como, por exemplo, a disposição dos elementos dentro da frase, a utilização dos recursos morfológicos e lexicais da língua italiana, a não correspondência dos tempos verbais e o reposicionamento dos constituintes do sintagma nominal complexo.
- 10 aulas (20 horas) de exercícios de tradução a serem realizados em grupos de no máximo vinte e cinco alunos. Será solicitado que os alunos traduzam breves passagens especialmente selecionadas por conterem elementos que geralmente são difíceis em todos os níveis, a começar pelo nível lexical (termos culturalmente específicos, colocações, sintagmas nominais particularmente complexos), passando por questões sintáticas mais sutis como a tradução das estruturas marcadas, a redistribuição, o acréscimo ou a eliminação de informações dentro da frase.

Quando se fala em tradução, a relação entre teoria e prática é um tanto quanto controversa. Gaballo (2009), retomando Pym (2003), destaca como a

competência de um tradutor é avaliada, muitas vezes, enquanto *performance* – desempenho –, criando assim uma sobreposição entre os termos usados por Noam Chomsky em sua teoria geral da estrutura linguística para definir, respectivamente, o conjunto dos princípios que governam a formação infinita de frases em uma língua (*competence*) e a efetiva produção (*performance*). Os aspectos teóricos da tradução são, portanto, reduzidos a conhecimentos operativos.

Esse ponto de vista é observável na atual organização dos cursos de Língua Inglesa, que não consideram o amplo debate teórico sobre a tradução. No âmbito literário, há muitos tradutores que consideram seu fazer como um ofício, um saber do tipo artesanal, a ser adquirido através da experiência e do exercício com os textos. Contudo, sem desmerecer o componente mais artístico e criativo, consideramos que – sobretudo dentro de um percurso didático – um bom conhecimento da teoria da tradução acoplado a elementos de linguística comparada e disciplinas afins contribui para melhorar a consciência, o senso crítico e o desempenho – *performance* –, principalmente se considerarmos que a maior parte dos textos traduzidos não são literários.

Outros dois fatores devem ser observados para fins didáticos: 1) muitos estudantes, até mesmo de nível universitário, dispõem de um repertório de estruturas e de léxico um tanto quanto limitado, mesmo na própria língua; e 2) a aquisição da língua estrangeira, nesse caso o inglês, ocorreu principalmente através do método funcional-comunicativo – adotado na maior parte dos manuais usados nos cursos superiores –, que privilegia os aspectos comunicativos em detrimento da reflexão sistemática sobre as estruturas linguísticas. Se, por um lado, os bons resultados de tal método em termos de desempenho – *performance* – são inegáveis, por outro lado, o hábito de ver a língua como um repertório de situações comunicativas pode não ser útil para a tradução. É por este motivo que nos parece adequado reinserir um certo grau de reflexão morfológica e sintática, visto que a aproximação e a flexibilidade do método funcional são pouco compatíveis com a precisão e a exatidão exigidas pela tradução.

Em um plano mais filosófico, mas com evidentes repercussões concretas, a aceleração e a fragmentação, típicas do mundo pós-moderno, bem exemplificadas pelo difuso senso de urgência e velocidade que hoje caracteriza cada atividade humana, aparecem em contraste com a concentração, a profundidade de análise e a atenção ao detalhe que são próprios da tradução. A didática deve, portanto, encarar a dificuldade de concentração que caracteriza os jovens e elaborar estratégias para estimular a reflexão pontual e a atenção até mesmo a elementos aparentemente marginais. Isso não significa, naturalmente, repropor um modelo de tradução palavra por palavra. Significa transmitir aos estudantes o sentido do peso e da dimensão de cada elemento, seja ele uma única palavra ou o texto como um todo. A tudo isso, se acrescenta uma outra característica do mundo contemporâneo: a constante evolução das

capacidades exigidas do tradutor, em um mundo globalizado onde, conforme destacam Cronin (2003) e Taviano (2009), os textos de partida muitas vezes não são escritos por nativos – por exemplo nas multinacionais e nas organizações internacionais –, apresentando, portanto, um inglês híbrido, sem conotação geográfica, que coloca em discussão o conhecido pressuposto segundo o qual não se traduzem textos, mas culturas.

Como podemos observar, as dificuldades dos estudantes se devem acima de tudo a uma escassa desenvoltura em manejar estruturas linguísticas e a uma familiaridade insuficiente com as convenções textuais e os aspectos pragmáticos de ambas as línguas. Os problemas vão desde dificuldades encontradas em breves segmentos textuais, até lacunas na bagagem cultural necessária para decodificar um texto e recodificá-lo na língua de chegada. Se partir de uma tradução quase interlinear e reelaborá-la do ponto de vista estilístico até produzir uma versão adequada – segundo aquilo que Nord (1997) define como “modalidade de workshop” – leva a estimulantes discussões dentro do grupo, também é verdade que este método se baseia substancialmente no conceito de equivalência lexical e sintática e leva a considerações de caráter impressionista-subjetivo. Embora tal abordagem *bottom-up*⁶ – ascendente – consiga estimular a criatividade e permita que os estudantes mais talentosos produzam traduções literárias fiéis e adequadas do ponto de vista estilístico, falta-lhe perspectiva, isto é, ela não fornece instrumentos pontuais para reconhecer as características principais do texto de partida e produzir uma tradução fruto de escolhas conscientes e informadas.

Nord, que faz parte dos defensores da abordagem funcionalista da tradução, propõe um percurso *top-down*⁷ – descendente –, isto é, partir do nível pragmático, identificando a função para a qual a tradução será realizada (por exemplo, um texto publicitário é traduzido como exercício, para compreender a cultura de partida, ou para ser utilizado como texto publicitário também na cultura de chegada?). A seguir, procede-se distinguindo, entre os elementos que são funcionais no texto-fonte, os que devem ser mantidos inalterados dos a serem adaptados às exigências comunicativas, às expectativas e ao conhecimento do destinatário.

A atenção de Nord aos aspectos funcionais da tradução parece ser especialmente válida para fins didático-pedagógicos, principalmente quando, como foi dito anteriormente, não é possível presumir do conhecimento, da competência e da sensibilidade do aprendiz tradutor na língua materna nem na língua estrangeira. Mesmo sem adotar detalhadamente o modelo proposto por Nord, não há dúvidas de que reflexões de tipo pragmático sobre a função da tradução a ser realizada permitem que os estudantes identifiquem

6 Em inglês no original.

7 Em inglês no original.

os “limites” dentro dos quais podem fazer suas próprias escolhas no que diz respeito às convenções ditadas pelo gênero textual de chegada, à estrutura sintática e ao léxico, adotando, portanto, uma abordagem segundo a qual o geral determina o particular. Isso facilitaria a escolha do registro mais em consonância com a situação, pois permitiria identificar situações comunicativas análogas na língua materna.

Por encontrarmos muitas vezes traduções extremamente literais, que derivam da incerteza na compressão do texto-fonte e/ou da pobreza expressiva na própria língua ou, ao contrário, traduções cruas e aproximativas, fruto do hábito a uma abordagem comunicativa, como também da atual liberdade linguística e da recusa do prescritivismo, consideramos que enquadrar a dimensão pragmática, seja do texto de partida, seja do texto de chegada, forneceria aos estudantes orientações para que encontrem um posicionamento coerente dentre duas tendências aparentemente opostas, mas, contudo, relacionadas.

Bibliografia

- Cronin 2003: Michael Cronin, *Translation and Globalization*, Routledge, Londra 2003.
- Gaballo 2009: Viviana Gaballo (a cura di), *English in Translation Studies: Methodological Perspectives*, eum, Macerata 2009.
- Hopkirk 1991: Peter Hopkirk, *The Great Game: The Struggle for Empire in Central Asia*, Oxford University Press, Oxford 1991.
- Klein-Braley e Franklin 1998: Christine Klein-Braley, Peter Franklin, *The Foreigner in the Refrigerator. Remarks about Teaching Translation to University Students of Foreign Languages*, in K. Malmkjaer (a cura di), *Translation and Language Teaching. Language Teaching and Translation*, St. Jerome Publishing, Manchester 1998.
- Macfarlane 2003: Robert Macfarlane, *Mountains of the Mind. A History of a Fascination*, Granta Books, London 2003.
- Mazzarelli 2005: Paola Mazzarelli, *Come le montagne conquistarono gli uomini: storia di una passione*, Mondadori, Milano 2005 (traduzione di Macfarlane 2003).
- Nord 1997: Christiane Nord, *Translating as a Purposeful Activity. Functionalist Approaches Explained*, St. Jerome Publishing, Manchester 1997.
- Pym 2003: Anthony Pym, *Redefining Translation Competence in an Electronic Age*, in «Meta», vol. 48 (2003), 4, pp. 481-497.
- Schäffner 2004: Christina Schäffner (a cura di), *Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*, Multilingual Matters, Clevedon 2004.
- Taviano 2010: Stefania Taviano, *Translating English as a Lingua Franca*, Le Monnier Università, Firenze 2010.

Acréscimo de falas na dublagem para a língua Inglesa de Filmes de Animação Japoneses: uma análise de obras do Estúdio Ghibli

日本のアニメーション映画の英語吹き替え版におけるセリフの付け加えに関する研究—

スタジオ・ジブリのアニメ作品の分析から

Tamura Chihiro¹

Tradução de Andrei Cunha, Ariel de Oliveira,
Guilherme Pedrosa, Ana Maria Pichini e Maria Luísa Vanik

1 Introdução

O presente estudo se refere à dublagem em língua inglesa de filmes japoneses de animação. Busquei analisar os acréscimos de falas (não constantes do filme em japonês) às versões dubladas em inglês norte-americano de obras de animação do Estúdio Ghibli². As obras aqui analisadas são as três lançadas comercialmente na América do Norte até o ano de 2010: *A Princesa Mononoke*, *A Viagem de Chihiro* e *O Castelo Animado*³. Meu objetivo foi analisar as dublagens desses três filmes e compará-las às suas versões em japonês, assim como refletir sobre o que as falas acrescentadas em inglês revelam do processo tradutório.

¹ TAMURA Chihiro [田村千尋]. Curso de Comunicação Internacional e Tradução do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Línguas Estrangeiras de Tóquio, Japão. O autor deseja agradecer os seus orientadores, a Professora TSURUTA Chikako e o Professor MIYAGI Tooru, assim como o Professor de Teoria da Tradução KAWAHARA Kiyoshi. Nota do autor (adaptada). Referência do texto em japonês: TAMURA Chihiro. *Nihon no Animeshon Eiga no Eigo Fukikaeban ni okeru Serifu no Tsukekuwae ni kan suru Kenkyū — Sutajio Jiburi no Anime Sakuhin no Bunseki kara. Hon'yaku Kenkyū e no Shōtai — Invitation to Translation Studies*. v.4, mai. 2010. JAITS — Japan Association for Interpreting and Translation. p.87-105. ISSN 21855307. Disponível em: <http://honyakukenyu.sakura.ne.jp/shotai_vol4/06tamura.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2014. Traduzido estritamente para fins pedagógicos e científicos. Esta publicação não tem fins lucrativos. A permissão do autor e da revista da JAITS foi obtida por escrito. Website da Associação Japonesa de Tradução e Interpretação: <<http://honyakukenyu.sakura.ne.jp/index.html>>

² Estúdio Ghibli [株式会社スタジオジブリ, *Kabushikigaisha Sutajio Jiburi*, *Studio Ghibli Incorporated*]. Estúdio de filmes de animação, fundado em 1985, em Tóquio, Japão. Produtora dos filmes do importante diretor Miyazaki Hayao, responsável por notáveis sucessos, tanto de crítica quanto de público, como *Meu Vizinho Totoro* (1988), *A Princesa Mononoke* (1997) e *A Viagem de Chihiro* (2001). Este último, além de ser o filme japonês de animação mais bem sucedido comercialmente da história, foi agraciado com o Urso de Ouro do Festival de Cinema de Berlim e com o Oscar de Melhor Filme de Animação, ambos em 2002. O Estúdio Ghibli produziu oito dos quinze desenhos animados japoneses de longa metragem de maior sucesso de bilheteria no mundo. Nota dos tradutores.

³ Cf. apresentação detalhada dos filmes na Seção 2. Nota dos tradutores.

A motivação inicial para esta investigação vem de uma viagem de estudos que eu realizei ao Canadá, entre os anos de 2007 e 2008. Enquanto estive na América do Norte, tive interesse em saber como eram feitas as traduções de filmes de animação japoneses para o inglês, o que me levou a procurar alguns DVDs de *anime* para assistir⁴. Foi então que pude verificar pela primeira vez que, em filmes como *A Viagem de Chihiro*, há muitas cenas do DVD em inglês que apresentam falas a mais do que a versão japonesa. Isso despertou minha curiosidade. Surgiu o interesse em saber como ocorrem essas falas (seguindo que espécie de regras ou critérios), e quais seriam os efeitos e significados obtidos.

Outra razão para a escolha do tema foi a constatação de que há um número muito reduzido de estudos ou pesquisas sobre o acréscimo de falas em dublagem. Do meu conhecimento, há apenas dois trabalhos sobre esse assunto. Yamada (2004; 2005) faz uma comparação entre a dublagem japonesa e em inglês de *A Viagem de Chihiro* e de *Meu Vizinho Totoro*, e menciona em sua análise o fenômeno do acréscimo de falas. Inoue (1999) observa o grande número de falas da dublagem em inglês, se comparada à dublagem japonesa, de *Meu Vizinho Totoro*. No entanto, nenhuma das duas análises se detém centralmente nessa questão, que eu considero como uma lacuna ainda a ser preenchida na área de estudos de tradução.

O *corpus* de análise do presente estudo consiste nas edições norte-americanas dos DVDs de três filmes de animação do Estúdio Ghibli: *A Princesa Mononoke*, *A Viagem de Chihiro* e *O Castelo Animado*. Em primeiro lugar, escolhi essas obras porque são os três filmes do estúdio que foram lançados em salas de cinema em toda a América do Norte. Devido à grande escala da distribuição, pode-se concluir que o processo de tradução e dublagem tenha tido um maior orçamento e passado por um controle de qualidade mais rigoroso.

Em segundo lugar, as obras apresentam diferenças que permitem o estabelecimento de pontos de contraste. Conforme explicarei em seguida, o tradutor de *A Princesa Mononoke* não é o mesmo dos outros dois filmes; isso me permite, portanto, destacar que o recurso de acréscimo de falas não é idiossincrático a apenas um profissional. Além disso, como o enredo de *O Castelo Animado* não se passa no Japão, isso me permite estabelecer um contraste entre as questões culturais envolvidas na tradução deste filme com relação aos outros dois, cujas histórias se passam no Japão e apresentam grande densidade de referências culturais.

4 Anime [アニメ]. Forma curta de *animeeshon* [アニメーション], do inglês *animation*. Em japonês, significa "filme de animação" ou "desenho animado" (qualquer um, de qualquer tipo ou proveniência). Em inglês e português, quer dizer "desenho animado feito no Japão" ou (em alguns casos) "no estilo japonês" (não há consenso com relação a este último uso). Nota dos tradutores.

2 Apresentação do *corpus*

Produzido e lançado em 1997, *A Princesa Mononoke*⁵ tem por protagonistas Ashitaka, um jovem pertencente ao antigo povo de Ezo, da região nordeste do Japão, e San, uma menina criada por lobos. O filme utiliza as complexas relações entre os lobos e as personagens humanas — Jikobo, que quer obter a cabeça do Espírito da Floresta⁶; Eboshi, a humana que lidera a destruição da floresta para extração de metal; dentre outros — para discutir a questão da coexistência entre natureza e humanidade.

O longa-metragem foi lançado na América do Norte no ano de 1999, com o título de *Princess Mononoke*. Segundo Kanô (2006, p.213–217), uma versão legendada em inglês foi preparada junto com a japonesa, pela Tokuma International, com o objetivo de apresentar o filme aos executivos da Disney. No entanto, a Disney decidiu que o filme não poderia ser lançado na América do Norte sem alterações.

A versão dublada em inglês de *A Princesa Mononoke* teve um orçamento de 350 milhões de ienes⁷, e o script chegou a ter sete versões diferentes. Foram feitas diversas revisões, e o roteiro final simplifica a história do filme em alguns aspectos. Devido a diversas reviravoltas, tanto no processo de tradução como de escolha de dubladores, o lançamento foi adiado para 1999. Além disso, a longa duração do filme, assim como as cenas de violência, levaram Harvey Weinstein, o presidente da Miramax, subsidiária da Disney encarregada da distribuição do filme, a pedir permissão ao Estúdio Ghibli para fazer cortes. Tendo essa permissão negada, o filme acabou sendo lançado com a classificação etária PG-13 (isto é, exigindo o acompanhamento de um adulto responsável, para crianças menores de 13 anos). Também foram adicionados os créditos de apresentação da equipe da versão para a língua inglesa (o que acrescentou dois minutos ao tempo total de duração do filme). Segundo os créditos finais, a tradução do original é fruto do trabalho de três pessoas: Steve Alpert, Haruyo Moriyoshi e Ian MacDougall, e a adaptação do roteiro foi feita por Neil Gaiman.

O lançamento foi feito em pequena escala, e a receita de bilheteria ficou em torno de 2,3 milhões de dólares⁸. O filme não foi considerado como um sucesso comercial, mas a crítica foi bastante positiva, e pode-se dizer que essa foi a primeira das obras do Estúdio Ghibli a ter repercussão no exterior.

5 *A Princesa Mononoke* [japonês: ものけ姫, *Mononoke Hime*; inglês: *Princess Mononoke*] (MIYAZAKI Hayao, 1997). Nota dos tradutores.

6 Espírito da Floresta [シシ神, *Shishigami*]. Ser fantástico do qual depende todo o ciclo de vida da floresta. Nota dos tradutores.

7 Cerca de 3,4 milhões de dólares (cotação: 10 mai. 2014). Nota dos tradutores.

8 Página "*Mononoke-hime*", do site *The Internet Movie Database*. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0119698/>>. Acesso em: 28 nov. 2009. Nota do autor.

O filme *A Viagem de Chihiro*⁹, lançado em 2001, conta a história de uma menina que se perde em um país maravilhoso e que, para salvar seus pais, transformados em porcos por um encantamento, tem de trabalhar numa casa de banhos para divindades japonesas, chamada Yuya. Chihiro deve enfrentar diversos obstáculos e dificuldades, o que contribui para o seu amadurecimento.

O filme foi lançado nos Estados Unidos em 2002, com o título de *Spirited Away*¹⁰. De acordo com Kanô (2006, p.252), a resposta inicial da Disney, distribuidora do filme para a América do Norte, foi pouco favorável. Os executivos da Disney consideraram o filme “difícil de ser entendido, com uma distinção pouco clara entre o bem e o mal”, e o próprio diretor, Miyazaki Hayao, tinha reservas quando ao lançamento norte-americano. No entanto, o produtor Suzuki Toshio deu a John Lasseter¹¹, da Pixar, total autonomia para criar a versão dublada em inglês.

Assim como *A Princesa Mononoke*, *A Viagem de Chihiro* não teve um lançamento em grande escala, devido a uma decisão do produtor da versão em inglês, John Lasseter. Como resultado disso, a exibição comercial do filme se estendeu por quase um ano. Nos Estados Unidos, a bilheteria chegou a dez milhões de dólares (Kanô, 2006, p.252). O filme também obteve o prêmio de melhor longa de animação na 75ª. edição dos Oscars. Até então, nenhum filme de animação japonesa havia conseguido tanto reconhecimento no exterior. Em relação à tradução, Kanô (ibid.) afirma que, graças aos cuidados de Kirk Wise, o diretor contratado por Lasseter, “foi produzido um roteiro fiel ao texto original”.

Antes desse filme, a adaptação de *A Princesa Mononoke* já apresentava, em sua versão norte-americana, diversas modificações nas falas, além do acréscimo de uma narração. Contudo, a tradução de *A Viagem de Chihiro* pode, em comparação, ser considerada como uma adaptação mais próxima do filme em japonês. Ainda assim, Yamada (2004, p.198–204) aponta uma série de mudanças em relação ao original e identifica até que ponto as partes analisadas receberam novas falas ou modificações de conteúdo. Kanô (ibid.) também comenta discrepâncias decisivas, como o próprio acréscimo de falas e a adição de “*Miyazaki's*” ao título *Spirited Away*. Kanô afirma igualmente que, enquanto a primeira alteração teve

9 *A Viagem de Chihiro* [japonês: 千と千尋の神隠し, *Sen to Chihiro no Kamikakushi*; inglês: *Miyazaki's Spirited Away*] (MIYAZAKI Hayao, 2001). Nota dos tradutores.

10 Segundo uma crença popular, quando uma criança desaparece misteriosamente e, depois de algum tempo, é reencontrada, inconsciente, diz-se que ela foi raptada por um ogro tengu ou por um deus. É a isso que se refere a expressão *kamikakushi* [神隠し, “ocultamento por um deus”] do título japonês. A expressão *spirited away* da tradução em língua inglesa nos parece muito apropriada, pois, além de incluir a palavra *spirit* [“espírito”], se refere a um desaparecimento muito rápido ou sorrateiro, como que por mágica. Nota dos tradutores.

11 John Lasseter é conhecido como diretor de filmes de animação como *Toy Story* (1995) e *Carros* (2006) e produtor de *Procurando Nemo* (Andrew STANTON, 2003), entre outros. Além disso, dando seguimento ao seu trabalho com *A Viagem de Chihiro*, Lasseter foi responsável pela versão em inglês e pelo lançamento de *O Castelo Animado* (2004; 2005, nos Estados Unidos) e *Ponyo*, uma amizade que veio do mar (MIYAZAKI Hayao, 2008; 2009, nos Estados Unidos). Nota do autor.

a função de tornar o filme mais compreensível ao público de língua inglesa, a segunda se deu com o intuito de popularizar o nome do diretor Miyazaki Hayao.

É importante também comentar o tipo de postura tomada pelos tradutores da versão dublada. Segundo Yamada (2004, p.204), o casal responsável pela tradução, Don Hewitt e Cindy Davis Hewitt, levou em consideração a facilidade de entendimento pelo público norte-americano e, ao mesmo tempo, teve o cuidado de manter a atmosfera criada pelo diretor Miyazaki. Em suma, foi uma tradução feita com reverência à ambientação do filme japonês e com o intuito de facilitar o bom entendimento da história.

O filme *O Castelo Animado*¹² é uma adaptação do romance *Howl's Moving Castle*, de Diana Wynne Jones, publicado em 1986¹³. A história descreve as aventuras do mago Howl e de Sophie, uma garota vítima de um feitiço que a transformou em uma senhora de 90 anos. O filme foi lançado na América do Norte em junho de 2005, com o título de *Howl's Moving Castle*. Os tradutores responsáveis foram novamente Don Hewitt e Cindy Davis Hewitt, que já haviam preparado a versão em inglês de *A Viagem de Chihiro*. Mais uma vez, o lançamento foi em pequena escala (Kanô, 2006, p.303), e a bilheteria chegou a 4,7 milhões de dólares¹⁴. Foi indicado ao Oscar de melhor longa de animação e a diversos outros prêmios, mas recebeu também algumas críticas negativas, como a do jornal *Chicago Sun-Times* (9 jun. 2005), que considerou o filme como “uma decepção, se comparado a trabalhos mais recentes de Miyazaki” (Kanô, 2006, p.303)¹⁵.

Não foi possível levantar mais informações sobre a produção da tradução e dublagem dessa obra. Um detalhe importante a ser destacado é que, em contraste com *A Viagem de Chihiro* e *A Princesa Mononoke*, o cenário do filme não é o Japão. Pode-se considerar que a aceitação dos aspectos culturais pelo público norte-americano foi relativamente mais fácil e que, com relação às duas outras obras, com características mais japonesas, houve maior adequação.

3 Revisão de Literatura e Discussão de Conceitos

Nesta seção, apresento alguns conceitos teóricos relacionados à pesquisa, assim como algumas pesquisas anteriores que considero relevantes para

12 *O Castelo Animado* [japonês: ハウルの動く城, *Hauru no Ugoku Shiro*; inglês: *Howl's Moving Castle*] (MIYAZAKI Hayao, 2004). Nota dos tradutores.

13 No Brasil: JONES, Diana Wynne. *O Castelo Animado*. Tradução de Raquel Zampil. Rio de Janeiro: Record, 2007. 368p. ISBN: 9788501075468. Nota dos tradutores.

14 Página “*Hauru no ugoku shiro*”, do site *The Internet Movie Database*. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0347149/>>. Acesso em: 28 nov. 2009. Nota do autor.

15 A crítica referida é de autoria do influente crítico de cinema Roger Ebert (talvez o mais importante crítico americano, na época), e está disponível em: <<http://www.rogerebert.com/reviews/howls-moving-castle-2005>>. Acesso em: 6 mai. 2014. Nota dos tradutores.

o tema em questão. Como meu objetivo é considerar a tradução de obras a partir da perspectiva da comunicação intercultural, discuto também essa teoria, somada à da tradução propriamente dita. Por fim, apresento pesquisas que tratam da adição de linguagem à tradução.

3.1 Explicitação

Munday (2009, p.181) define *explicitação* como sendo o “ato de expressar, no texto de chegada, algo que está implícito no texto de partida”. Essa definição é semelhante à definição de explicitação de Vinay e Darbelnet (1958; 1995), proponentes do conceito, que afirmam que a explicitação é o “processo de expressar com palavras na língua de chegada uma informação implícita, não expressa com palavras, na língua de partida, mas que está sugerida ou pode ser inferida pelo contexto ou pelas circunstâncias” (Fujinami, 2007, p.78).

A “hipótese da explicitação”, proposta por Blum-Kulka (1986; 2004, p.292), defende que esses acréscimos seriam inerentes ao processo de tradução, pois, como argumenta o teórico, o próprio processo de interpretação pelo tradutor resultaria em um texto de chegada mais redundante do que o texto de partida. Da mesma forma, Baker (1993) também identifica a explicitação como “uma das características típicas da tradução” (Munday, 2009, p.295). Assim, considera-se a explicitação como uma tendência comum à totalidade dos processos de tradução¹⁶.

Quanto aos tipos de explicitação, Klaudy (1998, p.106–107) enumera quatro categorias: explicitação obrigatória (*obligatory explicitation*), explicitação opcional (*optional explicitation*), explicitação pragmática (*pragmatic explicitation*) e explicitação inerente à tradução (*translation-inherent explicitation*) (Fujinami, 2007, p.79–80). Dentre elas, a pragmática envolveria a “necessidade de uma explicação suplementar, acrescentada pelo tradutor, para compensar as diferenças culturais ou de conhecimento de mundo entre o público do texto de partida e o do texto de chegada” (Fujinami, *ibid.*). Por exemplo, Klaudy (*id.*, p.107) cita a versão dublada em inglês de uma animação japonesa, em que a palavra *Maros* recebeu um acréscimo, sendo traduzida como “o rio Maros [*the river Maros*]”. Ao se acrescentar a informação “rio” no texto traduzido, facilita-se a compreensão do conteúdo pelo público da língua de chegada.

Em relação à adição de falas de que trataremos neste artigo, podemos afirmar que é esse tipo de explicitação que ocorre. Em outras palavras, num caso como o aqui estudado, há a necessidade de se explicitar para o público norteamericano o conhecimento prévio que fica implícito para o público japonês, seja devido a diferenças de língua, cultura ou ainda a outros fatores.

¹⁶ Toury (2004), ao falar sobre explicitação, argumenta que a ideia de que traduzir é modificar não se aplica necessariamente a todas as traduções (MUNDAY, 2009, p.181). Nota do autor.

3.2 Teoria da tradução audiovisual

Ainda que existam muitas pesquisas relacionadas à teoria da tradução audiovisual, aqui escolhi especificamente o modelo de Chaume (2004). Ele propõe uma combinação entre os estudos de tradução e os estudos de cinema, sugerindo um modelo de análise em dez códigos: *linguístico, paralinguístico, musical e de efeitos especiais, efeitos sonoros e edição de som, iconográfico, fotográfico, de planejamento, de mobilidade, gráfico e sintático*¹⁷.

As questões tradutórias relacionadas ao código iconográfico podem ser definidas da seguinte maneira:

No caso de ícones de difícil reconhecimento pelo público (como fotos ou retratos de pessoas famosas na cultura da língua de partida) serem importantes para a compreensão da obra audiovisual, pode-se fazer necessária uma explicação verbal. No entanto, deve-se conservar a consistência com o resto do filme. (Munday, 2009, p.310)

Assim, acredita-se que as falas adicionadas tenham o objetivo de facilitar o entendimento da história, principalmente em relação aos elementos de difícil reconhecimento. Também se percebe que as partes do filme que o tradutor considerou precisarem de explicação são aquelas de mais difícil entendimento para um público com um contexto cultural diferente. O código iconográfico de Chaume (2004) deve ser sempre consistente com as informações audiovisuais. Para isso, podem ser usadas, por exemplo, cenas em que nenhum personagem aparece na imagem, evitando assim o esforço de sincronizar as falas com o movimento da boca dos personagens.

3.3 Teoria da comunicação intercultural

Farei também uso dos conceitos de *alto e baixo contexto*, vindos da teoria da comunicação intercultural. Segundo Furuta et al (1996, p.54), o primeiro autor a destacar a relação entre contexto e comunicação intercultural foi Edward Hall, em *Além da Cultura (Beyond Culture)*, 1976). O conceito de contexto é definido por Jandt (1995, p.403) como “o ambiente físico e social em que a comunicação acontece”. Já Furuta et al (1996, p.54) explica que “o contexto — ou seja, todas as circunstâncias físicas, sociais, psicológicas e temporais em que uma comunicação acontece — tem grande influência sobre a forma e o conteúdo finais dessa comunicação”.

¹⁷ Em inglês, *linguistic, paralinguistic, musical mode and special effects, sound arrangement, iconographic, photographic, planning, mobility, graphic, syntactic*. Nota dos tradutores.

Diferentes culturas podem ser classificadas como sendo de alto ou baixo contexto. Nishida e Gudykunst (2002, p.27) explicam que as culturas de alto contexto valorizam a comunicação não verbal; e as que valorizam a comunicação verbal são de baixo contexto. Ikeda e Kramer (2000, p.33–34) afirmam que, em culturas de alto contexto, muitas informações são compartilhadas implicitamente entre interlocutores, com menor índice de uso da verbalização para facilitar a compreensão. Já em culturas de baixo contexto, que não deixam tanto espaço para o subentendido, os interlocutores têm a necessidade de deixar suas intenções muito claras uns para os outros.

Furuta et al. (2001, p.68–69) dão como exemplo de uma cultura de alto contexto o Japão e, como exemplo de cultura de baixo contexto, os Estados Unidos. Para Jandt (1995, p.201–203), a cultura norte-americana seria a única das Américas que se classifica como de baixo contexto¹⁸.

Acredito ser possível afirmar que a América do Norte, e em especial a sociedade estadunidense, apresenta uma cultura de baixo contexto. Considero que, em culturas de baixo contexto, em que explicações e informações claras precisam ser expressas verbalmente, é preciso adicionar explicações sobre o contexto, para que o público consiga entender uma obra. Ou seja, seria necessário explicitar informações que não estão explícitas no original. Assim, para diminuir as diferenças culturais, cria-se a necessidade de se explicar esse contexto, especialmente no caso de *A Viagem de Chihiro*, uma história que se passa no Japão, em lugares tipicamente japoneses, como casas de banho públicas.

Jandt (1995, p.83–84) aponta que o silêncio é tido como algo positivo na Ásia. Já Ikeda e Kramer (2000, p.33–34) afirmam que, no Ocidente, o silêncio é a situação em que não há comunicação nem intenção de comunicar; ele não é tido como positivo e haveria uma tendência a evitá-lo. As falas, então, poderiam ser inseridas para preencher o silêncio, em momentos em que aparentemente não há comunicação no texto de partida.

Há vários pesquisadores que defendem que os estudos de tradução e de comunicação intercultural estariam interligados. Para Blum-Kulka (1986; 2004, p.291), a tradução deveria ser vista como um ato de comunicação. Similarmente, Katan (2009, p.90–91) afirma que o tradutor precisa saber quais características relacionadas à cultura devem ser esclarecidas no texto traduzido. Os teóricos da tradução Hatim e Mason (1999, p.vii) também sustentam que todo ato tradutório é um ato comunicativo. Valero-Garcés (2005) explica que, embora o tradutor ainda seja popularmente considerado como um dicionário ambulante, na realidade, para produzir textos que demonstrem uma boa compreensão do deslocamento cultural, o tradutor precisa executar um processo que é essencialmente

¹⁸ Jandt (ibid.) cita como outras culturas de baixo contexto a Suíça, a Alemanha e os países da península escandinava. Como culturas de alto contexto, cita a China, o Japão, a Coreia do Sul, os países da América Latina, o sudeste mediterrâneo (Grécia, Turquia, países árabes), e os povos nativos da América. Nota do autor.

comunicativo. Segundo o autor, a habilidade do tradutor e do intérprete não se limita apenas à competência linguística, mas passa por competências culturais e antropológicas. Além disso, Fujinami (2007, p.162) defende que se considere a tradução como um tipo de ato de comunicação intercultural.

Apesar de existirem abordagens diferentes da exemplificada acima, muitos autores defendem a correlação entre tradução e comunicação intercultural. Para se traduzir, é necessário conhecimento sobre diferentes contextos culturais. Assim, pode-se dizer que o tradutor, como mediador da comunicação intercultural, deve traduzir passando por diferentes culturas linguísticas.

3.4 Produção Acadêmica e o Estúdio Ghibli

Nesta pesquisa, também faço referência a outros artigos que abordam a adição de falas à tradução de filmes. Yamada (2004; 2005) analisou as versões dubladas de *A Viagem de Chihiro* e de *Meu Vizinho Totoro*¹⁹, mencionando a adição de falas à tradução. Yamada defende que esse acréscimo é justificado para esclarecer o conteúdo e preencher o silêncio, explicitando, de uma forma esperada pelo público da América do Norte, aquilo que, na versão de partida, é expresso de uma forma “japonesa”, com maior dependência da comunicação não verbal.

Inoue (1999) também analisou a adição de falas a *Meu Vizinho Totoro*²⁰. Para ele, esse tipo de adição de falas, no contexto de língua e cultura japonesas, seria necessário para a explicação de costumes japoneses. Além disso, o autor argumenta que a adição de falas exageraria alguns tipos de reações (como riso ou surpresa), quando o “natural” ou “tipicamente norte-americano” seria as personagens não falarem tanto.

4 Análise de exemplos

Aqui, proponho uma divisão em categorias para alguns exemplos extraídos das três obras. São 65 trechos de *A Princesa Mononoke*, 47 de *A Viagem de Chihiro* e 26 de *O Castelo Animado*. A partir da seleção de alguns desses exemplos, tentarei levantar algumas hipóteses.

Para cada categoria, os exemplos estão numerados e os números aparecem entre parênteses: (1), (2), (3), etc. Uma letra entre os símbolos <> designa o filme

¹⁹ *Meu Vizinho Totoro* [japonês: とねりのトトロ, *Tonari no Totoro*; inglês: *My Neighbor Totoro*] (MIYAZAKI Hayao, 1988). Segundo Kanó (2006, p.128), existem várias versões em inglês de *Meu Vizinho Totoro*; dentre elas, a versão da 20th Century Fox, de 1994, e a versão dublada lançada diretamente em DVD pela Disney, de 2006. Yamada (2005) analisou a versão da Fox. Nota do autor (adaptada).

²⁰ Inoue (1999) não especifica, mas a data do artigo permite concluir que ele provavelmente analisou a versão da Fox — a mesma que analisou Yamada (2005). Nota do autor.

do qual o exemplo foi retirado, a saber: <P> para *A Princesa Mononoke*, <V> para *A Viagem de Chihiro* e <C> para *O Castelo Animado*. Os números representam o momento do filme; por exemplo, 1: 27: 40 significa que o exemplo ocorre na marca de 1 hora, 27 minutos e 40 segundos de filme. Quando necessário, acrescentei dentro de parênteses algumas explicações contextuais sobre o que ocorre na cena. O texto da dublagem em inglês está em itálico. A tradução para o português está entre colchetes. O texto em japonês (ou seja, a tradução para o japonês do texto adicionado em inglês) vem após o texto em português.

4.1 Explicação de diferenças culturais

Estas são falas que eu considero terem sido adicionadas ao filme para explicar diferenças culturais.

- (1) <V> 10: 50. (Vê-se uma casa de banho. Voz de Chihiro em off.)
Chihiro: *It's a bathhouse.* [É uma casa de banho.] お風呂屋だわ。
 (2) <V> 1: 27: 41. (Chihiro está com os dedos cruzados.) **Kamaji:**
Put your thumbs and forefingers together. [Junte os seus dedões e os seus indicadores.] 親指と人差し指を合わせろ。

A cena (1) é a primeira vez em que a protagonista Chihiro vê a casa de banho Yuya, que será o principal cenário do filme. No momento em que vê o prédio, Chihiro murmura “Que estranho [*That's weird*]”, e em seguida se podem ver mais detalhes do interior da casa de banho. Em uma das peças, aparece algo semelhante a uma cachoeira de águas termais e, então, pode-se ouvir a frase acima mencionada.

Imagino que essa cena tenha a intenção de transmitir, de forma simples, que aquela construção é uma casa de banho. Mesmo para um japonês, a aparência da Yuya é de difícil compreensão. Porém, ao ver algo semelhante a uma cachoeira de águas termais, um japonês conseguiria entender facilmente do que se trata e, com isso, acompanhar o desenvolvimento da história. No entanto, acredito que o tradutor tenha considerado que havia necessidade de explicar para o público norte-americano o que era aquele local, que na sequência aparece bastante no filme, pois é possível que o público considerasse que ele tem um significado importante. Ao acrescentar a informação de que se trata de uma *bathhouse* [casa de banho], é de se imaginar que o espectador consiga compreender o que é aquela construção. Essa é uma explicação de cunho cultural, mas a casa de banho poderia também ser considerada como um código iconográfico, termo de Chaume (2004) que se refere à necessidade de explicar um símbolo [visual] de difícil compreensão para o leitor.

Em (2), ocorre a cena em que Chihiro pisa na maldição que saíra de Haku, o que leva Kamajii a usar a palavra *engacho*, que pode ser definida assim²¹:

Engacho [えんがちよ]. Brincadeira infantil²². Quando uma criança descobre que outra pisou num cocô na estrada, vomitou ou que teve contato com qualquer sujeira, precisa dizer “*engacho*”. Outras crianças que estiverem ao redor precisam gritar “*engacho, engacho*” em tom de deboche para aquela criança que, ao se sujar, não evitou que isso acontecesse. Se uma criança for tocada pela criança suja, as outras também gritarão “*engacho*” para ela. A criança que se tornou um *engacho* cruza os dedos, e precisa que outra criança diga “cortei o *engacho*”.

Quando Kamajii fala “*engacho*”, Chihiro junta polegar com polegar e indicador com indicador, formando um retângulo. Então, Kamaji “corta” o retângulo com a mão, dizendo “cortei”. O uso da palavra “*engacho*” e da palavra “cortar” nessa cena do filme tem a intenção de libertar Chihiro do estado de impureza adquirido ao ter pisado na maldição, que era uma coisa suja.

O ato de juntar os dedos pode ser considerado um exemplo de código iconográfico de Chaume (2004). No original, ao ouvir a palavra “*engacho*”, Chihiro imediatamente junta os dedos. No entanto, na versão em inglês, não se usa a palavra “*engacho*”, falando-se apenas sobre a maldição, ao que Chihiro junta os dedos e Kamajii diz “corta”, tornando o significado do movimento de difícil compreensão. Entende-se que seja por isso que a fala “junte seus dedos” foi adicionada. Acredita-se que a fala de explicação “A maldição foi dissolvida” foi adicionada à fala “Junte seus dedos” para amenizar a dificuldade de compreensão causada pela diferença cultural quanto à brincadeira *engacho*.

A explicação de diferenças culturais é uma das razões que levam à adição de falas. Usam-se essas falas para explicar assimetrias de informação originadas em diferenças culturais. Esse tipo de explicação é muito visto em *A Viagem de Chihiro*. Considero que, como o cenário do filme contém diversas referências japonesas, há necessidade de se explicar tais diferenças.

21 Fonte: UNIVERSIDADE DE TÔHOKU. *The Private Public Domain Data Library* [私立 PDD 図書館]. Acesso em: 4 ago. 2009. Disponível em: <<http://pddlib.v.wol.ne.jp/japanese/ewa.htm>>. Nota do autor.

22 Do ponto de vista brasileiro, na verdade, o *engacho* seria algo de intermediário entre uma brincadeira, uma simpatia e uma superstição. Além disso, parece ter fundo religioso, pois o princípio do sujo/impuro que precisa ser combatido ou remediado por meio de rituais ou fórmulas é uma característica do xintoísmo. O filme *A Viagem de Chihiro* (assim como outros do Estúdio Ghibli) faz extenso uso de símbolos xintoístas, e em especial da dicotomia sujo/limpo, impuro/puro. Nota dos tradutores.

4.2 Explicação do enredo

Abaixo, selecionei exemplos em que se pode perceber que a informação foi explicitada — não em razão de uma necessidade de explicações culturais, como ocorre na seção anterior, mas *como uma forma de dar continuidade à história*.

(1) <V> 50: 42. (Pode-se ver somente um dragão voando.) **Chihiro:** Haku. [Haku.] ハク。

(2) <V> 50: 47. **Chihiro:** *He's a dragon?* [Ele é um dragão?] ハクは竜なの?

(3) <V> 1:12: 31. (Chihiro vê o dragão que veio voando. A tela mostra Chihiro de costas.) **Chihiro:** Haku? [Haku?] ハク?

(4) <V> 1: 29: 40. (Chihiro decide devolver o carimbo²³ que Haku roubou.) **Chihiro:** *I guess my parents will have to wait.* [Meus pais vão ter que esperar.] 両親は待ってられるわ。

(5) <V> 1: 58: 00. (Chihiro vai voltar para casa após seu último teste. “They” se refere aos pais de Chihiro.) **Haku:** ... *they woke up on the human side of the river. They're there now, and they're looking for you.* [Eles acordaram no lado humano do rio. Eles estão lá agora, procurando por você.] 両親は川の人間の世界の方で起きてる。今はそこにいて、千尋を捜してるよ。

(6) <V> 2: 00: 39. (Vê-se apenas o carro indo embora.) **Pai:** *A new home and a new school? It is a bit scary.* [Uma nova casa e uma nova escola? Dá um pouco de medo.] 新しい家に新しい学校。ちょっと怖いね。 **Chihiro:** *I think I can handle it.* [Acho que eu consigo me virar.] 何とかかなと思うわ。

Os exemplos (1), (2) e (3) são explicações sobre a entrada do dragão em cena. Como se pressupõe pela fala em inglês, Haku passou por uma transformação. Em (1) e (2), Haku se transforma pela primeira vez em dragão e voa pelo céu, e, nesse ponto, explicita-se a informação de que Haku é de fato um dragão.

Na versão em japonês, a cena em que Chihiro descobre que Haku é um dragão é ambígua, estranha. Na primeira vez em que ele aparece, não se entende

²³ Carimbo. Em japonês, *inkan* [印鑑], uma espécie de selo que é utilizado como firma reconhecida em cartório — em documentos oficiais, contratos, abertura de contas bancárias, etc. Nota dos tradutores.

exatamente do que se trata; apenas na segunda vez em que o dragão passa voando, é que Chihiro grita “Haku!”. Como não há informação que esclareça o fato de ele ser um dragão, isso pode inicialmente causar estranheza ao espectador.

Na versão dublada em inglês, nas cenas (1) e (2), ao ver que imediatamente após a saída de cena de Haku surge um dragão, Chihiro compreende que ocorreu uma transformação. Por isso, na cena da segunda aparição, assim como na cena (3), considero que Chihiro já deveria estar ciente do que se passava. Ainda que ela não tivesse informações mais detalhadas, na segunda aparição, a fala sofre uma grande alteração, visto que se torna evidente a informação de que Chihiro compreende que Haku é um dragão. No entanto, na segunda aparição, é adicionada em inglês uma fala que demonstra a clara percepção de que Haku é um dragão, o que deixa esse fato mais claro na versão em inglês do que na versão em japonês.

Os exemplos (4) e (5) estão relacionados aos pais de Chihiro. Em (4), Chihiro decide devolver o carimbo a fim de salvar Haku, mas diz que seus pais terão de esperar, mostrando que não se esqueceu deles. Kumi (2004, p.323) observa que Chihiro deixa a casa de banho por Haku e não pelos pais, e acrescenta o seguinte:

Uma das coisas que eu achei menos satisfatórias no filme foi o fato de que, de uma hora para outra, Chihiro passa a se comportar como se tivesse esquecido completamente que os pais foram transformados em porcos. [...] Na verdade, na segunda metade do filme, para salvar Haku, que estava à beira da morte, ela vai confrontar Zeniba, que era também a chave para a solução do problema dos seus pais. Nesse momento, será que ela ainda estava pensando nos pais?

Kumi (ibid.) menciona também que, à época do lançamento do filme, ouviu reações similares quanto ao fato de Chihiro lembrar ou não dos pais. Ela comenta, no entanto, que, no final do filme, Chihiro volta para Yuya com Haku, que ela fora buscar a fim de conseguir, mais tarde, salvar os pais. Dessa forma, fica claro que ela não havia esquecido os pais. Porém, penso que as falas foram adicionadas à dublagem norte-americana porque os espectadores vêm de uma cultura de baixo contexto, e por essa razão poderiam pensar que Chihiro havia se esquecido dos pais, o que um japonês provavelmente não pensaria.

A cena (5) é o momento em que Chihiro passa pelo último teste, mas ainda assim não volta para casa com os pais. Na versão em japonês, ela tem apenas a informação de que eles foram na frente, enquanto, na versão dublada, é acrescentada a informação do local onde ela vai encontrá-los. Depois de passar pelos desafios, Chihiro entende que foi libertada, mas talvez, na versão em japonês, fosse difícil entender o que havia acontecido com os pais. Por isso, transmite-se a informação de que eles estão do outro lado do rio, onde depois

se encontrarão novamente, deixando claro que também haviam sido libertados. Aqui, os exemplos (4) e (5) servem para mostrar que Chihiro não tinha abandonado seus pais.

A cena (6) no final do filme explicita o amadurecimento de Chihiro, como apontam Yamada (2004, p.204) e Kanô (2006, p.252). A cena final do filme mostra apenas o carro indo embora e, em seguida, os créditos. Segundo Kanô (ibid.), isso gera uma impressão de ambiguidade. Por isso, acrescenta-se uma fala que explicita o crescimento de Chihiro, que em um primeiro momento estava odiando a ideia de se mudar. Na versão em japonês, espera-se que o espectador já tenha compreendido esse amadurecimento apenas pelo decorrer da história, mas, a fim de reiterar o significado, na versão dublada acrescenta-se uma fala que torna explícito o crescimento de Chihiro.

4.3 Adições para preencher o silêncio

(1) <P> 1: 23: 05. **Ashitaka:** *Right.* [Então.] さて。

(2) <P> 1: 31: 38. (O guerreiro a cavalo parte na direção contrária da que ele mesmo apontou para os outros dois seguirem. Na versão em japonês, ele não fala nada, apenas aponta.) **Homem:** *You two, go that way!* [Vocês dois, vão por ali!] お前たち二人はあっちへ行け!

(3) <V> 7: 39. (Vão entrando por uma rua e sentem o cheiro de comida. Na versão em japonês, não se fala nada.) **Pai:** *Over there.* [Ali.] 向こうだ。

(4) <V> 1: 36:00. (O Sem-Face está indo atrás de Chihiro. De longe, um empregado da casa de banho fala e se abaixa.) **Empregado:** *Duck.* [Abaixem-se!] しゃがめ。

(5) <C> 04: 24. (Na versão em japonês, não se ouve nada. Na versão em inglês, alguém fala "Ah!") **Sophie:** [*Sophie gasps.*] [Sophie se espanta e diz "Ah!"] ハッ

(6) <C> 52: 46. (Na versão em japonês, não se ouve quase nenhum som.) **Pessoas:** [*People chatting.*] [Pessoas conversando.]

Considero que, nessas cenas, as falas foram colocadas para preencher o silêncio. Talvez haja necessidade disso, pois os países ocidentais evitam o silêncio, ao contrário do Japão que, sendo um país da Ásia, tem uma tendência a aceitar bem o silêncio. No entanto, não são todos os silêncios que são preenchidos. É certo que há adição de falas, mas não se trata de um aumento exagerado ou sem motivo. Farei algumas considerações quanto a esses casos de

silêncios preenchidos. Em primeiro lugar, como já mencionado antes, as falas podem ser adicionadas para acrescentar explicações de diferenças culturais, ou para fazer explicitações que facilitam a compreensão da história.

Em segundo lugar, as falas podem ser acrescentadas para melhorar a sincronização do diálogo ao movimento dos lábios das personagens. No exemplo (1) acima, os lábios de Ashitaka mostram um pequeno movimento. Na versão em japonês, a voz de Ashitaka não sai, mas na versão em inglês, foi acrescentada a fala previamente mencionada. Talvez o objetivo seja o de compensar a falta de naturalidade de não haver uma fala, ou ainda para evitar que se considerasse uma falha na dublagem se os lábios se movessem, mas não houvesse fala.

Em terceiro lugar, quando há um personagem mostrado na cena e ele faz algum movimento, considera-se como necessária a inserção de uma fala. Dentre os exemplos acima, no caso (2), na cena em que o guerreiro fala "Vocês dois, vão por ali!", ele parte em outra direção, diferente da indicada, pela qual os outros dois seguem. No exemplo (3), a protagonista Chihiro e sua mãe seguem o pai, mas a fala "Ali" é acrescentada no momento em que ele para e aponta em uma direção. No exemplo (4), depois da fala "Abaixem-se!", os trabalhadores da casa de banho se escondem, abaixando-se atrás da mesa. Nos exemplos (5) e (6), não há falas propriamente ditas, mas é acrescentado o som de vozes humanas. Em (5), Sophie surpreende-se com os soldados e solta uma exclamação de espanto. Em (6), há muitas pessoas caminhando. Na versão em japonês, não se ouve nenhuma voz, mas em inglês, pode-se ouvir o som de conversas.

Dessa forma, há uma tendência para se adicionar vozes em cenas em que ocorre algum movimento de personagens. Além disso, pode-se ver essa tendência de se adicionar vozes em muitos outros exemplos. No entanto, essa tendência não se aplica a todos os casos. Mesmo quando há algum movimento, há cenas às quais nenhuma fala é adicionada. Nos casos de silêncio anteriormente mencionados, um assunto interessante para averiguações futuras seria pesquisar o motivo de haver inserção de falas nesses casos específicos.

4.4 Sistematização e revisão da história por meio da adição de falas

(1) <P> 9: 02. (A cena mostra apenas Ashitaka. A fala da cena anterior continua.) **Hii-sama:** *It will cause you great pain and then kill you.* [Isso trará grande dor, e depois você morrerá.] それはそなたに大きな苦しみを与え、やがて死をもたらすだろう。

(2) <V> 54:01. (Antes da voz em japonês começar, entra a fala.) **Rin:** *We only use this tub for our really filthy guests.* [Só usamos esta banheira com os clientes muito, muito sujos.] この風呂は特に汚いお客に使うんだ。

(3) <V> 1: 45:11. (Dizendo para Haku que Chihiro precisa passar pelo último teste. Esta fala ocorre na transição para a próxima cena.) **Yubaba:** *If she fails, she is mine.* [Caso falhe, Chihiro será minha.] もしも失敗したら、千尋は私のものだ。

(4) <C> 41: 52. (A fala continua no final.) **Calcifer:** *You shouldn't keep flying around like that.* [Não é bom ficar voando desse jeito.] そんな風に飛び回るのはいくはない。

Nos exemplos dados aqui, uma das falas se estende para além do diálogo, tal como ele era em japonês. Os exemplos (1) e (3) mostram casos de continuação mesmo após o fim da voz em japonês, enquanto (2) e (4), ao contrário, mostram as falas surgindo antes da voz em japonês.

Dentre os quatro exemplos, a de número (3) apresenta conteúdo completamente diferente da versão em japonês. Os outros exemplos seguem uma tradução mais próxima. Portanto, não é o caso de inserção de novas informações, ou de apresentação de um excesso de explicações. Fujinami (2007) aponta que, em legendas, há limitações físicas, como o espaço (número de caracteres) e o tempo de duração de uma cena, e discute que, quanto à tradução de legendas, a quantidade e o significado de informações podem precisar ser reduzidos.

Pode-se dizer que o que Fujinami (ibid.) aponta é aplicável aqui. Basicamente, as legendas devem estar ligadas à voz, e se não há voz, é estranho que apareçam legendas mesmo assim. Por um lado, uma vantagem é que, visto que a função da legenda traduzida é que o espectador entenda o que está acontecendo mesmo sem entender o que está sendo dito na versão original, ele não teria a sensação de falta de naturalidade ao ler uma legenda com conteúdo além do que foi dito na voz original. Na tradução do japonês para o inglês, no caso de a fala ficar mais longa, a legenda só estará funcionando enquanto a voz continua, então, dependendo do caso, temos como resultado uma redução necessária na quantidade ou na informação traduzida.

No entanto, na tradução de dublagem, visto que a voz original não será ouvida, talvez seja estranho para o espectador que uma fala adicionada continue além do que seria a voz original. No caso da legenda, mesmo que as falas sejam mais ou menos mais longas que na versão original, não parece pouco natural, enquanto, nos casos de falas dubladas, há necessidade de redução. Nos exemplos que dei aqui, fazendo uso das vantagens do meio dublagem, as falas ficaram um pouco mais longas, de modo a não excluir informações.

4.5 Adição de falas para a supressão de texto na tela

(1) <V> 00:14. (Abertura. Aparece um cartão de uma amiga e Chihiro o lê. Na versão em inglês, o nome da amiga é Rumi, mas o motivo

para a modificação fica obscuro.) Chihiro: *"I'll miss you, Chihiro. Your best friend, Rumi."* [Vou sentir saudade, Chihiro. Sua melhor amiga, Rumi.] ※O que aparece escrito em japonês: 「ちひろ 元気でね また会おうね 理砂」 [Fique bem, Chihiro. A gente se vê. Risa.]

(2) <P> 00: 32. (Abertura. Foi adicionada uma narração que não existe na versão japonesa.) **Homem narrando:** *In ancient times, the land lay covered in forests, where, from ages long past, dwelt the spirits of the gods. Back then, man and beast lived in harmony, but as time went by, most of the great forests were destroyed. Those that remained were guarded by gigantic beasts who owned their allegiance to the Great Forest Spirit, for those were the days of gods and demons.* [Antigamente, a terra era coberta de florestas, onde, há muito tempo, viviam os espíritos dos deuses. Naquela época, os humanos e as feras conviviam em harmonia, mas, com o passar do tempo, a maior parte das florestas foi destruída. As que sobraram foram guardadas por feras gigantes, que obedeciam às ordens do Grande Espírito da Floresta, pois esse era o tempo dos deuses e dos demônios.] ※O que está escrito na tela na versão em japonês: 「むかし、この国は深い森におおわれ、そこには太古からの神々がすんでいた。」 [Antigamente, este reino era coberto por densas florestas, e ali moravam os deuses da criação.]

Esses exemplos são relativos a *falas acrescentadas a cenas em que aparecia algo escrito na tela*²⁴. Na versão em japonês, não há nenhuma narração. Toda (1994, p.7-15) diz que, em muitos países do mundo, é bastante comum que os filmes estrangeiros sejam dublados. Os Estados Unidos são um exemplo expressivo dessa tendência. É famoso o caso do filme *Dança com Lobos* (Kevin Costner, 1990), que foi recusado por uma produtora por precisar de legendas nas cenas faladas em língua indígena. Na época da expansão econômica japonesa nos anos 1980, quando as empresas japonesas pretendiam fazer filmes em colaboração com os Estados Unidos, havia três condições impostas pelos americanos: (1) fundamentalmente, não usar texto; (2) nos casos em que o uso de texto for realmente necessário (por exemplo, em legendas), ele não pode ocupar mais do que 10% da duração do filme; e (3) principalmente no início, quando é maior a probabilidade de o espectador desistir de ver o filme, o uso de texto fica totalmente proibido.

²⁴ Tecnicamente, o texto que aparece nos exemplos não pertence à categoria "legendas" (pertenceria apenas se fosse traduzido, em forma de texto e não de falas dubladas, e sobreposto à parte inferior da tela, em sua versão norte-americana). Trata-se, em (1), de um caso de *texto intradiagético* (que aparece como tendo sido escrito por uma das personagens da história) e, em (2), de um caso de *intertítulos de prólogo* ou de introdução (texto que, posto no início do filme, cria o contexto, atmosfera, ou dá ao espectador informações de fundo necessárias à compreensão da trama). Nota dos tradutores.

Considero que o uso de dublagem no lugar de texto, nos exemplos acima mencionados, ocorre devido à tendência de se usar pouca legenda na América do Norte. Esse tipo de situação se enquadra nesse *background* comercial, em que, como mencionou Toda (ibid.), no início do filme, não se deve usar texto. Os dois exemplos citados são aberturas. É provável que o uso de dublagem nessas passagens se deva a uma medida de defesa que vise evitar que o espectador se desinteresse pela obra, mesmo que o restante da produção seja dublado.

Além disso, no exemplo (2), foi retirada na versão americana a frase que aparecia na tela na versão em japonês. Penso que essa seja uma medida para que a longa narração soasse mais natural. A narração na versão em inglês contém mais informações do que a frase em japonês, o que causaria um problema de dissonância entre a frase em japonês na tela e a dublagem em inglês. No caso de tentar passar a mesma informação em legendas, restaria a impressão de que há muito texto na parte inicial do filme. Por isso, considero que retirar a frase em japonês foi uma forma de tornar mais natural a longa narração em inglês.

A partir desses dois exemplos, pode-se compreender que há uma tendência a se optar pelo uso da dublagem para se passar informações que apareçam escritas na tela no original. Pode-se constatar especialmente, segundo Toda (ibid.), que se evita o uso de texto em cenas de abertura de filmes.

5 Considerações finais

Conforme procurei demonstrar, podemos encontrar muitos casos de acréscimos de falas nas dublagens dos filmes analisados, e esses acréscimos cumprem muitas funções. Algo que me surpreendeu ao realizar este estudo é que o volume de falas acrescentadas é muito maior do que eu havia inicialmente previsto. Ao todo, encontrei 47 pontos de acréscimo em *A Viagem de Chihiro*; 65 em *A Princesa Mononoke*; e 26 em *O Castelo Animado*. Conforme expliquei anteriormente, o produtor da dublagem de *A Viagem de Chihiro* buscou fazer uma tradução “relativamente fiel” do material japonês. Ainda assim, houve um número grande de acréscimos. Se em uma tradução próxima do original ocorre um número tão grande de acréscimos, imagino que isso também deva ocorrer em outros filmes.

Talvez estudos futuros permitam verificar se pode ser considerada como geral a tendência de acrescentar falas a filmes traduzidos e dublados. Essa tendência foi verificada nos três filmes aqui estudados. Os tradutores de *A Princesa Mononoke* não são os mesmos que traduziram tanto *A Viagem de Chihiro* como *O Castelo Animado*, mas os três filmes apresentam acréscimos de falas, o que pode ser interpretado como indício de que esse procedimento não é idiossincrático a apenas um tradutor. Outra possível conclusão, a partir dos dados levantados, é de que o acréscimo de falas ocorre ainda quando não há dife-

renças culturais. Mesmo com um número menor de acréscimos, o fenômeno também ocorre na dublagem de *O Castelo Animado* — que, dos três filmes, é o único cuja história não se passa no Japão.

Portanto, com relação às características gerais, podemos afirmar que (1) o acréscimo de falas à dublagem dos filmes japoneses de animação, aqui estudados em sua versão norte-americana em língua inglesa, é um fenômeno que independe da idiossincrasia de um único tradutor; e que (2) esse é um fenômeno que ocorre mesmo quando a história se passa no Japão. O acréscimo de falas cumpre variadas funções: (1) elas explicam diferenças culturais; (2) explicitam informações tácitas que facilitam a compreensão do enredo; (3) preenchem silêncios; (4) reorganizam e revisam a informação necessária à compreensão da história; (5) substituem o uso de texto escrito.

E qual seria o *contexto* em que surge o fenômeno do acréscimo de falas? Creio que é crucial destacar que esse tipo de adaptação é um ato de *comunicação intercultural*. Por exemplo, os Hewitt, tradutores de *A Viagem de Chihiro*, afirmam que seu objetivo ao traduzir é facilitar a compreensão do filme para uma plateia norte-americana (Yamada, 2004, p.204). Com esse objetivo, faz-se necessária uma adaptação do material a ser traduzido para a cultura do espectador. Pode-se dizer que o acréscimo de falas é uma das estratégias utilizadas nessa adaptação. As funções desempenhadas pelo acréscimo — explicação, explicitação, substituição do texto escrito, etc. — são adequações ao público norte-americano. Nesse sentido, podemos dizer que o papel do tradutor na recriação da obra para um novo contexto é muito importante.

Para o presente artigo, escolhi alguns exemplos de acréscimos, que propus dividir em categorias. Se, por um lado, o fato de que não há muitos estudos sobre o assunto me permitiu uma categorização mais livre, por outro, essa divisão pode ter resultado em critérios demasiado arbitrários. Além disso, muitas das ocorrências de acréscimo ficaram ainda sem análise, ainda que eu tenha procurado criar categorias que englobassem um máximo de casos. Talvez eu tenha reunido um *corpus* para análise que ultrapassava as dimensões de um simples artigo. Pode-se também dizer que as obras e dublagens que escolhi para estudar eram muito parecidas entre si e que isso reduziu a variedade dos tipos de acréscimos estudados. É de se esperar que estudos comparativos futuros busquem novos pontos de vista, ou ainda obras que permitam comparações com maior diversidade ou contraste entre si.

Dentre os estudos que creio que possam ser interessantes, sugiro a comparação com dublagens em outras línguas que não o inglês, com filmes de outros gêneros, com filmes que não sejam de animação, pela perspectiva da tradução comparada, e ainda pela perspectiva da recepção de tradução, no caso específico do filme dublado. Sendo uma área em que há ainda poucos estudos, o acréscimo de falas a dublagens de traduções oferece muitas novas possibilidades, e é um campo aberto a novos pontos de vista, metodologias e abordagens.

Bibliografia

- Blum-Kulka, S. (1986/2004). *Shifts of cohesion and coherence in translation*. In: Venuti, L. (ed.). *The translation studies reader*. 2nd. ed. New York: Routledge, 2004 (1986). p.290-305.
- Chaume, F. (2004, April). *Film studies and translation studies*. *Meta*, v.49, n.1, p.12-24, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/meta/2004/v49/n1/009016ar.html>>. Acesso em: 18 dez. 2009.
- Fujinami Fumiko. *Hon'yaku Kô to Ibunka Komyunikeeshon: Kinôshugiteki Hon'yakuriron no Shosô*. Quioto: Shôraisha, 2007. 藤濤文子 『翻訳行為と異文化間コミュニケーション—機能主義的翻訳理論の諸相—』 松籟社
- Furuta Gyô et al. *Ibunka Komyunikeeshon, Shinkokusaijin e no Jôken, Kait-eiban*. Tôquio: Yûhikaku, 1996. 古田暁ほか 『異文化コミュニケーション新・国際人への条件〔改訂版〕』 有斐閣
- Furuta Gyô et al. *Ibunka Komyunikeeshon Kiiwaado, Shinpan*. Tôquio: Yûhikaku, 2001. 古田暁ほか 『異文化コミュニケーション・キーワード〔新版〕』 有斐閣
- Hatim, B.; Mason, I. *The translator as communicator*. Londres: Routledge, 1997.
- Ikeda Richiko; Kramer, Eric M. *Ibunka Komyunikeeshon Nyûmon*. Tôquio: Yûhikaku, 2000. 池田理知子・クレマー, E.M. 『異文化コミュニケーション・入門』 有斐閣
- Inoue Ippei. *Inoue Ippei no Shimashima ni Shimatta! (2) Totoro to Totoro ni Miru Nihon to Amerika Satsuku to Mei wa Amerikajin?*. *Newtype*, fev. 1999. Disponível em: <<http://homepage3.nifty.com/ipinoue/shimashima9902.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2009. 井上逸兵 「井上逸兵のしましまにしましま! (2) トトロとTOTOROに見る日本とアメリカ サツキとメイはアメリカ人?」 『NEWTTYPE 1999年2月号』
- Jandt, F. E. *Intercultural Communication: an introduction*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.
- Kanô Seiji. *Miyazaki Hayao Zensho*. Tôquio: Firumu Aato, 2006. 叶精二 『宮崎駿全書』 フィルムアート社
- Katan, D. *Translation as Intercultural Communication*. In: Munday, J. (ed.). *The Routledge Companion to Translation Studies*. Abington, Oxford: Routledge, 2009. p.74-92.
- Klaudy, K. (1998). *Explicitation*. In: Baker, M.; Saldanha, G. (ed.). *The Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 2nd. ed. London: Routledge, 1998. p. 104-108.
- Kumi Kaoru. *Miyazaki Hayao no Shigoto, 1979-2004*. Tôquio: Chôeisha, 2004. 久美薫 『宮崎駿の仕事 1979-2004』 鳥影社

- Miyazaki Hayao. *A Princesa Mononoke* [japonês: もののけ姫; inglês: *Princess Mononoke*; filme-vídeo]. Produção de Suzuki, Toshio, direção de Miyazaki, Hayao. Tôquio, Studio Ghibli, Toho, 1997 (produção). Burbank, Califórnia, Buena Vista Home Entertainment, 2000 (DVD na América do Norte). 1 DVD. Color. Son.
- Miyazaki Hayao. *A Viagem de Chihiro* [japonês: 千と千尋の神隠し; inglês: *Miyazaki's Spirited Away*; filme-vídeo]. Produção de Suzuki, Toshio, direção de Miyazaki, Hayao. Tôquio, Studio Ghibli, Toho, 2001 (produção). Burbank, Califórnia, Buena Vista Home Entertainment, 2003 (DVD na América do Norte). 1 DVD. Color. Son.
- Miyazaki Hayao. *O Castelo Animado* [japonês: ハウルの動く城; inglês: *Howl's Moving Castle*; filme-vídeo]. Produção de Suzuki, Toshio, direção de Miyazaki, Hayao. Tôquio, Studio Ghibli, Toho, 2004 (produção). Burbank, Califórnia, Buena Vista Home Entertainment, 2006 (DVD na América do Norte). 1 DVD. Color. Son.
- Munday, J. *Hon'yakugaku Nyûmon*. Tradução de *Introducing Translation Studies*, de Torikai Kumiko. Tôquio: Misuzu, 2009 (2008). 『翻訳学入門』 (鳥飼玖美子・監訳) みすず書房
- Nishida Osamu; Gudykunst, William B. *Ibunka Komyunikeeshon Nyûmon: Nichibeikan no Sôgo Rikai no tame ni*. Tôquio: Maruzen, 2002. 西田司・グデイクンスト, W. B. 『異文化間コミュニケーション入門—日米間の相互理解のために—』 丸善
- TAMURA Chihiro. *Nihon no Animeeshon Eiga no Eigo Fukikaeban ni okeru Serifu no Tsukekuwae ni kan suru Kenkyû — Sutajio Jiburi no Anime Sakuhin no Bunseki kara. Hon'yaku Kenkyû e no Shôtai — Invitation to Translation Studies*. v.4, mai. 2010. JAITS — Japan Association for Interpreting and Translation. p.87-105. ISSN 21855307. Disponível em: <http://honyakukennyu.sakura.ne.jp/shotai_vol4/06tamura.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2014. 田村千尋 「日本のアニメーション映画の英語吹き替え版におけるセリフの付け加えに関する研究—スタジオ・ジブリのアニメ作品の分析から—」 『翻訳研究への招待』 4号
- Toda Natsuko. *Jimaku no naka ni Jinsei*. Tôquio: Hakusuisha, 1994. 戸田奈津子 『字幕の中に人生』 白水社
- Valero-Garcés, C. *Mediation as translation or translation as mediation? Widening the translator's role in a new multicultural society*. abr. 2005. Disponível em: <<http://www.babelport.com/articles/32>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- Yamada Kentarô. *Eigoban Anime Sakuhin ni miru Hon'yaku no Mondai: Sen to Chihiro no Kamikakushi. Kenritsu Nagasaki Shiiboruto Daigaku Kokusai Jôhō Gakubu Kiyô*, v. 5, 2004. p. 195-205. 山田健太郎 「英語版アニメ作品に見る翻訳の問題: 『千と千尋の神隠し』 の場合」 『県立長崎シーボルト大学国際情報学部紀要』 第5号

Yamada Kentarô. *Eigoban Anime Sakuhin ni miru Hon'yaku no Mondai 2: Tonari no Totoro no Baai. Kenritsu Nagasaki Shiiboruto Daigaku Kokusai Jôh Gakubu Kiyô*, v. 6, 2005. p. 273-284. 山田健太郎 (2005) 「英語版アニメ作品に見る翻訳の問題2:『となりのトトロ』の場合」『県立長崎シーボルト大学国際情報学部紀要』第6号

Considerações sobre a epístola *A Pamáquio*: sobre a melhor maneira de traduzir de São Jerônimo¹

Tradução e revisão de Luciana Malacarne²

Maria Cristina Martins³

Introdução

Eusébio Sofrônio Hierônimo (em latim, *Eusebius Sophronius Hieronymus*) nasceu em Stridon (ou Estridão), na Dalmácia (atual Eslovênia), entre 345 e 347, e morreu em 419 ou 420. Mesmo não sendo precisas as datas de nascimento e de morte, é inegável que Jerônimo teve vida longa. Em seus mais de 70 anos vividos, dedicou-se inteiramente ao estudo e à escrita. Dos 12 aos 16 anos foi discípulo do gramático Donato, de quem chamou a atenção por ser um aluno brilhante, tendo, por sua influência, aplicado a técnica de comentar os textos bíblicos versículo por versículo. Jerônimo é reconhecido como santo por católicos, ortodoxos, luteranos e anglicanos: não por ter realizado milagres, mas por ter sido enviado por Deus para pregar ou expandir a sua palavra, através da Bíblia que ele popularizou e permitiu que a compreendessem melhor, pela sua tradução diretamente do hebraico, realizada entre 390 e 405. É justamente pela tradução da Bíblia que realizou, a *Vulgata*, que São Jerônimo é mais conhecido no ambiente intelectual e literário. Porém, a sua obra é muito extensa: começou traduzindo os gregos, como por exemplo, a *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia, e as *Crônicas*, de Orígenes. Em seguida, fez comentários exegéticos sobre a Bíblia, escreveu comentários (*Commentarii*) sobre todos os profetas do Antigo Testamento, além de crônicas, escritos polêmicos (apologias contra diversas personalidades), centenas de cartas, de assuntos variados,

¹ Título original: *Ad pammachium: de optimo genere interpretandi. Epistola LVII – excertos*.

² Aluna do Bacharelado em Filosofia e bolsista de Iniciação Científica FAPERGS, sob orientação da professora Maria Cristina Martins.

³ Professora de Latim, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras, UFRGS.

entre outros escritos, já que produziu continuamente durante 35 anos. Além de monge, asceta e conselheiro espiritual, São Jerônimo foi um dos maiores intelectuais do Ocidente de todos os tempos: foi tradutor (atualmente patrono dos tradutores, bibliotecários e enciclopedistas), filólogo, historiador, teólogo.

Durante toda a sua vida, Jerônimo precisou se defender das acusações que lhe foram atribuídas, como, por exemplo, das calúnias em relação à sua amizade com Paula (depois Santa Paula), mas também de várias acusações que lhe faziam por causa de suas ideias, tanto em relação aos dogmas da Igreja quanto a várias questões de ordem moral e intelectual, das quais uma diz respeito ao objeto deste trabalho: as acusações de ser um mau tradutor, um mentiroso e um falsário.

Na verdade, como tudo em sua vida, São Jerônimo foi um homem de grandes contradições. Podemos citar pelo menos duas que o acompanharam até o fim de sua vida: uma delas foi a impossibilidade de se afastar de seus livros e da cultura latina, à qual devia a sua formação. Como um homem que pregava para os outros e para si mesmo o desapego das coisas materiais, isso foi um sofrimento para ele. Ainda em relação à cultura latina, por ser cristão, culpava-se de ler os grandes autores pagãos e de tê-los como modelo, a saber, principalmente Virgílio, Cícero, Horácio e Plauto, constantemente citados por ele. Na carta 22 (*Ad Eustoquium*), São Jerônimo relata o seu famoso sonho, em que Deus se apresenta a ele caracterizando-o como ciceroniano e não cristão (*Ciceronianus es, non christianus*). No que diz respeito à tradução, inegavelmente, São Jerônimo foi um continuador da tradição romana, cujo principal expoente é Cícero. Mas antes de Cícero, Lívio Andronico, grego de nascimento, inaugura, no século III, a literatura latina em tradução, com *Odisa*, obra em que traduziu e, talvez mais do que isso, adaptou a Odisseia de Homero ao latim. Lívio Andronico é considerado o primeiro tradutor europeu. De fato, na tradição ocidental, devemos aos romanos os primeiros esforços e reflexões nessa área. Mas foi Cícero o primeiro a tecer comentários que se aproximam de considerações teóricas sobre a tradução. Para este autor, existiam dois tipos de tradução: a literal, feita palavra por palavra, e a que se prendia ao sentido, que se preocupava em produzir um texto na língua final que valorizasse a boa expressão, respeitando a pureza e a elegância da língua. Fazia, assim, do tradutor também um *auctor*, pois em seu *Libellus de optimo genere oratorum* adverte que não se deve traduzir “palavra por palavra” (*uerbum pro uerbo*), mas sim “sentido pelo sentido” (*sensum de sensu*). Esse tipo de tradução estava bastante atrelada à retórica, por isso para Cícero havia a tradução literal do *interpretes* e a do *orator*. Jerônimo por um bom tempo seguiu essas recomendações. Vê-se inclusive a influência de Cícero no próprio título da carta que iremos abordar – *De optimo genere interpretandi*. Pouco a pouco, em razão da tradução que fazia dos textos religiosos e da Bíblia em particular, a partir do hebraico, São Jerônimo precisou se voltar a uma tradução mais literal, para não fugir do sentido original e não ser criticado como infiel aos textos sagrados. No entanto,

uma tradução estritamente literal também é rejeitada por São Jerônimo, por isso, eventualmente, ele adota os princípios ciceronianos⁴.

Passemos agora aos trechos da carta *Ad Pammachium: de optimo genere interpretandi* (*A Pamáquio: sobre a melhor maneira de traduzir*), na qual São Jerônimo precisou se defender das acusações de ser um mau tradutor, com uma breve contextualização do momento histórico em que a mesma se insere.

1 *Ad Pammachium: de optimo genere interpretandi* – “A Pamáquio: sobre a melhor maneira de traduzir” (Excertos)

Pamáquio e Jerônimo eram amigos e colegas de longa data, pois ambos foram discípulos de Donato. Em 395, ano em que a carta foi escrita, Pamáquio era senador romano e recém viúvo de Paulina, filha de Paula (Santa Paula) e uma das mulheres aristocratas que fazia parte do círculo de estudos bíblicos e de aconselhamento espiritual presidido por São Jerônimo.

Em 394, Jerônimo traduziu uma carta (51) do bispo Epifânio de Salamina ao também bispo João, de Jerusalém, sob circunstâncias que ele descreve no parágrafo 2: traduziu-a a pedido de Eusébio de Cremona, tendo sido acordado entre eles que a carta não viesse a público. Porém, a tradução foi roubada – como Jerônimo supôs (parágrafo 12), por um discípulo de Rufino, que, na época, era seu inimigo por questões dogmáticas em torno do origenismo. Jerônimo foi acusado de ter traduzido de maneira incorreta a carta grega original, o que o leva a se defender na carta 57, expondo seu método de tradução, conforme o parágrafo 5.

Selecionamos os seguintes parágrafos da carta 57: o primeiro e o segundo explicam as circunstâncias que levaram Jerônimo a traduzir uma carta do grego e o roubo da tradução, possibilitando aos seus adversários que o acusassem de falsário e mau tradutor. No capítulo 5, Jerônimo defende-se invocando a autoridade de Cícero e de Horácio, autores clássicos que lhe servem como mestres na arte da tradução. Fala, ainda, que, como um continuador dessa tradição romana de tradução, ele procura traduzir o “sentido pelo sentido” e não “palavra por palavra”. No sexto parágrafo, Jerônimo diz que existem inúmeros autores que traduziram conforme o sentido e que seria impossível nomear a todos, mas que daria como exemplo Hilário, o Confessor, que traduziu do grego para o latim homilias sobre Jó e vários tratados sobre os Salmos. No parágrafo 10, Jerônimo argumenta sobre um outro aspecto que leva os tradutores a se distanciarem um pouco da língua de origem, o que seria um tipo de adaptação. Assim, exemplifica através de um trecho do evangelista Lucas, no qual ele se refere a uma passagem do Antigo Testamento, não a traduzindo literalmente. Igualmente, no parágrafo 10, Jerônimo faz referência a um Salmo

⁴ Trataremos da problemática da tradução em São Jerônimo numa pesquisa desenvolvida pela professora Maria Cristina Martins, com base na análise de suas cartas e de outros escritos em que o autor tece comentários filológicos sobre a tradução do hebraico e do grego para o latim.

em que na *Septuaginta* são adicionadas algumas palavras que não faziam parte do original hebraico. Conclui, assim, no parágrafo 10, que do mesmo modo que nas traduções da Bíblia houve liberdade de tradução, ele mesmo, na pressa de ditar, pode ter omitido algumas palavras, mas que isso não representaria um risco para a Igreja. No parágrafo 11, Jerônimo continua a argumentação a respeito das omissões e acréscimos que fizeram parte da *Septuaginta*, e que isso não foi um motivo para que esta versão da Bíblia deixasse de ser considerada pela Igreja. Ao contrário, um certo Áquila, prosélito judeu e tradutor, esforçou-se para traduzir a Bíblia literalmente, inclusive indicando a etimologia de certas palavras, mas isso não levou a que a sua tradução fosse reconhecida pela Igreja. Conclui o parágrafo 11 dizendo que há palavras que soam bem em grego, mas que se traduzidas literalmente não soarão bem em latim e vice-versa. No capítulo 12, Jerônimo dá exemplos de erros que ele teria cometido na tradução da referida carta, como, por exemplo, um simples adjetivo grego que ele preferiu traduzir no grau superlativo. Neste mesmo parágrafo, nomeia Rufino e Melânia como mestres de quem o está acusando. A carta termina no parágrafo 13, onde Jerônimo se despede e diz que Pamáquio, ao comparar o original grego e a sua tradução, poderá constatar as críticas que lhe imputaram.

I. Paulus Apostolus, praesente Agrippa rege, de criminibus responsurus, quod posset intelligere qui auditurus erat, securus de causae victoria statim in principio sibi gratulatur, dicens: "De omnibus quibus accusor a Iudaeis, o rex Agrippa, existimo me beatum, cum apud te sim hodie defendendus, qui praecipue nosti cunctas quae in Iudaeis sunt consuetudines et quaestiones". Legerat enim illud Iesu: "Beatus qui in aures loquitur audientis", et noverat tantum oratoris verba proficere, quantum iudicis prudentia cognovisset. Unde et ego beatum me in hoc duntaxat negotio iudico, quod apud eruditas aures imperitae linguae responsurus sum: quae obiicit mihi vel ignorantiam, vel mendacium; si aut nescivi alienas litteras vere interpretari, aut nolui: quorum alterum error, alterum crimen est. Ac ne forsitan accusator meus facilitate, qua cuncta loquitur, et impunitate, qua sibi licere omnia putat, me quoque apud vos argueret, ut Papam Epiphanium criminatus est, hanc epistulam misi, quae te, et per te alios, qui nos amare dignantur, rei ordinem doceat.

1. O Apóstolo Paulo, em presença do rei Agripa, tendo a intenção de responder sobre as acusações <que lhe eram imputadas>, imediatamente se congratula – seguro da vitória de sua causa, porque aquele que estava disposto a ouvir poderia compreender –, dizendo: "de todas as coisas de que sou acusado pelos judeus, ó rei Agripa, considero-me feliz, que eu esteja hoje junto a ti para me defender, tu que especialmente tomaste conhecimento de todas as coisas que são costumes e problemas entre os judeus". Na verdade, <o Apóstolo> tinha lido isto de Jesus: "Feliz aquele que fala para ouvidos que ouvem", e ele estava convencido de que as palavras do orador são tanto úteis quanto tenha conhecimento do bom senso do juiz. Dai que eu também me considero feliz pelo menos nesse assunto jurídico, pois junto a sábios ouvidos hei de responder a uma língua imperita, a qual joga sobre mim ou a ignorância ou a mentira – das quais uma é erro, e a outra é crime –, se não soube ou não quis traduzir corretamente uma carta estrangeira. E para que o meu acusador não me acuse junto a vós, como também acusou o Papa Epifânio, porque pensa ser permitido todas as coisas de que fala com facilidade e com impunidade, enviei esta carta, para que a ti e, através de ti, a outros, que consideram digno nos amar, informe o encadeamento do assunto.

II. Ante hoc ferme biennium miserat Ioanni Episcopo supradictus Papa Epiphanius litteras, arguens eum in quibusdam dogmatibus, et postea clementer ad poenitentiam provocans. Harum exemplaria certatim Palaestinae rapiebantur, vel ob auctoris meritum, vel ob elegantiam scriptionis. Erat in monasterio nostro vir apud suos haud ignobilis, Eusebius Cremonensis, qui cum haec Epistula per multorum ora volitaret, et mirarentur eam pro doctrina et puritate sermonis, docti pariter et indocti, coepit a me obnix petere, ut sibi eam in Latinum verterem, et propter intelligendi facilitatem apertius explicarem: Graeci enim eloquii penitus ignarus erat. Feci quod voluit; accitoque Notario, raptim celeriterque dictavi: ex latere in pagina breviter adnotans, quem intrinsecus sensum singula capitula continerent. Siquidem et hoc ut sibi soli facerem, oppido flagitaret; postulavi que ab eo mutuo, ut domi haberet exemplar: nec facile in vulgus proderet. Res ita anno et sex mensibus transiit: donec supradicta interpretatio de scriniis eius novo praestigio Ierosolymam commigravit. Nam quidem Pseudomonachus, vel accepta pecunia, ut perspicue intelligi datur, vel gratuita malitia, ut incassum corruptor nititur persuadere, compilatis chartis eius et sumptibus, Iudas factus est proditor: deditque adversariis latrandi contra me occasionem, ut inter imperitos concionentur, me falsarium, me verbum non expressisse de verbo: pro honorabili dixisse carissimum, et maligna interpretatione, quod nefas dictu sit, αἰδεσιμώτατον Παππαν, noluisse transferre. Haec et istiusmodi nugae crimina mea sunt.

2. Cerca de dois anos atrás, o acima mencionado o bispo Epifânio enviara uma carta ao bispo João, repreendendo-o sobre algumas de suas opiniões, e depois, com bondade, chamando-o ao arrependimento. Os exemplares desta eram roubados da Palestina, continuamente, ou pelo mérito do autor ou pela elegância do escrito. Agora havia em nosso mosteiro um homem não desprezível entre os seus, Eusébio de Cremona, aquele que – como esta carta andava na boca de muitos e que a admirassem, igualmente cultos e incultos, pelo seu ensinamento e pureza de estilo –, começou a me pedir obstinadamente para que eu lhe traduzisse para o latim e a explicasse, por causa da facilidade de entendê-la mais claramente: de fato, ele próprio era profundamente desconhecedor da língua grega. Fiz aquilo que ele quis: tendo mandado vir um notário, ditei rapidamente e às pressas, marcando brevemente no lado da página, os conteúdos de cada um dos capítulos. Tinha pedido com muita insistência que fizesse isso somente para si, que tivesse o exemplar em casa; para que não se divulgasse facilmente em público. Transcorreu um ano e seis meses do fato, e então a supracitada tradução migrou dos objetos dele para Jerusalém por uma nova artimanha. De fato, um pseudo-monge, por dinheiro recebido ou por malícia gratuita, como muito claramente é permitido se perceber, tal como um sedutor que se esforça a persuadir, se revela um novo Judas: e deu oportunidade aos meus adversários de ladrar contra mim, para que, entre os imperitos, proclamassem que sou um falsário e que não traduzi palavra por palavra: teria dito "caríssimo" em vez de "honroso" e, por má interpretação, o que seria uma atrocidade de dizer, não teria desejado traduzir αἰδεσιμώτατον Παππαν. Desta forma, estas ninharias são os meus crimes.

Omissae sunt partes 3 et 4

Foram omitidas as partes 3 e 4

V. Hactenus sic locutus sum quasi aliquid de Epistula commutaverim, et simplex translatio possit errorem habere, non crimen. Nunc vero cum ipsa Epistula doceat nihil mutatum esse de sensu, nec res additas, nec aliquod dogma confictum, "Faciant nae intelligendo ut nihil intelligant", et dum alienam imperitiam volunt coarguere, suam produunt. Ego enim

5. Até agora falei como se tivesse alterado algo da carta de origem, e que uma simples tradução poderia ter um erro, não um crime. Agora, na verdade, como a própria carta informa nada ter sido mudado a respeito do sentido, nem coisa <alguma> acrescentada ou alguma opinião inventada "certamente, como nada entendem, se fazem de entendidos" e, enquanto que-

non solum fateor, sed libera voce profiteor, me in interpretatione Graecorum, absque Scripturis sanctis, ubi et verborum ordo mysterium est, non verbum e verbo, sed sensum exprimere de sensu. Habeoque huius rei magistrum Tullium, qui Protagoram Platonis, et Oeconomicon Xenophontis et Aeschinis ac Demosthenis duas contra se orationes pulcherrimas transtulit. Quanta in illis praetermiserit, quanta addiderit, quanta mutaverit, ut proprietates alterius linguae, suis proprietatibus explicaret, non est huius temporis dicere. Sufficit mihi ipsius translatoris auctoritas, qui ita in Prologo earundem orationum locutus est: "Putavi mihi suscipiendum laborem utilem studiosis, mihi quidem ipsi non necessarium. Converti enim ex Atticis duorum eloquentissimorum nobilissimas orationes, inter seque contrarias, Aeschinis et Demosthenis: nec converti, ut interpretes, sed ut Orator, sententiis iisdem et earum formis, tam figuris quam verbis ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non verbum pro verbo necesse habui reddere: sed genus omne verborum vimque servavi. Non enim me annumerare ea lectori putavi oportere, sed tanquam appendere". Rursum in calce sermonis: "Quorum ego", ait, "orationes, si, ut spero, ita expressero, virtutibus utens illorum omnibus, id est sententiis, et earum figuris, et rerum ordine: verba persequens eatenus, ut ea non abhorreant amore nostro. Quae si e Graecis omnia conversa non erunt: tamen ut generis eiusdem sint, elaboravimus". Sed et Horatius vir acutus et doctus, hoc idem in Arte Poetica erudito interprete praecipit: Nec verbum verbo curabis reddere, fidus interpret. Terentius Menandrum, Plautus et Cecilius veteres comicos interpretati sunt. Numquid haerent in verbis: ac non decorem magis et elegantiam in translatione conservant? (...)

rem demonstram a falta de conhecimento alheia, revelam a sua. Eu, de fato, não só confesso, mas declaro livremente, que, na minha interpretação dos gregos, exceto nas Escrituras santas, onde também a ordem das palavras é um mistério, traduzo não palavra por palavra, mas sentido por sentido. E tenho como mestre desta arte Túlio <Cícero>, que traduziu "Protagoras", de Platão, "Econômico", de Xenofonte, e dois belíssimos discursos de Ésquines e de Demóstenes, um contra o outro. Quantas coisas nessas <obras> omitira, quantas acrescentara, quantas mudara, para que desenvolvesse as qualidades próprias da outra língua, nas suas particularidades, não é ocasião de narrar. É suficiente para mim a autoridade desse mesmo tradutor, que, no prólogo dos já citados discursos, disse assim: "Julguei dever empreender um trabalho útil aos estudiosos, na verdade desnecessário a mim mesmo. Com efeito, traduzi os mais conhecidos discursos, um contra o outro, originários dos dois oradores áticos mais eloquentes, Ésquines e Demóstenes; não <os> traduzi como tradutor, mas como orador, com as mesmas sentenças e formas das mesmas, tanto com as figuras <de palavras> quanto com as palavras adequadas ao nosso costume, <discursos> nos quais não tive necessidade de transmitir palavra por palavra, mas conservei toda a semelhança natural e força das palavras. De fato, não pensei que devesse, ao leitor, contar as palavras, mas, pelo contrário, pesá-las". Em seguida, no fim do prólogo dos discursos, <Cícero> diz "Os discursos se, como espero, assim expressarei, servindo-me das virtudes de todos aqueles, isto é, os sentidos e as figuras <de palavras> desses e a ordem dos assuntos, seguindo as palavras até o ponto que não fujam do nosso gosto. Se todas essas palavras não tiverem sido traduzidas a partir dos gregos, pelo menos nos esforçamos para que fossem <interpretadas> da mesma maneira. Mas também Horácio, homem sutil e douto, isso mesmo recomenda ao tradutor erudito: "Não te preocupes em traduzir palavra por palavra, fiel tradutor. Terêncio <traduziu> Menandro, Plauto e Cecílio os antigos cômicos. Por acaso se prendem às palavras e não conservam na tradução mais graça e elegância?" (...)

VI. Verum ne meorum scriptorum parva sit auctoritas (quanquam hoc tantum probare voluerim, me

6. Em verdade, com receio de que a autoridade de meus escritos seja pequena – embora apenas isto

semper ab adolescentia non verba, sed sententias transtulisse), qualis super hoc genere praefatiuncula sit, in libro quo beati Antonii Vita describitur, ipsius lectione cognosce. "Ex alia in aliam linguam expressa ad verbum translatio, sensum operit; et veluti laeto gramine, sata strangulat. Dum enim casibus et figuris servit oratio, quod brevi poterat indicare sermone, longo ambitu circumacta vix explicat". Hoc igitur ego vitans, ita beatum Antonium, te petente, transposui, ut nihil desit ex sensu, cum aliquid desit ex verbis. Alii syllabas aucupentur et litteras, tu quaere sententias. Dies me deficiet, si omnium qui ad sensum interpretati sunt, testimonia replicavero. Sufficit in praesenti nominasse Hilarium Confessorem, qui Homilias in Iob, et in Psalmos tractatus plurimos in Latinum vertit e Graeco, nec assedit litterae dormitanti, et putida rusticorum interpretatione se torsit: sed quasi captivos sensus in suam linguam, victoris iure transposuit.

eu tenha desejado provar, que sempre, desde a adolescência, traduzi não palavras, mas significados –, examina de que natureza é, pela leitura do mesmo, o breve prefácio a respeito deste assunto no livro em que é narrada a vida do abençoado Antônio: "A expressa tradução literal de uma língua para outra encobre o sentido, assim como os campos semeados sufocam-se com a erva abundante. De fato, no momento em que o estilo se sujeita aos casos e figuras <de palavras>, aquilo que ele poderia indicar com um discurso breve, explica, com dificuldade, por meio de uma longa circunlocução. Evitando isso, portanto, traduzi desta maneira, a teu pedido, a vida do abençoado Antônio, de sorte que nada falte do sentido, ainda que falte algo das palavras. Que outros apanhem sílabas e letras; tu, procura significados". Faltar-me-á tempo, se eu referir os testemunhos de todos aqueles que traduziram conforme o sentido. No momento presente, é suficiente nomear Hilário, o Confessor, que traduziu homilias sobre Jó e vários tratados sobre os Salmos, do grego para o latim, e não se ocupou constantemente com a sonolenta letra ou se contorceu por uma afetada tradução de incultos, mas como que transpôs cativos os significados para a sua língua – com justiça, a língua do vencedor.

Omissae sunt partes 7, 8 et 9

Foram omitidas as partes 7, 8 e 9

X. Lucas vir Apostolicus et Evangelista scribit, Stephanum primum Christi Martyrem in Iudaica concione narrante: "In septuaginta quinque annis descendit Iacob in Aegyptum: et defunctus est ipse, et patres nostri translati sunt in Sychem et positi sunt in sepulcro quod emit Abraham pretio argenti a filiis Emor patris Sychem." Hic locus in Genesi multo aliter invenitur, quod scilicet Abraham emerit ab Ephron Hetho, filio Seor, iuxta Hebron, quadringentis drachmis argenti, speluncam duplicem, et agrum circa eam, sepelivitque in ea Saram uxorem suam. Atque in eodem legitur libro, postea revertentem de Mesopotamia Iacob cum uxore et filiis suis, possuisse tabernaculum ante Salem urbem Sychemorum, quae est in terra Chanaan, et habitasse ibi, et emisse partem agri, in quo habebat tentoria, ab Emor patre Sychem centum agnis: et statuisset ibi altare, et invocasset ibi Deum Israel. Abraham non

10. Lucas, homem apostólico e evangelista, descreve Estêvão, o primeiro mártir de Cristo, narrando numa assembleia judaica: "Jacó desceu ao Egito com setenta e cinco almas; e ele morreu, e os nossos pais foram levados a Siquém e colocados no sepulcro que Abraão comprou, por um valor em prata, dos filhos de Emor, pai de Siquém". No Gênesis, esse passo se encontra de modo muito diferente, porque Abraão teria comprado de Efrom, o heteu, filho de Seor, perto de Hebron, por quatrocentas dracmas de prata, uma gruta dupla e o campo ao redor dela, e nela teria sepultado Sara, sua esposa. E ainda no mesmo livro, vemos que Jacó, depois, voltando da Mesopotâmia, com suas esposas e filhos, estabeleceu sua tenda diante de Salém, a cidade dos siquemitas, que está na terra de Canaã, e aí habitou e comprou de Emor, pai de Siquém, por cem cordeiros, uma parte do campo em que possuía barracas, e aí construiu um altar e invocou o Deus de

emit specum ab Emor patre Sychem: sed ab Ephron filio Seor: nec sepultus est in Sychem, sed in Hebron, quae corrupte dicitur Arboch. Duodecim autem Patriarchae non sunt sepulti in Arboch; sed in Sychem, qui ager non est emptus ab Abraham, sed a Iacob. Differo solutionem et istius quaestiunculae, ut obtretractatores mei quaerant, et intelligant, non verba in Scripturis considerata, sed sensus. Vicesimi primi Psalmi iuxta Hebraeos idipsum exordium est, quod Dominus locutus est in cruce: "Eli Eli lama azabthani", quod interpretatur, "Deus meus, Deus meus, quare me dereliquisti?" Reddant rationem, cur Septuaginta translatore interposuerint, "respice me." Ita enim verterunt: "Deus Deus meus, respice me, quare me dereliquisti?" Respondebunt utique nihil damni in sensu esse, si duo verba sint addita. Audiant et a me non periclitari Ecclesiarum statum, si celeritate dictandi, aliqua verba dimiserim.

XI. Longum est nunc revolvere, quanta Septuaginta de suo addiderint, quanta dimiserint, quae in exemplaribus Ecclesiae, obelis, asterisque distincta sunt. Illud enim quod legimus in Isaia: "Beatus qui habet semen in Sion, et domesticos in Ierusalem," solent Hebraei deridere, cum audierint. Nec non et in Amos post descriptionem luxuriae: "Stantia putaverunt haec, et non fugientia." Revera sensus rhetoricus et declamatio Tulliana. Sed quid facimus ad authenticos libros, in quibus haec non feruntur adscripta, et caetera his similia, quae si proferre nitamur, infinitis libris opus est. Porro quanta dimiserint, vel asterisci testes, ut dixi, sunt, vel nostra interpretatio, si a diligenti lectore Translationi veteri conferatur: et tamen iure Septuaginta Editio obtinuit in Ecclesiis, vel quia prima est, et ante Christi facta adventum, vel quia ab Apostolis (in quibus tamen ab Hebraico non discrepat) usurpata. Aquila autem proselytus et contentiosus interpres, qui non solum verba, sed etymologias quoque verborum transferre conatus est, iure proicitur a nobis. Quis enim pro frumento et vino et oleo, possit, vel legere, vel intelligere, χεῖμα,

Israel. Abraão não comprou a gruta de Emor, pai de Siquém, mas de Efrom, filho de Seor, nem foi ele sepultado em Siquém, mas em Hebron, que, de modo corrupto, se chama Arboch. Ora, os doze patriarcas não foram sepultados em Arboch, mas em Siquém, <no> campo que foi comprado não por Abraão, mas por Jacó. Deixo para outro momento a solução desta questão de pouca importância, para que meus detratores a procurem e compreendam que não são as palavras que devem ser consideradas nas Escrituras, mas o sentido. Segundo os hebreus, o exato início do vigésimo primeiro salmo é o que o Senhor disse na cruz: "Eli, Eli, lama azabthani", que significa "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" Que deem a razão por que os tradutores da Septuaginta intercalaram "Volta o olhar sobre mim", pois traduziram deste modo: "Deus, meu Deus, volta o olhar sobre mim, por que me abandonaste?" Responderão, sem dúvida, que não há nenhum prejuízo no sentido se são acrescentadas duas palavras – que eles saibam também que a situação das Igrejas não seria colocada em perigo por mim, se, na pressa de ditar, eu omitisse algumas palavras.

11. Seria <muito> longo desenvolver agora quantas coisas os Setenta acrescentaram de seu, ou quantas omitiram, que se encontram distintas com obelos e asteriscos nos exemplares da Igreja. Com efeito, os hebreus costumam rir quando ouvem o que lemos em Isaías: "Bem-aventurado aquele que possui descendência em Sião e servos em Jerusalém"; também em Amós, após uma descrição de indolência: "Pensaram estas coisas como estabilidade, e não como fugacidade" – verdadeiramente uma sentença retórica ou uma declamação tuliana <ciceroniana>. Mas o que faremos em relação aos livros originais em que essas e demais coisas semelhantes a essas não são trazidas escritas, as quais, se nos esforçássemos em publicar, necessitariam um número infinito de livros? Ora, ou os asteriscos são testemunhas de quantas coisas os Setenta omitiram, como eu disse, ou nossa interpretação, se cotejada com a versão antiga por um leitor diligente, e, todavia, com justiça, a edição dos Setenta é reconhecida nas Igrejas, ou porque é a primeira e foi feita antes do advento de Cristo, ou porque foi usada pelos apóstolos – nas passagens, porém, em

ὄπωρισμόν, εὐπρόσθητα, quod nos possumus dicere "fusionem, pomationemque," et "splendentiam." Aut quia Hebraei non solum habent ἄρθρα, sed et πρόσθρα, ille κακοζήλω, et syllabas interpretatur, et litteras dicitque σὺν τὸν οὐρανὸν καὶ σὺν τὴν γῆν, quod Graeca et Latina lingua omnino non recipit; cuius rei exemplum ex nostro sermone capere possumus. Quanta enim apud Graecos bene dicuntur, quae si ad verbum transferamus, in Latino non resonant: et e regione, quae apud nos placent si vertantur iuxta ordinem, apud illos displicebunt.

que ela não difere do hebraico. Por sua vez, Áquila, prosélito e controverso tradutor, que se esforçou para traduzir não só as palavras, mas também suas etimologias, com justiça é rejeitado por nós. Quem poderia, com efeito, ler ou compreender como 'trigá' 'vinho' e 'oleo' <as palavras> χεῖμα, ὄπωρισμόν e εὐπρόσθητα, que podemos entender como 'derramamento', 'colheita de frutas' e 'esplendor'? Ou, porque os hebreus não têm apenas artigos (ἄρθρα), mas também outros prefixos (πρόσθρα), ele, com mau gosto, traduz não apenas as sílabas, mas também as letras, e diz σὺν τὸν οὐρανὸν καὶ σὺν τὴν γῆν, o que as línguas grega e latina absolutamente não admitem, fato do qual nós podemos tomar um exemplo a partir de nossa língua. De fato, quantas coisas são bem ditas entre os gregos, que, se traduzirmos palavra por palavra, não soam <bem> em latim! E, ao contrário, <quantas coisas> que entre nós são agradáveis, se traduzidas segundo a ordem, serão desagradáveis entre os gregos!

XII. Sed ut infinita praeteream, et ostendam tibi, vir omnium nobilium Christianissime, et Christianorum nobilissime, cuiusmodi falsitatis me in epistulae translatione reprehendant, ipsius epistulae ponam cum Graeco sermone principium, ut ex uno crimine intelligantur et caetera, "Ε δει ἡμᾶς ἀγαπητὴ μὴ τῇ οἰήσει τῶν κλήρων φέρεσθαι, quod ita me vertisse memini: "Oportebat nos, dilectissime, clericatus honore non abuti in superbiā." Ecce, inquit, in uno versiculo quanta mendacia. Primum ἀγαπητός, dilectus est non dilectissimus. Deinde οἰησις, aestimatio dicitur, non superbia; non enim dixit οἰήματα, sed οἰήσει: quorum alterum tumorem, alterum arbitrium sonat. Totumque quod sequitur, "clericatus honore non abuti in superbiā, tuum est. Quid ais. o columen litterarum, et nostrorum temporum Aristarche, qui de universis scriptoribus sententiam feras? Ergo frustra tanto tempore studuimus; et a saepe manum ferulae subduximus." Eredientes de portu, statim impegimus. Igitur quia et errasse humanum est; et confiteri errorem, prudentis: tu quicumque reprehensor es, tu me obsecro emenda praeceptor, et verbum de verbo exprime. Debueras, inquit, dicere: "Oportebat nos, dilecte, non aestimatione Clericorum ferri." Haec est Plautina eloquentia, hic lepos At-

12. Mas, para que eu deixe de lado infinitas coisas e mostre a ti, o homem mais cristão de todos os nobres e o mais nobre de todos os cristãos, de que tipo de falsidade me repreendem na tradução da carta, apresentarei o início da própria carta com o idioma grego, para que, a partir de uma acusação, sejam compreendidas também as demais: "Εδει ἡμᾶς, ἀγαπητὴ, μὴ τῇ οἰήσει τῶν κλήρων φέρεσθαι, que lembro de ter vertido deste modo: "Era-nos necessário, dilectísimos, não abusar da honra do clero para servir à soberba". Eis, dizem, quantas mentiras numa única linha! Em primeiro lugar, ἀγαπητός significa 'dileto' e não 'dilectíssimo'. Depois, οἰησις significa, 'opinião' e não 'soberba'; de fato, não se disse οἰήματα, mas οἰήσει, palavras das quais uma significa 'tumor', e a outra, 'juízo'. E <quanto a> tudo o que se segue, "não abusar da honra do clero para servir à soberba", <dizem:> "é teu". O que fazes, ó sumidade das letras e Aristarco de nossos tempos, que dás teu parecer acerca de todos os escritores? Então foi em vão que por tanto tempo estudamos e muitas vezes retiramos a mão à palmatória (i. e., frequentamos a escola). Saindo do porto, imediatamente encalhamos. Enfim, porque errar é humano e confessar o erro é sábio, tu, censor, quem quer que sejas, tu, mestre, suplico-te,

ticus, et Musarum, ut dicunt, eloquio comparandus. Completur in me tritum vulgi sermone proverbium: Oleum perdit et impensas, qui bovem mittit ad ceroma. Haec non est illius culpa, cuius sub persona alius agit Tragoediam; sed Ruffini et Melanii magistrorum eius, qui illum magna mercede nihil scire docuerunt. Nec reprehendo in quolibet Christiano sermonis imperitiam: atque utinam Socraticum illud haberemus: Scio, quod nescio; et alterius sapientis (Chilonis ut putatur): Teipsum intellige. Venerationi mihi semper fuit non verbosa rusticitas, sed sancta simplicitas. Qui in sermone imitari se dicit Apostolus, prius imitetur virtutes in vita illorum, in quibus loquendi simplicitatem excusabat sanctimoniae magnitudo; et syllogismos Aristotelis, contortaque Chrysippi acumina, resurgens mortuus confutabat. Caeterum ridiculum, si quis e nobis manens inter Croesi opes, et Sardanapali delicias, de sola rusticitate se iacet: quasi omnes latrones, et diversorum criminum rei, diserti sint: et cruentos gladios, Philosophorum voluminibus, ac non arborum truncis occultant.

corrige-me e traduz literalmente. Deverias, diz ele, dizer: "Era-nos necessário, diletos, não sermos levados pela opinião dos clérigos". Esta é a eloquência plautina, esta é a graça ática que, como dizem, deve ser comparada à linguagem das musas. Cumpre-se em mim o conhecido provérbio, na linguagem do povo: "Perde o óleo e as despesas aquele que manda um boi para os exercícios atléticos". Esta culpa não é daquele sob cuja máscara um outro representa a tragédia, mas é de Rufino e Melânia, seus mestres, os quais, por um grande preço, ensinaram-no a nada saber. E não censuro, em qualquer cristão que seja, a imperícia de linguagem, e oxalá considerássemos aquele socrático "sei que nada sei" e o "conhece-te a ti mesmo", de outro sábio, Quilão, como se pensa. Sempre foi de minha veneração não a verbosa rusticidade, mas a santa simplicidade. Aquele que se diz imitar os apóstolos na linguagem, antes imite em sua vida as virtudes deles, nos quais a grandeza da santidade escusava a simplicidade de falar, e um morto ressuscitado refutava os silogismos de Aristóteles e as sutilezas intrincadas de Crisipo. De resto, seria ridículo se alguém de nós, permanecendo entre as riquezas de Creso e as delícias de Sardanapalo, se jactasse apenas de sua rusticidade, como se todos os ladrões e réus de acusações diversas fossem cultos, se ocultassem as espadas ensanguentadas em volumes de filósofos e não em troncos de árvores.

XIII. Excessi mensuram epistulae, sed non excessi doloris modum. Nam qui falsarius vocor; et inter muliercularum radios et textrina dilanior, contentus sum crimen abnuere, non referre. Unde arbitrio tuo cuncta permitto; ut legas ipsam epistulam, tam Graecam quam Latinam: et illico intelliges accusatorum meorum naenias, et probrosas querelas. Porro mihi sufficit amicum instruxisse carissimum: et in cellula latitantem diem tantum expectare iudicii. Optoque, si fieri potest, et si adversarii siverint, Commentarios potius Scripturarum, quam Demosthenis et Tullii Philippicas tibi scribere.

13. Excedi a dimensão de uma carta, mas não excedia medida de minha dor, pois eu, que sou chamado de falsário e sou rasgado em pedaços entre as lanças e teares das mulherezinhas, estou contente em repelir a acusação e não revidar. Por isso, confio tudo a teu julgamento, para que leias a própria carta, tanto a <versão> grega quanto a latina, e compreenderás imediatamente as lamentações e queixas vergonhosas de meus acusadores. De agora em diante, me é suficiente ter instruído um amigo caríssimo e apenas esperar, retirado em minha cela, o dia do Juízo. E desejo escrever para ti, se for possível e meus adversários permitirem, antes comentários das Escrituras, do que filípicas de Demóstenes e de Túlio <Cícero>.

Considerações Finais

Muito embora a Carta 57 seja famosa entre muitos estudiosos de tradução, acreditamos que entre nós ela mereça ser mais conhecida, porque trata de certos problemas de tradução que até hoje geram discussão. Ou seja, questões como a literalidade ou não de uma tradução, a omissão ou acréscimo de termos, a paráfrase e a adaptação são fonte de divergência entre especialistas. Temos consciência de que muito mais poderia ser mostrado sobre a temática de tradução com base na obra de São Jerônimo. Por ora, limitamo-nos a mostrar que certas discussões que perduram até hoje tiveram início há séculos atrás e foram o alicerce dos estudos posteriores. Efetivamente, em qualquer área do conhecimento é importante que se faça um esforço para entender a trajetória histórica da matéria em questão, por meio do estudo de seus clássicos.

Bibliografia

- MARAVALL: *Jerônimo: tradutor da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1998.
 OUSTINOFF, M. *Tradução: história, teoria e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
 SAINT JÉRÔME. *Lettres*. Traduites en français par Grégoire et Collombet. Lyon: Librairie Catholique de Perisse Frères, 1837. T. 2: 140-183.

A tradução literária no diálogo entre culturas e literaturas

Iulia Leonárdovna Oboliénskaia¹

Tradução e revisão de Denise Sales² e Rodrigo Garay³

Sobre o papel da tradução no diálogo entre culturas. – A literatura traduzida como parte da história da literatura e cultura nacionais. – Os destinos das obras traduzidas. – A obra literária, o texto original e o texto traduzido. – Fronteiras e possibilidades da tradução. – O processo de tradução como comunicação estética interlinguística. – A interpretação feita pelo tradutor no contexto da época da criação do original

As inter-relações culturais e literárias entre os povos são dialógicas por natureza, mas o diálogo entre culturas pressupõe a participação de camadas mais ou menos amplas de comunidades linguístico-culturais e, por isso, ele não é possível sem a tradução; exatamente em traduções, as obras-primas da literatura universal foram lidas por um número muito maior de leitores no mundo todo do que o original em sua pátria. A literatura russa tornou-se um bem da cultura mundial graças, principalmente, a traduções; a maioria dos leitores e fãs dos escritores russos além das fronteiras da Rússia os conhece apenas através das traduções de suas obras. No século XIX, principalmente a partir de traduções das obras dos clássicos russos, os leitores estrangeiros extraíram as

1 Coordenadora e professora do Setor de Línguas Ibero-Românicas da Universidade Estatal de Moscou. Tradutora e pesquisadora em tradução, autora dos livros *Художественный перевод и межкультурная коммуникация* [Khudojestviennyi perevod i mejkulturnaia kommunikatsia; A tradução literária e a comunicação intercultural] e *Диалог культур и диалектика перевода. Судьбы произведений русской классической литературы XIX в. в Испании и Латинской Америке* [Dialog kultur i dialektika perevoda. Sudby proizvedeni russkoi klassitchieskoi literatury XIX v. v Ispanii i Latinskoi Amerike; O diálogo entre culturas e a dialética da tradução. O destino das obras da literatura russa do século XIX na Espanha e na América Latina].

2 Professora do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras, UFRGS.

3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da UFRGS.

primeiras informações sobre uma Rússia distante e exótica, antes ignorada. Na consciência dos leitores, o conteúdo dos textos da cultura nacional do outro era assimilado, aproveitado e invariavelmente apreciado como o harmonioso “espírito de uma época”, uma vez que os leitores, surpresos, encontravam, naqueles novos heróis e situações, algo que correspondia à sua própria percepção de mundo, e as obras, em si, respondiam exatamente às questões que mais os inquietavam naquele momento.

Ao se tornarem parte de uma literatura nacional, as obras traduzidas possibilitam o enriquecimento e o desenvolvimento dessa literatura e, por outro lado, é, em grande parte, graças a traduções que ocorre a disseminação de gêneros e estilos literários, de procedimentos artísticos etc. Desse modo, apesar do esforço das literaturas nacionais na busca da autoidentificação e da conservação da própria originalidade, ocorre entre elas uma proximidade, que, em certa medida, predetermina o caráter unificado do processo literário em países cujos contatos culturais têm longa tradição.

Assim, graças a traduções, a literatura russa tornou-se, no século XIX, um bem da cultura mundial, compondo o tesouro universal, que não consiste, de maneira alguma, em um repositório de objetos estáticos, de textos de cultura invariáveis, criados de uma vez por todas e para sempre. Os textos de cultura não só possuem a capacidade de dar vida a novos textos, como também vivem, eles próprios, eternamente, enriquecendo-se a todo tempo com novas ideias. A existência do texto de cultura apresenta-se como um processo dinâmico, no qual textos, autores e destinatários se encontram em uma infinita inter-relação dialética. A literatura russa do século XIX, que, em grande medida, determinou o rumo do desenvolvimento da literatura mundial no século XX, com certeza teria sido outro caso não tivesse se alimentado da herança artística de outras épocas e de outras culturas nacionais. A propósito, a influência da obra de escritores ingleses, alemães, franceses e espanhóis sobre a literatura e sobre os escritores russos mostrou-se não apenas diferente daquela ocorrida nos seus países de origem, mas, em parte, até muito mais forte.

É preciso considerar também que, entre textos de cultura, acontece uma “relação reversa”, que torna possível a influência mediatizada sobre a própria cultura. O mundo literário de Cervantes, por exemplo, assimilado artisticamente e revelado de modo novo na obra de escritores russos como Nikolai Vassílievitch Gógol, Ivan Serguêievitch Turguêniev e Fiódor Mikháilovitch Dostoiévski, chega à Espanha no limiar dos séculos XIX e XX e, em uma “luz refletida”, retorna à Espanha já na tradução das obras dos escritores russos citados, que, pela primeira vez, observaram, na obra imortal de Cervantes, aspectos anteriormente negligenciados ou, pelo menos, não tão valorizados na própria pátria. Pode-se concluir, com bastante segurança, que graças, em grande parte, aos escritores russos que descobriram uma nova e profunda concepção do donquixotismo

como atitude e filosofia de vida, ele ainda hoje exerce influência sobre a literatura e a vida espiritual do mundo e, inclusive, da Espanha.

Portanto, a tradução não é simplesmente uma nova interpretação do original. Ela dá ao texto original uma nova medida, introduz esse texto em outro sistema cultural, no qual existem outras orientações e “eixos de coordenadas”, e a própria tradução adquire, nesse novo sistema de coordenadas, uma vida completamente independente, nem sempre parecida com a vida do original.

A cultura, e também a língua, é, antes de tudo, um fenômeno social, é uma das forças de socialização do ser humano, e a sua natureza comunicativa manifesta-se em todos os seus acontecimentos ou manifestações. Pode-se apresentar a história da cultura como um processo de conservação e multiplicação de textos (manifestações) culturais em função da assimilação, comparação, aceitação ou não aceitação desses textos por determinada pessoa ou pela sociedade como um todo; além disso, pode-se falar em observação ou rejeição de textos de cultura somente nos limites de épocas concretas e fronteiras geográficas, pois o contexto do autêntico texto de cultura não pode ser enquadrado em molduras temporais (a época de sua criação) ou espaciais (determinada cultura nacional); o texto sempre se inscreve no contexto da cultura mundial, da cultura da humanidade.

As obras da literatura ficcional são parte importantíssima da cultura e, talvez sejam elas, principalmente, obras que não podem ser examinadas fora do contexto da cultura mundial; apenas esse contexto permite revelar toda a profundidade do pensamento da obra literária, permite conceder-lhe a possibilidade de uma vida eterna sempre nova. “[...] uma obra de literatura”, escreveu M. M. Bakhtin, “se revela, antes de tudo, na unidade diferenciada da cultura da época de sua criação, mas não se pode fechá-la nessa época: sua plenitude só se revela *no grande tempo*”⁴. Entretanto, a cultura de uma época, e qualquer cultura nacional, não pode ser examinada em toda a sua plenitude e totalidade como algo fechado e congelado, “a unidade de uma cultura, é uma unidade *aberta*”⁵. Por um lado, o caráter aberto da unidade da cultura nacional é a garantia de seu enriquecimento; por outro lado, ela se fundamenta também na própria natureza da arte, em cuja base está o desejo e a esperança do ser humano de descobrir mundos inexplorados ou de criar um mundo próprio, de entender a realidade que o cerca e de dar respostas próprias às questões que o inquietam. Além disso, os próprios textos de cultura interagem entre si, se enriquecem mutuamente, refletem choques de pontos de vista intercomplementares ou interexcludentes a respeito do mundo, choques de concepções e noções, ou seja, estabelecem relações dialógicas no interior da cultura.

4 Bakhtin, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 364.

5 Ibidem.

A história da cultura pode ser apresentada também como diálogo, do qual participam, de um lado, os criadores e as realidades assimiladas por eles e, de outro, os textos de cultura e os seus destinatários. Esse diálogo exclui a própria possibilidade de consumo da cultura por indivíduos passivos, pois os processos de criação e de recepção do texto de cultura são sempre criativos e ativos, fundamentados em relações dialógicas, caracterizados, em princípio, por um caráter incompleto e aberto. Por isso, o texto de cultura, criado por alguém, acaba por criar o seu próprio criador e também o seu receptor.

Além disso, ao recebermos um texto de uma cultura estrangeira, involuntariamente nós o comparamos com a nossa própria experiência, nós o enriquecemos com novos sentidos, dando-lhe, dessa forma, uma vida nova em um tempo e espaço novos. “A cultura do outro só se revela com plenitude e profundidade [...] aos olhos de *outra* cultura. Um sentido só revela as suas profundidades encontrando-se e contactando com outro, com o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de *diálogo*, que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas. Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos respostas a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades do sentido.”⁶

Trata-se aqui de diálogos e influências “locais” da cultura do outro sobre cabeças e almas de indivíduos concretos, ou seja, sobre todos nós, leitores do original e da tradução, tradutores e críticos, pesquisadores de literatura, redatores e editores. Nesse contexto, o conteúdo de um texto concreto reflete-se em nossa consciência na forma de sua projeção no momento concreto de nosso estado emocional e psicológico, fundamentado em numerosos fatores, entre os quais o mais importante é o contexto no qual se “inscreve” o texto da cultura do outro: o contexto histórico, cultural, social, político etc. Em essência, o Tempo é que lê o texto artístico, é ele que determina o resultado do contato cultural.

Esse diálogo entre culturas não deixa de lado nem os pesquisadores da literatura traduzida, que pertencem a seu próprio tempo e representam, acima de tudo, a própria cultura nacional: apoiando-se em determinada tradição cultural, o próprio pesquisador torna-se participante do diálogo e, em certa medida, parte integrante do objeto observado. Ele transfere a sua própria experiência ao objeto de estudo; os critérios de sua avaliação refletem as suas noções de ideal estético, a sua postura de vida. Por isso, é bastante natural que raramente haja coincidência entre as conclusões tiradas, de um lado, por críticos e historiadores da tradução e da literatura e por leitores comuns, que avaliam as obras traduzidas “a partir do interior” da cultura receptora, e, de outro lado, por pesquisadores da história da tradução, “a partir de fora” (representantes da cultura

⁶ Ibidem, p. 366.

assimilada, por exemplo). E também por essa razão se mostram tão complexas a busca de critérios de avaliação de determinada tradução e a compreensão do papel e significado, na história da tradução, das obras de determinado escritor e, às vezes, também da literatura nacional como um todo.

É difícil avaliar de modo novo o papel da tradução literária no diálogo entre culturas, na troca de valores culturais e espirituais. Há mais de dois mil anos, as culturas não só traduzem textos de outras culturas; depois de assimilar esses textos, elas traduzem a cultura do outro na sua própria língua. Com a invenção da imprensa, a tradução de textos literários tornou-se, essencialmente, o principal recurso internacional da comunicação de massa, pois as tiragens de edições estrangeiras das grandes obras da literatura geralmente ultrapassam significativamente a tiragem do original.

O tradutor e historiador de literatura V. V. Rakhmanov⁷, já em 1933, analisando o destino de obras de autores russos na Espanha, comentava que a “literatura traduzida atinge massas de leitores, leva-os a um novo círculo de interesses, estimula neles novos gostos, ensina-lhes novos procedimentos estilísticos, novos meios de atuação artística. Valieri Iakovlevitch Briússov (1873-1924), destacado poeta russo do ‘Século de Prata’, no prefácio à edição de suas traduções (1924) de Edgar Allan Poe, expressou-se categoricamente: ‘Há muito foi comprovado definitivamente que os escritores estrangeiros só em traduções exercem verdadeira influência sobre a literatura’”.

Se considerarmos a história da literatura em um sentido amplo, ou seja, como a história do pensamento sociofilosófico nacional consolidado na palavra, história essa que reflete a visão de mundo linguístico-conceitual nacional, e considerarmos também as particularidades da consciência religiosa e poética popular, chegaremos à conclusão de que a literatura traduzida desempenha um papel importantíssimo na interação entre culturas e línguas, principalmente nos momentos críticos do desenvolvimento das culturas nacionais. A história das traduções realmente permite acompanhar o desenvolvimento da língua e da literatura nacionais; entretanto, mais importante ainda é o fato de que a literatura traduzida, ao refletir as demandas e o nível de desenvolvimento da sociedade no momento da criação da tradução, sempre soluciona questões colocadas pela literatura para cuja língua se traduz e torna-se parte indissociável da história da literatura e da cultura nacional como um todo.

O poeta alemão Johannes Robert Becher (1891-1958) afirmava que “é impensável uma literatura nacional significativa sem uma boa literatura traduzida. A presença de uma cultura de tradução de alto nível possibilita o crescimento da literatura nacional e a definição do próprio caráter nacional dessa

⁷ Artigo publicado na revista *Язык и Литература* [iazyk i literatura; língua e literatura], n. V, Leningrado, 1933, p. 330-342.

literatura”⁸. O famoso escritor latino-americano Jorge Luis Borges, ele próprio tradutor de várias línguas para o espanhol, também considerava que, através da tradução, é possível elaborar imagens e cânones da literatura nacional; ele via a própria tradução como uma forma de criação de cultura e enriquecimento da língua. O surgimento e o desenvolvimento das literaturas nacionais da América Latina podem servir de confirmação da propriedade dessas observações⁹.

Grandes escritores russos, como Aleksandr Serguéievitch Púchkin (1799-1837), Mikhail Iúrievitch Liérmontov (1814-1841), Liev Nikoláievitch Tolstói (1828-1910), Fiódor Mikháilovitch Dostoiévski (1821-1881), ocuparam-se de traduções, considerando-as como um tipo específico de “exercício literário”. Com muita frequência, principalmente no caso da poesia, essas traduções ou obras *inspiradas* no original transformaram-se em obras-primas autorais originais. É o caso de 1) “Iz Goethe”¹⁰ na tradução de Liérmontov e 2) Parny¹¹ na interpretação de Púchkin – as duas obras adquiriram valor estético próprio. Do mesmo modo, traduções de clássicos em prosa com frequência refletiam mais plenamente a individualidade do tradutor do que a do autor do original. São assim, por exemplo, as traduções feitas por Tolstói de trechos de *A sentimental Journey through France and Italy*¹², de Lawrence Stern, e de *Le port*, de Guy de Maupassant (“Francoise”¹³, na tradução de Tolstói) ou de *Eugénie Grandet*, de Honoré de Balzac, na tradução de Dostoiévski.

O estudo da história das traduções ajuda a determinar o papel e o lugar, na cultura receptora, de textos de culturas de outras nacionalidades. Todas as traduções sempre refletem, em determinada medida, o estado da língua nacional e as paixões literárias e artísticas de uma sociedade em determinada etapa de seu desenvolvimento, e, assim, ajudam a compor o quadro da vida espiritual e intelectual dessa sociedade. A história das traduções é indissociável da história da língua e da cultura como um todo e, portanto, ela não pode se limitar à descrição de etapas e métodos de tradução, à caracterização e avaliação das próprias traduções ou à determinação das escolas de tradução e da atividade de determinados tradutores.

Além disso, a própria literatura traduzida, que se apresenta de modo seriado, ou seja, em uma série de interpretações de um mesmo original, e não admite a

8 Becher, J. R. В защите поэзии [V zaschitu poezii; Em defesa da poesia]. Moscou, 1959, p. 63.

9 Em entrevistas e textos, o próprio Borges mais de uma vez indicou que a sua própria cultura se fundamentava em traduções. Mais detalhes sobre as opiniões frequentemente paradoxais de L. Borges a respeito da tradução (por exemplo, a opinião de que o original pode “não ser fiel à tradução”), encontram-se nos artigos “Sobre el doblaje”, “El enigma de Edward Fitzgerald”, “Las versiones homéricas” e também em “Un ensayo autobiográfico” e em muitos de seus contos.

10 Em russo, “Из Гёте” [Iz Goethe]. Tradução (1840) do poema “Ein gleiches” (1780).

11 Évariste Désiré de Forges, visconde de Parny (1753-1814). Poeta francês.

12 Em russo, *Сентиментальное путешествие* [Sentimentalnoe putechestvie].

13 Em russo, “Франсуа” [Francoise].

possibilidade da criação de uma tradução definitiva, presta-se, da melhor maneira possível, a representações do diálogo entre o criador do original e o criador da tradução e das relações dialógicas entre o original imutável e ímpar (no sentido de sua completude e valoração como obra do discurso) e as respostas em constante mutação suscitadas por ele, ou seja, as traduções, baseadas na personalidade do tradutor e em um contexto histórico-cultural concreto.

Seria um engodo ou, no mínimo, uma simplificação apresentar a história das traduções como um processo progressivo, em que as traduções seriam multiplicadas e aperfeiçoadas e em que cada tradução subsequente se apresentaria como melhor do que a anterior, ao mesmo tempo em que um maior número de traduções automaticamente garantiria melhor qualidade. A tradução torna-se um fato da cultura receptora que reflete a especificidade da situação histórico-cultural concreta do país. As qualidades e defeitos de uma tradução dependem tanto da tradição literária e tradutória do país, quanto da tradição da recepção e da valoração do texto traduzido e ainda da “moda literária” (se consideramos esse conceito como preferências estéticas dominantes que regulam, além do que já foi citado, a definição do “bom gosto”) e, finalmente, das capacidades do próprio tradutor.

No cenário cultural, o surgimento de uma nova tradução está longe de significar o desaparecimento da anterior; via de regra, as novas traduções não substituem nem suplantam as antecessoras, mas sim coexistem com elas; aliás, as traduções antecedentes, além de afetarem aquelas que as sucedem, também formam leitores, definem gostos e hábitos literários. Devemos lembrar ainda que o papel e o grau de influência de uma tradução sobre as posteriores não é diretamente proporcional à sua qualidade. Não é fácil para críticos, nem para leitores, abandonar uma visão familiar e querida de certa obra literária; é provável que eles não aceitem um novo Cervantes, Flaubert, Dickens ou Gabriel García Márquez; o costume ou a nostalgia em relação a representações anteriores (da época da infância ou da juventude) de determinado autor e o conhecido conservadorismo dos leitores costumam corroborar a iniciativa das editoras de publicar traduções já “aplaudidas”; nesse aspecto, questões econômicas não ficam em último lugar nas considerações editoriais. Convém observar ainda que traduções posteriores nem sempre se mostram melhores do que as anteriores em termos de qualidade.

O conflito e a complexa interação entre as posições de tradutores, editores e leitores, que inevitavelmente atualizam e, ao mesmo tempo, limitam o sentido do original, sempre se refletem no caráter e na qualidade da nova tradução ou na decisão de publicar uma tradução já existente. Com muita frequência, portanto, traduções mais recentes, inclusive quando revelam algum sentido novo do original, são apenas interpretações contemporâneas à sua época, não são necessariamente nem mais completas, nem mais profundas, mas somente mais carac-

terísticas de determinada época. Sendo assim, a tradução está condenada a uma vida curta, ainda que brilhante, em comparação com a vida eterna do original.

A história das traduções, inscrita na história da cultura nacional, corresponde plenamente às etapas básicas do desenvolvimento desta última, concretiza-se em dado momento histórico da política sociocultural também como prioridade estética de uma época. A história das traduções apresenta-se como forma de desenvolvimento de um diálogo aberto entre culturas capaz de criar a possibilidade de “documentação” desse diálogo, de reprodução do seu conteúdo em réplicas isoladas – as traduções –, de avaliar o papel de cada um dos participantes e intermediários. A existência ou não de certa demanda por um texto em determinada época histórica, em determinada nação ou por certas pessoas está longe de ser casual. Sendo assim, na história das traduções, ainda que possam parecer fortuitos, os fatos são, via de regra, regidos por leis e estão subordinados a uma lógica; em nosso modo de ver, também os modelos de aculturação, ou seja, os rumos e as particularidades da penetração da obra de um autor estrangeiro ou de toda uma literatura estrangeira em uma cultura de outra língua regem-se por leis específicas.

Os textos de cultura são assimilados durante toda a história da sua recepção e incorporação a culturas de outras nacionalidades. E esse processo não está ligado, necessária e unicamente, à história de suas traduções para a língua da cultura receptora. Igualmente importante é o fato de que a aculturação pode acontecer através da ativa mediação linguística e cultural de uma “terceira parte”, que apresenta à “parte interessada” os textos desconhecidos, na forma de traduções na sua língua nacional e com avaliações de sua própria crítica, ou seja, essencialmente, com o reflexo do texto original no espelho da sua própria cultura e da sua própria visão linguística do mundo¹⁴.

O destino da obra literária é tão singular quanto o destino do ser humano. A tradução para outra língua torna-se não apenas uma virada no destino do original, mas também lhe dá outra vida em uma nova fisionomia linguística. As traduções, convivendo com o original em vários contextos culturais, vencem o tempo e o espaço. Elas dão à obra literária a possibilidade de adquirir uma quantidade infinita de novas vidas. Além disso, o destino da obra em sua própria pátria geralmente não se parece com o destino de suas traduções. Muitos ficariam surpresos em saber que os artigos de Liev Nikoláievitch Tolstói “Em que consiste a minha fé?”¹⁵ e “O reino de Deus está dentro de vós”¹⁶, que influenciaram tão

14 Sobre o papel da mediação francesa e alemã e das traduções “indiretas”, veja Obolenskaia, Iú. L. “Художественный перевод и межкультурная коммуникация” [Khudojestvennyi perevod i mejkulturnaia kommunikatsia; A tradução literária e a comunicação intercultural]. Moscou, 2014, 4ª ed.

15 No original: “В чём моя вера” [V tchiom moiá viera].

16 No original: “Царство Божие внутри вас” [Tsarstvo Bojie vnutri vas].

fortemente a visão de mundo dos leitores das décadas de 1920 a 40 no Velho e no Novo Mundo, não são muito conhecidos do grande público russo.

Então isso quer dizer que o destino da obra traduzida depende mais da consonância com a época e com as tradições da cultura receptora do que com o talento e o esforço do tradutor? Por que será que algumas obras, depois de traduzidas, entram na cultura da outra língua, ocupando solidamente o seu espaço, de modo que as traduções subsequentes apenas confirmam que elas são atuais e imprescindíveis para os leitores, enquanto traduções de outras obras, não de menor qualidade, com o tempo transformam-se em objetos de museu, que interessam de fato apenas a especialistas?

Sabe-se que as obras de qualquer escritor estrangeiro podem ser “exportadas” para culturas receptoras ou até “impostas” a essas culturas. De que depende a sua penetração no novo solo? O que faz com que elas se tornem próprias do novo leitor, compreendidas por ele e necessárias a ele? De que modo elas podem influenciar o desenvolvimento da literatura nacional e a vida intelectual de seus mediadores culturais?

Boris Mikháilovitch Eikhenbaum (1886-1959), um dos líderes da “escola formalista” russa afirmava que “não ocorre nenhuma influência, no verdadeiro sentido dessa palavra, pois o autor estrangeiro é enxertado em outro solo a convite e não por vontade própria. A questão limita-se à assimilação de alguns procedimentos, cuja necessidade já é sentida por movimentos literários locais, ou à adoção de um material necessário”¹⁷. Nessa afirmação, sem dúvida questionável e indiscutivelmente polêmica – esta foi uma das réplicas de Eikhenbaum ao historiador da literatura Víktor Maksímovitch Jirmunski (1891-1971), em suas discussões a respeito da ação e influência de escritores estrangeiros sobre os russos, em particular, sobre Púchkin e Liérmontov, e a respeito do caráter da inter-relação entre as literaturas nacionais –, é importante a certeza constatação de Eikhenbaum de que a influência do autor estrangeiro só é possível quando o movimento literário nacional e a sociedade como um todo estão preparados para a recepção de uma nova problemática; quando sente necessidade de reformulação, a literatura nacional busca novos temas, procedimentos e métodos. Aliás, a reflexão de Eikhenbaum sobre o fato de que “em qualquer literatura, surge periodicamente a necessidade de materiais de outros, que passam a ser vertidos no leito do rio nacional” (Eikhenbaum, op. cit.:167) não se contrapõe nem um pouco a este trecho de Jirmunski: “Nenhuma grande literatura se desenvolveu fora da interação viva e criativa com literaturas de outros povos”.

Em essência, devemos falar não da influência de determinado mundo literário sobre outro, mas da interação entre eles. Essa interação pode aconte-

17 Eikhenbaum, B. M. *O literaturnye* [O literature; Sobre literatura]. 1987, p. 161, 162.

cer no momento de um contato direto ou indireto (mediado) entre culturas, começando sempre pelo contato de um indivíduo isolado com determinado texto de cultura. Justamente por essa razão é fácil acompanhar a influência de um autor sobre a literatura ou a cultura receptora nos primeiros anos, ou décadas, de contato com a sua criação. No momento do primeiro contato direto com um texto de cultura até então desconhecido, manifesta-se plenamente o princípio construtivo desse texto, que altera a representação cultural da sociedade e do indivíduo a respeito de algo já conhecido ou então abre um novo mundo de imagens e pensamentos. Esse novo mundo, uma vez compreendido e assimilado por outro artista, ganha nova interpretação e, naturalmente, sofre alterações muito significativas. Dessa forma, os textos de cultura, que apresentam um tipo específico de modelo da realidade a partir da posição da sua própria cultura – tese do estruturalista russo Iúri Mikháilovitch Lotman (1922-1993) –, na interação com a consciência criadora de um indivíduo de outra cultura, concretiza a sua qualidade básica, ou seja, a “construtividade”, que complementa ou modifica a visão de mundo dos representantes da cultura que recebem esses textos.

A partir daí, o texto da outra cultura torna-se patrimônio de uso cultural nacional e, portanto, na literatura nacional, é mais difícil encontrar sinais externos de semelhança. No entanto, isso não significa que a influência da obra assimilada desapareceu ou perdeu força; na verdade, a interação entre as culturas simplesmente leva à criação de um novo sistema de coordenadas culturais, ou, mais precisamente, a uma unidade de fatos de cultura interfundamentados, diante da qual cada novo texto de cultura (traduzido ou original) torna-se consequência daqueles já existentes e, ao mesmo tempo, estímulo para a criação de novos. E todos eles, em conjunto, formam a visão de mundo daquela cultura, refletida na obra de cada artista nacional.

Seria ingenuidade determinar o grau de influência de *Dom Quixote* sobre determinado escritor russo do século XX, buscando, por exemplo, semelhanças nos traços de caráter e comportamento dos personagens, pois todo o conteúdo artístico-ideativo da obra espanhola tornou-se também parte fundamental do mundo da cultura russa e do quadro geral do mundo, assim como aconteceu com o conteúdo de *Guerra e paz* ou de *Hamlet*. Consequentemente, é preciso examinar os problemas da influência de um autor estrangeiro ou de determinado texto de cultura no plano da interação entre as culturas. Nesse contexto, adquire significado especial o estudo do caráter e das particularidades dessa interação, em especial, das particularidades da “radicação” da criação de um autor concreto ou de uma obra em um novo solo, pois, de forma significativa, é disso que depende o seu papel na cultura receptora.

O pensamento de Boris Eikhenbaum sobre a inclusão do autor estrangeiro na cultura nacional “a convite” e não “por vontade própria” tem importância

também para a avaliação correta do papel dos popularizadores da literatura russa no Ocidente. É amplamente conhecido e altamente reconhecido o papel de propagandista desempenhado por Turguêniev, Prosper Mérimée, Melchior de Vogüé, Alexandre Dumas e outros literatos russos e estrangeiros na atividade de divulgação da literatura russa na Europa¹⁸. Entretanto, a “ausência de demanda” de obras de alguns escritores russos não pode ser explicada pela “propaganda” ruim de sua obra ou pela falta de atenção de tradutores e editores. Infelizmente, até os dias de hoje, os leitores de língua espanhola praticamente não conhecem as obras da maioria dos russos, como Liermontov e outros escritores destacados do século XIX, a saber, Ivan Aleksándrovitch Gontcharov (1812-1891), Mikhail Evgráfovitch Saltykov-Schedrin, Aleksandr Nikoláievitch Ostróvski (1823-1886), Nikolai Semiônovitch Leskov (1831-1895) e também muitos escritores do século XX. Convém ressaltar que o resultado da atividade dos propagandistas da literatura russa no Ocidente sempre dependeu diretamente da sua capacidade de compreender e antecipar as questões sociais e culturais dos leitores estrangeiros.

É claro que apenas uma análise ampla da história da cultura nacional pode determinar os motivos da gradual diminuição da popularidade do escritor russo mais amado na Espanha e na América Latina no século XIX – Ivan Serguêievitch Turguêniev – ou o menosprezo com que foi tratada a obra de Dostoiévski até os anos 30 do século XX. É preciso analisar e comparar uma série de fatores que fundamentam as particularidades do destino de determinado texto de cultura no solo de outra língua e, mais precisamente, na consciência do leitor educado em determinada tradição cultural, sempre representante de sua época, inseparável da visão de mundo que lhe permite a própria língua.

A demanda da obra de outra cultura baseia-se, antes de tudo, na capacidade dessa obra de responder às perguntas que, em dado momento, inquietam a sociedade e o indivíduo; além disso, as verdadeiras obras de arte sobrevivem a seu tempo, mas a sua ação e possibilidade de introdução numa relação dialógica não pode se limitar apenas a alguns recortes temporais.

Como já foi mencionado, a tradução de textos de culturas sempre atualiza a interpretação do conteúdo do texto do original feita pelo tradutor, sendo, desse modo, um documento da sua época. Podemos nos perguntar, então, o que leitor valoriza em primeiro lugar nesse documento: a atualidade, a novidade, a consonância com suas próprias ideias e sentimentos, a beleza e harmonia insuperáveis?

¹⁸ Esses escritores franceses, assim como Turguêniev, adaptaram obras de escritores russos, mudando-as a ponto de torná-las irreconhecíveis, movidos pelas próprias convicções a respeito do bom gosto. Nesse aspecto, sofreram, particularmente, “os bárbaros geniais” – Dostoiévski e Tolstói; o próprio Turguêniev participou da criação de uma imagem romantizada da obra do Púchkin. Veja detalhes em Obolińskaia, Iu. L. *Художественный перевод и межкультурная коммуникация* [Khudojestvenni perevod e mejkulturnaia kommunikatsia; A tradução literária e a comunicação intercultural]. Moscou. 4a edição, 2014.

De modo geral, falar sobre os motivos da paixão do leitor pela literatura estrangeira traduzida é bastante complicado. Quando perguntamos aos leitores qual é o seu escritor ou a sua obra preferida, a grande maioria cita não uma obra traduzida, mas uma obra lida por ele no original e, via de regra, na língua natal. Desse modo, para o leitor russo, o escritor preferido geralmente é um russo; para o inglês, um inglês ou americano; para o espanhol, um espanhol ou latino-americano que escreve em espanhol. E a questão aqui não se resume à semelhança entre a visão de mundo dos leitores e do autor ou à semelhança entre as suas posições estéticas e ideativas ou à proximidade psicológica etc. Não é menos importante o fato de que, para o leitor que recebe o texto de dentro da visão de mundo ali concretizada e que possui a mesma memória histórica e artística geral do autor, o texto na língua natal sempre terá mais conteúdo e plenitude informativa, o seu subtexto será mais transparente, as alusões do autor serão percebidas com mais facilidade, em versos será mais visível uma série de associações, etc.

Ao abrirmos um livro em cuja capa está escrito o nome do autor e o nome da obra, por exemplo, “Gargântua e Pantagrue”, de Rabelais, compreendemos que ele é uma tradução, mas nem sempre refletimos sobre o fato de que diante de nós está uma *projeção do conteúdo* do original, disposto pelo tradutor em uma nova forma linguística que cria apenas um substituto temporal (feliz ou infeliz) da criação genial. Esse substituto vai depender da experiência de vida e de língua de seu criador, de sua postura de vida, de seu gosto literário, de seu estado de espírito no momento da criação da tradução etc. Ao lermos originais de textos literários em diferentes períodos de nossas vidas, em diferentes idades, estados de espírito e circunstâncias, nós os recebemos e interpretamos de modos diferentes. Samuel Coleridge, representante do romantismo inglês e intérprete sagaz de Shakespeare, observou com perspicácia que, ao ler Shakespeare quase diariamente ao longo de cinquenta anos, “a cada novo conhecimento adquirido, a cada frutífera reflexão, a cada manifestação original da vida, ele descobria invariavelmente correspondentes avanços na sabedoria e sensibilidade de Shakespeare”¹⁹.

Exatamente no caráter aberto e nas múltiplas possibilidades de interpretação do texto de cultura, e ainda no fato de que a própria interpretação está indissociavelmente ligada ao autoconhecimento do interpretador, encontra-se a garantia da eterna atualidade da obra de arte. Os textos traduzidos, ao se tornarem fenômenos da cultura receptora, dão continuidade à existência da obra artística original, enquanto a verdadeira essência do texto, segundo Bakhtin, “sempre se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos”. O diálogo entre culturas, essencialmente aberto e infinito, cria um contexto inconcluso e ilimitado, no qual interagem os textos dos originais e das traduções.

¹⁹ Coleridge, S. T. *Obras reunidas*. 1987. p. 216.

Ao realizar uma tradução, o tradutor inevitavelmente defronta-se com uma contradição básica e insuperável: a obra literária clássica, consistindo em um sistema único e autodesenvolvido, supera as fronteiras temporais da sua época e revela-se pleno em possibilidades inesgotáveis de sentido, que não podem ser concebidas e demandadas completamente pela época da criação da tradução. Ao revelar cada novo sentido de uma obra-prima, a tradução determina, em certa medida, o seu destino na tradição cultural que a recebe. Ao atualizar o sentido da obra, o tradutor, simultaneamente, “arranca-a de suas raízes”; a transferência para um novo contexto histórico-cultural priva a obra literária do contexto particular da sua época, o que, inevitavelmente, leva ao estreitamento semântico do original e, às vezes, ao seu empobrecimento.

Convém não esquecer que, no texto original (assim como em qualquer obra discursiva), refletem-se um conteúdo e um subtexto que não foram concebidos de modo plenamente consciente pelo próprio autor, e a sua reconstrução nem sempre está ao alcance do tradutor. Já no processo de criação do novo texto, o tradutor, por sua vez, cria um novo subtexto, do mesmo modo em parte concebido inconscientemente por ele, mas compreendido por seu leitor contemporâneo.

Parafraseando a famosa sentença do filósofo espanhol Ortega e Gasset, “Yo soy yo y mi circunstancia”, posso afirmar que, assim como o ser humano, cada tradução é a tradução e as suas circunstâncias, mesmo que, com frequência, elas não sejam reconhecidas. O novo subtexto, baseado na personalidade do tradutor e em “suas circunstâncias”, manifesta-se, por exemplo, nas traduções para a língua russa que Mikhail Leonídovitch Lozinski (1886-1955) e Boris Leonídovitch Pasternak (1890-1960) fizeram do famoso monólogo de Hamlet. Em comparação com a tradução de Lozinski, o texto de Pasternak rebaixou as imagens em resultado da mudança das metáforas. Desse modo surgiu um novo subtexto, que refletia o próprio destino do poeta-tradutor.

A contradição dialética entre a obra artística *dentro da sua época* e a tradução que se encontra *em outro tempo* baseia-se no fato de que não são possíveis duas interpretações idênticas de uma mesma obra nem mesmo em um único contexto histórico-cultural. Dessa forma, aquilo que dá vida eterna e novidade a uma grande obra, a sua sempre nova interpretação pelo leitor, ao se materializar na forma do texto traduzido, historicamente fundamentado e psicologicamente determinado, condena essa tradução à temporalidade e ao caráter serial.

Nos limites do processo literário nacional, a especificidade da literatura traduzida é determinada pelo inevitável *caráter serial da tradução como meio de sua própria existência*. A natureza da tradução – de comunicação secundária, não no sentido de inferior, mas de decorrente de outra – pressupõe o potencial de promover múltiplas materializações de uma única obra original.

A unidade dialética entre a obra literária e a sua tradução pressupõe lutas e interinfluências entre duas (e, às vezes, três, no caso da tradução indireta)

visões de mundo, dois (ou três) sistemas linguísticos e artísticos, duas (ou três) concepções da realidade – do criador do original, do criador da tradução (e, às vezes, do criador da primeira tradução) –, duas ou três concepções da reprodução artística dessa realidade. Pressupõe também a luta do particular com o geral, despertada pelo esforço do tradutor em reproduzir uma impressão estética plena e, ao mesmo tempo, conservar todas as particularidades estilísticas do original.

Além disso, é indubitavelmente artístico o caráter do processo da tradução, que se apresenta como um tipo específico de comunicação discursiva, limitada, por um lado, pelas possibilidades e fronteiras da interpretação do conteúdo do texto do original (ou seja, pela compreensão e avaliação subjetiva que o tradutor faz da obra discursiva concreta) e, por outro, pela orientação para um novo destinatário, um novo leitor, formado em outra tradição literária.

Desde os tempos antigos até os nossos dias, com suas reflexões e tentativas de generalizar os resultados da prática tradutória, o tradutor busca solucionar as contradições dialéticas inerentes à tradução como tipo específico de atividade humana. Essas contradições permeiam as relações entre a obra literária e a sua tradução, entre duas personalidades – a do criador do original e a do criador da tradução, entre a traduzibilidade possível por princípio e a impossibilidade da criação de uma tradução ideal ou “definitiva”, entre sistemas linguísticos, tradições histórico-culturais, idioletos do autor do original e do tradutor etc.

A atividade do tradutor apresenta-se como um tipo específico de criação, pois, por sua natureza, essa criação é uma obra *secundária*; em essência, o tradutor não cria, mas sim reproduz um valor estético já existente no original; a tarefa do tradutor é *refletir o refletido* no original em toda a plenitude possível e sem perdas notáveis. O produto de sua criação pode se tornar, é claro, um bem de valor estético, mas a sua novidade e originalidade serão extremamente relativas.

É impossível compreender a dialética das inter-relações entre dois mundos artísticos – do original e da tradução –, assim como o mundo das inter-relações entre os seus criadores, sem ter plena consciência do que é o original, sem delimitar as noções de *texto original* e de *obra literária*, como valores estéticos. Quando abordam esses dois conceitos de modo indiferenciado, como infelizmente se faz em muitas pesquisas no campo da tradução literária, com frequência, chegam à conclusão, amplamente disseminada, de que o processo de tradução é, em essência, uma “recriação da obra original”.

Nessa conclusão, utilizam erroneamente o conceito de “recriação”; em primeiro lugar, porque é possível recriar (a partir de fragmentos, de lembranças etc.) apenas *aquilo que se perdeu*, mas não uma obra de arte que ainda *existe*; além disso, a utilização do termo “recriação do original” em relação à tradução literária reflete a ideia utópica da possibilidade de *recriação* de qualquer obra de arte em qualquer material: por exemplo, recriar a Vênus de Milo em madeira ou recriar um templo antigo em concreto.

Edward Sapir observa a esse respeito: “A língua é o material da literatura assim como o mármore, bronze ou argila é o material usado pelo escultor. Uma vez que cada língua tem particularidades bem específicas, também há, em cada literatura, limitações e possibilidades formais que nunca coincidem inteiramente com as limitações e possibilidades de nenhuma outra literatura. O escritor pode até não ter consciência de ser limitado, estimulado ou dependente dessa matriz, mas assim que se coloca a questão da tradução de sua obra para outra língua, a natureza da matriz original logo se dá a conhecer. Todos os seus efeitos foram calculados ou fundamentados intuitivamente em uma dependência formal em relação ao ‘gênio da língua natal’; eles não podem ser expressos por meio de outra língua sem serem submetidos a um dano ou mudança”²⁰.

A obra literária tem um valor estético único, ela pode ser recriada apenas pelo próprio autor (na forma de cópia) e *reproduzida* somente por outro sujeito, que, ao se basear na própria experiência e na própria memória, reproduz *a sua impressão* da obra ou, segundo a definição dos psicolinguistas, *projeta o original*. Consequentemente, a reprodução do texto literário pela tradução consiste na reconstrução de seu *conteúdo atualizado* em uma nova forma linguística.

A tradução é, por essência, uma interpretação do original. Ela não se assemelha à atuação de um ator (comparação feita com frequência em trabalhos sobre tradução), pois o desempenho do ator se baseia na recepção do espectador, diante do qual o gesto se mostra, às vezes, mais importante do que a palavra. A tradução assemelha-se à execução de uma obra musical, cuja partitura é única e insubstituível, nunca muda, mas, ao mesmo tempo, está sempre aberta a uma nova leitura (interpretação) por parte de um novo regente ou músico. E, à semelhança do maestro, que muda a composição da orquestra ou do instrumento nas mãos do executante, o tradutor *muda o instrumento*, ou seja, ele toca a obra em outra língua. É claro que a *Passionata* pode ser tocada no violino e provocar, no ouvinte, uma emoção igualmente forte, mas ela será assim necessariamente outra. A concepção ou tratamento da obra executada também será diferente, pois um músico virtuoso vai conseguir extrair dela um novo sentido latente.

Essa importantíssima qualidade da tradução-interpretação – a qualidade de revelar novos sentidos potencialmente colocados na obra original e, às vezes, ignorados conscientemente pelo autor – fundamenta a existência de uma “relação reversa” entre a tradução e o original, cujo significado é sublinhado pelo inglês Theodore Horace Savory, estudioso da tradução: “[...] Duas traduções de uma mesma obra contribuem não duas, mas quatro vezes mais para a sua compreensão”²¹. Piotr Buriukov, biógrafo de Liev Toslói, conta que o

20 Sapir, E. *Trabalhos reunidos sobre linguística e culturologia* [Избранные труды по языкознанию и культурологии]. Moscou, 1993, p.196.

21 Essa observação notável foi feita por Savory em palestra no Simpósio Soviético sobre Questões de Tradução, realizado em Moscou, em 1956.

escritor russo disse “ter sentido de novo toda a força do gênio poético de Púchkin apenas após ter lido o ‘Cigano’ na tradução poética francesa”²². No entanto, o valor estético da tradução não pode ser comparado ao valor do original; além disso, a função deles é diferente: as traduções, inclusive quando têm vida longa e aprovação dos leitores, sempre exercem a função real de intermediário entre o texto original e certo leitor *generalizado*, contemporâneo da tradução.

Dessa forma, dizer que a essência do processo de tradução é a recriação da obra literária está metodologicamente errado e significa que não foram bem compreendidas as particularidades e as diferenças entre esses dois processos artísticos – o processo de criação do texto original e a sua reprodução na tradução – e que também não foram compreendidas a natureza e as funções da obra literária e de suas traduções, que são realizações concretas de novos textos, a partir de um novo material linguístico, realizações essas objetivamente limitadas por um contexto histórico-cultural e subjetivamente fundamentadas na personalidade do tradutor.

É evidente que grande parte da obra literária está fora dela mesma, *ao seu redor*, e o próprio texto dessa obra sempre reflete os esforços cognitivos de um sujeito, direcionados igualmente à compreensão do mundo que o cerca e de si mesmo. Por esse motivo, Mikhail Bakhtin observou que “o texto – impresso, manuscrito ou oral = gravado – não se equipara a toda a obra em seu conjunto (ou ao “objeto estético”). A obra é integrada também pelo seu necessário contexto extratextual. É como se ela fosse envolvida pela música do contexto axiológico-entonacional, no qual é interpretada e avaliada (é claro que esse contexto muda conforme as épocas da percepção, o que cria uma nova vibração da obra)”²³. No mesmo livro, ele escreve: “Como já dissemos, uma obra de literatura se revela antes de tudo na unidade diferenciada da cultura da época de sua criação, mas não se deve trancá-la nessa época: sua plenitude só se revela em um *tempo ampliado*. [...] Trancar a obra em uma única época impede a compreensão de sua vida futura nos séculos subsequentes; essa vida apresenta-se como uma espécie de paradoxo. As obras rompem as fronteiras do seu tempo, vivem através dos séculos, ou seja, em um *tempo ampliado*; além disso, com frequência (e sempre no caso das grandes obras), nesse tempo a sua vida é mais intensa e plena do que no momento da sua criação... No processo da vida *post mortem*, elas se enriquecem com novos significados, novos sentidos; é como se essas obras superassem aquilo que foram na época da sua criação”²⁴.

Além disso, a reprodução do original na interpretação do tradutor é orientada para uma imagem generalizante do leitor “médio”, que, às vezes, desco-

22 Biriukov, P. I. *Биография Л. Н. Толстого* [Biografia L. N. Tolstogo]. 1923.

23 Bakhtin, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2011, p. 406.

24 Ibidem, p. 362-364. Itálico do autor.

nhece não só a obra daquele autor, mas também aquela outra tradição cultural. Ao tentar fazer com que a comunicação seja acessível à compreensão do leitor, o tradutor tenta prever as possíveis indagações deste. Por isso, entre os dois caminhos possíveis de transmissão da informação original, que condicionalmente chamamos de *inovador* ou *inovado* (cujo objetivo é transmitir a novidade do original) e *adaptado* (cujo objetivo é adequar o original ao gosto e aos hábitos do leitor), o tradutor costuma escolher este último, com medo de não ser compreendido e de ser acusado de infringir as normas da língua natal.

Dessa forma, o tradutor propõe ao leitor a sua própria interpretação do texto, que, em essência, é resultado das reflexões e inquietações que o original despertou nele. Assim, a reprodução do texto sempre pressupõe a sua localização, complementação e explicação, o estreitamento de seu significado. Geralmente, a consequência disso é uma mudança significativa e um enfraquecimento da ação emocional e estética do texto.

A tradução apresenta-se como uma comunicação transmitida por *outro* sujeito a *outro* destinatário em *outra* situação, ou seja, é uma *nova* comunicação. Convém avaliar a tradução como discurso indireto ou como discurso direto “entre aspas”, quando o tradutor, como acontece nos casos da tradução literal, consola-se com a ilusão da “não interferência” na mensagem do original e com o desejo de conservar “tudo como estava”. Entretanto, o autor da nova comunicação geralmente tem a sua própria concepção do conteúdo, que não coincide com aquela do original; tem o seu próprio ponto de vista a respeito daquilo que está representado no texto; tem o seu próprio objetivo comunicativo. Isso acontece porque o autor do original e o autor da tradução são pessoas diferentes, por isso os textos criados por eles obrigatoriamente trazem significados específicos de cada um deles.

Na relação entre os textos do original e da tradução, ocorre uma modalização subjetiva, acima de tudo, por causa da diferença na determinação do objetivo da comunicação: para o autor do original, é importante expressar a sua relação com a realidade e, revelando a realidade, expressar a si próprio; não há dúvida de que, para o escritor, é igualmente importante *o que e como* dizer, mas a sua busca artística acontece parcialmente de modo intuitivo, subconsciente. Dessa forma, em qualquer obra de arte, estão refletidas também representações das quais o próprio autor não tem consciência. Diferentemente do autor do original, o tradutor possui outro objetivo e outra posição comunicativa: o tradutor deve tomar consciência daquilo que inquietava o escritor e transmiti-lo de forma a ser compreendido corretamente (nesse caso, o critério de adequação da recepção passa a ser a compreensão e avaliação do próprio tradutor). Consequentemente, na base do trabalho do tradutor, encontra-se a seguinte questão: *por que* o autor descreve justamente *isso* e justamente *desse modo*. O tradutor precisa encontrar motivos para o comportamento dos heróis

e para os conflitos do enredo; ele precisa encontrar motivos para a utilização, pelo autor, desse ou daquele recurso linguístico e, com frequência, ele se sente simplesmente sem forças para compreender a motivação da imagem literária e a lógica de sua construção.

Convém ressaltar também que o tradutor, diante da tradução de textos que não são da sua época, sempre fica na difícil posição de “criado de dois senhores”: o autor concreto da época passada, cujo intento ele tenta descobrir, decodificando aquilo que foi representado consciente e inconscientemente no texto do original, e o leitor contemporâneo – um ser efêmero, que muda a cada dia, que vive diversas experiências e se faz diversos questionamentos. A alguns interessa porque Proust escreveu desse modo e não como Dickens ou Dostoiévski; outros querem saber em que ele se distingue dos outros autores franceses.

Em essência, as diferenças no estabelecimento de objetivos ou na posição comunicativa do autor do original e do autor da tradução determinam-se pela relação de cada um deles com o destinatário da comunicação e pelo próprio destinatário. Qualquer obra comunicativa visa um destinatário e, nesse caso, o texto literário sempre pressupõe dois tipos de destinatários: o real (o leitor, o crítico contemporâneo concreto e reconhecível) e o ideal (imaginado), ao qual se destina conscientemente a obra. Mikhail Bakhtin chamou este último de “supradestinatário superior”; para o escritor, ele pode ser Deus, a verdade absoluta, o tribunal da consciência ou da história etc. É exatamente esse destinatário ideal que permite ao escritor “escrever à mesa”, reconhecer que “os manuscritos não queimam” e não confiar demais na avaliação dos destinatários *próximos* reais, que podem se enganar.

No caso da tradução de um texto, esse terceiro participante da comunicação – o destinatário ideal – desaparece. Ele não é importante para o tradutor, dele não depende o sucesso da tradução (inclusive no sentido comercial). O tradutor vive no dia de hoje e para o dia de hoje; ao participar de uma comunicação real, ele endereça o texto da tradução ao leitor real – o seu contemporâneo. A sua comunicação deve ser ouvida e compreendida agora, de outro modo ele não alcança o objetivo comunicativo, ou seja, a ação estético-emocional sobre o destinatário *próximo*. Ao reproduzir um valor estético, que consiste na obra literária, o tradutor geralmente não busca compreensão na resposta de alguma instância superior e já não pode, de maneira alguma, colocar-se “acima” do participante da comunicação, uma vez que, nesse caso, a comunicação simplesmente não se concretizaria enquanto objetivo último da comunicação artística – o enriquecimento espiritual e o desenvolvimento da personalidade não seriam alcançados e, em lugar de um prazer estético, a tradução da obra literária despertaria no leitor indiferença ou irritação.

Teoricamente é possível compreender a obra assim como o autor a compreendeu; o caminho para essa compreensão passa por um profundo estudo

científico, pela tentativa de penetrar na outra cultura, de deixar-se penetrar pelo espírito daquela época, de recusar a própria individualidade, de encarnar o autor. É exatamente essa *encarnação* e esse *penetrar na cultura*, segundo afirma a maioria dos tradutores práticos e teóricos, que garante a solução bem-sucedida da tarefa tradutória; entretanto, semelhante representação não passa de um autoengano: o processo da criação artística, como já foi dito, com muita frequência decorre inconscientemente. Em segundo lugar, a tradução é, acima de tudo, obra de uma personalidade concreta, e a “*compreensão artística*” dessa personalidade não renuncia a si mesma, não renuncia ao seu lugar no tempo, não renuncia à sua cultura e não esquece nada. Uma grande questão para a compreensão é a *localização* de quem realiza a tarefa de compreender, é a localização dessa pessoa no tempo, no espaço e na cultura, em relação àquilo que ela quer compreender artisticamente. Mikhail Bakhtin observou corretamente que “Existe uma concepção muito vivaz, embora unilateral, e portanto falsa, segundo a qual, para compreender melhor a cultura do outro é preciso transferir-se para ela e, depois de ter esquecido a sua, olhar para o mundo com os olhos dessa outra cultura”²⁵.

Naturalmente, ao assumir o papel de intermediário entre duas tradições culturais personificadas nas personalidades do autor e do leitor, o tradutor compreende, interpreta e avalia o original não como o autor, não como contemporâneo ou conterrâneo do autor. A questão resume-se a que, para o leitor que se encontra no *interior* de determinada visão de mundo conterrânea e contemporânea do autor, o conteúdo do texto é não somente mais transparente e aberto, mas também sempre formalmente mais informativo; para a compreensão de alusões, subtextos, reconstrução de protótipos reais de heróis ou causas íntimas de acontecimentos retratados por ele, não se exige um trabalho de pesquisa semelhante ao que precisa fazer o autor da tradução ou o redator de comentários. O romance de Cervantes ou a peça de Shakespeare encontravam-se ao inteiro alcance da compreensão de seus contemporâneos sem grandes comentários, enquanto, para o leitor contemporâneo (e principalmente para o estrangeiro), permanece inalcançável grande parte das associações que estão além das palavras e das situações.

Além disso, a interpretação do texto pelo tradutor pressupõe que o estudo científico (filológico), ou mais exatamente, a identificação do texto (a determinação de suas imagens, composição, generalização, análise do sistema de signos etc.), no processo de percepção, deve estar indissolivelmente ligado às experiências emocionais, estéticas e artísticas, ou seja, a um tipo específico de compreensão que os psicólogos chamam de empatia (a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela

²⁵Ibidem, p. 365.

quer, de apreender do modo como ela apreende). Convém lembrar que o filósofo alemão e historiador da cultura Wilhelm Dilthey (1833-1911) considerava a capacidade de sentir empatia como condição para a possibilidade de compreender o fenômeno da cultura como uma realidade histórico-cultural. Mikhail Bakhtin também escreveu sobre a interação dialética no processo de compreensão, de estudo (identificação) e vivência (empatia). As suas observações podem ser aplicadas, plenamente, ao processo de compreensão do texto pelo tradutor: “Identificação e encontro com o novo, o desconhecido. Esses dois momentos (o reconhecimento do repetível e a descoberta do novo) devem estar fundidos indissolivelmente no ato vivo da compreensão: porque a não repetitividade do todo está refletida também em cada elemento repetível, coparticipante do todo (por assim dizer, é repetível-não repetível). A diretriz exclusiva no reconhecimento, na busca apenas do conhecido (do que já existiu) não permite descobrir o novo (isto é, o principal, a totalidade não repetível)”²⁶. Mikhail Bakhtin, como se fizesse uma advertência a tradutores, críticos literários e críticos de tradução, queixa-se de que “A metodologia da explicação e da interpretação se reduz com muita frequência a essa descoberta do repetível, ao reconhecimento do já conhecido, e se percebe o novo o faz apenas em forma extremamente empobrecida e abstrata. Neste caso, evidentemente, desaparece por completo a personalidade individual do criador (falante). Todo o repetível e reconhecido se dissolve completamente e é assimilado pela consciência de um sujeito da compreensão: na consciência do outro, ele é capaz de ver e compreender apenas a sua própria consciência”²⁷. Ele não se enriquece com nada. Dessa forma, a compreensão transforma-se em tradução de uma língua a outra. Consequentemente, a interpretação feita pelo tradutor deve reunir em si uma abordagem hermenêutica, que pressuponha o alcance do sentido do texto original como comunicação que se apresenta como autoexpressão de um sujeito (autor) endereçada a outro sujeito (leitor), com uma abordagem semiótico-estrutural, cuja base compõe a interpretação do texto como um conjunto de elementos ou signos inter-relacionados de determinada forma. Uma vez que toda compreensão, segundo a correta observação do filósofo francês Paul Ricoeur, é mediada por signos e símbolos, assim como por textos, a exegese dos textos não estará completa sem a sua análise semiótico-estrutural.

Ao mesmo tempo, todo texto “está inserido em alguma estrutura extratextual”²⁸, que podemos determinar como “um modelo linguístico de mundo” ou “um modelo de cultura” que possui uma orientação de valor e um sistema de preferências. Iuri Lotman destaca que “a inclusão simultânea

²⁶ Ibidem, p. 378.

²⁷ Ibidem, p. 379.

²⁸ Lotman, Iu. M. *Структура художественного текста* [Struktura khudojestvennogo tieksta; A estrutura do texto literário]. Moscou, 1970, p. 322.

de um texto literário em muitas estruturas extratextuais que se intersectam e a simultânea penetração de cada elemento do texto em muitos segmentos da estrutura intratextual, tudo isso faz com que a obra literária seja portadora de muitos significados inter-relacionados entre si de modo extremamente complexo”²⁹. Sendo assim, mostra-se impossível uma interpretação definitiva de um texto literário.

Trataremos agora de outro aspecto da percepção da obra literária, o aspecto psicoemocional, que, a meu ver, embora importantíssimo, tem sido pouco estudado por teóricos e críticos da tradução. Э. Генекен, em seu trabalho “A experiência da construção da crítica científica” (Ectopsicologia. São Petersburgo, 1892), observou que a obra literária se apresenta como um conjunto de signos estéticos orientados para despertar nas pessoas determinada emoção”. Compreender e, mais importante ainda, levar em conta as leis psicológicas que regem as sensações despertadas no tradutor pela obra literária é imprescindível para que o texto traduzido criado por ele desperte “as respectivas emoções” no leitor, representante de outro tipo etnopsicológico de personalidade. A recepção do texto pressupõe a racionalização de seu conteúdo, a sua reformulação no contexto de determinada época e, nesse processo, embora seja importante levar em conta o papel da consciência coletiva e individual, não convém esquecer o papel do inconsciente. E também não devemos esquecer o fato de que o inconsciente se apresenta como um complexo de efeitos individuais e de efeitos típicos de determinada comunidade nacional. Segundo Jung, o inconsciente coletivo baseia-se em lembranças e impulsos que não se colocam conscientemente para o indivíduo, ele é único para a humanidade como um todo e reflete os arquétipos sociais gerais do ser humano, entretanto, acrescentamos que ele inclui em si, inevitavelmente, também os arquétipos nacionais, as representações e avaliações da própria cultura e da cultura do outro, da língua, dos modelos de comportamento etc.

Dessa forma, a projeção do conteúdo do texto artístico apresenta-se como a soma de efeitos conscientes e inconscientes da ação sobre as personalidades intelectuais e psicoemocionais da personalidade do indivíduo. Está muito clara também a presença do componente nacional como efeito consciente e inconsciente do texto ou de um elemento isolado de sua forma, capaz de despertar outras associações no representante de outra tradição cultural. A ação emocional de formas não habituais para a cultura receptora, metros de versos, ritmo e tempo da narrativa, aliterações, etc. é percebida intuitivamente por profissionais da tradução altamente qualificados e, principalmente, por escritores que se ocupam da tradução. A partir dos inumeráveis exemplos de erros e imprecisões de tradução, de tratamento subjetivo dado a detalhes do conteúdo

²⁹ Ibidem, p. 364.

do do texto literário e de características dos personagens, pode-se concluir que esses casos são resultado muito mais de associações inconscientes “deslocadas” pela consciência do que de interpretações racionais.

O tradutor, ao analisar imagens verbais, tenta reconstruir o sistema de representações do autor sobre o mundo pelo caminho da reconstrução do sistema de seus significados individuais e sentidos pessoais; em essência, ele soluciona uma tarefa do campo da psicosemântica, que não existe sem a análise e a avaliação dos fatores motivacionais que afetam esses significados e dos efeitos emocionais despertados por eles. As noções de Mikhail Bakhtin sobre a “cocriação dos sujeitos da compreensão”, a transformação do outro em “meu-outro”, a dialogicidade e a compreensão de duas subjetividades (pois, no processo de compreensão do texto pelo leitor, acontece, em sua consciência, o reflexo de uma situação já refletida pelo autor!) nos levam à conclusão de que, no processo de interpretação do texto do original pelo tradutor, compreensão e avaliação são indissociáveis, simultâneas e interdependentes.

Isso é particularmente importante, é claro, na tradução poética, em que a busca da entonação correta, do ritmo, assim como a busca da recriação de novas séries e ligações associativas subordinam-se, ainda mais do que na prosa, à necessidade de provocar no leitor uma reação emocional e estética instantânea. Aqui entram em cena outras limitações e, ao mesmo tempo, é necessária uma enorme liberdade; a tradução poética é sempre um trabalho criativo regido pelas leis de criação do texto poético, do mundo da Poesia.





núcleo de
editoração
eletrônica
instituto de letras-ufrgs

Impresso na Gráfica da UFRGS



ISSN 1807-9873

